

**De objecto humanitário a cidadão:
subjectividade e agência dos ‘refugiados’ em Portugal**

Diana Rita Gonçalves Tomás

**Dissertação de Mestrado em Migrações, Inter-etnicidades e
Transnacionalismo**

Julho, 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Migrações, Inter-etnicidades e Transnacionalismo, realizada sob a orientação científica da Professora Doutora Maria Margarida Marques e co-orientação do Doutor Francesco Vacchiano.

Agradecimentos

A presente dissertação foi orientada pela Professora Doutora Maria Margarida Marques e pelo Doutor Francesco Vacchiano, cujos conhecimentos, generosidade e muita paciência agradeço. Agradeço-lhes também a liberdade que me deram e a confiança que depositaram em mim.

A condução da investigação necessária para a produção da presente dissertação só foi possível graças ao CESNOVA e à Professora Doutora Maria Margarida Marques. Agradeço à Paula Bouça e à Paula Gonçalves todo o apoio prestado, e a Joana Lopes Martins e Oana Ciobanu as oportunidades que me deram de participar nos seus projectos de investigação.

Agradeço a Fátima Rodero do Serviço de Emergência Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, a entrevista concedida e a facilitação da consulta de relatórios daquele serviço. Do SES-SCML agradeço também a Etelvina Ferreira, directora do serviço.

Agradeço a Cristina Barateiro do Gabinete de Asilo e Refugiados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a entrevista concedida. Do GAR-SEF agradeço também à directora do serviço, Emília Lisboa.

No Instituto da Segurança Social, agradeço a Glória Pargana as informações prestadas via e-mail.

No Conselho Português para os Refugiados, agradeço a Isabel Sales, Adelina Omeri e Nasri Azimed a facilitação na consulta dos relatórios anuais.

Aos meus professores do mestrado da FCSH-UNL - Alina Esteves, Dulce Pimentel, Jorge Malheiros, José Mapril, José Leitão, Marta Rosales, Maria Margarida Marques, Miguel Jerónimo, Nuno Domingos e Nuno Dias -, e aos professores de licenciatura do ISCTE - Robert Rowland, Miguel Vale de Almeida, Filipe Verde, António Medeiros, Manuel João Ramos, Maria Antónia Lima, Francisco Vaz da Silva, Filipe Reis, Paulo Raposo, Clara Carvalho, Francisco Oneto, Pedro Prista, Rosa Perez, Nélia Dias, Maria de Fátima Sá, André Freire, Alan Stoleroff, Rogério Roque Amaro e Nuno Luís Madureira -, fico a dever todos os ensinamentos. Espero que a dissertação esteja à altura. À professora Susana Trovão agradeço o seu feedback inicial e incentivo.

Aos amigos e colegas Ana Gago da Silva, Inês Galvão, Luís Junqueira e Margarida Ferraria e Rodrigo Barros uma palavra de gratidão e de amizade, pelas discussões e trocas de ideias ao longo do trabalho de campo e escrita da dissertação.

Agradeço à Joelma Almeida a bibliografia que me cedeu e também os conselhos e as trocas de ideias.

Uma palavra de apreço ainda à Cristina Santinho com quem tive o privilégio de trocar ideias sobre o terreno de pesquisa comum.

Ao Ali, agradeço o facto de me ter apresentado ao “campo”, e todas as conversas em que partilhámos reflexões. Esta dissertação deve muito a essas conversas.

A todos os amigos, incluindo familiares, que me acompanharam nesta empresa e que são demasiados para nomear a todos sem correr o risco de esquecer alguém, agradeço o apoio que me dão sempre, mesmo que, por vezes, possam não dar por isso. Um especial agradecimento aos meus avós por estarem sempre presentes e me ensinarem o que não encontro nos livros. À Francisca e ao João, os abraços, beijos e brincadeiras que me dão alento. Aos meus tios Rosa e Nuno por me terem dado abrigo em Lisboa sempre que precisei. À tia Fátima, ao tio Carlos e à Cecília e família por me terem dado abrigo na serra quando necessitei de isolamento. Um especial agradecimento às amigas Patrícia Simão, Liliana Serrano e Carolina Marques pela troca de experiências e de desabafos sobre os nossos desafios académicos.

Agradeço do fundo do meu coração à minha Mãe e ao meu Pai, a viabilização financeira, mas sobretudo o imenso amor que nos une, a sua presença, o seu interesse, o consolo nas alturas mais complicadas, a imensa paciência e o orgulho que sentem sempre de mim. Agradeço também ao meu irmão Zé, ao nosso lar, de nós quatro, onde sempre retorno. Ao meu Pai agradeço ainda a revisão do texto. À minha família pertencem todos os meus empenhos e tudo o que de bom deles possa resultar.

O mais importante dos agradecimentos vai, no entanto, para todos os meus interlocutores no trabalho de campo, que falaram comigo, partilharam as suas histórias de vida, me receberam em suas casas, aceitando generosamente a minha presença, alimentando e satisfazendo pacientemente a minha curiosidade. Sem eles, esta dissertação não existiria. Bem vistas as coisas, é sobretudo a eles que pertence.

De objecto humanitário a cidadão: subjectividade e agência dos ‘refugiados’ em Portugal

Diana Rita Gonçalves Tomás

RESUMO

A presente dissertação aborda o processo de constituição de uma associação de refugiados como local de formulação de uma subjectividade de *refugiado* no contexto português. Tal abordagem é feita por meio de metodologias qualitativas, nomeadamente a constituição de histórias de vida e observação participante nas reuniões formais e informais entre os indivíduos categorizados como *refugiados* que iam formalizando a dita associação. Considera-se necessário, recorrer a uma desconstrução dos próprios conceitos de *refugiado* e de asilo, de modo a chegar a uma compreensão de qual é o papel reservado ao *refugiado* nas sociedades de acolhimento, e especificamente na sociedade portuguesa. A associação surge enquanto espaço de idealização de uma posição mais activa dos indivíduos categorizados como *refugiados* na sociedade de acolhimento como forma de ultrapassar as dificuldades de integração percebidas por parte de uma população excluída, objectificada e dependente das estruturas de acolhimento. Nesse sentido, a associação é também espaço de reformulação da categoria identitária de *refugiado*.

PALAVRAS-CHAVE: refugiados, asilo, direitos humanos, cidadania, instituições, associativismo

From humanitarian object to citizen: subjectivity and agency of ‘refugees’ in Portugal

Diana Rita Gonçalves Tomás

ABSTRACT

This dissertation addresses the process of formation of an association of refugees as locus of formulation of a refugee subjectivity in the Portuguese context. Such an approach is provided by means of qualitative methodologies, including the construction of life histories and participant-observation in formal and informal meetings between the individuals categorized as refugees who were formalizing the association. It is thus considered necessary to proceed to the deconstruction of the very concepts of *refugee* and *asylum*, in order to reach an understanding of what is the role destined for refugees in host societies, and specifically in the Portuguese society. The association emerges as a place of idealization of a more active position of individuals categorized as refugees in the host society, as a way to overcome the difficulties of integration perceived by a population that is excluded, objectified and dependent of the welcoming structures. In this sense, the association is also a locus of reformulation of categorical identity of refugee.

KEYWORDS: refugees, asylum, human rights, citizenship, institutions, associations

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

- Considerações éticas e metodológicas preliminares	1
- Objecto de estudo e problematização de partida	5
- Metodologia e estrutura da dissertação	6

CAPÍTULO I: Conceptualizando o *refugiado*

1.1. Do que se fala quando se fala de uma subjectividade de <i>refugiado</i>	11
1.2. Refugiados: uma breve sociografia.....	16
1.3. O percurso institucional do <i>refugiado</i> em Portugal.....	26

CAPÍTULO II: O sistema de asilo e a participação dos refugiados

2. 1. Asilo e refugiados na contemporaneidade.....	43
2. 2. Participação política dos refugiados em Portugal.	57

CAPÍTULO III: A formação situada de uma identidade de *refugiado*

3. 1. Metodologia de recolha e análise das histórias de vida.....	67
3. 2. Kpatwe	70
3. 3. George.....	81
3. 4. Ali	93
3. 5. Análise das histórias de vida	108

CONCLUSÕES	113
------------------	-----

Bibliografia

Lista de gráficos, tabelas e figuras

Apêndice 1: História de vida de Kpatwe

Apêndice 2: História de vida de Ali

Apêndice 3: História de vida de George

Anexo1: Proposta de criação de uma associação

Anexo 2: Fins da *Associação*, conforme os seus estatutos

Anexo 3: Lista dos principais desafios que os refugiados enfrentam em Portugal

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIDI	Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
CNR	Comissário Nacional para os Refugiados
CAVITOP	Centro de Apoio a Vítimas de Tortura em Portugal
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEPAC	Centro Padre Alves Correia
CFPSA	Centro de Formação Profissional para o Sector Alimentar
CPR	Conselho Português para os Refugiados
CAR-CPR	Centro de Acolhimento para Refugiados do CPR
ECRE	European Council on Refugees and Exiles
EURODAC	European Dactyloscopy
EUROSTAT	European Statistics
EASO	European Asylum Support Office (Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo)
FER	Fundo Europeu para os Refugiados

IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IHMT-UNL	Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa
ISS	Instituto da Segurança Social
MAI	Ministério da Administração Interna
OIR	Organização Internacional para os Refugiados
ONG	Organização Não Governamental
ONGD	Organização Não Governamental para o Desenvolvimento
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RVCC	Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SCML	Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
SECA	Sistema Europeu Comum de Asilo
SES – SCML	Serviço de Emergência Social da SCML
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
GAR-SEF	Gabinete de Asilo e Refugiados do SEF
RIFA	Relatórios de Imigração, Fronteiras e Asilo do Serviço do SEF

SNS	Serviço Nacional de Saúde
UE	União Europeia
UNDP	United Nations Development Programme (o mesmo que PNUD)
UNHCR	United Nations High Commissioner for Refugees (o mesmo que ACNUR)

INTRODUÇÃO

Considerações éticas e metodológicas preliminares

Os primeiros contactos com aquele que veio a ser o terreno da pesquisa etnográfica para a presente dissertação aconteceram numa fase embrionária da pesquisa e foram, em parte, propiciados por uma experiência pessoal anterior à entrada no mestrado, mas que estimulou desde logo o interesse pelo objecto de estudo. Estes primeiros contactos foram determinantes, não só para a construção epistemológica desse objecto de estudo, mas também para todo o desenho da pesquisa que se apoiou na aplicação do método etnográfico junto de um conjunto específico de indivíduos. Assim, por razões de contextualização da pesquisa empírica, mas também por uma razão de ordem ética, torna-se necessário que se dediquem algumas linhas da presente dissertação a uma descrição breve das circunstâncias que levaram à “descoberta” do terreno.

No verão que antecedeu o último ano da minha licenciatura em Antropologia, e ainda sem o mestrado em perspectiva, decidi contactar por *e-mail* algumas associações e ONG que trabalhavam nas áreas do desenvolvimento e da cooperação, indagando da possibilidade de poder desenvolver algum tipo de trabalho que me permitisse encontrar uma aplicabilidade prática nessas áreas para aquilo que tinha aprendido na licenciatura. Uma das instituições que me respondeu foi o Conselho Português para os Refugiados, junto do qual acabei por aceitar trabalhar voluntariamente na biblioteca de um centro de acolhimento para refugiados (CAR) localizado nos subúrbios da cidade de Lisboa.

Até então, os refugiados afiguravam-se para mim como uma realidade distante, imagens de pobreza e fome nos campos de refugiados em terras áridas, longe da Europa. Tinha-me habituado às imagens estereotipadas que chegavam até mim através das notícias de guerras, secas e fomes, reportagens e fotografias vencedoras de prémios *Pulitzer*, e campanhas humanitárias que representavam *os refugiados* sempre no plural, como ‘uma causa’ ilustrada por histórias vagas de fuga e sofrimento; o *refugiado objectivado e sem história* que mais tarde reconheci nas reflexões de Liisa Malkki (1996).

De Fevereiro a Abril de 2009, passei então um dia e meio por semana a manter a biblioteca do CAR arrumada e a apoiar os utilizadores a encontrar a informação de que

precisavam. A maioria desses utilizadores residia no centro de acolhimento. Chamavam-lhes *refugiados*. Outras pessoas que também lá se dirigiam com frequência, também denominadas de *refugiados*, não viviam no centro, mas tinham lá morado algum tempo logo após a chegada a Portugal.

Terminado o voluntariado, o continuado interesse pela migração ditou o ingresso no Mestrado em Migrações, Inter-etnicidades e Transnacionalismo, do qual a presente dissertação faz parte. No primeiro semestre do mestrado, participei num seminário em que se abordavam as relações entre fluxos migratórios e as cidades¹. Para o trabalho final, considerei que seria interessante investigar os percursos residenciais dos refugiados após a saída do centro de acolhimento onde, no ano anterior, tinha sido voluntária. Solicitei, então, apoio ao CPR para entrar em contacto com ex-residentes do centro por intermédio das aulas de Português para estrangeiros que lá decorriam e que eu sabia serem frequentadas por moradores e ex-moradores do centro. O apoio foi negado com o argumento de que o CPR já estava a colaborar com outras investigações académicas, motivo ao qual acresceriam preocupações quanto à privacidade dos utentes. Resolvi então pedir ajuda àquele que viria a ser o meu primeiro informante privilegiado: Ali², um *refugiado*, utilizador assíduo da biblioteca e com o qual me tinha mantido em contacto desde o voluntariado. Ali já tinha vivido no centro de acolhimento e vivia agora nas suas imediações. O meu objectivo era iniciar a partir dele uma rede de contactos com outros antigos residentes do centro. Ali concordou em ajudar-me e disse-me que, para além do próprio centro de acolhimento, o melhor local para encontrar o maior número possível de *refugiados* era um café das redondezas onde os mesmos se costumavam reunir a um determinado dia da semana, e propôs levar-me lá num desses dias para me apresentar. No dia marcado, para lá nos dirigimos. Chegados ao café, Ali pediu-me para me sentar e aguardar numa mesa. Dirigiu-se depois a outras mesas, onde conversou algo demoradamente com algumas pessoas, sobretudo homens. Por fim, regressou dizendo-me que os refugiados falariam comigo, mas que precisavam de ajuda para criar uma associação.

Nos momentos rápidos em que tudo se passou, apercebi-me que aquilo que Ali me propunha era uma troca. Já tinha lido sobre como, no trabalho de campo, os

¹ O seminário era *Etni-cidades: cosmopolitismo, género e desvio*, pelos docentes Alina Esteves e José Mapril.

² Para facilitar a escrita e a leitura do texto, mantendo no entanto reservada a identidade dos informantes privilegiados, decidiu-se atribuir nomes fictícios escolhidos pelos próprios.

antropólogos muitas vezes acabam por se envolver em trocas materiais e simbólicas com os seus interlocutores, e a encarar essas trocas como algo natural na dinâmica do trabalho de campo etnográfico. No entanto, sempre imaginei que elas ocorressem em fases mais adiantadas do contacto e de forma algo mais espontânea ou dissimulada. Apanhada de surpresa e ainda sem perceber exactamente o que era pretendido de mim, ocorreu-me apenas responder que sim, que ajudaria na medida das minhas possibilidades. No fundo, parecia-me uma troca justa. Eu não sabia muito bem o que aquelas pessoas queriam de mim, mas elas também não sabiam o que eu queria delas e, afinal de contas, era eu que as interpelava primeiro – apesar de, naquela fase ainda sem a dissertação de mestrado em mente, e apenas para conduzir uma pequena pesquisa para um seminário.

Ali voltou então a dirigir-se aos outros e em breves minutos já tinha sido apresentada a cerca de oito pessoas, que tinham vindo sentar-se na mesa onde eu me encontrava. Apresentei-me: uma estudante que pretendia fazer um trabalho para a faculdade sobre os percursos residenciais de pessoas que tinham vivido no centro de acolhimento para refugiados do CPR, e que queria fazer algumas perguntas a ex-residentes para saber que factores tinham influenciado a escolha das casas onde habitavam. Terminada a explicação das minhas intenções, um dos homens, George, tomou a palavra para fazer uma apresentação colectiva: eram refugiados «*sem futuro*», desempregados, com problemas originados pelos atrasos na emissão de títulos de residência e no recebimento dos subsídios da Segurança Social, pelo não reconhecimento das suas habilitações académicas e profissionais; alguns encontravam-se há anos à espera do prometido reagrupamento familiar.

Em algumas horas fui esmagada por uma realidade de que me tinha apercebido durante o voluntariado no centro de acolhimento, mas sobre a qual só naquele momento ouvia os refugiados falar tão abertamente e de forma tão indignada. As situações descritas chocavam-me tanto quanto a forma como eram narradas. Tinha havido uma mudança de registo no discurso. Os refugiados passivos, dóceis e vitimizados que eu conhecera na biblioteca do CAR, tinham-se transformado em críticos acérrimos das instituições, dos seus funcionários e das regras que os impediam há já demasiado tempo de se «integrarem» na «sociedade portuguesa». Ali estavam aquelas pessoas, reunidas em torno de problemas comuns, aspirando à reivindicação de direitos e à sua auto-representação. O que aquelas pessoas me transmitiam era que a revindicação só podia ser feita pela

existência legal de uma associação que representasse os refugiados. A importância que a legitimação através dos procedimentos legais tinha para aquele grupo de pessoas, que já se encontrava reunido na prática, foi a primeira pista para a importância que a burocracia tinha na vida daquelas pessoas.

Esse primeiro encontro terminou com um compromisso meu: reunir informações acerca do que seria necessário para o registo de uma associação. A partir daí, passei a ocupar, como nativa do país de acolhimento, um lugar nas reuniões de café em que se discutia a forma e os objectivos da associação que seriam inscritos nos seus estatutos. Encontrava-me numa situação privilegiada para poder compreender as atitudes dos *refugiados* perante as estruturas de acolhimento e integração do país. Mas ao mesmo tempo encontrava-me também numa situação inesperada de intérprete dos processos burocráticos que implicavam o registo de uma associação. Ao invés da tradicional posição do antropólogo de intérprete de outras sociedades ou culturas que não a sua, o processo de *estranhar o familiar*, no sentido que Gilberto Velho (1978) lhe deu, tornou-se um pilar importante da minha própria reflexão, porque implicou a desnaturalização de construções sociais da minha própria sociedade, que implicam hierarquias, processos de categorização e dominação simbólica com os quais fui desde sempre socializada e cuja tradução em termos de uma análise social constitui uma parte importante da presente dissertação.

Nos primeiros contactos que estabeleci com os meus interlocutores, cheguei a pensar que a função de secretária da Associação seria incompatível com a condução da investigação. Estive consciente, desde o início, de que as interpretações que eu fazia do funcionamento da sociedade, das normas, mas também do trabalho das instituições, por mais imparcial que tentasse ser, reflectiam sempre a minha visão pessoal, e esta influenciava inevitavelmente as atitudes dos meus interlocutores. Seria ingénuo pensar que a minha participação nessas reuniões e o tempo que passei com os meus interlocutores não contribuiu para aquilo que foi observado e as conclusões que agora tiro. Afinal, a observação é também participante, e por mais que o investigador tente passar despercebido, a sua presença é notada e as atitudes dos interlocutores adaptam-se à sua presença. Aquilo que diz ou demonstra sentir influencia as respostas dos interlocutores e é, afinal, nesta relação dialógica entre investigador e interlocutor que o primeiro constrói um corpo de conhecimentos sobre o segundo.

Entretanto, informadas da minha presença nas reuniões da Associação, algumas pessoas para lá se dirigiam para me descrever as suas dificuldades, na maioria das vezes

com esperança que eu lhes desse uma resposta ou segurança. O meu papel tinha que ser constantemente clarificado: eu era estudante e não assistente social, funcionária do CPR ou do governo e que, por isso, não me encontrava numa posição de alterar as suas situações junto dessas instituições. A mesma clarificação era útil nos contactos que fazia fora do âmbito da associação, em que o assinalar do meu desligamento do CPR ou do Estado era essencial para conseguir que outros *refugiados* que ainda não me conheciam falassem comigo num registo de crítica mais aberta às estruturas de dominação. Noutros casos, o facto de estar de algum modo ligada à associação era factor de afastamento dos *refugiados* que, por motivos diversos, não se queriam ligar à Associação.

A minha participação na associação teve sempre o meu trabalho académico declarado. O meu contacto sistemático com os *refugiados* no âmbito da associação deu-se entre Novembro de 2009 e Junho de 2011 e constitui o núcleo do material empírico desta pesquisa.

Objecto de estudo e problematização de partida

Este trabalho tem como objecto de estudo uma identidade colectiva operacionalizada a partir da produção de um discurso identitário de ‘refugiado’. Este discurso é produzido num contexto específico. Através da articulação do estudo dos indivíduos que produzem esse discurso e os factores contextuais que estruturam as suas acções, pretendemos abordar o caso específico da mobilização de um grupo de pessoas que vivem em Portugal categorizadas como *refugiadas* na criação de uma associação de refugiados.

O conceito de identidade de refugiado será desenvolvido a partir da percepção que os actores têm das implicações de serem incluídos na categoria de *refugiado* no contexto de acolhimento. Distinguímos duas dimensões dessa categoria: a dimensão humanitária e uma dimensão administrativa ou burocrática. A partir dessa dupla valência, pretendemos compreender de que forma as duas dimensões se articulam no contexto de acolhimento, nomeadamente:

- 1) uma moral humanitária que coloca o *refugiado* numa posição de vítima que é necessário proteger, e

- 2) um sistema globalizado de políticas de gestão dos fluxos migratórios colocadas em prática a diversos níveis de governança – internacional ou intergovernamental,

comunitário (União Europeia) e nacional – em que a categorização burocrática determina os direitos de entrada ou de permanência no país de acolhimento.

Esta dupla natureza da categoria determina as oportunidades de participação dos *refugiados* na sociedade de acolhimento. Tais oportunidades são constituídas não só pelas políticas de ‘acolhimento’ e ‘integração’ e o modo como estas políticas são colocadas em prática, mas também por outros factores estruturantes contextuais. A sistematização e análise desses factores é fundamental para compreender a mobilização cívica por parte das pessoas categorizadas como refugiadas em Portugal. Constituem tais factores:

1) a fraca expressão estatística e o modesto peso político que os imigrantes em geral e particularmente os refugiados têm em Portugal,

2) a inexistência de comunidades de imigrantes provenientes dos países de onde são originários os *refugiados* e que possam dar apoio à chegada,

3) as políticas de acolhimento e integração dos refugiados serem colocadas em prática por instituições privadas de matriz caritativa e humanitária às quais o Estado delega funções de mediação e distribuição dos recursos, instituições essas que acabam por constituir os principais interlocutores dos refugiados no contexto de acolhimento.

Partimos da hipótese de que existe uma estigmatização do *refugiado* como objecto passivo por parte das instituições que colocam em prática políticas assistencialistas. A mobilização dos indivíduos na formação da Associação dá-se em torno de demandas de auto-representação, tendo como o objectivo final aquilo que os indivíduos veem como uma integração plena na sociedade portuguesa.

As nossas questões de partida serão então:

1) De que modo a subjectividade dos refugiados é condicionada pelas políticas e práticas de acolhimento e integração no próprio contexto de acolhimento;

2) De que modo a construção identitária a partir da categoria de *refugiado* pode constituir, da perspectiva dos categorizados, a concretização de auto-representação autónoma em relação às instituições.

Metodologia e estrutura da dissertação

Optou-se por uma metodologia qualitativa baseada em grande medida na observação participante, que tomou como local de pesquisa o universo da associação de

refugiados que foi ganhando forma ao longo do trabalho de campo. As reuniões formais e informais da associação foram registadas em forma de memorandos, raras vezes registadas por meio de gravação áudio e posteriormente transcritas. A razão pela qual poucas reuniões da Associação foram gravadas, prende-se com o facto de, em cada reunião, novas pessoas aparecerem e algumas delas se mostrarem pouco confortáveis quando lhes era perguntado se concordavam com a gravação. A partir de certa altura tornou-se opção da própria investigadora não gravar mais reuniões, mesmo quando as pessoas presentes já a conheciam e consentiam nas suas intenções, por a presença de um gravador poder proporcionar a que algo ficasse por dizer.

Foi aplicado o método biográfico, recolhidas as histórias de vida daqueles que foram identificados como os três principais contribuintes da Associação em termos da sua ideologia e princípios, por serem reconhecidos entre os outros *refugiados* como líderes e por ocuparem formalmente posições de dirigentes da associação. Considerou-se importante analisar os percursos biográficos dos sujeitos como forma de os posicionar em temas sociais e históricos. Para esse efeito, foram conduzidas várias entrevistas aprofundadas, semidireccionadas, já numa fase final do trabalho de campo, de modo a que as experiências relacionadas com a Associação fossem integradas. O material recolhido foi tratado no quadro de uma análise crítica do discurso (Van Dijk 2003).

Adicionalmente, dos relatórios anuais do Conselho Português para os Refugiados (CPR) e do Serviço de Emergência Social da Santa Casa da Misericórdia (SES-SCML), e dos Relatórios de Imigração, Fronteiras e Asilo (RIFA) do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) foram recolhidos dados quantitativos que nos permitem ter uma melhor percepção da caracterização sociográfica da população que entra na categoria burocrática abrangente de *refugiado* em Portugal³.

Relativamente às instituições que foram identificadas como principais interlocutoras dos *refugiados* em Portugal, foram elaboradas entrevistas junto do Gabinete de Asilo e Refugiados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (GAR-SEF) e do SES-SCML, de modo a compreender o enquadramento dos *refugiados* nas políticas postas em prática por estas instituições e as atitudes institucionais face a eles.

O CPR e o Instituto da Segurança Social (ISS) são outras duas importantes instituições interlocutoras dos *refugiados* e que desempenham um papel de destaque no

³Esta caracterização é feita no Capítulo I.

dia-a-dia e nos discursos dos actores. No entanto, não foi possível a realização de entrevistas formais junto destas instituições. Em relação ao CPR, que não teve disponibilidade de tempo para a entrevista, algumas informações sobre o enquadramento dos refugiados foram proporcionadas pela análise dos relatórios anuais, bem como pelos contactos que foram sendo estabelecidos entre o CPR e a Associação. Adicionalmente, foram estabelecidas conversas informais com alguns técnicos⁴, as quais foram ainda clarificadoras em termos da interpretação que é feita pela instituição das normas que regulam o asilo. Relativamente ao ISS, não foi concedida a reunião solicitada, mas foram fornecidas por e-mail informações sobre o enquadramento legal dos refugiados no sistema de Segurança Social. No entanto, uma reunião conseguida por um grupo de refugiados com os dirigentes da Direcção Regional de Lisboa do ISS, e na qual pude estar presente⁵, permitiu clarificar alguns aspectos do funcionamento do ISS que não tinham ficado completamente esclarecidos na informação legal prestada por e-mail.

Tendo em conta a natureza qualitativa da pesquisa, a estrutura da dissertação está concebida de maneira a que não haja uma separação rígida entre capítulos teóricos e analíticos. A reflexão teórica está presente ao longo de todo o texto, apoiada na pesquisa empírica e na revisão da literatura. As descrições de episódios concretos retirados do campo servem de ponto de partida para a reflexão e enquadramento das questões que forem sendo levantadas em discussões teóricas mais vastas.

O Capítulo I debruça-se sobre a conceptualização de uma identidade colectiva de *refugiado*. Adopta-se nesta dissertação uma abordagem desconstrutivista em que a figura estigmatizada do *refugiado* é desessencializada enquanto construção social localizada. Antes de concluirmos o capítulo, traçamos uma sociografia daqueles que em Portugal entram na categoria de *refugiado*. De seguida, recorrendo já a material empírico, analisamos qualitativamente a relação entre políticas e práticas das instituições e a resposta colectiva dos indivíduos a identidades estereotipadas, através da exposição daquele que é o percurso institucional comum dos *refugiados*, percurso esse que constitui o principal factor agregador e que contribui para a construção colectiva de uma identidade de *refugiado* e uma ideia de integração falhada.

⁴ Esses técnicos não foram mencionados nos agradecimentos por as informações não terem sido concedidas em entrevista autorizada pela instituição.

⁵ O episódio é descrito em parte no capítulo III.

No Capítulo II dá-se conta das condições históricas de produção da categoria, recorrendo a uma arqueologia da conceptualização contemporânea do asilo como grelha de entendimento do mundo e como parte de um processo mais alargado de transformações sociais globais, desde o período entre as duas Guerras Mundiais e até aos dias de hoje. É também feita uma análise das actuais estruturas normativas e institucionais que caracterizam o asilo a três diferentes níveis: o internacional ou intergovernamental, o regional (União Europeia) e o nacional (Portugal). O objectivo é a compreensão da lógica subjacente às políticas operacionalizadas pelo Estado, pelas organizações intergovernamentais e pelas organizações não-governamentais. De seguida debruçamo-nos sobre a mobilização cívica de imigrantes e refugiados no contexto de acolhimento, de modo a poder localizar o fenómeno do surgimento da associação de refugiados em estudo.

Na análise que é feita no capítulo III das narrativas biográficas dos três líderes da Associação, encontramos as principais motivações da mobilização dos refugiados. Para compreender de que forma a categoria de *refugiado* é apropriada pelos indivíduos e transformada em discurso identitário no contexto da associação junto da qual o trabalho de campo foi conduzido, faz-se uma exposição dos factores sociais de dominação simbólica que levam à conformação com uma categoria e ao mesmo tempo à sua instrumentalização na busca por parte dos próprios categorizados pelo reconhecimento dentro da lógica da categoria e no modo como ela é operacionalizada pelas instituições.

As discussões no seio da associação regressavam invariavelmente à questão sobre “*qual o lugar do refugiado na sociedade portuguesa?*”. O reclamar de direitos e de acesso a recursos materiais em condições especiais para que se pudesse cumprir a tão almejada *integração* andava a par com discussões acerca de quais os contributos que os refugiados poderiam dar para a sociedade de acolhimento. O modo como as políticas e as práticas institucionais que categorizam os sujeitos influenciam as respostas colectivas dos próprios categorizados, é o que a presente dissertação pretende descortinar. Estas respostas não podem ser analisadas sem ter em conta a reflexividade dos agentes, ou seja, a consciência que os próprios categorizados têm do seu posicionamento histórico e social enquanto categorizados. Assim, não é de estranhar que a conformação com o estereótipo surja, por vezes, paradoxalmente acoplada com os próprios ideais de emancipação da situação de objecto de ajuda humanitária, emancipação essa que será conquistada pela autonomização

dos sujeitos para que possam contribuir para a sociedade de acolhimento e trilhar o caminho para a aquisição de um novo estatuto: o de *cidadãos*.

CAPÍTULO I – Conceptualizando o *refugiado*

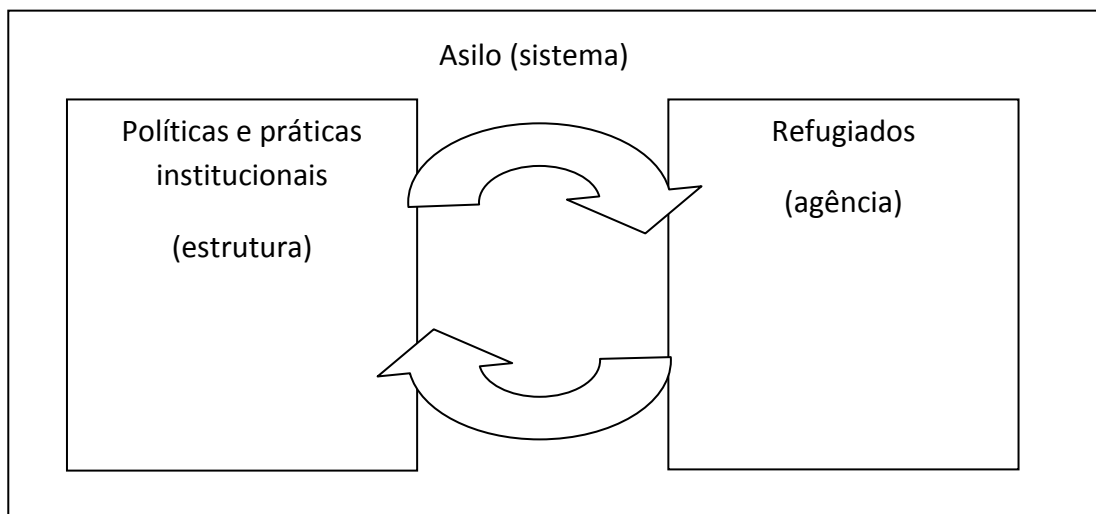
1.1. Do que se fala quando se fala de uma subjectividade de *refugiado*

O tema dos refugiados em Portugal como objecto de estudo das Ciências Sociais tem estado reservado sobretudo a teses ou dissertações académicas. Recentemente foram defendidas quatro dissertações de mestrado sobre refugiados em Portugal: Filipa Silvestre (2011) fez uma revisão das representações dos refugiados na imprensa nacional; Tito Matos (2011) abordou a inserção laboral de refugiados reinstalados em Portugal; Maria Sousa (2003) abordou o binómio imigrante-refugiado junto de refugiados em Portugal originários de antigas colónias britânicas em África; e por fim, o trabalho de Lúcio Sousa (1999) versou sobre aspectos gerais da integração dos refugiados.

Mas é Cristina Santinho quem tem publicado de forma mais sistemática, tendo os refugiados em Portugal como objecto de estudo, tanto na sua tese de doutoramento (2011), como noutras publicações (2009) que se situam na área da Antropologia Médica. Na sua tese de doutoramento (2011) faz uma abordagem das estruturas políticas e práticas institucionais, com enfoque nos cuidados de saúde, como factores de subjectivação dos refugiados e requerentes de asilo. A autora parte da análise das políticas e práticas institucionais do asilo para, a partir de David Becker (2004 [2001] in Santinho 2011), argumentar que, no caso português, a exclusão e a estigmatização social levam a uma sequencialidade do trauma que começa na fuga do país de origem e se desenvolve no país de acolhimento.

A presente dissertação encontra pontos de contacto com a abordagem adoptada por Santinho no que diz respeito à interligação da estrutura social do asilo com processos de subjectivação, no sentido em que, através dos discursos e das apropriações identitárias feitas pelos sujeitos, entrevemos dinâmicas sociais que reflectem uma estrutura de dominação simbólica e de reprodução da desigualdade social com a qual os sujeitos dialogam. A subjectivação é, nesse sentido, política e colectiva e a narrativa identitária surge relacionada com processos políticos localizados num determinado contexto social, fruto de uma reflexividade colectiva sobre as estruturas do asilo. Mais especificamente, a categorização dos indivíduos pelas políticas e práticas das

instituições é alvo de uma apropriação pelos próprios categorizados e reconfigurada em narrativa identitária no contexto de um projecto cívico colectivo: o da criação de uma associação. Com base na teoria da dualidade da estrutura (Giddens 2000), podemos ilustrar a nossa abordagem de uma subjectividade de *refugiado* da seguinte forma:



Para Giddens, a modernidade tardia caracteriza-se pela *descontextualização das instituições sociais* implicada por uma descontinuidade espaço-tempo (1994). Esta descontinuidade tem consequências ao nível da identidade pessoal. A realidade em que o *refugiado* se insere não é a realidade imediata no sentido do ‘aqui’ e do ‘agora’ mas é uma realidade globalizada e reflexiva com a qual o actor dialoga. A identidade de *refugiado* é neste sentido relacional e dinâmica porque se localiza num sistema mais alargado de conhecimento e significações em que “o *refugiado*” tem um valor simbólico universal (*garantia simbólica*) que é um valor legitimado por um corpo de conhecimento técnico que é o direito internacional (*sistema pericial*).

Bourdieu vai, de alguma maneira, imprimir aqueles mecanismos estruturais na consciência dos indivíduos, contribuindo com uma perspectiva política à articulação entre estrutura e agência, traduzido no conceito de *sistema simbólico*.

Os “sistemas simbólicos”, como instrumentos de conhecimento (estruturantes) e de comunicação (estruturados), só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social) supõe aquilo que Durkheim chama o ‘conformismo lógico’, quer dizer, “uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências”. (1989a:9)

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os “sistemas simbólicos” cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de

legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a “domesticação dos dominados”. As diferentes classes e fracções de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social. (1989a:11)

Neste sentido, uma subjectividade de *refugiado* é uma construção social que permeia e é permeada de relações de poder e de dominação simbólica. Esses mecanismos de dominação são evidentes na vivência quotidiana daqueles que são categorizados e que agem num *mundo social* em que a categoria faz sentido. Neste sentido, como nota Sherry Ortner, a subjectividade está sempre na base da agência.

In particular I see subjectivity as the basis of ‘agency’, a necessary part of understanding how people (try to) act on the world even as they are acted upon. Agency is not some natural or originary will; it takes shape as specific desires and intentions within a matrix of subjectivity – of (culturally constituted) feelings, thoughts, and meanings. (...) By subjectivity I will always mean a specifically cultural and historical consciousness. (Ortner 2005:34)

Mas a *consciência cultural e histórica* dos nossos interlocutores não é a consciência cultural e histórica de uma diáspora, que se constrói sobre uma origem comum. Os nossos interlocutores não partilham entre si uma pertença nacional ou étnica original nem tampouco constituem um grupo homogéneo nas suas tradições ou nas suas crenças religiosas. São pessoas nascidas em diversas regiões do mundo. Que *consciência cultural e histórica específica* pode ter um grupo formado por pessoas com características tão diferentes como são os refugiados que se encontram em Portugal?

Pistas para uma resposta a essa questão são dadas pela abordagem desconstrutivista da etnicidade inaugurada por Fredrik Barth, na introdução do livro *Ethnic groups and boundaries* (1969). Barth propõe que, no estudo dos grupos étnicos, haja uma transferência do estudo da unidade cultural que estes encerram, para o estudo do grupo étnico enquanto forma de organização social dinâmica, cujas fronteiras estão constantemente a ser reformuladas. A Antropologia tomava como ponto de partida a homogeneidade cultural no interior dos grupos que estudava, e essa partilha de uma cultura comum como elemento definidor de um grupo étnico. Barth argumenta que a partilha de traços culturais é consequência da auto-atribuição – *self-ascription* - dos próprios membros de um grupo e não condição para que essa atribuição aconteça. A ênfase é, assim, colocada num sentimento subjectivo de pertença e não em características culturais objectivas que separem os elementos de um grupo dos elementos de um outro

grupo. A etnicidade surge assim enquanto estruturante da interação entre grupos que estão continuamente a activar diferenças entre si. No seguimento de Barth, Thomas H. Eriksen baseia-se em alguns exemplos etnográficos para afirmar que as diferenças são activadas e ganham importância durante a interacção social (1993: 39).

O foco no carácter situacional e na *auto-atribuição* é, assim, de grande valor para encarar a categoria burocrática de *refugiado* como estruturante da acção e geradora de subjectividade.

A estruturação da interacção dos *refugiados* na sociedade de acolhimento é feita por via da categorização explícita nas políticas públicas (Zetter 1991) e implícita na ideologia humanitária (Fassin 2012 e Malkki 1996). O posicionamento dos indivíduos no país de acolhimento, como recipientes de um estatuto legal e ao mesmo tempo moral de *refugiado*, encontra-se de modo análogo condicionado por uma série de valores subjectivos de humanitarismo e de normas legais objectivas que, umas tanto quanto as outras, condicionam a sua participação na sociedade. Neste sentido, é esperado dos que são categorizados como refugiados um determinado comportamento de acordo com um determinado conjunto de valores (Barth 1969: 18). Esse conjunto de valores estabelece uma diferenciação social entre os diferentes grupos de intervenientes no sistema do asilo, em que os refugiados se encontram em relação de desigualdade em termos de controlo dos recursos simbólicos relativamente, por exemplo, aos assistentes sociais, advogados e funcionários administrativos do Estado ou das ONG.

A adopção de um comportamento condizente com a categoria em que o sujeito se insere num determinado sistema social é abordado por Barth, mas encontramos uma exploração mais focada no indivíduo que é categorizado em Erving Goffman, que Barth também cita (1969:18). Goffman desenvolveu, no quadro daquilo que se convencionou chamar de interaccionismo simbólico, uma analogia entre a realidade social e uma peça de teatro, em que o sujeito desempenha o seu papel social – que Goffman compara à interpretação de uma personagem – na interacção com os outros e adapta as suas acções àquilo que os outros esperam dele, de acordo com o grupo social em que se insere. A atribuição de características socialmente tidas como negativas ao outro, encarando-o como membro de determinado grupo social, acaba por ocorrer automaticamente, sem se pensar a fundo no seu significado, pois esta relação já está essencializada. A essa construção ideológica de uma relação entre um atributo que é consensualmente negativizado – não ver, não ouvir, ter o rosto desfigurado ou determinada cor da pele, não

andar, estar preso ou desempregado – com o estereótipo – de deficiente, doente mental, desempregado... - Goffman chama de «estigma» (1963). O estigma determina a identidade social do indivíduo. Mas a discrepância que pode ocorrer entre identidade social real - «actual social identity» - e identidade virtual - «virtual identity» – (Goffman 1963:50), ou seja, a não conformação ao estigma pode resultar na exclusão social do estigmatizado por este não se apresentar na interacção com os outros, ocupando o seu ‘lugar’ no contexto social mais amplo, apresentando assim um comportamento que é tido como «desviante» às normas socialmente estabelecidas.

Temos assim que a identidade é conceptualizada em termos do posicionamento dos indivíduos num determinado sistema social construído sobre categorizações sociais, em que os indivíduos que interagem entre si partilham da mesma percepção valorativa dos códigos simbólicos. Neste sentido, aquilo que Rogers Brubaker escreveu sobre etnicidade também é de utilidade na nossa abordagem. A estereotipagem, de acordo com Brubaker, deve ser analisada como estrutura cognitiva que contém crenças e expectativas em relação a grupos sociais (Brubaker 2004:72), traduzidos, não em termos de grupos estáticos e bem definidos de indivíduos, mas em termos de «categorias práticas, acções situadas, idiomas culturais, esquemas cognitivos, quadros discursivos, rotinas organizacionais, formas institucionais, projectos políticos e eventos contingentes» (Brubaker 2004:11)⁶.

No sentido em que a identidade nacional, étnica, ou, neste caso, burocrática e humanitária, é conceptualizada em termos de esquemas cognitivos partilhados e accionados em diferentes contextos de interacção, uma forma de identidade não é contrária a outras formas de identidade ou pertença que estejam relacionadas com outros esquemas de classificação social e contextos de interacção: um *refugiado* pode, noutras situações, ser *djoulá* – identidade nacional/étnica - e noutras pode ser *suní* – identidade religiosa – ou *engenheiro* – identidade profissional.

A categoria de *refugiado* é operacionalizada nesta investigação como categoria de análise por ser essa a denominação utilizada pelas instituições e pelos indivíduos no contexto em estudo. Apesar da variedade de estatutos jurídicos relacionados com o asilo que os indivíduos possam ter - requerentes de asilo, refugiados reinstalados, refugiados

⁶ Traduzido do original em inglês.

relocados, protecção subsidiária por razões humanitárias... - a categoria geral de *refugiado* é a que surge nos discursos das instituições e dos próprios sujeitos e operacionalizamo-la porque é essa categoria que é significativa na interacção social, traduzida em *categorias práticas e acções situadas, quadros discursivos, rotinas organizacionais, formas institucionais, projectos políticos e eventos contingentes*, para voltarmos a utilizar os termos de Brubaker. Neste sentido, poderemos argumentar que o asilo, tal como a etnicidade, constitui um sistema cognitivo e cultural. Ao cientista social compete pensar sobre o modo como os seus interlocutores pensam sobre esse sistema e, em determinadas situações, agem condicionados por ele.

1.2. Refugiados em Portugal – uma breve sociografia

Ao privilegiar metodologias qualitativas, a presente pesquisa não despreza a análise das fontes quantitativas sobre as pessoas categorizadas como refugiadas a viver em Portugal. Um cruzamento dos dados reunidos por instituições públicas e privadas que gerem a atribuição do estatuto e a distribuição de recursos pelos *refugiados* – o SEF, o CPR e a SCML - pode proporcionar uma leitura da população em termos da sua caracterização sociodemográfica que, apesar de não ser central para o tipo de abordagem que perseguimos nesta pesquisa, enriquece-a em termos de uma percepção geral de algumas características mais comuns daqueles que são categorizados como *refugiados* em Portugal. As estatísticas reunidas pelo Eurostat e pelo ACNUR permitem comparar os números de Portugal com os números relativos à União Europeia e ao mundo.

O ano de 2006 ficou marcado por ter sido o ano em que chegaram a Portugal pela primeira vez refugiados reinstalados⁷ de um primeiro país de asilo, onde já se encontravam sob o mandado do ACNUR. A história dos doze refugiados reinstalados foi amplamente coberta pela comunicação social (Alves 2007; Silvestre 2011). Daqueles, aparentemente apenas metade permanece em Portugal, três dos quais envolvidos na Associação que aqui estudamos. A sua história constitui, como veremos no capítulo III, uma referência importante o surgimento da Associação. Essa é uma das razões que nos levou a estabelecer como limite temporal para a recolha de dados

⁷ Reinstalação é o nome dado pelas instituições, sobretudo pelo ACNUR, à transferência para um segundo país de asilo de pessoas a quem já foi reconhecido o estatuto de refugiado num primeiro país de asilo (ACNUR 2011b).

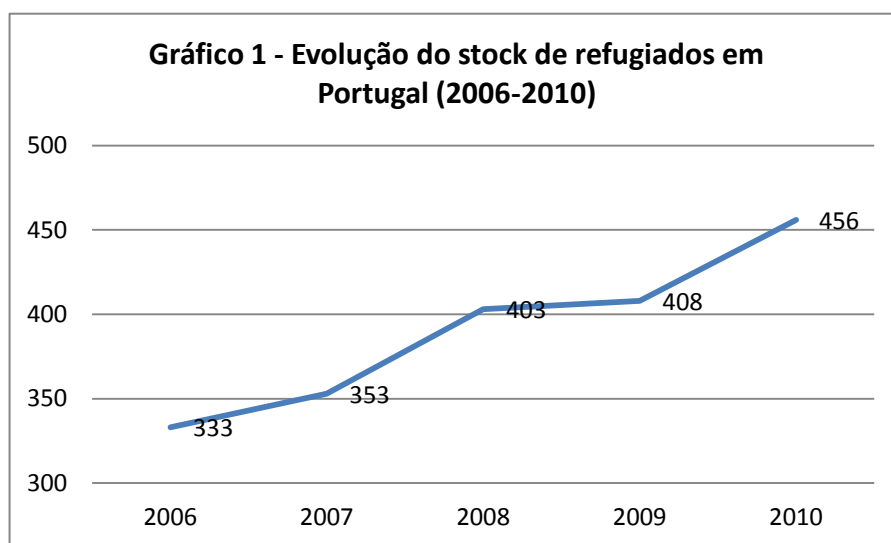
estatísticos o período temporal de 2006 a 2010. Outra razão prende-se com o facto de, entre todos os interlocutores da pesquisa, apenas um indivíduo ter chegado a Portugal antes dessa data (mais concretamente em 2002). Por estas razões serão apenas considerados dados estatísticos dos últimos cinco anos. A não disponibilização dos relatórios, relativos ao ano de 2011 em tempo útil para a pesquisa, também condicionou a escolha do período temporal.

De acordo com o ACNUR (2011), no final de 2010 existiam 10.55 milhões de refugiados e 837 500 requerentes de asilo espalhados pelo mundo. Mais de metade destes (54%) encontravam-se em países da Ásia, 23% em África e 15% na Europa. De facto, 80% de todos os refugiados do mundo, ou seja, 8.5 milhões de refugiados, encontravam-se a viver em países em vias de desenvolvimento no final de 2010. O Paquistão, o Irão, a Síria, a Alemanha, a Jordânia e o Quénia eram os países que hospedavam mais refugiados no final de 2010. Esta realidade reflecte a tendência que existe de serem os países geograficamente mais próximos dos países que emitem um grande número de refugiados, os países que os acolhem. Tal foi o caso do Paquistão e do Irão, onde entraram grande parte dos 3.05 milhões de refugiados Afegãos; a Síria e a Jordânia, por outro lado, receberam 1.5 milhões de pessoas que, em 2010, partiram do Iraque; e o Quénia foi o país de asilo de centenas de milhar de refugiados Somali, albergando também dezenas de milhar de originários do Sudão e da Etiópia. A Alemanha é o país europeu que mais refugiados e requerentes de asilo hospeda, com mais de meio milhão de refugiados e requerentes de asilo a residirem no país no final de 2010 (Vasileva 2011), entre naturais de países da ex-Jugoslávia e da ex-URSS, mas também dos principais países emissores africanos e asiáticos (ACNUR 2011).

Portugal tem sido, ao longo dos últimos anos, um dos Estados da UE onde são colocados menos pedidos de asilo. O isolamento de Portugal, no extremo ocidental da Europa, fazendo fronteira apenas com Espanha é um factor físico que contribui para a inacessibilidade do território, mas o progressivo policiamento das fronteiras externas da Europa deve ser levado em conta. Berço da conceptualização contemporânea e da institucionalização do asilo e da figura do refugiado, hoje em dia a Europa é uma das regiões mais desenvolvidas do mundo, porém uma das que menos refugiados alberga, em parte devido à convergência das políticas de imigração e asilo dos Estados, que tornam progressivamente mais difícil entrar e permanecer no território europeu. No

entanto, alguns indivíduos conseguem atravessar a “fortaleza europeia” e ser formalmente reconhecidos como *refugiados* na Europa, e outros são reinstalados pelo ACNUR a partir de outras localizações.

Em 2010 foram colocados 257 815 pedidos de asilo nos 27 países da União Europeia. Desses, apenas 160 foram colocados em Portugal, que é dos países onde a população categorizada como refugiada tem um menor peso proporcionalmente à população total do país. Em 2010 residiam em Portugal apenas 456 refugiados (ACNUR 2011) e requerentes de asilo. Dados mais recentes apontam para 426 refugiados a residir em Portugal em Junho de 2011⁸. No entanto, apesar de permanecer bastante abaixo da média dos países da U.E., o número de portadores de título de residência ao abrigo da Lei do Asilo em Portugal tem aumentado nos últimos cinco anos.



Fonte: ACNUR 2011

Nacionalidade

É possível ter uma ideia da caracterização dos indivíduos que vivem em Portugal categorizados como *refugiados*, em termos das suas nacionalidades, cruzando os dados que dizem respeito à cidadania dos requerentes de asilo e dos refugiados reinstalados ou recolocados recolhidos pelo SEF nos Relatórios de Imigração, Fronteiras e Asilo

⁸ De acordo com informações cedidas a pedido pelo Gabinete de Asilo e Refugiados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras a 14 de Junho de 2011.

(RIFA) e nos Relatórios de Actividades do CPR⁹. A escolha destas duas tipologias – requerentes de asilo e refugiados reinstalados ou recolocados – tem em conta o critério de experiência objectiva de socialização em Portugal. Os requerentes de asilo são pessoas a quem é permitido residir no país com uma autorização de residência provisória até ser tomada uma decisão sobre o pedido de asilo, o que normalmente leva mais tempo que os três meses estabelecidos por lei. Os refugiados reinstalados e recolocados são indivíduos que chegam a Portugal usufruindo já de protecção do ACNUR e aos quais é concedido título de residência válido por cinco anos.

	Tabela 1 - Pedidos de asilo, estatutos concedidos e reinstalações/relocações (2006-2010)			
	Pedidos de Asilo			Reinstalações/Recolocações
	Entrados	Deferidos		
		Estatuto Refugiado	Razões humanitárias	
2006	129	0	30	17
2007	224	1	25	16
2008	161	12	70	23
2009	139	3	45	30
2010	160	6	51	39

Fontes: Dados do SEF para 2006-2009. Dados do SEF através do EUROSTAT para 2010.

Aos indivíduos que têm uma resposta positiva ao pedido é atribuída uma autorização de residência de refugiado válida por cinco anos ou uma autorização de residência por razões humanitárias válida por dois. Conforme se pode verificar na Tabela 1, nos últimos anos têm sido atribuídos mais estatutos de razões humanitárias do que estatutos de refugiado. Os indivíduos que veem o seu pedido recusado, recebem uma notificação para abandonar o país, não sendo certo se partem ou se permanecem no país, já que de acordo com as entrevistas ao SEF e ao SES-SCML, a menos que recorram da decisão, ‘desaparecem’ do contacto com estas duas instituições. Durante o trabalho de campo cruzámo-nos com requerentes de asilo que estavam em processos de interpor recurso a decisões negativas, mas nunca com ex-requerentes de asilo que tivessem já obtido a decisão negativa final e não tivessem recorrido. No entanto, alguns

⁹ Até 2005 o RIFA apresentava uma tabela que discriminava a nacionalidade de todos os requerentes de asilo. Desde o ano 2006, apenas é possível encontrar essa tabela nos Relatórios de Actividades do CPR que cita como fonte o SEF e o próprio CPR. Desde 2006, o RIFA refere apenas o número total de pedidos de asilo, o número total de reinstalados, os estatutos concedidos e os países de origem mais expressivos.

dos nossos interlocutores, tinham conhecimento de que havia ex-requerentes de asilo que não tinham conseguido obter estatuto, e que continuavam a viver em Portugal, o que levou a que fossem também contemplados nos estatutos da *Associação*¹⁰.

Os reinstalados ou recolocados são pessoas que chegam a Portugal por intermédio do ACNUR já reconhecidas como refugiadas e com títulos de residência válido por cinco anos.

Tabela 2 - Principais países de origem dos requerentes de asilo e dos refugiados reinstalados/recolocados (2006-2010)						
	2006	2007	2008	2009	2010	Total por país
Colômbia	5	86	26	15	16	148
RD Congo	21	11	32	18	17	99
Guiné Conacri	6	14	8	18	43	89
Somália	-	31	3	1	11	46
Sri Lanka	-	6	26	8	4	44
Total por ano, para origens seleccionadas	v.a.	32	148	95	60	91
	%	24,4%	61,7%	52,2%	35,5%	45,8%
Total de todos os países	131	240	182	169	199	921

Fontes: Relatórios de Actividades do CPR e Relatórios de Imigração, Fronteiras e Asilo do SEF.¹¹

Olhando para os principais países de origem dos indivíduos (Tabela 2), verificamos que 45,9% dos refugiados chegados a Portugal nos últimos cinco anos são originárias da Colômbia, República Democrática do Congo, Guiné Conacri, Somália ou Sri Lanka. Estes são países com pouca expressão em termos do stock total de estrangeiros dessas nacionalidades a residir em Portugal. De acordo com dados provisórios do SEF relativos ao stock de população residente legal em 2010¹², dos 445 262 estrangeiros a residir em Portugal, apenas 586 eram nacionais da Colômbia e 171 nacionais da República Democrática do Congo. Os Cingaleses eram apenas 18, ou seja, menos que os 44 refugiados, e os nacionais da Guiné Conacri eram os mais numerosos: 1 409, ou seja, 0,32% de ponderação no total de população estrangeira residente. Os nacionais da Somália não entraram na estatística do SEF, o que nos leva a crer que os portadores de autorização de residência ao abrigo da Lei do Asilo não são

¹⁰ V. Estatutos da *Associação* em Anexo.

¹¹ Os números incluem requerentes de asilo e refugiados reinstalados e recolocados.

¹² Anexos estatísticos do RIFA 2010.

contabilizados e que, concomitantemente, todos os somalis residentes em Portugal sejam *refugiados*. Ali - um dos nossos interlocutores de nacionalidade somali - confirma que os únicos somalis com quem se terá cruzado em Portugal e que não eram refugiados, ou eram estudantes ou visitantes da Mesquita Central de Lisboa vindos de outros países europeus onde residem habitualmente.

O número reduzido de co-nacionais em Portugal pode, de resto, justificar a quase ausência de redes de apoio formais e informais, que pudemos observar no campo, e que levava alguns dos nossos interlocutores a lamentar o facto de terem chegado a Portugal e não a outro país Europeu onde sabiam poder contar com o apoio de um familiar ou amigo da família¹³. Noutros contextos, os refugiados, tendem a juntar-se a comunidades de co-nacionais que já se encontram formal ou informalmente estabelecidas, beneficiando assim dos recursos materiais e simbólicos disponíveis (Korac 2003b; Griffiths et al. 2005).

Género, faixa etária e família

Dados recolhidos pelo SES-SCML conseguem dar uma ideia da população em termos de uma distribuição por género, faixa etária e composição do grupo doméstico. Os dados dizem respeito apenas aos requerentes de asilo, a população que o SES-SCML apoia durante o tempo em que o pedido de asilo é analisado. Estão, por isso, excluídos os reinstalados e recolocados já que estes não passaram pela fase de requerentes de asilo nem pelo SES-SCML. Os dados analisados dizem respeito apenas ao período entre 2007 e 2010, por não se encontrar disponível em tempo útil para a pesquisa o relatório de 2006. No ano de 2007, estão apenas discriminados, por idade, os menores de 16 anos. Mesmo assim, podemos aferir pelos dados disponíveis para os restantes anos que a grande maioria dos requerentes de asilo tinha entre 16 e 35 anos de idade. Relativamente ao género, nos últimos quatro anos, mais de metade dos requerentes de asilo em Portugal foram homens (Tabela 3).

¹³ A Sistema Europeu Comum de Asilo estabelece que o requerente de asilo apenas pode colocar o pedido de asilo no primeiro país da EU onde chega e aí deve residir, não podendo procurar trabalho nem residir noutro país do Espaço Schengen.

Tabela 3 - Género e idade dos requerentes de asilo (2007-2010)																
	2007				2008				2009				2010			
< 16	7				4				6				8			
16-25	-				16				8				13			
26-35	-				27				27				15			
36-45	-				6				9				16			
46-55	-				1				-				2			
56-65	-				-				1				2			
Total	48				54				51				56			
	F	%	M	%	F	%	M	%	F	%	M	%	F	%	M	%
	16	33,3	32	66,7	14	25,9	40	74,1	17	33,3	34	66,7	11	20%	38	68%

Fonte: Relatórios do Serviço de Emergência Social da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa¹⁴

Em termos da composição familiar, a esmagadora maioria dos requerentes de asilo – sempre mais que 75% no período analisado - chegou a Portugal sozinha, ou seja, sem se fazer acompanhar por mais nenhum familiar (Tabela 4).

Tabela 4 - Composição da família dos requerentes de asilo (2007-2010)									
	2007		2008		2009		2010		
Isolado	25	75,8%	38	86,4%	26	81,3%	44	77,2%	
Casal	1	3,0%	1	2,3%	-	-	1	1,8%	
Casal com filhos menores	2	6,1%	1	2,3%	1	3,1%	2	3,5%	
Casal com filhos menores e outros familiares	1	3,0%	1	2,3%	-	-	-	-	
Casal com filho maior	-	-	-	-	-	-	1	1,8%	
Família monoparental feminina com filhos menores	2	6,1%	1	2,3%	4	12,5%	8	14,0%	
Família monoparental feminina com filhos maiores	1	3,0%	1	2,3%	-	-	-	-	
Outros	1	3,0%	1	2,3%	1	3,1%	1	1,8%	
Total de processos	33	100,0%	44	100,0%	32	100,0%	57	100,0%	

Fonte: Relatórios do SES-SCML¹⁵

¹⁴Processos activos durante o 4º trimestre de 2007 a 2009. Para o ano de 2010, encontram-se discriminados por género apenas os requerentes de asilo isolados, excluindo-se aqueles que estão inseridos em agregados familiares mais extensos.

¹⁵Dados por titular de processo a 31 de Dezembro em 2007, 2008 e 2009. Dados de 2010 de 30 de Setembro.

Esta prevalência do requerente de asilo que chega sozinho está claramente relacionada com o modo como os requerentes de asilo chegam ao território nacional. Durante o trabalho de campo, cruzámo-nos com vários requerentes de asilo que chegaram ao país através de redes de auxílio à imigração clandestina. Auxiliados por passadores, atravessam mais de um país até chegarem a Portugal sob o risco de serem apanhados pelas autoridades e presos. Ali¹⁶ relatou que na Tanzânia, o homem que o conduzia de carro na travessia da fronteira com Moçambique - onde Ali viria a apanhar um avião com destino a Lisboa – subornou a polícia para não o prenderem. Outro nosso interlocutor, originário de um país asiático, depois de ter pago aos passadores, esperava apenas fazer escala aérea na costa ocidental de África, mas acabou por ser escravizado como forma de pagamento da viagem de barco que o haveria de levar à Europa. A consciência dos perigos em que irão colocar as suas vidas na viagem clandestina é muitas vezes apontada como motivo para os interlocutores terem chegado não acompanhados da família que ficou no país de origem, num campo de refugiados ou no primeiro país de asilo. Algumas famílias com as quais me cruzei foram reunidas depois de o marido ter sido aceite como refugiado e ter posteriormente requerido o reagrupamento familiar com a esposa e os filhos.

Habilitações literárias

Os dados relativos às habilitações literárias aqui utilizados também foram recolhidos pelo SES-SCML e dizem, mais uma vez, respeito apenas aos requerentes de asilo e ao período entre 2007 e 2010. A apreciação global da distribuição dos requerentes de asilo pelas respectivas habilitações académicas ao longo do período em análise, revela que os grupos mais representativos são os dos requerentes que têm 3º Ciclo ou o Secundário, exceptuando o ano de 2009 em que o 2º Ciclo tem um maior peso no total. De notar que nos grupos Analfabeto/Sabe assinar e Sabe ler/Sabe escrever estão incluídos os menores que ainda não se encontravam em idade escolar. De assinalar também que o número de detentores de uma formação terciária é sempre superior a dez por cento durante o período.

¹⁶ V. História de vida de Ali, em Anexo.

Tabela 5 - Habilitações académicas dos requerentes de asilo (2007-2010)								
	2007		2008		2009		2010	
Analfabeto/ Sabe assinar	4	9,5%	3	5,6%	3	5,9%	2	3,8%
Sabe ler/escrever	-	-	2	3,7%	3	5,9%	-	-
1º CEB	6	14,3%	8	14,8%	8	15,7%	3	5,8%
2º CEB	4	9,5%	6	11,1%	13	25,5%	5	9,6%
3º CEB	9	21,4%	12	22,2%	5	9,8%	15	28,8%
Secundário	11	26,2%	10	18,5%	7	13,7%	14	26,9%
Bacharelato	-	-	-	-	-	-	3	5,8%
Licenciatura	8	19,0%	10	18,5%	8	15,7%	6	11,5%
Mestrado	-	-	-	-	-	-	1	1,9%
Desconhecido	-	-	3	5,6%	4	7,8%	3	5,8%
TOTAL	42	100,0%	54	100,0%	51	100,0%	52	100,0%

Fonte: Relatórios do SES-SCML¹⁷

É de salientar, mais uma vez, que não entram nos relatórios do SES-SCML os reinstalados, mas em relação a essa população, poder-nos-emos apoiar no estudo que Tito Matos levou a cabo no âmbito da sua dissertação de mestrado, inquirindo 16 indivíduos reinstalados relativamente às suas habilitações académicas. Os resultados obtidos indicaram que 10 dos inquiridos possuíam habilitações ao nível do ensino secundário e pós-secundário (*médio*) e ensino superior, ou seja 62,5% do total (Matos 2011: 84).

Área de residência

Para aferir da área de residência dos refugiados, tomaremos como referência os processos que foram transferidos do SES-SCML após a resposta positiva ao pedido de asilo, de acordo com dados do próprio SES-SCML. Enquanto permanecem como requerentes de asilo, os *refugiados* recebem apoio social do SES-SCML. Após receber o estatuto de refugiado ou de residente por razões humanitárias, o processo do indivíduo é automaticamente transferidos para o Centro Distrital da Segurança Social (CDSS) da sua área de residência, ou no caso de a área de residência ser no concelho de Lisboa, para outros serviços de acção social da SCML.

¹⁷De 2007 a 2009, utentes em processos activos durante o 4º trimestre do ano. 2010, por titular de processo.

Tabela 6 - Concelho de residência dos requerentes de asilo (2006-2010)

	2007		2008		2009		2010	
Almada	1	3,0%	1	2,4%	1	2,9%	1	1,8%
Amadora	-	-	-	-	-	-	2	3,6%
Lisboa	8	24,2%	4	9,8%	5	14,3%	8	14,3%
Loures	18	54,5%	32	78,0%	25	71,4%	35	62,5%
Odivelas	4	12,1%	1	2,4%	1	2,9%	5	8,9%
Oeiras	2	6,1%	-	-	-	-	-	-
Sintra	-	-	3	7,3%	3	8,6%	5	8,9%
TOTAL	33	100,0%	41	100,0%	35	100,0%	56	100,0%

Fonte: Relatórios do SES-SCML.¹⁸

Ao longo dos quatro anos em análise, mais de metade dos processos foram transferidos para o CDSS de Sacavém que abrange a área de Sacavém, Bobadela, São João da Talha e Santa Iria da Azóia. Tal fica a dever-se a duas situações comuns observadas empiricamente: uma é o indivíduo residir no Centro de Acolhimento para Refugiados localizado na Bobadela quando recebe o título de residência; uma outra situação é o requerente de asilo já se encontrar a viver fora do CAR quando recebe o título de residência, mas a sua residência ficar igualmente na área de influência do CDSS de Sacavém, ou seja, em Sacavém, Bobadela, São João da Talha ou Santa Iria. Como veremos no Capítulo III, a fixação dos refugiados e a formação de um enclave residencial ao redor da área de influência do CAR reflecte a exclusão social e a dependência dos serviços de apoio social do CPR.

Pela análise dos dados quantitativos, podemos adiantar a hipótese de que, de um modo geral, a pessoa que, em Portugal, entra na categoria de refugiada reúne as seguintes características:

- é originária de um país com pouca representação em termos do stock de residentes em Portugal;
- é homem e tem idade compreendida entre os 16 e 35 anos;
- chega a Portugal não acompanhado de familiares;
- possui habilitações académicas em geral altas;
- e reside na zona de influência de Sacavém.

¹⁸. De 2007 a 2009, por processos em acompanhamento durante o 4º trimestre do ano.

1.3. O percurso institucional do *refugiado* em Portugal

Com base na pequena sociografia que fizemos no subcapítulo anterior, podemos afirmar que pessoas com uma enorme variedade de origens nacionais, posicionamentos sociais e percursos de vida se encontram em Portugal sob os auspícios do asilo, categorizadas como refugiadas. No entanto, não obstante as suas características individuais, a observação no terreno demonstra que estes indivíduos são encarados pelas instituições públicas e privadas como um grupo social homogéneo. Trataremos, neste subcapítulo, de descrever as *estruturas institucionais e normativas do asilo* no contexto em estudo, a partir daquelas que são as vivências quotidianas dos interlocutores, e utilizando sempre que possível episódios que testemunhámos ou que nos foram relatados da interacção dos indivíduos com essas estruturas.

Chegada a Portugal

Genericamente, os refugiados que pedem asilo em Portugal chegam por terra ou pelo ar. Como já foi referido, em 2010, 160 pessoas chegaram e pediram asilo em Portugal, 84 das quais colocaram o pedido já se encontrando em território nacional e 76 em postos de fronteira. De acordo com o SEF¹⁹, a maioria dos pedidos de asilo em posto de fronteira são colocados no aeroporto de Lisboa, que é o aeroporto que lida com a maior quantidade de voos internacionais. As pessoas que colocam pedidos de asilo no aeroporto podem ter como destino final Portugal ou ter a intenção de apenas fazer escala para chegar a outro país Europeu. Por exemplo, alguns somalis com quem travei conhecimento pretendiam viajar para a Suécia, a Suíça ou o Reino Unido, onde esperavam encontrar familiares, amigos ou comunidades da sua nacionalidade capazes de providenciar segurança e oportunidades de trabalho. À semelhança de Ali, outros somalis também encontraram a saída para a Europa pelo aeroporto de Maputo que possui ligações aéreas directas com o aeroporto de Lisboa. Orientado pelo passador, Ali planeava apenas fazer escala em Portugal, mas acabou por ser interceptado em Lisboa.

When I arrived, it was morning, 5am in the morning. When we came out from the plane, my plan was to be transited in Portugal, and go somewhere else. Actually, I am not sure where I was going, my ticket was lost. But the human traffic man, he told me: «You are not going to stay Portugal. You are passing to some country else». I didn't know where I was

¹⁹Entrevista realizada a 19/04/2011.

going. But he told me that there are some countries where my people is and it is much easier to live and to work there. [...] he told us: «When you enter there, don't try to be scared, just be normal and just flow the line and when you go there, give your document to the people then [...], you can check your flight and then you can fly to where you want. And when you enter there, you can hide the passport and then you can ask for asylum». When we arrived here in the airport the things were not as they were planned. When we entered the queue, they asked us for the passport, and when they checked the passport and screened them, it was supposed to be blue in the machine. If it is red, it means that it is a copy; that it is not in the computer, this passport. They checked and it was a copy. They catch us and they said: «Can you please come this side?». We went aside and they took us into one small room. We were sitting there, and other friends of mine also came after me. I remember there was one guy who passed the immigration, and he was waiting in the airport for the flight. When he was almost entering the plane [...], the man, he catch him back... He was going to the UK because his family is there. (Ali)

Um mesmo indivíduo pode, numa questão de horas, passar de imigrante ilegal a candidato a requerente de asilo, e de facto é comum ouvir alguns refugiados afirmar que não sabiam o que era um requerente de asilo antes de chegarem a Portugal. A passagem do estatuto de ilegal ao estatuto de requerente de asilo denota o carácter puramente burocrático do asilo e a capacidade que as instituições do asilo têm de, quase de um momento para o outro, formar «clientes», simplesmente pela sua categorização (Zetter 1991:44).

No primeiro dia, dormi no Campo Grande, lá fora, na saída para apanhar os autocarros. Fiquei lá, dormi lá, e não apareceu ninguém para buscar trabalhadores. No dia a seguir, um rapaz de Angola pediu-me lume, perguntou-me de onde é que eu era e perguntou-me o que é que eu estava a fazer ali. (...) Ele perguntou-me por que é que eu não ia pedir asilo político e foi aí que eu consegui compreender, com a explicação dele, que tinha o direito de pedir asilo. Ele sabia disto, porque ele pediu asilo em Portugal e é refugiado há 16 anos. Eu perguntei-lhe onde é que se pedia asilo e ele disse que tinha que ir à polícia. Eu disse-lhe que na minha situação actual não podia encontrar-me com a polícia, mas ele disse que tinha mesmo que ser. «Tu vais, tu dizes que és da Costa do Marfim e queres pedir asilo. Explicas o teu problema e eles vão-te apoiar. Normal.». E foi daí que no dia seguinte fui directamente ao para o SEF e falei com a inspectora C. (George)

Os refugiados podem também pedir asilo quando já se encontram dentro das fronteiras do território do Estado. No caso de George, a entrada em Portugal deu-se a partir de Marrocos de barco para Espanha e depois de autocarro. Noutros casos a

chegada pode ser organizada também por passadores, mas por via terrestre (em vez de avião). Por exemplo, duas jovens irmãs atravessaram o Mediterrâneo a partir da Líbia para Espanha, auxiliadas por um passador que depois as conduziu de automóvel até ao Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) em Lisboa, onde finalmente as deixou sozinhas dizendo que ali era «o lugar para os refugiados». Dois outros refugiados que não se conheciam antes foram conduzidos desde a Macedónia também de carro e deixados à porta do centro de acolhimento do CPR. Mas como os pedidos de asilo só podem ser colocados junto das autoridades policiais ou do SEF, o CPR forneceu o endereço do SEF e indicações sobre como lá chegar de transportes públicos. Um outro refugiado chegou da Bélgica à estação ferroviária de Santa Apolónia em Lisboa e pediu asilo numa esquadra de polícia próxima.

Uma terceira maneira de chegar a Portugal é por reinstalação ou recolocação. O programa de reinstalação é gerido pelo ACNUR e consiste na transferência de pessoas que já têm estatuto de refugiado concedido no primeiro país de asilo, para outro país que tenha uma maior capacidade de fornecer a protecção que o primeiro país de asilo não pode garantir. Ao longo do trabalho de campo cruzámo-nos com refugiados afegãos reinstalados da Ucrânia, refugiados iraquianos reinstalados da Síria, refugiados de diversas origens nacionais subsarianas reinstalados de Marrocos. Nesses três países, o Estado não garante a protecção dos refugiados conforme as normas internacionais, pelo que o ACNUR substitui o Estado na emissão de estatutos de refugiados.

Antes de ser reinstalado para Portugal, Kpatwe viveu cerca de dois anos em Marrocos com uma folha de papel concedida pelo ACNUR que atestava o seu estatuto de refugiado. No entanto esse estatuto internacional não impediu as autoridades marroquinas de o terem detido e abandonado no deserto, pelo que, não podendo garantir mais a segurança de Kpatwe e de mais 24 refugiados que estavam sob o seu mandato, o ACNUR procedeu à sua transferência para um país onde o estatuto de refugiado seria reconhecidos pelas autoridades estatais de acordo com a Convenção de Genebra.

Duas semanas depois, recebi uma chamada da parte do ACNUR, em Rabat, para ir lá com duas fotografias tipo passe. Fui lá no dia seguinte com as fotografias e a assistente social disse que a autoridade marroquina ainda não concordava que os refugiados ficassem em Marrocos, mas o ACNUR já tinha uma nova terra de asilo para nós. Eles iam-nos reinstalar na Europa, em Espanha e Portugal. (Kpatwe)

A outra modalidade de transferência, a recolocação, consiste na deslocação de um país da União Europeia para outro país da União Europeia. A operação é também feita pelo ACNUR em coordenação com a Comissão Europeia. Este tipo de transferência faz parte da controversa convergência das políticas de imigração e asilo dos países da União Europeia, em que se promove a “partilha do fardo” (*burden sharing*) dos imigrantes entre os países membros da União Europeia. No âmbito desta prática de recolocação, famílias originárias da Somália foram recolocadas de Malta para Portugal durante os últimos anos.

Às pessoas que chegam a Portugal através da reinstalação e recolocação, é automaticamente concedido o estatuto de refugiado. Para aqueles que chegam pelos seus próprios meios, há um procedimento legal em duas fases. Numa primeira fase, a pessoa é aceite como requerente de asilo e após análise do seu caso é concedido o estatuto de refugiado ou a protecção por razões humanitárias. A diferença entre o estatuto de refugiado e a autorização de residência por razões humanitárias é, em primeiro lugar, a duração do título de residência: cinco anos para os refugiados e dois anos para razões humanitárias. De acordo com a actual lei de asilo, a protecção por razões humanitárias, quando não existe uma perseguição dirigida ao indivíduo pelas razões enunciadas na Convenção de Genebra, é concedida quando a situação geral do país de origem puder vir a colocar a segurança do indivíduo em risco, caso ele seja repatriado. Em termos práticos, na altura da renovação do título de residência, uma alteração na situação política e social do país de origem pode ditar a não renovação do título. Os refugiados, sobretudo aqueles que têm estatuto de protecção humanitária, reclamam a arbitrariedade na concessão dos estatutos. Por exemplo, aos naturais da Somália chegados a Portugal espontaneamente foi concedido título de residência por razões humanitárias; por outro lado, aos somalis que foram reinstalados ou recolocados, foi concedido o estatuto de refugiado. Tratando-se de um mesmo país de origem, os que tinham o estatuto de razões humanitárias reclamavam a injustiçada atribuição dos estatutos baseada apenas na forma como os refugiados chegaram e não nas razões propriamente ditas da fuga, já que, de acordo com os testemunhos recolhidos, tanto uns como os outros sofriam os mesmos riscos caso fossem enviados de volta ao seu país, em guerra civil há vários anos e classificado pelas instituições internacionais como um *Estado falhado*.

Mas nem todos os reinstalados tiveram acesso facilitado ao estatuto de refugiado. Kpatwe já tinha o estatuto da Convenção sob o mandato do ACNUR, mas, em Portugal, o SEF propôs que lhe fosse concedido o estatuto de razões humanitárias.

Eles [SEF] já tinham o processo, mas tinham que ouvir de nós, tinham que perguntar outras coisas para preencherem os formulários e tudo mais. Depois queriam apagar o nosso processo de asilo e dar-nos estatuto humanitário. Disseram: «Já não estão numa zona de guerra, já não vão ser importunados por ninguém, por isso, se quiserem, podem ter estatuto humanitário.» (Kpatwe)

Centro de acolhimento para refugiados

Durante o trabalho de campo, não encontramos ninguém que tivesse tido, à chegada a Portugal, uma rede de apoio capaz de fornecer alojamento à chegada. Não tendo a quem recorrer em Portugal, os refugiados são encaminhados pelo SEF para o Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR), uma instalação de alojamento temporário, propriedade do CPR e administrado pela mesma instituição.

O CAR fica localizado na Bobadela, uma localidade e freguesia do concelho de Loures, um dos 18 municípios da Área Metropolitana de Lisboa, localizado a este do centro metropolitano. A vila está localizada numa área marcada pelo alargamento do perímetro urbano da cidade de Lisboa devido à industrialização e à imigração interna e internacional ao longo sobretudo da segunda metade do século XX. Os bairros que resultaram da autoconstrução nos interstícios das fronteiras administrativas dos municípios e freguesias, pelas mãos dos recém-chegados, deram origem a enclaves residenciais marcados pela forte presença de imigrantes [Salgueiro 2001; Marques 2008]. Não podemos deixar de notar que o primeiro endereço da grande maioria dos nossos interlocutores seja historicamente marcado pela segregação residencial e a exclusão social.



Localização do Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR)

O CAR está localizado num bairro em processo de legalização na fronteira entre Bobadela e a localidade vizinha de São João da Talha, para onde dão as traseiras do edifício. Trata-se de uma área predominantemente residencial, afastada do centro de ambas as freguesias. Perto dali, há apenas um supermercado, dois cafés, uma farmácia e alguns armazéns industriais do lado da Bobadela, e uma esquadra de polícia e um centro de saúde construídos recentemente, ambos localizados já na freguesia de São João da Talha.

No CAR, os residentes dormem em quartos partilhados e partilham entre todos uma sala de estar e uma cozinha. Existe ainda um auditório e uma biblioteca abertos a visitantes externos e aos quais os refugiados podem aceder quando estes estão abertos. A área de trabalho dos funcionários do CPR encontra-se separada do restante edifício por uma porta protegida com um código que apenas os funcionários sabem.

No CAR, o CPR distribui entre os moradores roupas e alimentos doados por outras instituições e doadores particulares. Fornece também a cada pessoa um título de

transporte mensal que permite ir e voltar de Lisboa de autocarro e usar a rede pública de transportes.

Os moradores não estão autorizados a receber visitas nem nas zonas reservadas aos residentes, nem nas zonas onde têm acesso visitantes externos, conforme nos foi informado pelos funcionários do centro que impediram uma residente de se dirigir à investigadora quando esta se encontrava a pesquisar os relatórios na biblioteca do CAR. Por outro lado, a administração do centro autoriza visitas dos funcionários da Segurança Social e de grupos organizados como escolas que realizam visitas guiadas ao CAR, inclusivamente às zonas dos quartos de dormir. Também os jornalistas acedem a estas zonas, conforme se pode confirmar pelas reportagens escritas e audiovisuais disponíveis em diversos órgãos de comunicação social. É também comum que ex-residentes do centro tenham uma certa liberdade de circulação pelas zonas da sala de estar e cozinha, como pudemos confirmar durante as visitas que fizemos à biblioteca para consultar os relatórios anuais do CPR. Em todos estes casos, não é feito qualquer pedido de consentimento aos residentes para que estas visitas se realizem.

Às onze horas da noite o centro encerra e os residentes ficam proibidos de sair dos seus quartos. Uma residente com a qual estabelecemos contacto comprou um fervedor eléctrico no quarto para poder preparar chá para si e para a sua família após o recolhimento obrigatório.

A arbitrariedade no tratamento dos residentes do CAR pode ser ilustrada pelo relato de Ali, que após uma tentativa de fuga para se reunir com familiares na Noruega, se viu obrigado a regressar a Portugal e ao CAR.

(...)when I entered there [CAR], I was sleeping with six people: two from Georgia, another from Sri Lanka, another from Eritrea and me. Guess what can happen there? Six different people from different countries meet in one room. Some of them have to stand at midnight to worship or to pray, some of them have to listen to music loudly, some of them cough all night because they are sick, some of them have to speak on the phone... Some nights you are not able to sleep.

But you cannot complain there, in the centre. You cannot say: "This is hurtful, it hurts me". You cannot say it. They can say: "Leave! If you don't want, you cannot go somewhere else. If you don't want it, you can go outside. There is no one forcing you, you can leave". But if you say: "I will change the room", they can say to you: "No, you cannot change. You have to

listen. If you don't listen, we will call the police." That is what he told me, P.²⁰: "Me, I am talking to you". I asked if I could live with Somalians, who live in the next room. He said: "You are going to sleep where you want to, or are you going to sleep where we want you to sleep?" I said: "I don't want to sleep here, I'm not felling well. I am a human being, I'm not an animal." And he said to me: "If you don't sleep here, you go outside or I will call the police." And he called D.²¹, and D., she came to me and she told me: "Why are you people always complicated? Why are you giving us a problem? We are the administration people, we are the ones who own here, not you. You have to sleep where we want you to sleep. If you don't want it, here is not your house." She was talking like that. And I said: "I'm not going to sleep here." I was asking why I couldn't sleep with the other five Somalian, and they said: "No. The reason is that we want you to integrate with the people". What kind of integration am I doing? People are speaking on the phone. Is that integration? How can you integrate with Georgian man? What is the integration between him and me? I have to integrate with Portuguese society, not another man who does not know anything of me. The men from Georgia, he used to drink twenty-four hours and talk loudly. Sometimes, you cannot even tell the people: "Close the door", or "don't talk, we have to sleep", because there is no communication language.

Mas mesmo apesar das queixas, a estadia no CAR prolonga-se frequentemente para além do período que o CPR estabelece de 3 meses para os requerentes de asilo e de 6 meses para os reinstalados, o que atribuímos às dificuldades enfrentadas durante a procura de acomodação. A falta de fluência na língua é a primeira dificuldade sentida quando começa a procura de casa. Os refugiados contam com a ajuda de outros que dominam melhor a língua para fazer as chamadas telefónicas e outros contactos com os proprietários. Não apenas nestes mas também noutros contactos telefónicos, os refugiados socorrem-se da ajuda do recepcionista do CAR que realiza as chamadas. O CPR serve também de intermediário entre refugiados e proprietários cujas casas se localizam perto do CAR.

A permanência física dos refugiados nas imediações do CAR, assim como a dependência prolongada das suas estruturas, leva a uma organização da vida social dos refugiados em torno do espaço físico e simbólico da instituição. O CAR ergue-se no meio do 'deserto' (Arendt em Agier 2002) de relações humanas e reconhecimento institucional povoado pelos refugiados. A segregação é assim paradoxalmente

²⁰Vigilante no centro de acolhimento do CPR.

²¹Assistente social no centro de acolhimento do CPR.

reproduzida graças à manutenção do CAR e do CPR enquanto instituições de «organização do espaço, da vida social e do sistema de poder» (Agier 2002:322)²².

Procedemos a um levantamento da área de residência de 34 grupos domésticos compreendendo 62 indivíduos, em Julho de 2011. Verificámos que 5 desses grupos domésticos residiam ainda no CAR, 6 na Bobadela, 5 em São João da Talha, 13 nas localidades próximas de Portela da Azóia, Santa Iria da Azóia, Portela de Sacavém, Sacavém e Moscavide. Famílias mais numerosas com crianças residiam em freguesias mais próximas do centro. Por outro lado, os refugiados que viviam mais distantes do centro, nos municípios de Lisboa, Barreiro e Oeiras, eram indivíduos sem família.

Finanças pessoais e logística

Após colocação do pedido de asilo em posto de fronteira ou directamente no SEF, os indivíduos são normalmente encaminhados para o CAR, onde passam a receber uma quantia em dinheiro para as suas despesas pessoais que é atribuída quinzenalmente. Essa quantia é atribuída pelo governo ao CPR, que tem a incumbência de redistribuir. Os refugiados reinstalados e recolocados são também encaminhados para o CAR, onde também recebem esse montante até terem emitida a autorização de residência definitiva, com a qual se podem então inscrever no sistema da Segurança Social.

Após emissão da autorização de residência provisória, os requerentes de asilo passam a receber apoio financeiro da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) - uma instituição de caridade cristã, que é supervisionada directamente pelo governo - à qual o Estado atribui essa função até a autorização de residência ser emitida. Geralmente, os requerentes de asilo são encaminhados pelo CPR ao Serviço de Emergência Social da SCML (SES-SCML), onde têm lugar uma primeira entrevista e uma série de reuniões subsequentes para se acertar o valor do apoio financeiro. Não existe um montante fixo nem regras fixas para o cálculo. O SES-SCML estipula, caso a caso, um montante máximo para o subsídio em que se inclui o aluguer de alojamento e todas as outras despesas de sobrevivência. Os requerentes de asilo isolados são aconselhados a procurar um quarto e as famílias recebem um orçamento maior para poderem alugar um apartamento.

²² Traduzido do original em inglês.

Tanto no caso dos reinstalados/recolocados, como no caso dos requerentes de asilo, assim que é emitida a autorização de residência de dois ou cinco anos, os seus processos são transferidos para o serviço de Segurança Social da área de residência do indivíduo ou família ou para os serviços da SCML, se a residência for localizada na cidade de Lisboa. Como os refugiados geralmente ainda vivem no CAR quando recebem a autorização de residência, os seus processos acabam por ser transferidos para a Segurança Social de Sacavém, que abrange a área onde o CAR está localizado.

À semelhança do que se passa com os requerentes de asilo na SCML, também a Segurança Social escrutina de muito perto a escolha da residência, com as pessoas sozinhas a serem aconselhadas a procurar um quarto e as famílias um apartamento. Um apoio financeiro é calculado com base no Rendimento Social de Inserção (RSI, Rendimento Social de Integração), uma pensão não-contributiva. Não é claro, no entanto, para mim ou para qualquer um dos meus interlocutores, como o valor total do subsídio é calculado. No final, os refugiados recebem dois cheques. Muitos dos interlocutores interpretavam os dois cheques da seguinte maneira: um cheque para despesas de casa - renda, electricidade, gás e água -, e outro cheque para ser gasto no passe de transportes públicos, e em alimentação. A reunião entre a Segurança Social e um grupo de refugiados, a que pudemos assistir, deixou transparecer que estes dois valores dizem respeito, um ao RSI, cujo montante está fixado administrativamente, e o outro à “acção social” que é calculado caso a caso.

Enquanto os refugiados dependem do subsídio, quer o SES-SCML quer a Segurança Social mantêm um controlo rigoroso das suas despesas. Por exemplo, as pessoas que têm doenças crónicas são reembolsadas por despesas médicas, apenas mediante apresentação de facturas. Também o custo do aluguer de quarto ou casa tem que ser comprovado com uma cópia do contrato de arrendamento ou dos recibos. No caso em que não há contrato ou recibos, os próprios serviços entram em contacto com o proprietário para confirmar o valor da renda. Mas se, por um lado, o valor da acção social é calculado caso a caso, já os critérios na procura de soluções de habitação obedece a uma regra rigorosa: a regra um quarto para um refugiado, uma casa para uma família. Não é tida em conta a eventual procura pelos próprios indivíduos de outras resposta mais adaptadas às suas necessidades.

Por exemplo, quando Kpatwe tentou alugar um apartamento com um amigo com quem já partilhava casa em Marrocos e que tinha chegado consigo no primeiro grupo de reinstalados, foi-lhes negada essa possibilidade apesar de o preço da renda do apartamento ser igual à soma do preço da renda dos dois quartos. Ambos acabariam por ficar com o apartamento, justificando metade da renda como se fosse o valor do aluguer de um quarto. Já uma família de cinco filhos optou por alugar dois apartamentos de dois quartos no mesmo piso de um prédio, cujo preço somado ficava dentro do orçamento que lhes foi dado. Acabou no entanto por ter que mudar para um apartamento mais caro, por imposição da regra de uma família por casa, mesmo apesar de três dos filhos serem maiores de idade.

Por que razão uma regra que não se encontra escrita se sobrepõe às necessidades expressas pelos refugiados, e mesmo à racionalidade económica de privilegiar a mais barata de duas opções? Fassin justifica o exercício de poder dos técnicos de acção social num caso de atribuição de um «fundo de emergência social» do seguinte modo:

However much actors responsible for allocating scarce resources aspire to fairness, and however precise the criteria they adopt to standardize their choices, their decisions cannot entirely be brought down to objective rationalizations (conforming to norms – in this case the eligibility threshold and principles of distribution) or even subjective interpretations (adhering to values, such as merit, or moved by emotions, such as compassion). Many of the decisions taken appear to escape the rule both of reason and of sentiment. They simply relate to the exercise of power. No justification seems able to account for them. They do not even claim to be fair. (Fassin 2012:72)

Sempre que dirigimos à Segurança Social a questão sobre as regras que ditavam a atribuição de fundos²³, a resposta era a de que a atribuição era feita caso a caso conforme as despesas do indivíduo. Quando questionámos os refugiados sobre se sabiam como é que tinham sido feitos os cálculos, respondiam-nos que não. A resposta oficial do Instituto da Segurança Social que nos foi dada por e-mail foi que os refugiados são inseridos à semelhança dos nacionais nos sub-sistemas da Segurança Social, tendo acesso às prestações em igualdade de circunstâncias. Na sua resposta, o ISS enviou ainda uma lista do tipo de «apoios» que foram concedidos aos refugiados no ano 2010: «aluguer/renda, apoio económico em geral, meios auxiliares de tratamento (exames médicos); mobiliário/equipamentos domésticos; obras; subsistência; emprego (apoio em transporte...)»

²³Os contactos com a Segurança Social foram dois: uma resposta por email, listando a legislação e os tipos de apoio; uma reunião entre a Segurança Social e um grupo de refugiados.

De acordo com o que foi possível compreender na reunião a que assistimos entre o ISS e um grupo de refugiados no qual estivemos presentes, estes «apoios» inserem-se no Subsistema de Acção Social. De acordo com a Lei de Bases da Segurança Social²⁴.

No entanto continuou sempre a ser impossível aceder a algum tipo de base de cálculo destes «apoios», o que nos leva a considerar que, tal como no caso relatado por Fassin (2012), estes serão atribuídos conforme as aferições de cada técnico de acção social do grau das «situações de carência e desigualdade socioeconómica, de dependência, de disfunção, de exclusão ou vulnerabilidade sociais» tanto dos indivíduos categorizados como *refugiados*, como de outros indivíduos.

Já no caso dos requerentes de asilo, diz-nos o ISS que o apoio *poderá ser limitado* por já lhes serem *asseguradas condições materiais de acolhimento*. Neste ponto a SS refere-se às condições no período imediato à chegada, asseguradas pelo CPR no CAR, em que para além do alojamento, é o CPR a tratar directamente da atribuição de subsídio quinzenal (que na fase final do trabalho de campo se situava nos 80 euros quinzenais) e de géneros alimentares, medicamentos, roupa, transporte e cartão telefónico, e pela atribuição de um subsídio pelo SES-SCML até à emissão do título de residência pelo GAR-SEF.

Como já vimos, não são, no entanto, raras as vezes em que, ao sair do CAR, o indivíduo já possua o título de residência e já se encontre enquadrado na Segurança Social de Sacavém. É também comum que, nesta fase, não se encontre inserido no mercado laboral, nem possua outra fonte de rendimento. Por isso, quando finalmente encontra um alojamento que permita sair do CAR, o refugiado tem de solicitar ao proprietário que assine uma declaração atestando a disponibilidade do alojamento e o valor mensal da renda e da caução, declaração essa que é entregue à Segurança Social que dará a autorização e os fundos para que o aluguer se concretize. Por essa razão, o refugiado tem de explicar ao senhorio a fonte dos rendimentos para o pagamento da renda. Num dos apartamentos que visitei acompanhando um refugiado reinstalado, o

²⁴ « O subsistema de acção social tem como objectivos fundamentais a prevenção e reparação de situações de carência e desigualdade sócio-económica, de dependência, de disfunção, de exclusão ou vulnerabilidade sociais, bem como a integração e promoção comunitárias das pessoas e o desenvolvimento das respectivas capacidades.» in Lei n.º 4/2007 de 16 de Janeiro. Aprova as bases gerais do sistema de segurança social. (Diário da República, Iª série – n.º 11, 345-346)

proprietário assinou o formulário, mas mais tarde recusou-se a concretizar o aluguer porque tinha ouvido que a Segurança Social costumava atrasar-se nos pagamentos das pensões dos refugiados. Outra dificuldade que se coloca no aluguer e que tem a ver com as garantias solicitadas pelo senhorio é a declaração de pagamento de impostos (IRS) do ano anterior. Como os refugiados acabados de chegar não têm historial tributário em Portugal, o senhorio pede então um fiador com esse historial para co-assinar o contrato de arrendamento. Quando regressam à Segurança Social com o problema de não conhecerem ninguém em Portugal que se possa qualificar como um fiador, os refugiados são aconselhados a procurar outra casa, cujo senhorio não faça essa exigência.

Mais uma vez, os passos dos refugiados são acompanhados de perto pela Segurança Social, não sendo clara a existência de um procedimento standard, nem de adaptação às necessidades específicas, mas ficando evidente que os primeiros não têm qualquer margem de negociação em relação àquilo que a Segurança Social vai impondo em cada nova etapa.

No final, os refugiados acabam por encontrar alojamento na área de Bobadela ou São João da Talha, onde existe menos exigência de garantias por parte dos senhorios. «As pessoas aqui já conhecem os refugiados por causa do centro» era uma resposta frequente quando questionava sobre as razões que influenciavam a escolha de habitação. No entanto, esta familiaridade poderá não funcionar favoravelmente, como se pode verificar no caso do senhorio que tinha ouvido falar de atrasos nos pagamentos, numa altura em que, de facto, existia um atraso de alguns meses nos pagamentos das pensões, o que teria levado a faltas nos pagamentos das rendas por parte dos refugiados.

Quando acompanhei visitas a casas para alugar na área de Bobadela ou São João da Talha, era frequente os proprietários perguntarem se eu trabalhava no CAR. O CPR parecia ter desenvolvido uma rede de contactos informais com os proprietários que não exigiam um fiador, e os proprietários, antes de concordar arrendar sem fiador, frequentemente solicitavam aos refugiados o nome de um representante do CPR com o qual pudessem falar. A dependência da intercessão do CPR na área de São João da Talha, Bobadela e outras localidades próximas do CAR perpetua a segregação residencial, que continua a existir mesmo após a saída do centro.

Trabalho e educação

Depois de deixar o CAR, os refugiados continuam a visitá-lo regularmente, para frequentar aulas de Português, receber ajuda alimentar, ou para pedir a ajuda na resolução de problemas relativos a atrasos no pagamento das pensões da Segurança Social.

Normalmente, durante o tempo passado no CAR, as aulas de Português são a única actividade diária dos residentes. Após a saída, refugiados frequentam acções de formação gratuitas, curtas e esporádicas promovidas pela CAIS e estágios de alguns meses ao abrigo de acordos e protocolos que o CPR celebra com outras instituições de formação e empresas.

A inscrição no centro de emprego é feita por solicitação da Segurança Social, devido à obrigação de fazer a prova do desemprego, a fim de ser elegível para a atribuição de uma pensão. Pude acompanhar uma reinstalada que, encaminhada para o balcão do IEFP de Sacavém pela Segurança Social, recebeu uma declaração atestando que não se qualificava para trabalhar por não dominar a língua portuguesa. Recebeu também um comprovativo de que tinha sido colocada numa lista de espera para um curso de Português para Estrangeiros no Centro de Formação Profissional de Alverca. Enquanto copiava os dados da senhora do atestado de residência que esta apresentou, a técnica ia fazendo perguntas à senhora mais em jeito de conversa de circunstância do que com o objectivo de traçar um eventual perfil de empregabilidade. Em nenhum momento houve perguntas sobre qualificações ou experiências de trabalho anteriores. A inscrição no IEFP parece consistir numa formalidade burocrática que é necessário cumprir, mais do que numa tentativa real de inserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

O reconhecimento de competências é um processo muito moroso e dispendioso. Os refugiados que conseguiram trazer ou mandar vir por correio os seus certificados de habilitações tinham que iniciar o processo de equivalência que exige que o certificado seja traduzido para o Português e autenticado pelo consulado do país onde foi emitido em Portugal, para que possa ser aceite. A necessidade de autenticação pelas autoridades do país onde o certificado foi emitido é um contrassenso, pois esse país é normalmente aquele do qual a pessoa fugiu. Para mais, o estabelecimento de contacto do refugiado

com as autoridades do seu país é motivo para perder o estatuto de refugiado ou razões humanitárias.

Para admissão no ensino recorrente, é feita a mesma exigência. Na escola secundária de São João da Talha fui, mais uma vez, tomada inicialmente por empregada do CPR quando acompanhei duas irmãs de 18 anos de idade e com o 12º ano interrompido pela reinstalação, que se encontravam há quase um ano no país sem frequentar a escola. A secretaria da escola informou-nos que normalmente o CPR envia uma solicitação ao director da escola pedindo uma permissão especial para os refugiados poderem assistir às aulas enquanto o processo de equivalência está a ser realizado pelo próprio CPR. As meninas ficaram surpresas ao descobrirem que, apesar de terem entregado a sua documentação ao CPR há quase um ano, nenhum pedido tinha sido apresentado. Outra jovem de 20 anos que tinha sido autorizada a assistir às aulas estava preocupada porque estava prestes a passar para o 12º ano e o seu processo de equivalência ainda não tinha sido concluído.

Àqueles que têm qualificações especializadas ao nível do ensino superior, após o certificado traduzido e autenticado, a equivalência é concedida por uma instituição de ensino superior que poderá exigir a frequência de disciplinas e o pagamento de algumas centenas de euros.

Fazendo pequenos cursos de informática ou hotelaria para os quais são encaminhados pelo CPR, os refugiados que contactámos não utilizaram os primeiros meses na procura de soluções adaptadas às competências que já possuem ou às suas próprias ambições, falhando na construção autónoma das bases que lhes poderiam dar autonomia financeira no futuro.

Reagrupamento familiar

O reagrupamento familiar é um exemplo paradigmático de como os refugiados estão dependentes dos juristas do CPR para formularem os seus pedidos. Nas reuniões da Associação, Abdel²⁵ falava da situação em que se encontrava, há dois anos, a tentar trazer a família para junto de si. Já tinha entregado todos os documentos necessários ao CPR e dirigia-se lá regularmente para saber do ponto de situação. Pouco mais de um

²⁵Nome fictício.

mês depois voltou a aparecer na reunião da Associação e voltou a falar sobre a sua situação:

Ontem encontrámos na Bela Vista (sede do CPR). Eu estou a ir lá cem vezes. Aquele dia completei cem vezes. Há dois anos estou atrás... Preciso da minha família. Eles sempre falam mentira. Agora já passou um mês, lembra? Já passou um mês. Eles dizem “vai ligar na próxima semana para tu meteres o teu documento”. Eu já tenho contrato de trabalho, já tenho tudo, já fiz tudo, já tenho tudo, tudo, tudo. Porque é que ele está a brincar?

Acompanhámos do início ao fim o processo de reagrupamento familiar de Dalila²⁶, que tinha sido reinstalada em Portugal com duas filhas há cerca de um ano. Com o objectivo de trazer o filho para junto de si, Dalila dirigiu-se ao apoio jurídico do CPR com um modelo de requerimento do SEF já preenchido para solicitar o reagrupamento familiar. Mas, no CPR, a jurista disse-lhe que esse requerimento não servia para o seu caso, e tivemos oportunidade de assistir à entrevista com a jurista do CPR em que Dalila explicou quais as circunstâncias em que o filho se encontrava no primeiro país de asilo e as razões que fundamentariam a sua vinda para junto da família. No fim da consulta, a jurista solicitou a Dalila que pedisse ao filho que enviasse uma cópia dos seus documentos e uma indicação exacta do local onde se encontrava para que se pudesse apurar qual a embaixada mais próxima para onde este se pudesse dirigir e obter o visto de entrada em Portugal, caso o reagrupamento familiar fosse aceite. Algum tempo depois Dalila recebeu uma cópia do documento que o CPR tinha submetido ao SEF a requerer o reagrupamento familiar. Era um documento que formulava o pedido com toda a contextualização dada por Dalila e invocando a legislação e a jurisprudência. Tivemos também a oportunidade de ler outro documento do mesmo tipo, redigido para fundamentar o pedido de uma refugiada que se queria reunir com a mãe e um irmão. Ambos os documentos eram muito mais complexos e extensos do que o modelo de requerimento do SEF, sendo impossível que fossem redigidos por alguém que não tivesse um conhecimento aprofundado dos procedimentos jurídicos. A resposta ao seu pedido, chegou a Dalila pelo CPR antes da resposta oficial do SEF, o que deixa perceber um canal de informação privilegiada da ONG com o organismo público. De acordo com os relatos, como os inspectores do GAR-SEF não se encontravam em permanência no edifício de atendimento do SEF em Lisboa, os atendimentos tinham que ser feitos

²⁶Nome fictício.

mediante marcação prévia, e também neste caso havia uma percepção de que essa marcação tinha que ser feita através do CPR.

A análise do percurso dos refugiados do ponto de vista da interacção com as estruturas institucionais atesta o protagonismo das instituições que gerem programas de apoio direccionados aos *refugiados*, mesmo após anos de residência dos indivíduos em Portugal. O que pretendemos mostrar foi que a experiência de viver no Centro de Acolhimento e de continuar a viver na zona de influência do CAR, ao mesmo tempo que não conseguem obter o reconhecimento de competências e inserção laboral, nem têm redes de apoio que possam facilitar essa inserção, torna os refugiados dependentes, não só do apoio material que o CPR pode continuar a prestar, mas sobretudo do papel mediador que este desempenha com as outras instituições que distribuem outro tipo de apoios, e que colocam em prática programas de equivalência de habilitações académicas ou de formação profissional. Essa relação de dependência é, inerentemente, uma relação de dominação.

CAPÍTULO II – O sistema de asilo e a participação dos *refugiados*

2.1. Asilo e refugiados na contemporaneidade

O asilo e a figura do refugiado contemporâneo têm a sua origem no contexto histórico do período entre guerras na Europa. Desde os anos 1920, o asilo, como forma de governança transnacional, tem vindo a desenvolver-se na forma de normas, instituições e tecnologias de poder progressivamente mais sofisticadas [Malkki 1995].

Em 1921, o norueguês Fridtjof Nansen foi nomeado Alto Comissário para os Refugiados pela Liga das Nações. Para que se pudesse proceder ao repatriamento dos cerca de 300,000 ex-prisioneiros de guerra russos que tinham lutado contra o regime soviético e que por isso tinham perdido a nacionalidade após a I Guerra Mundial, Nansen produziu uma série de relatórios, com base nos quais, em 1922, a Liga das Nações recomendou aos Estados europeus a emissão de certificados de identidade para os refugiados russos²⁷. Os certificados seriam emitidos pelos Estados onde os refugiados já residissem, na estrita medida em que isso não infringisse as leis desses Estados (Liga das Nações 1922). Foi, porém, apenas em 1926 que foi definido por novo acordo que deveria ser considerado «refugiado russo (...) qualquer pessoa de origem russa que não goze ou já não goze da protecção do Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e que não adquiriu qualquer outra nacionalidade», e « «refugiado arménio (...) qualquer pessoa de origem arménia anteriormente sob o Império Otomano, que já não goze da protecção do Governo da República da Turquia e que não adquiriu outra nacionalidade».²⁸

Em 1930, após a morte de Nansen, a Liga das Nações estabeleceu o Nansen International Office for Refugees que passou a emitir os certificados que ficaram conhecidos como *passaportes Nansen*. Entretanto, no desenrolar da nova década, acontecimentos que apontavam já para o reacender da guerra na Europa, geraram um novo tipo de refugiado: o ‘refugiado alemão’. Em 1936 o conceito de «refugiado originário da Alemanha» deveria ser aplicado a «pessoas a residir nesse país que não

²⁷ Arrangement of 5 July 1922 with regard to the Issue of Certificates of Identity to Russian Refugees (League of Nations Treaty Series vol. LXIII, no. 355)

²⁸ Arrangement of 12 May 1926 relating to the Issue of Identity Certificates to Russian and Armenian Refugees (League of Nations Treaty Series vol. LXXXIX, no. 2004) [tradução]

possuam outra nacionalidade que a Alemã e a respeito das quais é estabelecido que não gozam na lei ou de facto de protecção do Governo Alemão»²⁹.

A Convenção de 1938 relativa ao estatuto de refugiado alemão³⁰ fez, pela primeira vez na história a diferenciação entre refugiado legítimo e refugiado ilegítimo, estabelecendo que «pessoas que deixem a Alemanha por razões de pura conveniência pessoal não estão incluídas nesta definição»³¹.

Esta primeira fase do estabelecimento internacional de um regime de asilo foi assim marcada pelo fortalecimento do Estado burocrático na Europa, ora na capacidade de alguns Estados de produzir expatriados pela desnacionalização (Arendt 1950), ora na capacidade de outros Estados de fazer a gestão das populações deslocadas em massa (Malkki 1996). Foi também marcada pelo fortalecimento do papel das agências internacionais, nomeadamente da Liga das Nações, no estabelecer das regras que ditariam as relações entre os Estados na gestão conjunta das populações deslocadas.

Data também deste período a formulação de uma distinção entre *refugiado* e *imigrante*. Assim, a Constituição da Organização Internacional para os Refugiados (OIR) promulgada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 1946, logo após a guerra, voltava a fazer referência a «refugiados e deslocados genuínos», reafirmando-se a necessidade já assinalada durante os anos de guerra, de separar os verdadeiros ‘refugiados’ e a «protecção dos seus direitos legítimos» dos imigrantes «por razões de conveniência pessoal»³².

Tal divisão sobreviveu até aos dias de hoje, no discurso académico, mas sobretudo no discurso político e humanitário. De facto, a figura do refugiado ilegítimo ou “bogus refugee” tem vindo a ser ideologicamente manipulada pelos governos mais conservadores através dos procedimentos de atestação das *razões legítimas* dos requerentes de asilo. A disseminação da ideia de que existem pessoas que tentam sem mérito obter o estatuto de refugiadas tem servido para justificar a progressiva redução no número de estatutos concedidos assim como a implementação de mecanismos que limitam o acesso ao estatuto de refugiado na Europa até aos dias de hoje (Fassin 2010:109-110). A ideia de que existem migrantes fundamentalmente diferentes dos

²⁹Liga das Nações. 1936. Provisional Arrangement of 4 July 1936 concerning the Status of Refugees coming from Germany. (League of Nations Treaty Series vol. CLXXI, no. 3952) [tradução]

³⁰Convention concerning the Status of Refugees coming from Germany. Geneva, February 10th, 1938. (League of Nations Treaty Series vol. CXCII, no. 4461, p. 59.)

³¹ Traduzido a partir da versão em inglês.

³²Constitution of the International Refugee Organization, 15 December 1946. (United Nations, Treaty Series, vol. 18, p. 3)

migrantes económicos tem servido também para justificar a actuação de um número crescente de agências cuja função é atestar o estatuto de refugiado e proteger os que caem nessa definição, desde agências internacionais a ONG ou associações.

Porém, as bases em assenta a diferenciação burocrática e humanitária entre ‘migrantes económicos’ – trabalhadores que procuram resposta aos seus desejos de melhoria da qualidade de vida – e ‘migrantes forçados’ – fugitivos desamparados e traumatizados que, no país de acolhimento, se contentam em satisfazer as suas necessidades mais básicas – tem vindo a ser desconstruída por académicos de várias áreas que privilegiam uma abordagem do ponto de vista da multiplicidade causal (Castles 2003; Hatton 2009; Hein 1993; Malkki 1995; Zetter 1991).

Apesar de serem crescentemente encaradas como ocorrências anormais no seio da estabilidade do mundo organizado em Estados-nação as migração sempre fizeram parte dos processos sociais (Castles 2003). Castles denomina de «migrações forçadas» um conjunto de fenómenos que inclui os movimentos de refugiados, requerentes de asilo, deslocados internos e todos os movimentos migratórios que são de uma maneira geral proporcionados pelo tráfico humano. O autor argumenta que não faz sentido uma operacionalização das categorias de migração forçada e migração económica fora da lógica da gestão burocrática dos fluxos migratórios, pois no mundo globalizado, e em termos de uma análise social, ambas têm na sua génese as mesmas causas (uma guerra gera violência e perseguições políticas, mas também gera instabilidade económica e escassez de recursos) e ocorrem pelos mesmos processos (através de redes migratórias ou recorrendo a redes de auxílio à migração ilegal). A esta interligação entre a migração dita económica e o asilo, Castles chamou de *nexo migração-asilo* (Castles 2003:17).

Assim, tanto as migrações ditas económicas como as ditas forçadas, ocorrem no interior de um «sistema hierárquico de Estados-nação», em que cada Estado tem uma maior ou menor sujeição à lei internacional e às regras do comércio internacional, em proporção inversa a uma maior ou menor participação no delinear dessas regras (Castles 2005:214). A esse «sistema hierárquico de Estados-nação», corresponde também um «hierarquia de cidadanias», em que, a diferentes níveis de poder dos Estados no sistema global, correspondem diferentes níveis de direitos e liberdades das pessoas sob jurisdição desses Estados. Deste modo, a desigualdade entre os Estados na

contemporaneidade é concomitante de desigualdade de influência nos mecanismos de governança global e da sujeição dos cidadãos de cada Estado a esses mecanismos.

As grandes potências do Norte e as agências intergovernamentais, ao mesmo tempo que provocam e prolongam conflitos e instabilidade política e económica no Sul, impõem restrições à entrada de imigrantes no Norte e medidas de contenção da emigração no Sul (Castles 2003:18), gerindo a entrada de migrantes conforme as necessidades de mão-de-obra dos países desenvolvidos (Castles 2003:19-20). Torna-se assim necessário ligar as migrações económicas e forçadas, como processos sociais dinâmicos, a processos de transformação social mais abrangentes. Nesse sentido, a migração forçada, tal como a migração económica faz parte integrante das relações económicas e políticas entre Norte e Sul³³.

Mas paradoxalmente, é a própria constatação das desigualdades globais que fundamenta hoje a uma concepção dos refugiados enquanto fundamentalmente diferentes dos migrantes económicos. De acordo com Didier Fassin (2010) a reconfiguração das relações de poder para uma escala global foi acompanhada por uma reestruturação cognitiva e moral da sociedade. A moralidade do nosso tempo, que Fassin chama de «razão humanitária»³⁴, é constituída de valores que permeiam um sistema de dominação simbólica, em que as operações de ajuda humanitária nos países do Sul ou a aplicação de medidas excepcionais aos mais pobres e aos imigrantes no Norte (para continuar a utilizar a taxonomia de Castles), são acções justificadas com sentimentos morais e subjectivos de compaixão e empatia e reconhecimento pelo sofrimento do outro. É nesta articulação da «moral humanitária» (os sentimentos) com a «política humanitária» (as acções), que Fassin encontra a «governança humanitária» (Fassin 2010:12). A «governança humanitária» é exercida por via das relações de poder entre Estados, organizações internacionais, intergovernamentais e não-governamentais, cuja acção é justificada, não por pressupostos racionais de direito e justiça, mas por pressupostos de solidariedade e compaixão. Para o autor, a «moral humanitária» justifica e reproduz as relações de desigualdade.

³³Para Castles, a dicotomia Norte -Sul não diz respeito a uma separação geográfica entre países do hemisfério Norte e países do hemisfério Sul do planeta, mas a uma separação entre países com um maior ou menor poder sócio-económico e político, que não quer necessariamente dizer que todos os países ricos e poderosos se encontram no hemisfério Norte e que todos os países pobres se encontram no Sul, apesar de haver um certo padrão na distribuição geográfica dos países, proporcionado pelo próprio desenvolvimento histórico das relações de dominação colonial que estiveram na génese da globalização.

³⁴ *Raison humanitaire*, na língua original.

No exercício quotidiano dessa governança humanitária, surgem profissionais que se especializam na assistência aos pobres, aos imigrantes, aos doentes ou aos afectados por guerras ou desastres naturais, cujo trabalho consiste na busca pela prova do sofrimento e do apuramento do grau de merecimento das medidas que lhes são direccionadas. Médicos, funcionários burocráticos do Estado ou das ONG, jornalistas, fotógrafos e mesmo académicos têm-se especializado naquilo que é um refugiado, em identificar os comportamentos adequados ou esperados, e estabelecer quais as suas necessidades e o modo de as satisfazer apropriadamente (Malkki 1995 e 1996). Esta legitimação de um domínio de conhecimento tem vindo a instituir-se desde a actuação desses profissionais nos campos de deslocados na Europa do entre guerras (Malkki 1995), até às instituições públicas ou privadas que se ocupam dos refugiados na Europa actual (Fassin 2010). Os aparentemente apolíticos campos de refugiados do Terceiro Mundo, mas também os campos de detenção na Europa, são, de facto, palcos privilegiados de biopolítica, onde ocorre o silenciar sistemático das pessoas que se encontram sob a autoridade dos administradores desses espaços. Indivíduos são transformados em objectos da acção humanitária, corpos «des-historicizados», «despolitizados» e homogeneizados numa «categoria singular de humanidade» (Malkki 1996:378).

«The net effect of administrators' views, I will argue, was to depoliticize the refugee category and to construct in that depoliticized space an ahistorical, universal humanitarian subject. » (Malkki 1996:378)

Liisa Malkki aponta também a externalidade do refugiado em relação à dita «ordem nacional das coisas», a ordem em que cada indivíduo e cultura estão enraizados num território e em que o deslocamento (*displacement*) é tido como patológico. Para caber nessa ordem «nacional» que é tida como «natural», o refugiado é essencializado também ao ponto da essencialização do Estado-nação, passando, aos olhos dos administradores, a possuir uma natureza comum partilhada por todos os refugiados. Para Malkki, a naturalização do refugiado e do Estado-nação leva a outras naturalizações, entre as quais a pertença de cada indivíduo a um local, e o uso de tecnologias de poder - campos de refugiados, locais de trânsito e de triagem e centros de acolhimento - para controlar movimentos para fora desse local (Malkki 1995:512). Mas a gestão dos deslocados - para usar a expressão «out of place» de

Malkki – depende cada vez menos dos desígnios dos Estados e cada vez mais dos novos níveis de governo que foram sendo estabelecidos desde a II Guerra Mundial.

O fim da II Guerra Mundial marcou, pois, o estabelecimento de um nível supra-estatal de governança dos *refugiados*. O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados foi estabelecido em 1950 e a Convenção da Nações Unidas relativa ao Estatuto dos Refugiados³⁵ foi promulgada em 1951. A Convenção veio reafirmar a natureza supranacional da acção das Nações Unidas sobre aqueles que entram na categoria de ‘refugiado’, obrigando «os Estados contratantes (...) a cooperar com o Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados ou com qualquer outra instituição das Nações Unidas que lhe suceda, no exercício das suas funções, e em particular a facilitar a sua missão de vigilância da aplicação das disposições [da] Convenção». O trabalho do Alto Comissário tem «um carácter totalmente apolítico; será humanitário e social e, como regra geral, estará relacionado com grupos e categorias de refugiados», seguindo «as diretivas da Assembleia Geral ou do Conselho Económico e Social» das Nações Unidas³⁶.

Ao reclamar ser apolítico, humanitário e social, o estabelecimento do ACNUR simboliza a entrada do asilo numa «ordem mundial» (ACNUR 2010:10), em que a actuação das organizações se desvincula de objectivos racionais de justiça e reconhecimento político dos *cidadãos*, vinculando-se a objectivos de compaixão, protecção e empatia pelo sofrimento da *humanidade*, continuando, no entanto, o poder a ser exercido, mas desta feita, de forma mais arbitrária. «The politics of compassion is a politics of inequality» (Fassin 2012:3).

Na concepção que faz de «direitos humanos», a Convenção de 1951 é herdeira directa da Carta das Nações Unidas e da Declaração Universal dos Direitos do Homem, ambas aprovadas anos antes também pelas Nações Unidas. Assim, segundo a Convenção, ‘refugiado’ é:

«qualquer pessoa que, em consequência de acontecimentos ocorridos antes de 1 de Janeiro de 1951, e receando com razão ser perseguida em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem a nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a protecção daquele país; ou que, se não

³⁵ Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (Resolução 429 (V) de 14 Dezembro de 1950.)

³⁶ Estatuto do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Resolução 428 (V), de 14 de Dezembro de 1950).

tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual após aqueles acontecimentos, não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar».³⁷

O Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados retirou à Convenção a restrição temporal – referência directa aos deslocamentos verificados na Europa durante as duas Grandes Guerras -, ampliando para o mundo e para o futuro a sua aplicabilidade, e tornando-a no principal instrumento utilizado pelos Estados até aos dias de hoje para a selecção daqueles que devem ou não ser aceites sob essa categoria no país de acolhimento, assim como pelas organizações humanitárias não-governamentais para a reivindicação de direitos para esses indivíduos. A Convenção de 1951, juntamente com o Protocolo de 1967³⁸, foi ratificada por 145 Estados, incluindo todos os Estados da União Europeia.

Existe, porém, uma concepção clássica de *asilo* espelhada na Convenção de 1951, de que este é temporário e de que as pessoas que sejam acolhidas por outro Estado como refugiadas retornem ao país de origem assim que o possam fazer com segurança. Mas o prolongamento dos conflitos armados ou dos climas gerais de insegurança levam a que esse retorno seja indefinidamente adiado. O asilo tende, assim, a tornar-se num estatuto mais permanente e menos temporário.

«Originally, temporary refuge or asylum was viewed as an interim step whereby a state accepted the principle of non-refoulement — that is, not forcing an individual to return to the state from which he fled where his life might be in danger — but where the state did not want that individual as a permanent member of the political community. Temporary asylum was therefore relevant only where repatriation or resettlement abroad was a prospect in the foreseeable future. When the prospect of repatriation became more and more remote, and camps filled up faster than resettlement offers could empty them, then asylum led to the creation of a permanent class of refugees. » (Adelman, 1988:8)

Impossibilitada de entrar politicamente no seio do Estado que lhes concedeu asilo, esta classe permanente de indivíduos tem o seu próprio órgão de governança humanitária, o ACNUR, que vai gerindo e limitando o movimento e a acção política daqueles que caem sob o seu mandato. O actual programa de reinstalação do ACNUR

³⁷ Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados (Resolução 429 (V) de 14 Dezembro 1950).

³⁸ Protocolo de 1967 relativo ao Estatuto dos Refugiados. United Nations, Treaty Series, vol 606, p. 267.

baseia-se na constatação de que existem refugiados que, não tendo condições de voltar aos países de origem, se encontram num primeiro país de asilo que não oferece protecção adequada por não ter ratificado os diplomas internacionais, por impor um limite temporal para essa protecção, ou por, apesar de não haver oposição à permanência dos refugiados, estes se encontrarem em situação de exclusão social. A reinstalação para um novo país de asilo é, assim, a última das três «soluções duráveis» propostas pelo ACNUR para os refugiados, sendo que a primeira continua a ser o «repatriamento voluntário para o país de proveniência em condições de segurança e dignidade» e a segunda a «integração local no país de acolhimento» (UNHCR 2011b:3).

Na União Europeia, tem-se vindo a caminhar também para uma gestão cada vez mais centralizada do asilo e dos refugiados, sendo cada vez mais restrita a margem de desvio de cada Estado-Membro em relação aos tratados, regulamento e directivas que emanam das instituições europeias.

Em 1990, a Convenção de Dublin assinada por doze Estados da Comunidade Europeia, entre os quais Portugal, já estabelecia que o Estado-membro responsável pela apreciação de um pedido de asilo devia ser o primeiro em que o pedido tivesse sido colocado. De acordo com Wenden (2004: 288) a Convenção veio evitar que uma mesma pessoa colocasse vários pedidos de asilo em diferentes países, e por outro lado que os requerentes de asilo fossem enviados de país para país, sem que nenhum fosse considerado responsável.

O *Tratado de Maastrich* de 1991 foi o primeiro instrumento político que previu políticas de asilo comuns a aplicar por todos os Estados-Membros a naturais de «países terceiros». Portugal tinha feito parte do grupo de países que aderiu ao Acordo de Schengen de 1995 que aboliu fronteiras internas na Europa. Contudo, a liberdade de circulação interna levou os países do Acordo de Schengen a estabelecer que teriam que cooperar entre si e agir como um todo para controlar a entrada de pessoas vindas de países externos à U.E.

Com o Tratado de Amesterdão em 1997, as questões da imigração e asilo passaram então do pilar da Justiça e Assuntos Internos para o terceiro pilar, o da Comissão Europeia. Os assuntos que diziam respeito à imigração e asilo que até aí eram negociados entre os ministros nacionais da justiça e assuntos internos, passaram também para outro nível de governança, o das instituições europeias (Boswell 2003, Wenden 2004, Marques 2010). As decisões passaram a ser tomadas a um nível mais europeu e

menos intergovernamental, abrindo assim o caminho para a recomendação da construção de um «política comum da UE em matéria de asilo e imigração». Assim, o Conselho Europeu reunido em Tampere em 1999

acordou em trabalhar no sentido da criação de um sistema comum europeu de asilo, baseado numa aplicação integral e abrangente da Convenção de Genebra, assegurando deste modo que ninguém será reenviado para o país onde é perseguido, ou seja, mantendo o princípio da não recusa de entrada» que deveria incluir «uma definição funcional e clara do Estado responsável pela análise do pedido de asilo, normas comuns para um processo de asilo equitativo e eficaz, condições comuns mínimas de acolhimento dos requerentes de asilo e uma aproximação das normas em matéria de reconhecimento e de conteúdo do estatuto de refugiado. Deverá ainda prever formas de protecção subsidiárias, oferecendo um estatuto adequado a qualquer pessoa que necessite de tal protecção» [União Europeia 1999]

O objectivo era criar um «espaço de liberdade, de segurança e justiça» pela uniformização das leis de cada país na protecção das «fronteiras externas para pôr cobro à imigração ilegal e combater aqueles que a organizam e cometem crimes internacionais com ela relacionados». Por, desta maneira, a Europa se tornar «um polo de atracção para muitas outras pessoas no mundo que não podem beneficiar da liberdade que os cidadãos da União consideram um direito adquirido», Tampere estabeleceu que os Estados-membros deveriam «trabalhar no sentido de criação de um sistema comum europeu de asilo» que incluísse «uma definição funcional e clara do Estado responsável pela análise do pedido de asilo, normas comuns para um processo de asilo equitativo e eficaz, condições comuns mínimas de acolhimento dos requerentes de asilo e uma aproximação das normas em matéria de reconhecimento e de conteúdo do estatuto de refugiado» e «prever formas de protecção subsidiárias, oferecendo um estatuto adequado a qualquer pessoa que necessite de tal protecção.» Porem, dentro desta «nova noção de soberania»

A noção implícita de que a liberdade de circulação no espaço Schengen poderia abrir as portas a redes criminosas e a não europeus que quisessem usufruir de um direito que não era seu por não serem «cidadãos da União», conduzia a um apertar dos mecanismos de policiamento das fronteiras externas e restrições à entrada e ao movimento dos estrangeiros que se pudessem qualificar como requerentes de asilo. As “fronteiras europeias” conduzem inevitavelmente à criação de novas condições institucionais fruto de uma nova noção de soberania europeia (Marques 2010:11-13).

As «normas mínimas em matéria de acolhimento dos requerentes de asilo nos Estados-Membros» foram então estabelecidas em 2003³⁹ e, logo no mês seguinte, o chamado Regulamento de Dublin de 2003⁴⁰ veio substituir a Convenção de 1990. O novo regulamento afinou os critérios a ter em conta na determinação do Estado responsável pelo pedido de asilo e, dentro da lógica de limitar o acesso de «naturais de países terceiros» ao tal «espaço de liberdade, de segurança e justiça», estabeleceu duas novidades. A primeira foi a de que todos os países europeus seriam considerados países seguros, de acordo com o princípio de *non-refoulement* da Convenção de Genebra, segundo o qual nenhum refugiado deve ser expulso para um país onde a sua vida e liberdade sejam ameaçados. A segunda novidade foi o estabelecimento do Eurodac, uma base de dados europeia que tornasse possível verificar se o requerente de asilo tinha sido interceptado ou pedido asilo noutro país da EU, e proceder à sua transferência caso se provasse ser esse o país responsável pelo pedido de asilo.

Novas tentativa de harmonização surgiram em 2004 com uma directiva que estabelecia as condições mínimas a preencher para ser considerado refugiado⁴¹ e em 2005, com uma directiva que estabelecia as normas mínimas a aplicar no procedimento de asilo⁴². Em 2010 foi estabelecido em Malta o Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (EASO), com a missão de «facilitar, coordenar e reforçar a cooperação prática em matéria de asilo entre os Estados-membros nos seus múltiplos aspectos e contribuir para uma melhor aplicação do Sistema Europeu Comum de Asilo», prestando «apoio operacional efectivo», «assistência científica e técnica», trabalhando em «estreita cooperação» com as autoridades nacionais de cada Estado, com a Comissão Europeia e com o ACNUR⁴³. O EASO passou a coordenar as instalações dentro da EU, que

³⁹ Conselho da União Europeia. 2003. Directiva 2003/9/CE do Conselho de 27 de Janeiro de 2003 que estabelece normas mínimas em matéria de acolhimento dos requerentes de asilo nos Estados-Membros (Jornal Oficial da União Europeia L31 de 6.02.2003, p18-25).

⁴⁰ Regulamento (CE) N.º 343/2003 do Conselho de 18 de Fevereiro de 2003 que estabelece os critérios e mecanismos de determinação do Estado-Membro responsável pela análise e um pedido de asilo apresentado num dos Estados-Membros por um nacional de um país terceiro (JO L 50 de 25.2.2003, p. 1).

⁴¹ Directiva 2004/83/CE de 29 de Abril de 2004 que estabelece normas mínimas relativas às condições a preencher por nacionais de países terceiros ou apátridas para poderem beneficiar do estatuto de refugiado ou de pessoa que, por outros motivos, necessite de protecção internacional, bem como relativas ao respectivo estatuto, e relativas ao conteúdo da protecção concedida. (Jornal Oficial da União Europeia L 304 de 30/09/2004, p. 12-23.)

⁴² Directiva 2005/85/CE do Conselho de 1 de Dezembro de 2005 relativa a normas mínimas aplicáveis ao procedimento de concessão e retirada do estatuto de refugiado nos Estados-Membros (Jornal Oficial da União Europeia L 326 de 13.12.2005, p. 13).

⁴³ Regulamento 439/2010 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Maio de 2010 que cria um Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo (Jornal Oficial da União Europeia L 132 de 29/05/2010, p. 11).

passaram a denominar-se de ‘recolocações’, operadas agora no âmbito da cooperação entre Estados-Membros.

Ao nível nacional, a primeira lei portuguesa de asilo, a Lei 38/80 de 1 de Agosto⁴⁴, surgiu na sequência de um aumento sem precedentes do número de pedidos de asilo e uma concomitante necessidade que havia nesta altura de discernir retornados de refugiados (Morais 2001), provavelmente consequência da intensificação dos movimentos migratórios em direcção à ex-metrópole que surgiram na sequência da descolonização dos territórios africanos que estavam ocupados por Portugal (Pires 2003). A Lei do Asilo de 1980 era baseada na Convenção de Genebra de 1951 e no Protocolo de 1967. Na lei de 1980 é criada a Comissão Consultiva para os Refugiados, constituída por membros de vários ministérios, com a função de emitir pareceres sobre os pedidos de asilo, cabendo a decisão final aos ministérios da Administração Interna e da Justiça.

Em 1991, é fundado o Conselho Português para os Refugiados (CPR),

«uma Organização não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD) sem fins lucrativos, independente e pluralista, inspirada numa cultura humanista de tolerância e respeito pela dignidade dos outros povos.» (CPR 2009)

Em 1993 o CPR estabeleceu um protocolo de cooperação com o ACNUR, que tinha um gabinete em Portugal. De acordo com este Protocolo, o ACNUR financiava o acompanhamento jurídico prestado pelo CPR aos refugiados e requerentes de asilo em Portugal⁴⁵. No mesmo ano saiu a nova Lei de Asilo⁴⁶ que revogou a lei de 1980, e que previa já o ‘processo normal’ e o ‘processo acelerado’ de apreciação dos pedidos de asilo. Consequência dos acordos da Convenção de Dublin de 1990, surgem também pela primeira vez as noções de ‘país terceiro de acolhimento’ e ‘país seguro’. Pela primeira vez é previsto algum tipo de apoio, nomeadamente para o alojamento e a alimentação em forma de um subsídio concedido pela Segurança Social. É também prevista a criação do cargo de Comissário Nacional para os Refugiados, sob a tutela do Ministério da Administração Interna.

⁴⁴ Lei n.º 38/80 de 1 de Agosto Direito de asilo e Estatuto de Refugiado (Diário da República n.º 176 – I série de 1/8/1980).

⁴⁵ PORTUGAL. Ministério da Administração Interna. Protocolo de Cooperação CPR/MAI. 14/10/1998. Acessível no Ministério da Administração Interna.

⁴⁶ Lei 70/93, Lei de Asilo (Diário da República n.º 229 - I série de 29/09/1993).

A nova legislação em matéria de asilo e refugiados, a Lei 15/98 de 26 de Março⁴⁷, revoga a Lei de 1993. No mesmo ano, a delegação do ACNUR em Portugal é encerrada e o Conselho Português para os Refugiados passa a ser o seu representante em Portugal. Na nova lei, prevê-se que o ACNUR e o CPR são chamados a pronunciar-se em todas as fases dos procedimentos de admissibilidade e apreciação do pedido. Em Outubro do mesmo ano, o CPR assina um protocolo com o Estado que estabelece uma comparticipação pública dos gastos com apoio jurídico⁴⁸. De facto, a Lei do Asilo portuguesa foi considerada progressiva num relatório da Comissão Europeia por ir além das normas mínimas estabelecidas pela Directiva de 2005 do Conselho Europeu, precisamente por prever apoio jurídico gratuito durante todo o procedimento de asilo e não apenas na fase de recurso (Comissão Europeia 2010).

Em 1999, Portugal recebeu 1271 albaneses do Kosovo reinstalados da Macedónia, onde haviam chegado em massa devido à crise nos Balcãs (Morais 2001). Apesar de a Europa só ter emitido uma directiva sobre protecção temporária em 2001⁴⁹, a lei portuguesa de asilo de 1998 já previa essa protecção. Mesmo o conceito de protecção subsidiária, que apenas foi alvo de uma directiva europeia em 2004, é previsto desde a primeira Lei de Asilo de 1980, sob a figura do «asilo por razões humanitárias». A lei de 1993 deixou de prever essa alternativa ao estatuto de refugiados da Convenção de Genebra, mas a lei de 1998 recuperou-a sob a figura da «autorização de residência por razões humanitárias».

Em 2006, a Lei 20/2006 de 23 de Junho⁵⁰ transpõe para a legislação nacional a directiva comunitária que estabelecia as condições mínimas de acolhimento. São assegurados o acesso a cuidados de saúde, ao ensino e ao emprego, assim como a alojamento e alimentação assegurados em espécie. Já na Lei de 1998, em matéria de acolhimento dos requerentes de asilo, «as organizações não governamentais podem colaborar com o Estado na realização das medidas previstas na presente lei,

⁴⁷Lei n.º 15/1998 de 26 de Março, Estabelece um novo regime jurídico-legal em matéria de asilo e refugiados (Diário da República n.º 72 – I série-A de 26/8/1998).

⁴⁸PORTUGAL. Ministério da Administração Interna. Protocolo de Cooperação CPR/MAI. 14/10/1998. Acessível no Ministério da Administração Interna.

⁴⁹Directiva 2001/55/CE do Conselho de 20 de Julho de 2001 relativa a normas mínimas em matéria de concessão de protecção temporária no caso de afluxo maciço de pessoas deslocadas e a medidas tendentes a assegurar uma repartição equilibrada do esforço assumido pelos Estados-Membros ao acolherem estas pessoas e suportarem as consequências decorrentes desse acolhimento (Jornal Oficial das Comunidades Europeias L 212 de 7.8.2001, p. 12-23).

⁵⁰Lei N.º 20/2006, de 23 de Junho de 2006 (Diário da República N.º 120 – Série I de 23/5/2006)

designadamente através da celebração de protocolos de cooperação»; mas a partir da Lei de 2006, há referência especificamente a «alojamento e alimentação em espécie» que pode revestir a forma de «instalações equiparadas a centros de acolhimento para requerentes de asilo». No final do mesmo ano é inaugurado o Centro de Acolhimento para Refugiados, gerido pelo Conselho Português para os Refugiados, que vem substituir um centro já existente, propriedade da ONG e gerido pela mesma.

A construção do novo centro de acolhimento, financiado pelo Fundo Social Europeu, proporcionou condições para que, em 2007, Portugal aderisse formalmente ao programa de reinstalação do ACNUR, com uma quota mínima estabelecida de 30 reinstalações por ano. Na reinstalação, Portugal comprometeu-se a dar prioridade a casos de mulheres em risco, sobreviventes de violência e tortura, pessoas com necessidade de tratamento médico e menores desacompanhados (UNHCR 2011c).

Finalmente a nova Lei do Asilo de 2008⁵¹ (que ainda está em vigor) aboliu o Alto Comissariado para os Refugiados. A nova lei revoga a anterior lei do asilo de 1998 e a lei de 2006 relativa às normas mínimas de acolhimento. A nova lei também vem prever, a par do estatuto de refugiado, o estatuto de *protecção subsidiária* aplicando a directiva 2004/83/EC da União Europeia.

Em 2009 é celebrado um novo protocolo entre o CPR e o SEF em que os projectos apresentados pelo CPR ao Fundo Europeu para os Refugiados⁵² são considerados de *interesse nacional relevante*. O Estado compromete-se, com base nesse interesse, a co-financiar em 25% esses projectos que diziam respeito ao *apoio social directo e actividades de formação e informação*⁵³. Em Maio de 2012, o CPR inaugurou um novo centro de acolhimento para crianças refugiadas (Conselho Português para os Refugiados 2011).

Assistiu-se, assim, na História recente, ao estabelecimento do asilo como figura jurídica no direito internacional, estendendo-se à legislação nacional, no caso de Portugal, bastante influenciada pela legislação da União Europeia. Por outro lado, pela

⁵¹Lei n.º 27/2008 de 30 de Junho. Estabelece as condições e procedimento de concessão de asilo ou protecção subsidiária e os estatutos de requerentes de asilo, de refugiado e de protecção subsidiária, transpondo para a ordem jurídica interna as Directivas n.º 2004/83/CE, do Conselho, de 29 de Abril, e 2005/85/CE, do Conselho, de 1 de Dezembro. (Diário da República, Iª série – n.º 124, 4003-4018.)

⁵² Programa de financiamento da Comissão Europeia.

⁵³ PORTUGAL. Ministério da Administração Interna. Protocolo de Cooperação MAI/CPR. 07/09/2009. Acessível no Ministério da Administração Interna.

sua natureza transnacional, o asilo constitui-se também como área privilegiada de actuação e autoridade das organizações intergovernamentais, mais especificamente da ONU. Ao nível da União Europeia, o dever internacional de protecção internacional dos refugiados choca com a questão mais prática de encerramento de fronteiras a fluxos de imigrantes indesejados, criando-se o projecto de um Sistema Europeu Comum de Asilo (SECA) que se pretende que coexista com a manutenção das fronteiras dos Estados no seio da União Europeia. Uma consequência paradoxal do SECA consiste no facto de os refugiados poderem circular livremente no território da União Europeia, mas apenas poder trabalhar no Estado que o aceitou e enquadrrou na legislação nacional como refugiado. Ou seja, o “espaço de liberdade, segurança e justiça” funciona para quem tem a cidadania de um dos Estados mas não para os refugiados.

Através da análise da obra de Hannah Arendt [1943, 1950 in Agamben 1995], Agamben encontra no refugiado a figura por excelência da existência da «vida nua» no quadro político-legal do Estado. Tanto os Estados como as organizações e comissões inter-estatais, criadas em primeiro lugar para lidar com o problema da desnaturalização e a perda de direitos de cidadania dos indivíduos, foram e são incapazes de lidar com esse problema de forma adequada devido ao paradoxo de os direitos do Homem serem historicamente proporcionados pela protecção e reconhecimento de um Estado.

In the nation-state system, the so-called sacred and inalienable rights of man prove to be completely unprotected at the very moment it is no longer possible to characterize them as rights of the citizens of a state. (Agamben 1995)

Agamben invoca a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789, resultante da revolução francesa em que homem e cidadão parecem referir-se a um mesmo conceito. E continua:

That there is no autonomous space within the political order of the nation-state for something like the pure man in himself is evident at least in the fact that, even in the best of cases, the status of the refugee is always considered a temporary condition that should lead either to naturalization or to repatriation. A permanent status of man in himself is inconceivable for the law of the nation-state. (Agamben 1995:116)

Sem a cidadania do Estado de onde partiu, o refugiado permanece privado da existência política no Estado que o acolhe e é visto apenas na sua existência puramente

humana. O asilo surge assim como um «regime de exceção» que gere a «vida nua» dos refugiados (Agamben 1997).

Neste sentido, o sistema de asilo, constitui uma forma de «governamentalidade» (Foucault 2010), no sentido em que o governo dos refugiados não se concentra no exercício de poder por via de um Estado soberano, mas emana também de outras instituições não estatais.

Se em termos de normas e procedimentos legais, a legislação nacional tem sido limitada pela legislação europeia, e ao nível das estruturas institucionais, o CPR, uma ONG, tem, ao longo dos últimos 20 anos, vindo a assumir cada vez mais funções na área do asilo, providenciando o aconselhamento jurídico aos requerentes de asilo e refugiados, emitindo pareceres às autoridades que decidem sobre a atribuição do estatuto de requerente de asilo e de refugiado e prestando ainda serviços de apoio social, desempenhando ainda um importante papel na gestão de fundos públicos nacionais e comunitários destinados ao acolhimento dos refugiados reinstalados e dos requerentes de asilo. Conforme veremos mais à frente, a onipresença e peso institucional do CPR e a forma como o poder é exercido a partir dele, condiciona em grande medida a vida dos refugiados em Portugal, mesmo para além do período em que estes vivem no centro de acolhimento, condicionando também a forma como estes encaram as estruturas de oportunidade política.

2.2. Participação política dos refugiados em Portugal

Em Portugal, as associações imigrantes tendem a organizar-se tendo por base a identificação nacional ou étnica dos seus membros (Sardinha 2007, Marques 2008). Para Margarida Marques, «a prevalência [nos nomes das associações] de designações que têm uma orientação para a origem, e não para o país eleito como espaço de fixação é bastante significativa» pois esta orientação «traduz, não apenas a manutenção forte de laços com as origens (a memória, ainda bastante recente da expatriação), como ainda denota a dificuldade de incorporação numa sociedade que persiste em vê-los como estrangeiros, não membros, ou membros tolerados, à margem de uma ideia matricial que não os inclui» (Marques 2008:153).

É importante realçar também que, em Portugal, as associações de imigrantes surgiram num contexto em que foram de imediato institucionalizadas pelas estruturas institucionais e legais do Estado, devido à criação do ACIME⁵⁴ e de um concelho consultivo (o COCAI) composto por líderes comunitários cooptados. Idealizado como canal de negociação política entre as minorias e o Estado, o ACIME acabou por anular o potencial de reivindicação das associações, sobretudo devido ao limite da representatividade no COCAI e por se ter gerado uma forte dependência da parte das associações dos financiamentos públicos (Sardinha 2007; Leitão 2008).

A dependência do financiamento estatal leva à institucionalização das estruturas de apoio que à partida seriam comunitárias. As associações são assim institucionalmente assimiladas (Kastoryano in Marques 2008:143) e as suas prioridades passam a ser, não as dos membros ou das comunidades que estas representam, mas as prioridades delineadas pelo Estado, instrumentalizadas que são pelas instituições públicas para a prossecução das políticas oficiais, quer através dos órgãos de poder local, quer através do ACIDI, deixando de lado a reivindicação política (Leitão in Marques 2008). Esta incorporação das associações nas estruturas do Estado acaba por ditar o fim das associações, uma vez concluídos os propósitos para que as parcerias são forjadas, como bem exemplifica o estudo levado a cabo por Maria Margarida Marques sobre a participação das associações de imigrantes nos Programas Especiais de Realojamento no concelho de Oeiras (2008).

Como já foi mencionado, o trabalho de campo para a presente dissertação desenrolou-se sobretudo junto de um grupo de refugiados bastante diversificado, no projecto de fundar uma associação de refugiados. Durante os primeiros três meses do trabalho de campo, assistiu-se assim a reuniões em vários cafés na área da Bobadela e de São João da Talha, em que várias pessoas categorizadas como refugiadas discutiam a pertinência da existência de uma *associação de refugiados*.

Os indivíduos que se dirigiam às reuniões com mais regularidade questionavam-se semana após semana sobre a legitimidade que poderia ter uma associação que se autointitulasse “associação de refugiados”. Essa legitimidade foi questionada, em primeiro lugar, por não haver uma adesão muito significativa às reuniões. O grupo que se mantinha mais assíduo consistia em pouco mais que uma dezena de indivíduos e era muito representativo de certas nacionalidades, sobretudo da Somália e dos países da África Ocidental.

⁵⁴ Hoje, ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural.

Abdullahi⁵⁵ -As pessoas não vêm. Só somali é que vêm, mas os somali não podem decidir por todos. Só podemos saber se a associação é OK quando houver 15/20 pessoas. Os somali só não podem falar por todos os refugiados. Temos que fazer a mensagem chegar aos outros, para todos os refugiados se unirem.

George -Tentamos muitas vezes; na primeira reunião tivemos 11 pessoas. As pessoas que não vêm à reunião, como é que podemos fazer chegar a mensagem? Não se interessam ou têm uma boa vida; não se interessam, embora percebam o que se trata.

Abdullahi -As pessoas têm que experimentar, tem que levar o seu tempo.

George -Mas se temos que esperar por mais pessoas, nunca mais começamos. A possibilidade de contactarmos todos os refugiados é pouca porque não temos estatuto, não somos associação. Só sendo associação é que podemos pedir ao CPR o contacto de todos os refugiados.

Abdullahi -Se os contactos estão no CPR, temos que começar no CPR.

A questão da representatividade era essencialmente colocada pelo grupo somali, através daquele que parecia ser o seu líder, o mais velho Abdullahi. Mas o problema depressa começou a ser visto como um que apenas seria resolvido no futuro, à medida que o grupo conseguisse começar a passar as suas ideias para fora, fazendo com que novos elementos se fossem juntando também.

Mas uma outra questão, e uma que dividiu mais o grupo, era a do relacionamento da futura associação com o CPR. O grupo tinha começado a reunir-se, baseando-se em grande medida nas críticas ao desempenho das instituições, sobretudo da ONG que geria o Centro de Acolhimento. No entanto, esta primeira necessidade de chegar ao contacto com todos os refugiados revelava já o papel central que o CPR ocupava, e deixava no ar a necessidade de ter que haver alguma colaboração com a ONG.

Kpatwe, que se viria a juntar ao grupo um pouco mais tarde que Ali e George, foi quem acabou por levar a questão da colaboração com CPR para o centro da discussão. Kpatwe havia feito uns meses antes uma proposta de criação de uma associação ao CPR⁵⁶.

Kpatwe – Já fiz uma proposta, mas como estão cá todos hoje, eu vim até cá partilhar as minhas ideias: actividades, jogos, actividades de aprendizagem... Como o CPR pode ajudar a divulgar, como organizar actividades para juntar dinheiro...A associação deve estar ligada ao CPR, porque em Portugal, o CPR ocupa-se dos refugiados, e nós devemos dizer-lhes o que estamos a fazer. Se fizermos uma associação, podemos discutir os problemas que os refugiados enfrentam: casa, trabalho... Apresentei a ideia ao T.M. do CPR e ele disse que precisávamos de nos organizar.

⁵⁵ Todos os nomes são fictícios.

⁵⁶V. Anexo: Proposta de criação de uma associação entregue por Kpatwe ao CPR em Junho de 2009.

Mohamed – O CPR já existe, não vamos criar outro, temos que trabalhar com eles. O CPR não está a fazer bem o seu trabalho, e tem que nos ouvir. Temos que fazer outra proposta ao CPR com elementos que todos concordem.

Yusuf – Primeiro temos que saber as leis, como funcionam as leis, qual o enquadramento do refugiado...

Ayaan – Todos os refugiados se devem unir e ficar de acordo...

George – Podemos começar por: saímos do nosso país porque não havia democracia. Temos que ter um objectivo. Como refugiados em Estado de integração, quando saímos do CPR estamos dependentes de nós. Do acolhimento até à cidadania somos refugiados, mas entre isso somos refugiados, porque só passados seis anos temos a nacionalidade. Integração é impossível sem trabalho. O refugiado tem que contribuir para o Estado, para o Estado saber que os refugiados são contribuintes e existem. A primeira reunião com o CPR não deve ser para pedir ajuda, mas para pedir um local para nos reunirmos para formar a associação. Só isso! Educação, saúde, trabalho, alimentação: temos que nos organizar e trabalhar entre a integração e a cidadania, e não ir com propostas para o CPR. Queremos um lugar para reunir e ajuda jurídica. E saber como funciona Portugal. Quais são os nossos direitos e deveres.

Kpatwe considerava que, sendo o CPR a organização que já se *ocupava dos refugiados*, uma associação de refugiados deveria estar ligada a ela. O somali Mohamed reflectia também a ideia de que, estando o CPR a fazer um mau trabalho, os refugiados deveria trabalhar com a ONG no sentido de ajudar a melhorar o seu trabalho. Já George considerava que se os refugiados nunca saíssem do domínio do CPR, o Estado nunca saberia da sua existência.

A reunião em que o diálogo transcrito se insere terminou assim com Kpatwe, George, Ali a comprometerem-se a ir falar com o CPR numa reunião formal, para solicitar um espaço para o grupo se reunir e algumas sessões de esclarecimento com juristas do CPR sobre as leis e os direitos e deveres dos refugiados.

Os três enviados chegaram à reunião seguinte com o resultado da conversa com o CPR. O CPR tinha concordado ceder uma sala para um fórum de refugiados dinamizado pelo próprio CPR, o que implicaria que um funcionário estaria presente em todas as reuniões. No entanto, se o objectivo era o de os refugiados se organizarem autonomamente, o CPR avaliaria a cooperação com a associação *projecto a projecto*, não cedendo nem o espaço para as reuniões nem quaisquer meios para as actividades regulares da associação.

Kpatwe – Tenho falado com pessoas que estão interessadas em fazer a associação no CPR, mas fizemos a proposta ao CPR e só nos deram duas hipóteses. Devemos juntar o número máximo de

peessoas para pensar qual a melhor forma para formar a associação. Se já tivermos a associação e o CPR criar o fórum, podemos partir do fórum e ir buscar mais pessoas para a associação...

George – O CPR deu-nos um limite: só podemos fazer isto e a partir daí, mais nada.

Abdullahi – O CPR é o representante do UNHCR em Portugal, por isso temos que comunicar ao CPR.

Kpatwe – Mas o CPR tem acção limitada, só nos primeiros meses. Depois o trabalho, a saúde, etc., é com os refugiados. Só que os refugiados não têm informação.

George – O CPR não dá informação dos seus direitos...

Abdullahi – Os partido publicam o que fazem, ganham apoio, divulgam... Só quando 30% ou 40% souberem os nossos objectivos é que podem apoiar. O CPR já fez muito pelos refugiados. Não devemos ficar contra eles. Devemos fazer o fórum e depois, aí, acolher mais pessoas para a associação.

Gerou-se então uma cisão entre aqueles que consideravam o CPR o canal legítimo de participação cívica dos refugiados, e tinham dificuldade em imaginar uma acção colectiva que não fosse mediada pelo CPR, e aqueles que consideravam que a Associação deveria constituir-se como local dessa acção e canal legítimo de participação na sociedade mais alargada. A ideia do fórum como única forma de cooperação sistemática com o CPR foi perdendo adeptos e, eventualmente, alguns elementos do grupo de somalis, que não concordavam com a existência autónoma da associação, acabou por se afastar das reuniões, relegando, no entanto, e formalmente (a comunicação foi feita numa reunião) em Ali a representação dos refugiados somalis. O grupo agora liderado por Kpatwe, George e Ali, prosseguiu então as reuniões com o objectivo de escrever os estatutos da Associação e registá-la formalmente.

Relacionamos o dilema da autonomia ou não autonomia da associação com a percepção que os refugiados tinham das estruturas de oportunidades políticas⁵⁷.

A falta de informação, o desconhecimento das instituições e, por outro lado, a percepção do CPR enquanto organização legítima de representação dos refugiados, com recursos materiais – espaço físico para a realização de reuniões - e simbólicos – o estatuto de principal organização que se ocupava dos refugiados - de que os refugiados não dispunham, levava alguns dos participantes das reuniões a considerar que uma

⁵⁷ Baseando-se em Sidney Tarrow, Koopman e Statham definem as *estruturas de oportunidade política* do seguinte modo: «Political opportunity structures consist of consistent – but not necessarily formal or permanent – dimensions of the political environment that provide incentives for people to undertake collective action by affecting their expectations for success or failure» (Tarrow in Koopman e Statham 2000:47).

acção colectiva fora do domínio do CPR não obteria reconhecimento junto dos outros refugiados nem legitimidade na esfera pública e que, de uma forma geral, estaria destinada ao fracasso.

Mas a percepção de que o âmbito de actuação CPR estava reservado a uma fase muito inicial da chegada dos refugiados a Portugal, e que tinha poderes limitados na intervenção em áreas que os refugiados identificavam como problemáticas, e que tinham a ver com a integração a longo prazo, levou à decisão de estabelecer formalmente a Associação com objectivos relacionados sobretudo com o estabelecimento de contacto entre os refugiados e outras instituições da sociedade de acolhimento - instituições públicas, entidades empregadoras, universidades e outros locais de ensino – e entre estes e a sociedade em geral, como a «sensibilização da opinião pública e pessoal técnico em torno da valorização do refugiado enquanto factor de desenvolvimento da sociedade portuguesa», mas também a «consciencialização cívica e auto-determinação» dos refugiados, sempre numa perspectiva de contacto com a sociedade mais alargada ⁵⁸.

Como já pudemos ver na primeira parte do presente capítulo, o discurso hegemónico sobre os refugiados, define como principais problemas daqueles que são assim categorizados, as guerras, as tragédias humanitárias, as perseguições e tortura nos países de origem, objectificando o refugiado enquanto alvo de ajuda humanitária. Assim, um refugiado que solicite ajuda invocando a sua condição de ser humano tem mais probabilidade de ser ouvido que aquele que se mobilize politicamente, reclamando justiça e invocando a sua condição de cidadão, o que pode explicar a renitência de alguns indivíduos em se juntar à Associação por «não valer a pena». Mas parece ter sido precisamente o enfoque exclusivo na protecção por parte das outras instituições o principal motivo que determinou a decisão pela continuação da Associação fora do âmbito do CPR. A percepção de que os problemas que eram colocados pelo CPR não eram os mesmos que os próprios refugiados colocavam, é bem ilustrada nas palavras de Kpatwe (inicialmente o maior adepto da dependência do CPR): «[O] CPR tem acção limitada, só nos primeiros meses. Depois o trabalho, a saúde, etc., é com os refugiados.» Havia uma série de problemas que tinham a ver com o acesso dos refugiados à habitação, ao emprego, à educação, à saúde, etc., que o CPR não levava à discussão pública. Cabia, assim, aos refugiados chamar a atenção para esses problemas. Mas, ao

⁵⁸ V. Anexo: Fins da Associação conforme os seus Estatutos.

identificar como problemas o acesso à habitação, ao mercado de trabalho, à educação no país de acolhimento, e ao tentar agir no sentido de realizar esse acesso, através da «consciencialização cívica e auto-determinação» dos refugiados, os refugiados estavam a produzir um discurso que não se enquadrava no discurso dominante.

Como sustentam Koopmans e Statham, a abordagem às estruturas de oportunidade política deve incluir a análise do modo como os problemas são socialmente construídos e partilhados na esfera pública. As estruturas legais e institucionais tendem a favorecer o acesso das elites que reproduzem a perspectiva dominante e determinam quais os problemas existente e o modo como estes devem ser resolvidos (2000:52). O sucesso de um movimento cívico em influenciar as políticas públicas não depende apenas da estrutura institucional e legal. Depende também do enquadramento do discurso (*contentious discourse*) nos discursos hegemónicos e essa capacidade de encaixe dita o sucesso dos grupos em influenciar o modo como os problemas são percepcionados na esfera pública (Koopmans e Statham 2000:54). Os problemas existem na medida em que são formulados enquanto tal, e a formulação que estes adquirem na esfera pública é a das elites políticas pois são estas que definem a estrutura de oportunidades. De acordo com os autores, para que os discursos contra-hegemónicos se imponham no delinear ou no reformular de novos problemas na, estes têm que reunir três objectivos estratégicos: *visibilidade*, *ressonância* e *legitimação*, ou seja, os actores têm que legitimar publicamente a sua demanda e provocar noutros actores uma reacção de apoio. Conseguídos esses objectivos, os desafiadores poderão conseguir reconfigurar as relações de poder e, assim, as estruturas de oportunidade política (Koopmans e Statham 2000).

Cerca de um ano e meio depois de a Associação ter sido registada, foi contactada por Joanne⁵⁹, uma funcionária do European Council on Refugees and Exiles (ECRE)⁶⁰ que estava interessada em trabalhar com o que designava de RCO, «refugee community organizations»⁶¹. Joanne convidou a Associação a estar presente na conferência anual da ECRE em Madrid, onde haveria um painel dedicado ao tema «Cooperation with

⁵⁹ Nome fictício.

⁶⁰ O ECRE é uma plataforma de ONG nacionais de vários países da União Europeia, onde o CPR também participa. A actuação do ECRE está virada essencialmente para a legislação e o direito europeu, com funcionários ao seu serviço, na sua maioria juristas, que advogam junto das instituições europeias no sentido de «promover os direitos daqueles que procuram protecção na Europa» (European Council on Refugees and Exiles 2012).

⁶¹ O mesmo termo utilizado por Griffiths et al. (2005) para designar associações de refugiados. Conforme explicou, Joanne tinha contactado pela primeira vez com associações de refugiados no Reino Unido.

Refugee Community Organizations». Como preparação para a conferência, Joanne solicitou que a Associação levasse uma lista com os principais desafios que os refugiados enfrentavam em Portugal. O documento levado pela Associação⁶² foi o resultado dos grupos de foco realizados pelos refugiados durante um workshop de preparação de um guia de integração⁶³, e expunha cinco áreas que eram encaradas pelos refugiados como problemáticas no contexto de acolhimento: a habitação, os cuidados de saúde, a Segurança Social, a educação, o emprego e o acesso à informação e comunicação. O documento concluía da seguinte forma:

Safety and integration from the perspective of these refugees does not only mean being kept from persecution. It also means securing them an academic and professional future on which they can base to build a better life and to be contributing members of their host countries. (Anexo 3:4)

Os membros da Associação viram neste convite uma oportunidade de encontrar numa instituição que era percepcionada como detendo um grande poder de influência, um canal de abertura para levar os problemas que identificavam a ter alguma visibilidade,

Acompanhámos a representação da Associação feita por Kpatwe na conferência e lá, apercebemo-nos mais uma vez de que também as preocupações do ECRE se prendiam mais com a garantia do acesso à protecção do que com as questões levantadas pela Associação e que tinham a ver com a integração após a protecção ter sido concedida. Apesar de manter a discussão no painel relativamente aberta, Joanne direccionava-a para a cooperação entre as associações e as ONG, sublinhando que estas últimas poderiam levar para a discussão ao nível das instituições europeias as preocupações dos requerentes de asilo que não obtinham o reconhecimento e a protecção devidos nos Estados da UE onde residiam. No fundo aquilo que era pretendido era que a cooperação com as associações de refugiados legitimasse o trabalho dos técnicos especializados do ECRE e das ONG nacionais, enquanto porta-vozes das necessidades e demandas reais dos refugiados. Mas as preocupações com os procedimentos de asilo manifestadas pelos juristas não correspondiam às preocupações dos refugiados aos quais já foi garantida protecção e que se debatem com a exclusão

⁶² Em Anexo.

⁶³ A elaboração do guia de integração foi o pretexto para o primeiro grande evento da Associação. Foram convidadas várias instituições a clarificarem o seu papel no acolhimento e integração dos refugiados em Portugal e realizados grupos de foco para discutir os principais problemas de integração dos refugiados em Portugal, que foram dinamizados por dois ilustradores que ilustraram um guia de integração.

social nos países de acolhimento, como o desfasamento entre as preocupações do ECRE e as preocupações das associações de refugiados presentes na conferência⁶⁴ ilustraram. As questões sobre a integração nas sociedades de acolhimento levadas pelas três associações de refugiados à conferência não tiveram eco no discurso dominante do ECRE e das ONG que estavam presentes na conferência. Mais vocacionadas para o direito, compostas de especialistas, as ONG (o CPR ao nível nacional e o ECRE ao nível europeu) preocupam-se em vigiar o cumprimento das leis do asilo e no garantir do cumprimento dos procedimentos legais que conduzem ao reconhecimento do estatuto de refugiado. Na actual estrutura legal e institucional são estas instituições e os seus especialistas que têm o poder de formular os problemas e levá-los à esfera pública. As preocupações da Associação dizem respeito a questões locais e quotidianas, distanciando-se, desse modo, do discurso dominante. O sucesso dos esforços da Associação em levar à esfera pública novos problemas e soluções está assim dependente da capacidade de penetração na actual estrutura de modo a poder influenciar políticas e a sua implementação (Koopmans e Statham 2000:53)

O contexto britânico em que Joanne se inspira foi alvo de um estudo realizado por Griffiths, Sigona e Zetter (2005). No Reino Unido foram colocadas em prática políticas de dispersão dos requerentes de asilo pelo território nacional, que levaram também a uma dispersão das comunidades nacionais e à formação de associações inteiramente compostas por refugiados nos novos contextos de acolhimento. Os autores abordam o papel das RCO (refugee community-based organizations) na integração dos refugiados nas comunidades locais, partindo de uma conceptualização da integração enquanto processo recíproco entre refugiados e a sociedade de acolhimento. Nesse processo, as RCO poderiam responder de forma realista às necessidades dos seus membros favorecendo a sua integração na sociedade mais alargada. Mas o que os autores constatarem é que estas associações acabam por ter uma acção complementar aos programas geridos pelas ONG e agências do Estado, acção essa que se resume à satisfação de necessidades básicas imediatas dos refugiados, não contribuindo desse modo as RCO para uma integração a longo termo, pois não dispõem dos recursos para gerar oportunidades de formação ou emprego (Griffiths et al. 2005:201). Os autores constatarem que, trabalhando na periferia das suas comunidades e da

⁶⁴Para além da Associação, estavam ainda presentes duas associações de refugiados italianas.

acção mais concertada das ONG e dos organismos públicos, a acção limitada das RCO acaba por contribuir para perpetuar a marginalização dos seus membros (Griffiths et al. 2005: 202).

No caso em estudo, o acesso à educação, emprego, habitação, saúde e segurança social constituíam um problema para os refugiados no seio da Associação, porque seria este acesso que permitiria a tão almejada integração. A Associação confere assim um sentido mais amplo à «integração» dos refugiados, não a remetendo apenas ao «manter longe da perseguição». Mas ao empenhar-se mais na «sensibilização» e «consciencialização» (Anexo 2) dos indivíduos, e não conduzindo acções concretas de integração a longo prazo, à data de finalização deste estudo, a Associação tinha um papel secundarizado relativamente ao CPR, que continuava a assumir um papel central no quotidiano dos refugiados. A distribuição de recursos –roupa, géneros alimentares ou montantes em dinheiro – que era feita pela ONG, proporcionavam a satisfação das necessidades básicas e mais imediatas dos indivíduos, minimizando os efeitos, mas não eliminando os problemas do não-reconhecimento ou não aquisição de competências, do desemprego ou atraso de pagamento das prestações da Segurança Social. A continuação dos problemas ia, desse modo, ditando a continuação da dependência.

Como vimos na primeira parte do presente capítulo, na sociedade de acolhimento, o refugiado é visto como objecto passivo de acções caritativas, símbolo máximo do cidadão pós-nacional, detentor de direitos humanos, mas não de direitos cívicos (Agamben 1995). A participação política dos refugiados na sociedade de acolhimento tem sido, assim, limitada pelo papel passivo que lhe está reservado enquanto refugiados e pela invisibilidade enquanto cidadãos.

CAPÍTULO III – Histórias de vida: a formação situada de uma identidade de *refugiado*

3.1. Metodologia de recolha e análise

Muitos foram os interlocutores da presente investigação. Entre participantes nas reuniões da Associação e participantes nas actividades promovidas ou participadas pela Associação, muitas foram também as pessoas com as quais se foi travando conhecimento fora do âmbito da Associação, devido ao tempo passado entre Bobadela e São João da Talha, onde, como já vimos, residem muitos indivíduos e famílias de indivíduos categorizados como refugiados.

Como já foi referido, as reuniões da Associação foram as que mais material empírico forneceram para responder à problemática de partida. Era nesses encontros que se ia construindo, formulando e reformulando a identidade do refugiado que Associação representava, fazendo corresponder esse *refugiado* com uma série de características e problemas, que ora convergiam, ora divergiam da imagem estereotipada do *refugiado*.

Para esta construção de uma identidade de refugiado no seio da Associação, enquanto instituição da sociedade de acolhimento, destacaram-se sobretudo três indivíduos: Kpatwe, Ali e George, os três elementos mais presentes e que se assumiram desde o início como líderes da Associação, e cujos discursos se tornaram dominantes. A forma como articulam ideias sobre quem são os refugiados, qual o papel que têm, qual o papel que podem ter, é indelevelmente marcada pelos percursos pessoais sobretudo no contexto de acolhimento. Por essa razão, procedeu-se à recolha das suas histórias de vida.

As histórias de vida foram construídas de forma cooperativa recorrendo a entrevistas semidirectivas. Na primeira entrevista foi pedido ao entrevistado que fizesse um relato da sua vida, desde o momento em que nasceu até ao momento presente. À medida que os entrevistados iam relatando o seu percurso biográfico, e sobretudo nas entrevistas subsequentes, foi solicitado ao entrevistado que se detivesse e aprofundasse determinado aspecto, de acordo com os principais eixos orientadores da inquirição:

i) a vida pessoal e familiar no país de origem (o objectivo foi o de compreender um pouco do contexto de partida, vida pessoal e familiar, e também as motivações da fuga);

ii) a participação em associações, partidos políticos, ONG, ou outros grupos formais no contexto de origem ou de trânsito (com o objectivo de perceber se houve participação nesse tipo de estruturas no país de origem ou no país de acolhimento e antes da participação na Associação);

iii) a interacção com instituições ou organizações relacionadas com o asilo e refugiados noutros contextos de asilo no país de origem ou nos países de trânsito (para perceber se houve interacção com outras estruturas de asilo diferentes das que operam no actual contexto e perceber qual a percepção dos sujeitos sobre essas estruturas e que reflexão crítica fazem sobre elas);

iv) a relação com as estruturas de asilo em Portugal (para perceber como é a interacção do sujeito com as estruturas de asilo no contexto de acolhimento, tentando traçar aquele que foi o seu “percurso institucional” desde que chegou a Portugal, e que percepção e reflexão crítica faz sobre essas estruturas);

v) motivações pessoais que levaram ao envolvimento na Associação;

vi) envolvimento noutros grupos ou associações e relacionamentos pessoais no contexto de acolhimento (para se localizar o indivíduo em redes informais de solidariedade, associações, grupos formais de base religiosa ou política, que gerem recursos materiais ou simbólicos no país de acolhimento).

Nos casos de Ali e George, foi utilizado apenas o material resultante das entrevistas. No caso de Kpatwe, foi utilizado também um texto biográfico que o próprio escreveu no âmbito académico⁶⁵. Kpatwe cedeu-nos esse texto e partimos dele para as entrevistas subsequentes. A metodologia consistiu em, a partir das entrevistas transcritas (e, no caso de Kpatwe, também do texto escrito pelo próprio), construir um texto

⁶⁵RVCC – Reconhecimento e Validação de Conhecimentos e Competências, um programa alternativo para obtenção de graus escolares, cujo principal exercício consiste na redacção de um texto biográfico em que se expõem as competências adquiridas ao longo da vida.

corrido fazendo apenas pequenas alterações necessárias à fluidez do discurso e pedindo aos sujeitos clarificação em relação a uma ou outra passagem.

Para construir os textos das histórias de vida foi preservado o mais possível o discurso das entrevistas realizadas e dos textos escritos pelos sujeitos. Por isso o discurso permanece na primeira pessoa e marcado pela oralidade, por vezes dirigindo-se a uma segunda pessoa, a entrevistadora. No entanto, por forma a tornar a leitura mais fácil, quando se procedeu à transformação das entrevistas transcritas e do texto produzido pelo próprio sujeito em texto corrido, foi por vezes necessário proceder a alterações de gramática, construção frásica e organização por ordem cronológica dos eventos. Por exemplo, quando os entrevistados relataram algo que disseram ou que lhes foi dito numa conversa no discurso directo, passou-se as frases para discurso indirecto; houve a transformação do discurso na segunda pessoa para o infinitivo (por exemplo, «como é que tu vais lidar com este tipo de coisa?» passou a como é que se lida com este «tipo de coisas?»); substituição de nomes por pronomes para tornar o texto menos repetitivo, ou pronomes por nomes para tornar mais claro qual o sujeito ou complemento da frase; concordância de tempos verbais e género das palavras que por vezes não era concordante devido ao facto de a língua não ser a língua materna dos entrevistados; supressão de repetições e hesitações; e, por fim, omissão de nomes próprios de outras pessoas, substituídos pelas iniciais.

Os sujeitos procederam depois à leitura do texto corrido, realizando as modificações que consideraram necessárias, obtendo-se o texto final.

Em termos da análise do conteúdo, este foi tratado no quadro de uma análise crítica do discurso (Van Dijk 2003), em que o discurso falado e escrito é encarado como manifestação de estruturas de poder e dominação, que são dessa forma inscritas na interacção social. Tentou captar-se as manifestações de incorporação das estruturas de dominação simbólica e de conformidade com o estereótipo de *refugiado*, assim como as manifestações de crítica e não-conformidade.

3.2. Kpatwe

Quando a guerra irrompeu na Libéria em 1990, Kpatwe tinha 10 anos e vivia na cidade mineira onde tinha nascido. Vivia com o seu pai, um funcionário da companhia de exploração mineira, a madrasta e sete irmãos num lar da classe média. Frequentava a escola e ao Domingo ia à igreja.

Com a guerra, a família mudou-se para a Serra Leoa, onde permaneceu por um ano, até a guerra começar também naquele país, e a família se mudar de novo, dessa vez para a Guiné Conacri, onde permaneceu durante algumas semanas num campo de refugiados construído pela Cruz Vermelha.

O pai de Kpatwe conseguiu então contactar a família que tinha nos EUA e obter dinheiro suficiente para a família se mudar para a Costa do Marfim, onde tinham outros familiares. Chegados ao interior da fronteira da Costa do Marfim, permaneceram novamente num campo de refugiados durante alguns dias, antes de retomarem a viagem até à cidade onde se encontravam os seus familiares.

Na Serra Leoa, na Guiné Conacri, e na Costa do Marfim, Kpatwe viveu em campos de refugiados (Guiné Conacri e Costa do Marfim) ou recebeu ajuda alimentar e médica da Cruz Vermelha (Serra Leoa). As saídas da Libéria, da Serra Leoa e, mais tarde, da Costa do Marfim foram precipitadas pelas guerras civis desses países. Por essa razão, Kpatwe considera ser refugiado desde que saiu da sua cidade natal, aos nove anos.

Vivemos em Serra Leoa, numa cidade chamada Bo, por um período de um ano e poucos meses de 1990 a 1991. A ajuda em alimentação e medicamentos vinha da cidade Kenema, onde ficava a sede da Cruz Vermelha que era de onde vinha essa ajuda. Vivemos primeiro numa pensão e depois numa casa. Durante este período, eu estava a estudar em Serra Leoa até à chegada da guerra civil de Serra Leoa e começámos a caminhar para Guiné Conacri. (...)

Chegámos à Guiné Conacri no final do ano de 1991 e vivemos num campo de refugiados em Nzerekulé, um campo de refugiados da Cruz Vermelha construído num campo de futebol. Esse campo já existia há algum tempo devido aos confrontos entre cristãos e muçulmanos. (...) Chegámos a Danané (uma cidade em Costa de Marfim que faz fronteira com a Libéria e a Guiné Conacri) no início do ano de 1992 e foi-nos indicado o campo de refugiados e, à nossa família, foi dada uma tenda para ficar. Ficámos dois dias em Danané, para descansar e começámos o caminho para Toulepleu

(Costa de Marfim), onde tínhamos outros familiares do meu pai. Foi o fim da longa fuga e era o início de uma nova vida. (Apendice 1: 2)

Kpatwe viveu em Toulepleu até acabar o ensino secundário, fazendo «parte de todas as actividades disponíveis para os refugiados» (Apêndice 1:3). As escolas que frequentou eram escolas para refugiados e os programas de voluntariado em que participou destinavam-se a ajudar refugiados. Quando terminou o ensino secundário, Kpatwe esperava ser escolhido para uma bolsa de estudo também para refugiados.

Lá em Toulepleu, eu fazia parte de todas as actividades que estavam disponíveis para os refugiados. (...) Havia três escolas para os refugiados em Toulepleu: duas escolas primárias e uma escola secundária, e eu frequentei as três. (...) No final do secundário, não me tinham escolhido para ter a bolsa de estudo para ir para a universidade naquele ano porque tinham muitos refugiados alunos na lista e eu tinha que esperar para o próximo ano. Envolvi-me num programa linguístico para ensinar as pessoas analfabetas a ler e a escrever no seu dialecto que era o Krahn Literacy Program. Às vezes, fazia voluntariado na Cruz Vermelha durante a distribuição dos alimentos aos refugiados. (Apêndice 1:3)

Sem se conseguir qualificar para receber a bolsa de estudo para ir para a universidade, e com a situação na Costa do Marfim a escalar para a guerra civil, Kpatwe resolveu sair da Costa do Marfim, dessa vez sem a família.

Ouvi falar de melhores oportunidades de estudos para os refugiados nos outros países e decidi viajar porque estava à espera e ainda não tinha tido sorte para obter a bolsa. Também na Costa de Marfim não havia mais estabilidade. Havia rebelião em algumas regiões do país. (Apêndice 1:3)

Kpatwe atravessou vários países da África Ocidental, onde foi trabalhando e obtendo «apoios de algumas organizações não-governamentais que ajudavam os refugiados» (Apêndice 1:3) até chegar a Marrocos, onde finalmente, o seu estatuto de refugiado foi oficialmente reconhecido.

Quando cheguei a Marrocos, fui procurar o Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados. Marcaram uma entrevista na mesma semana para saber o meu caso. Consegui, no fim da entrevista, ter um estatuto de refugiado reconhecido em Marrocos sob protecção do ACNUR, em 2004. Vivia em Casablanca e tinha apoio de uma Igreja Protestante. (Apêndice 1:3-4)

Kpatwe permaneceu quase dois anos em Casablanca, sem conseguir cumprir o objectivo de estudar. O ACNUR e a Igreja Protestante estavam a «procurar financiamento para integrar os refugiados no sistema de educação de Marrocos ou para formação profissional» (Apêndice 1:4), quando Kpatwe foi preso pela polícia marroquina.

No dia 2 de Outubro de 2005, fui preso pelos polícias marroquinos junto com muitos outros refugiados e imigrantes que viviam em Marrocos. Mostrámos os nossos estatutos de refugiado e eles disseram que íamos à esquadra para verificar os nossos estatutos. Quando chegámos à esquadra, eles não conseguiram contactar o ACNUR naquele dia porque era domingo e, na mesma noite, disseram que nós não podíamos ficar mais em Marrocos. Tínhamos que voltar para os nossos países. Éramos refugiados e não podíamos voltar para nossas terras, mas os polícias não aceitaram isto e colocaram-nos todos com os outros refugiados nos autocarros e seguimos o caminho para o deserto do Sahara, onde eles nos iam deixar. (Apêndice 1:4)

A prisão de Kpatwe assim como de milhares de estrangeiros e o seu abandono no deserto na fronteira com a Argélia foram amplamente cobertos por agências noticiosas de todo o mundo e esses actos condenados pela comunidade internacional. Ao relatar o tempo passado a deambular no deserto, Kpatwe coloca ênfase no objectivo de alcançar uma povoação onde pudessem entrar em contacto com alguma ONG que denunciasse a situação e os ajudasse a sair dela.

Quando nos encontrámos no deserto, e sabendo que éramos refugiados em Marrocos, decidimos contactar algumas ONG para ver como poderíamos sair daquela situação, porque as coisas estavam muito más para nós no deserto. (...) Depois de uma semana de deambulação no deserto, outras ONG diferentes do ACNUR em Casablanca, em Rabat, em Espanha e a S. que também trabalhava para outra ONG, conseguiram obter muita atenção mediática sobre o governo marroquino que estava a mandar subsarianos para o deserto. (Apêndice 1:4-5)

Kpatwe fala sempre no colectivo, atribuindo aos refugiados as acções levadas a cabo para ultrapassar a tentativa de deportação. Os refugiados tinham sido presos juntamente com os imigrantes, sem ser levado em consideração pelas autoridades o seu estatuto diferenciado.

Reuniram toda a gente, mas não distinguiram quem estava legal e quem não estava legal, quem era refugiado e quem não era refugiado. (Apêndice 1:5)

Na altura já tínhamos o estatuto, mas nunca tivemos o nosso documento connosco no deserto, porque no dia em que nos prenderam em Casablanca e Rabat, eles tiraram-nos o estatuto de refugiado porque havia muita gente na fronteira entre Espanha e Marrocos, e algumas pessoas davam fotocópias do seu documento de estatuto de refugiado a outras, então não levaram em conta os verdadeiros refugiados. (Apêndice 1:9)

Os detidos acabaram por ser capturados no deserto e levados para um campo militar, onde foram erguidas estruturas provisórias para os albergar. Kpatwe e os outros refugiados continuaram em conjunto os contactos por telefone com as ONG e com o ACNUR. Conscientes do seu estatuto diferente dos ilegais, e da pressão que a comunidade internacional exercia sobre o governo marroquino, procuravam a salvação da situação em que se encontravam recorrendo às organizações humanitárias e não através das embaixadas; e quando as embaixadas foram autorizadas a entrar no campo, os refugiados recusaram-se, em conjunto, a falar com os representantes dos seus países, mantendo que apenas falariam com o ACNUR.

Então ficámos lá enquanto eles esperavam por ordens, porque, por um lado, a comunidade internacional estava a tentar apelar em nome não só dos refugiados, mas também em termos humanitários, que havia muitas pessoas, 3 a 5 mil pessoas, talvez mais, não sei... (Apêndice 1:6-7)

Houve outros refugiados que não foram presos, então eles fizeram com que o ACNUR soubesse o que nos tinha acontecido. (...) Os refugiados conheciam-se uns aos outros, como o D., A., S.... Liberianos, costa-marfinenses, e os refugiados congolenses, todos nos conhecíamos uns aos outros da cidade. Então costumávamo-nos encontrar, colocar o telefone em alta voz, telefonávamos para Geneva e toda a gente ouvia o que Geneva tinha para dizer. (Apêndice 1:9-10)

O que os marroquinos decidiram foi contactar as embaixadas em Marrocos para irem lá identificar a sua gente, para que os pudessem levar de volta para os seus países. (...)

As pessoas das embaixadas chegaram nessa noite para identificar as suas pessoas. As nossas embaixadas vieram juntamente com a polícia. Outros países como Mali, Senegal, Camarões e outros países, encontraram as suas pessoas normalmente, recolheram os nomes e o número de pessoas. Mas a Libéria, Congo, Costa do Marfim, nós não demos os nossos nomes às embaixadas porque estávamos registados com o ACNUR, e era o ACNUR que queríamos ver. (Apêndice 1:10-11)

Foram vinte e cinco pessoas no total, as que permaneceram no campo, recusando partir com as suas embaixadas, reclamando em conjunto a intervenção do ACNUR. Durante esse período, várias agências noticiosas do mundo dirigiram-se ao campo para recolher as histórias dos refugiados.

Então depois de as embaixadas se irem embora, em alguns dias, os repórteres vieram de todo o mundo: CNN, BBC, Associated Press, Moroccan News. Vieram falar com toda a gente no campo. Eu falei com uma senhora da Associated Press porque ela era dos Estados Unidos e estava à procura do grupo liberiano. Falei com ela, contei-lhe sobre a situação, mas depois comecei a escrever no meu diário, então não falei muito, apenas lhe dei os papéis e ela escreveu a partir do meu diário. (Apêndice 1:10-11)

Finalmente, os vinte e cinco refugiados partiram em jipes militares em direcção aos escritórios do ACNUR em Rabat. Lá, tiraram fotografias e foram-lhes emitidos novos documentos a atestar o estatuto de refugiado, para substituir os que lhes tinham sido retirados pela polícia. Uma semana depois, os vinte e cinco refugiados foram reinstalados para Portugal e Espanha. Kpatwe relatou o que sentiu no barco de Marrocos para Espanha.

Toda a gente estava muito feliz porque aquilo ia ser uma coisa muito grande para nós. Estávamos a sair de Marrocos e a entrar na Europa. Era uma entrada de triunfo. Os refugiados que foram deixados no deserto de Sahara foram resgatados e foram reinstalados na Europa. (Apêndice 1:14)

A última frase ressoa como um *lead* noticioso, o que reflecte a percepção da mediatização que envolveu a viagem dos refugiados desde o abandono no deserto até à chegada triunfal à Europa. A partir da chegada a Espanha, os jornalistas voltaram a entrar em cena, acompanhando a viagem dos 12 refugiados que seriam reinstalados em Portugal.

Quando chegámos a Espanha, estavam à nossa espera o SEF e alguns jornalistas portugueses. Os jornalistas começaram logo a filmar, a tirar fotografias e a fazer entrevistas. (...) No autocarro, os jornalistas estavam sempre a entrevistar os refugiados e a filmar a viagem. Falei a um jornalista sobre o que eu escrevi quando estávamos no Sahara.

Tirei fotografias com as pessoas enquanto estávamos na estrada. Não tivemos descanso porque toda a gente queria notícias de toda a gente. (...) O autocarro era muito grande e havia muito espaço. Estavam lá 10 ou 12 pessoas de Portugal. Estavam sempre a falar com toda a gente. (Apêndice 1:15)

À chegada ao centro de acolhimento da Bobadela, mais jornalistas e uma recepção muito mediatizada com a presença de representantes do governo e de outras instituições.

Encontrámos lá muitas pessoas que estavam à espera da nossa chegada. Entre eles ia o senhor António Costa que era o ministro da Administração Interna nessa altura, a presidente e funcionários do concelho Português para os Refugiados, representantes de algumas organizações humanitárias portuguesas e muitos jornalistas. Havia muitas câmaras e muitas luzes, era uma grande notícia e estava em directo na televisão nessa noite: refugiados que foram deixados no deserto de Sahara foram resgatados e reinstalados em Espanha e Portugal. Passou em directo na televisão naquela noite. O senhor ministro deu algumas palavras de boas-vindas e começou a falar connosco. A presidente do CPR fez a introdução do CPR e começámos todos a jantar. Esta foi a minha primeira noite em Portugal. (Apêndice 1:15-16)

(P)or mais de dois meses, estiveram sempre presentes no centro de acolhimento jornalistas a falar com os refugiados reinstalados, sobre as nossas histórias. (Apêndice 1:17)

O aparato mediático montado à volta do grupo dos doze reinstalados desde o seu abandono no deserto marroquino até à chegada ao CAR, marca indelevelmente a percepção que Kpatwe tem da sua posição entre os restantes refugiados e no seio da Associação como uma espécie de pioneiro na entrada na esfera pública dos *refugiados* em Portugal. O capital social (Bourdieu 1986) dos doze reinstalados está relacionado com a disputa que protagonizaram pelo seu reconhecimento enquanto refugiados no deserto e também, mais tarde, em Portugal.

No dia seguinte tivemos que ir ao SEF para começar o processo de asilo. (...) Eles já tinham o nosso processo, mas tinham que ouvir de nós, tinham que perguntar outras coisas para preencherem os formulários e tudo mais. Depois queriam apagar o nosso processo de asilo e dar-nos estatuto humanitário. Disseram: «Já não estão numa zona de guerra, já não vão ser importunados por ninguém, por isso, se quiserem, podem ter estatuto humanitário.» Mas nós recusámos o estatuto humanitário. É por isso que sabemos sobre a nossa documentação. (...) Dissemos: «Nós não queremos estatuto humanitário, queremos continuar com o nosso estatuto de refugiado». (Apêndice 1:16)

Recusámos o estatuto humanitário em conjunto, todos juntos, porque foi uma proposta. O SEF não estava a impor, estava dizer-nos: «É melhor para vocês se tiverem isto». Então fomos lá falar em grupos, pequenos grupos. Então este grupo ia hoje, o SEF propunha,

eles voltavam e diziam às outras pessoas: «Isto foi o que o SEF nos propôs». Então juntámo-nos e dissemos: «Oíçam, nós não queremos isto, nós queremos isto». Foi assim que decidimos ficar com o nosso estatuto. Porque nós já queríamos estar em contacto com o ACNUR, mas nessa altura não sabíamos que o ACNUR não tinha muito poder de decisão sobre o nosso estatuto aqui em Portugal. (Apêndice 1:28)

Acrescente-se à disputa com o SEF, a disputa com a Segurança Social durante um período de atraso no pagamento dos subsídios, que foi coberta por uma reportagem passada na televisão (Alves 2007). Kpatwe fala sobre a reportagem para falar daqueles que, para si, constituem dificuldades à integração dos refugiados.

Em 2007, também participei no documentário sobre os refugiados reinstalados em Portugal, que saiu na grande reportagem da SIC, em Setembro de 2007. Entre as coisas que falámos nessa reportagem, falei sobre as dificuldades dos refugiados para integrar na sociedade portuguesa. A falta de educação ou formação adequada para conseguir ter um trabalho no mercado de emprego, direitos de assistência na saúde para refugiados que vivam fora do centro de acolhimento, a irregularidade de subsídios de refugiado da parte da Segurança Social, etc., e as soluções para esses desafios, que é criar projectos de formação para os refugiados e informar os refugiados sobre o direitos que eles têm no seu local de residência para ter acesso às instituições locais porque, muitos deles, não sabem onde ir ou como podem ter acesso ao centro de saúde ou inscrever-se numa escola ou formação quando saem do centro de acolhimento, onde tudo é feito pela assistente social. (Apêndice 1:19)

Consciente de que, em Portugal, o ACNUR não tem mais autoridade, até porque o seu estatuto legal se encontra já reconhecido, Kpatwe concentra a sua demanda pela afirmação dos refugiados no acesso aos serviços que estão disponíveis para os outros cidadãos. O acesso às instituições locais como alternativa à dependência da mediação do CPR é recorrente no discurso de Kpatwe, ao que também não é indiferente o facto de ele ser um dos poucos refugiados que encontrámos a viver longe das redondezas do CAR.

Quando se mudou para o Barreiro, Kpatwe resolveu junto da junta de freguesia e do centro de saúde o acesso a cuidados de saúde, e, junto do gabinete municipal de apoio ao imigrante, conseguiu começar a frequentar as aulas de português para estrangeiros da escola secundária local. No entanto, o balcão local de Segurança Social nunca conseguiria enquadrar o caso de Kpatwe, pelo que o seu processo acabou por voltar ao balcão de Sacavém. A falta de informação e o papel,

que é pouco claro para os refugiados, do CPR, são entraves que Kpatwe volta a invocar quando descreve o acontecimento que esteve na origem da primeira formulação que fez de uma associação de refugiados.

Em Maio de 2009, o CPR foi chamado para falar no Parlamento sobre a integração dos refugiados. O CPR chamou os refugiados para participar e eu participei nesta sessão. A sessão era sobre a integração dos refugiados desde a primeira reinstalação, em 2006. Eu falei com uma jornalista da rádio sobre as dificuldades dos refugiados se integraram na sociedade por causa da língua, educação adequada e falta de formação profissional e depois tive uma intervenção na sessão sobre a integração. Mas de 2006 até 2009, sempre que há uma conferência onde são convidados refugiados e CPR, é sempre uma confusão: que o CPR não está a fazer isto, e CPR vai defender o seu trabalho, só coisas assim.

(...) Estão todos estão zangados porque a Segurança Social não deu subsídio por um mês, dois meses, e vão pensar que tudo isto é o CPR, porque nesta altura ninguém sabe como são divididas as tarefas. Nós só conhecemos o CPR, o CPR faz tudo para as pessoas que estão no centro de acolhimento. A dificuldade é quando a pessoa sai do centro de acolhimento. Mas mesmo assim, as pessoas ainda pensam que é o CPR que devia dar o subsídio, que o CPR é que devia de fazer isto ou isto. Tenho que ter alguma actividade para ocupar o meu tempo. Se eu não tenho actividades para ocupar o meu tempo, eu vou pensar que as pessoas deviam fazer para mim, e se as pessoas não estão a fazer, eu vou reclamar, dizer que esta pessoa não está a fazer. Mas não conhecia quem é responsável pela nossa integração, porque o CPR tem só plano de integração para os refugiados, que é o tempo de passar no centro de acolhimento, aprender a língua, informática etc., mas fora do centro não há CPR. Alguns de nós que chegaram em 2006, como eu, já muitas vezes tivemos reunião com CPR ou falei com as pessoas, fiz alguma pesquisa, e sei como as coisas vão ser. O CPR vai acolher as pessoas, dar acomodação por três meses, depois as pessoas vão à Segurança Social para o subsídio, ou se estiverem doentes, têm os mesmos direitos que todos os cidadãos, acolhimento no centro da saúde ou consulta médica. O Barreiro era muito longe do CPR, por isso fui fazer todas as coisas: fui à Junta de Freguesia e fiz o comprovativo de morada, depois fui ao centro de saúde, tenho o papel das consultas médicas, essas coisas assim. Eu vou ao hospital sem dizer ao CPR que preciso de ir ao hospital. (Apêndice1: 21-22)

Para Kpatwe, a Associação deve existir para clarificar o papel das instituições e os direitos dos refugiados no acesso aos serviços locais, mas também deve ter uma vertente recreativa de ocupação dos tempos livres. A inspiração para uma Associação mais ligada às actividades desportivas e artísticas vem da experiência que teve na Costa do Marfim.

Também temos que dar alguma ajuda, ou apoio humano para facilitar a nossa integração. Esta mão que podemos dar é organizar actividades desportivas para esquecer. Porque os refugiados vão para o Centro de Acolhimento, depois de algum tempo vão ficar fora, numa casa, têm só aulas de português ou alguns deles têm formação profissional. Há muitos que não fazem nada. (Apêndice 1: 21)

Mas a ideia principal para esta associação vem de quando era refugiado na Costa do Marfim. Havia os jovens de Caritas, o Caritas Youth, que todos os 20 de Junho, que era dia dos refugiados, todos os refugiados que estavam em diferentes cidades, juntavam-se numa cidade e tinham uma semana de actividades desportivas e música. Quem ganhasse, ganhava uma taça. Mas, antes de 20 de Junho, tínhamos algumas actividades na nossa cidade também, tínhamos reuniões na associação para planear o evento seguinte. (Apêndice 1: 22)

Inspirado na participação dos refugiados nas actividades da Cruz Vermelha na Costa do Marfim, Kpatwe entende que cada refugiado, vedado no seu acesso à educação e ao emprego, tem muito tempo livre para dedicar ao trabalho voluntário. Com a experiência na Costa do Marfim em mente, Kpatwe redigiu uma proposta de criação de uma associação que existiria no seio do CPR (Anexo 1). A proposta de Kpatwe era a de criação de um grupo de refugiados sob alçada do CPR, cujo objectivo seria *ajudar no processo de integração*. Esse grupo promoveria essencialmente a interacção entre os refugiados, para criação de laços de solidariedade e ocupação do tempo livre, e um melhor conhecimento do trabalho e das funções do CPR. Esta clarificação sobre o papel do CPR não teria no entanto um carácter reivindicativo, mas sim de informar os refugiados sobre os limites da responsabilidade do CPR e canalizar as reivindicações para outras instituições. Outra função seria a de forjar a ligação dos refugiados a Portugal, promovendo a aprendizagem da língua portuguesa e da cultura. A proposta termina com o pedido de materiais e de espaço de reunião.

Depois da conferência lá no Parlamento, eu pensei nisto, que seria melhor criarmos uma associação. Falei com algumas pessoas que estavam lá nesse dia, depois fui para casa e escrevi a proposta para o CPR. Escrevi a proposta ao CPR para dizer que queríamos criar um grupo, uma associação para ocupação dos tempos livres, porque quando estamos em casa sem fazer nada, sempre pensando que todas as faltas são do CPR e que se estivermos a fazer alguma coisa, não vamos pensar muito nisto. E esta associação podia ser também um meio de *fundraising* para o CPR no trabalho que eles estão a fazer para os refugiados. Escrevi a proposta, mas o CPR demorou muito tempo para responder. Disseram que me chamavam lá, mas depois veio o período em que todas as pessoas têm férias e essas coisas assim, e fiquei à espera. (Apêndice 1: 22)

Não obtendo resposta do CPR à sua proposta, Kpatwe acabou por juntar-se ao grupo que George e Ali tinham entretanto começado a dinamizar no café de S. João da Talha. Kpatwe considera que os refugiados devem mostrar o seu mérito à sociedade através de actividades recreativas e voluntárias, o que o distanciou desde o início dos propósitos mais reivindicativos que George e Ali tinham em mente.

George estava a pensar mais em reclamar os nossos direitos, mas, para mim, podemos reclamar e podemos ter os nossos direitos. Mas, o que podemos contribuir também? O que nos vai tornar visíveis? Não podemos chegar um dia cedo ao Ministério ou ao CPR e dizer: «Nós queremos os nossos direitos.» Mas numa pequena organização, sim. Temos que nos organizar, começar a fazer algumas actividades desportivas, estas coisas assim, alguma actividade voluntária. O refugiado em Portugal vai ser voluntário hoje na Cruz Vermelha, ou num centro de saúde, ou no bairro, na Junta de Freguesia. Como grupo de refugiados, há pessoas que vão ver que os refugiados são organizados e isso vai abrir muitos caminhos para os refugiados. (Apêndice 1:23)

Neste sentido, o que Kpatwe advoga vai mais no sentido de uma apropriação pelos próprios refugiados dos benefícios que poderão advir da sua visibilidade enquanto grupo, benefícios esses normalmente colhidos pelas ONG que levam os refugiados à esfera pública, por forma a divulgar as actividades desenvolvidas pela ONG em prol destes. Demonstrando a sua capacidade de levar a cabo actividades não só em seu benefício pessoal, mas em benefício dos *refugiados* enquanto entidade colectiva, e também em benefício da própria sociedade de acolhimento, Kpatwe prevê que desse tipo de acção possa advir algum tipo de reconhecimento do mérito dos refugiados.

Kpatwe concorda com George na questão do acesso à informação. Os direitos dos refugiados existem em Portugal, e compete aos refugiados organizarem-se para concretizarem o acesso a esses direitos.

(T)u estás em Portugal, Portugal é um país bem organizado. Ninguém está a esconder os teus direitos, porque Portugal é um país constitucional. Não é África, que tu tens estes direitos e ninguém te vai dar os teus direitos. Os nossos direitos estão na legislação, mas não é o CPR que vai dar estes direitos. Há forma de reclamar os nossos direitos, se estivermos organizados e mostrar, como estamos a fazer agora. (Apêndice 1:23)

No entanto, para Kpatwe, esse acesso é feito mais pela cooperação e união entre os refugiados e pela demonstração de mérito que pela reivindicação política, mais presente na opinião de George.

Na opinião de Kpatwe, a Associação não conseguiu ainda cumprir o seu objectivo de mobilização dos refugiados, devido quer à falta de consenso entre si e George, considerados líderes da Associação, e devido também ao facto de os refugiados relacionarem a Associação apenas com os países de onde Kpatwe e George são originários, localizados na mesma região: África Ocidental. No entanto as divergências internas devem ser superadas pelo ideal de entreajuda entre todos os refugiados que devem, na opinião de Kpatwe, participar em todas as actividades da Associação.

(A)ntes de nos organizarmos, tínhamos muitas ideias controversas. E os refugiados que queríamos juntar sabiam disso. É isto que faz com que a associação agora tenha poucos membros, poucas pessoas que são consideradas como parte da *Associação*. A controvérsia vinha de todas as pessoas que pensavam que eram a cabeça da associação. (...) Aqui somos refugiados, se nos juntamos é para nos ajudarmos uns aos outros, não para dizer que eu estou numa posição mais alta do que todas as outras pessoas aqui, que sou intocável. Temos que nos baixar e conseguir o caminho que queremos tomar. Este é o nosso problema na Associação. Esta discussão que tínhamos no início faz com que agora a Associação esteja dividida. Foi a primeira razão porque perdemos todo o grupo somaliano. Só o Ali é que está mais envolvido. Todos os somalianos que estavam lá no café disseram que se eu, Kpatwe, e o George, enquanto amigos, não nos entendemos, como nos vamos entender com eles? Foi uma coisa que já começou com muita discussão.(...) As pessoas pensam sempre que a ARP é só da Costa do Marfim e da Libéria, que eles não têm nada a fazer lá, por isso não estão envolvidos. Mas o sucesso da associação devia ser a participação de todos os refugiados em Portugal nas nossas discussões, nas nossas actividades, nas nossas reuniões, em tudo. Como é que podemos chegar aos refugiados, como é que podemos fazer coisas na vida dos refugiados se nós não temos contacto com os refugiados? (Apêndice 1:25)

A Associação surge assim, como congregadora de indivíduos – os *refugiados* – que enfrentam o mesmo tipo de problemas e como facilitadora do acesso às instituições, em certa medida substituta do papel mediador ocupado pelo CPR.

Temos que juntar todos os refugiados, ver o que podemos fazer, ver que conselhos é que podemos dar a quem não sabe o que fazer para a pessoa ficar mais viável no seu dia-a-dia. A associação devia ser o centro de informação. Se tu não sabes fazer isto, e tu moras aqui, tu vais aqui, vais aqui, todas as coisas estão à tua disposição. Tu queres fazer isto? Vai ao centro de emprego, vai procurar trabalho. Porque há muitas pessoas que vão ao CPR procurar trabalho e o CPR não tem trabalho. O CPR vai inscrever-te no centro, mas tu vais ao centro de emprego do concelho onde tu moras. Tu tens mais probabilidade de ter trabalho no centro de emprego onde tu moras, do que no CPR. Tu moras no Barreiro, e vais à Bobadela para ir procurar trabalho. Isso não vai dar. Dá coragem às pessoas tentar fazer algumas coisas sozinhas, por elas próprias.

Porque tu tens todas as coisas ao teu dispor lá no lugar onde tu moras, como todo o português.
(Apêndice 1:27)

A dependência financeira dos subsídios do Estado seria assim combatida pela iniciativa e o esforço dos próprios refugiados na sua integração na sociedade mais ampla, no acesso à educação, ao mercado de trabalho e assim na edificação de uma vida na sociedade de acolhimento.

Não é para dependemos sempre do governos, porque um dia, como estamos a ver, a Segurança Social não vai continuar a pagar. Tu tens que estudar, tens que trabalhar, tens que construir uma vida. Porque o refugiado não é uma pessoa triste, como se diz. O refugiado é uma pessoa que também tem uma vida, e tem que fazer esta vida. As pessoas podem dar apoio, mas as pessoas não o vão fazer até ao fim. Tu tens que dar um esforço próprio, também, para conseguires ter a tua vida. (Apêndice 1:27)

Após alguns trabalhos esporádicos, Kpatwe conseguiu começar a trabalhar mais regularmente com uma empresa na área da construção civil quando a esposa ficou grávida da sua filha. O que ganha actualmente continua a não ser suficiente para as despesas fixas mensais.

3.2. George

George nasceu no seio de uma família de tradição religiosa sincrética na Costa do Marfim. O objectivo do pai de o mandar estudar numa escola corânica noutro país, acabaria por submeter-se à vontade da mãe de o colocar numa escola ocidental. George viveu com a família em Bouaké até ir estudar Economia para uma universidade em Abidjan. Na universidade, George foi presidente da associação de estudantes onde «defendia os direitos dos estudantes» (Apêndice 3:2). Mas o que mais parece ter marcado George, na universidade, foi a diversidade, que não existia na sua cidade natal, com alunos de vários países da África Ocidental e professores europeus a conviverem no mesmo espaço.

Após o segundo ano na universidade, George voltou a Bouaké para passar férias. Mas quando forças militarizadas oponentes ao regime de Gbagbo estacionaram em Bouaké, o pai de George, temendo que o filho se juntasse aos rebeldes, à semelhança do que tinha acontecido com outro dos seus filhos, levou-o, juntamente com outros

familiares, para o Mali. A família regressaria à Costa do Marfim, meses mais tarde, para encontrar a cidade de Bouaké destruída, as pessoas armadas, e os bancos e escolas fechados.

George é crítico da intervenção externa no conflito que ainda decorre no seu país. Dá o exemplo de as negociações de paz terem sido feitas fora do país, e mesmo o julgamento de Gbagbo vir a ocorrer na Europa. George é especialmente crítico da intervenção militar da CEDEAO, das Nações Unidas e da França, contrapondo a vida de «férias» que os soldados levam com a vida «parada» de privação e desemprego da população.

(E)sses soldados de intervenção, eu encontrava-os nas discotecas, em festas. Dormiam em hotéis e estavam com menina. Estavam a viver, não estavam em missão. Estavam a viver e a nossa vida estava parada. Mas eles estavam lá e por cada dia tinham um salário. E não estão a fazer nada. Nada! E as pessoas tinham a vida parada, não tinham dinheiro. A comida delas, tudo o que tinham, vinha das Nações Unidas, para lhes dar. Então eles tinham comida, tinham electricidade com um motor, construíram casas desmontáveis, e tudo. Os soldados comiam e dormiam, não faziam mais nada. Mas eram pagos pelas Nações Unidas, então não perdiam nada. Estavam de férias, e nós não trabalhávamos, não tínhamos dinheiro. (Apêndice 3:3)

O pai de George foi associado pelos rebeldes ao regime, por prestar serviços de adivinhação aos políticos, foi raptado, e à família de George foi dito que este tinha sido morto, o que George descobriu não ter acontecido quando já se encontrava em Portugal. Crente na morte do pai, a família mudou-se para Abidjan, mas a suspeição continuava a pairar à volta da família, desta vez por parte dos vizinhos que rapidamente ficaram a saber que os recém-chegados eram de Bouaké, considerada a cidade dos rebeldes, e os denunciaram às forças do regime. Um dia, George chegou a casa e não encontrou a família. Foi informado de que o seu irmão tinha sido levado pelos militares e a mãe tinha fugido.

Considerando impossível permanecer na Costa do Marfim, George resolveu sair do país clandestinamente. Dirigiu-se para norte, passando por vários países do Oeste africano até chegar ao Mali. Tinha intenções de se reunir com um tio, mas acabou por encontrar um grupo de costa-marfinenses que lhe arranjou trabalho num centro de reparação de computadores e telemóveis. George queria continuar a estudar, mas considerava que a qualidade de ensino no Mali não era tão boa como na Costa do Marfim. Ouviu entretanto dizer que em Marrocos «havia bolsas para as pessoas que

vinham da guerra» (Apêndice 3:7) e, um ano e meio depois de ter chegado ao Mali, partiu mais uma vez em direcção a Marrocos.

Pouco tempo depois de chegar a Marrocos, George procurou por quem o pudesse passar para a Europa e usou o dinheiro que tinha amealhado no Mali para pagar a viagem. No local e hora marcados, George embarcou num barco de mercadorias frágeis que o levou a Espanha. Chegado a Espanha, o destino que se lhe afigurava mais favorável era França devido à língua comum, mas George acabou por viajar para Portugal, influenciado pelos companheiros de viagem.

Foi por causa dos 3 rapazes do Senegal que eu vim aqui para Lisboa, porque quando saímos em Espanha, eles perguntaram tudo: de onde eu era e para onde ia... Eu respondi que não sabia. Eles perguntaram onde estava a minha família e eu disse que não tinha família na Europa, mas queria ir para França porque falo francês. Eles disseram-me que se eu fosse para França, iria ter muitos problemas. Em Espanha também, porque há muita polícia. Eles iam para Portugal porque a família deles estava em Portugal, então viemos juntos. (Apêndice 3:8)

Em Portugal, sem conhecer ninguém, George procurou outros africanos que lhe pudessem indicar onde poderia arranjar trabalho. Foi-lhe dito que esperasse no Campo Grande por alguém que o fosse buscar para trabalhar. Mas lá, George acabaria por travar conhecimento com um refugiado que o aconselhou a pedir asilo. Até aí, George não sabia que tinha essa possibilidade.

No início eu estava com medo, não o conhecia, ele era angolano, e as notícias que nós temos de Angola é só guerra, não é nada de bom. Expliquei-lhe que a Costa do Marfim está em guerra, e por isto é que eu estava aqui. Ele perguntou-me por que é que eu não ia pedir asilo político e foi aí que eu consegui compreender, com a explicação dele, que tinha o direito de pedir asilo. Ele sabia disto, porque ele pediu asilo em Portugal e é refugiado há 16 anos. Eu perguntei-lhe onde é que se pedia asilo e ele disse que tinha que ir à polícia. Eu disse-lhe que na minha situação actual não podia encontrar-me com a polícia, mas ele disse que tinha mesmo que ser. «Tu vais, tu dizes que és da Costa do Marfim e queres pedir asilo. Explicas o teu problema e eles vão-te apoiar. Normal.». (Apêndice 3:8-9)

O receio de George em ir à polícia reflecte a ténue linha que separa a ilegalidade do asilo. Ao atravessar o Mediterrâneo, George saiu de Marrocos, um Estado que não concede o estatuto de refugiado e persegue sistematicamente os imigrantes ilegais. George também não sabia que o estatuto de refugiado na Europa divergia do estatuto de

refugiado em África. Recorda, invocando a memória que tem dos refugiados liberianos e serra-leoneses na Costa do Marfim que os refugiados eram pessoas a quem era dado «um apoio» de «casa e comida (...) até a guerra acabar» e não um «direito internacional» (Apêndice 3:9). Só finalmente quando se dirigiu ao SEF, George percebeu que, ao ter o estatuto de refugiado, teria também «documentos».

E foi daí que no dia seguinte fui directamente ao para o SEF e falei com a inspectora C.. Disse: «Eu chamo-me George, quero pedir asilo». Eles perguntaram-me de onde é que eu vinha e eu expliquei de onde vim. Perguntaram se era verdade, e eu disse: «Estou a explicar o meu problemas e estão a perguntar-me se é verdade? Não vou fazer todo este caminho para vir aqui mentir. O que é que vou ganhar nesta mentira?». Porque eu não sabia que quando se pede asilo, te dão documentos. Não sabia o que é que era. De toda a maneira, ouvia dizer refugiados. Eu pensava que são pessoas que, quando há uma guerra, elas fogem e dão casa, comida, e elas ficam lá até a guerra acabar. Mas não sabia que era um direito internacional. Para mim era um apoio que as pessoas davam a pessoas que estão em guerra. Como nós também, em Costa do Marfim, demos às pessoas de Libéria, da Serra Leoa. (Apêndice 3:9)

Na entrevista com os inspectores do SEF, George confrontou-se com os mecanismos de detecção dos falsos requerentes de asilo, que relacionou com o facto de o asilo significar também a legalização. George volta a falar da sua falta de conhecimento do procedimento de asilo para argumentar que os requerentes de asilo e os refugiados devem saber, desde a chegada a Portugal, quais os termos em que estão no país. O acesso à informação seria uma das principais ideias que George defenderia como demanda da Associação.

Quando chegam aqui, as pessoas não sabem como as coisas funcionam. Por exemplo, quando veem que eu quero pedir asilo, fazem todas as perguntas. Quem pergunta é o inspector. Então eu penso que quando o inspector está a falar comigo, eu só devo responder ao que ele pergunta, e não posso dar outros detalhes. Mas com o tempo, quando eu converso contigo, por exemplo, eu vou dizer-te uma coisa que não está no meu processo. Esta coisa não é uma coisa nova, mas não está no meu processo porque o inspector não fez a pergunta. Era uma entrevista, não era uma exposição. Não estava a explicar, a falar de uma situação. Era uma entrevista onde ele pergunta e eu respondo. E eu pensei que a aceitação de uma pessoa para dar um título de refugiado ou de razões humanitárias significa que o governo já viu o caso desta pessoa e acredita que pode tomar conta desta pessoa, é por isto que te aceitam. E quando acabam de aceitar, pedem-te para assinar, e tu assinas. E quando assinas, a primeira coisa que tens que saber é o que é que tu estás a assinar, quais são as responsabilidades do que estás a assinar. O contracto entre ti e o governo, que é o que Portugal te vai dar e o que é que tu vais dar a Portugal. Agora, nós assinamos e vamos procurar quarto sem saber do que é que se trata. E vão dizer: «Vai para a escola.» Tens

que saber se és obrigado a ir para a escola ou não. Sim, és obrigado, mas perguntas por que é que és obrigado a aprender uma coisa. Não queres falar português, mas tens que falar português para te poderes integrar. Aqui é onde a integração entra no assunto, depois da protecção. Porque basicamente não explica na definição dos refugiados que vais ficar num país e vais integrar o país. Explica que tu tens uma protecção e quando a guerra acabar no teu país e tu poderes voltar, voltas. Agora, a definição não diz que tens que integrar. (Apêndice 3:25)

O nexó protecção-integração estabelecido por George reflecte bem uma das principais características do asilo contemporâneo, que é a transformação do asilo de uma situação temporária para uma situação mais permanente na contemporaneidade (Adelman 1988), e a incompatibilidade das políticas de asilo com a integração na sociedade de acolhimento. George considera que os refugiados têm que compreender os termos em que são aceites no país de acolhimento e as responsabilidades que isso acarreta para os próprios. Permanecer no país de asilo significa que os refugiados têm de mudar, e adaptar a sua forma de vida à sociedade mais ampla, de modo a poderem integrar essa sociedade.

Quando chegamos aqui, ninguém nos diz que temos que mudar. Mas a realidade é que te estão a pedir para mudares. Não te estão a pedir directamente para mudar, dizem: «Nós não vivemos assim, é assim que nós vivemos.» Com aquilo, tu pensas que com a tua educação anterior nunca vais poder integrar-te. Para se poder integrar tem que se aceitar o que temos aqui, como educação, como compreensão e como comportamento. (Apêndice 3:24)

Confrontados com a permanência e necessidade de integração, os refugiados devem, segundo George, estar bem informados dos seus direitos e deveres, até porque é exigido ao refugiado a conformação das suas acções com as regras do país de acolhimento.

Para fazer parte da sociedade, tenho que saber o caminho da sociedade, o que a sociedade quer, e o que é que é bom para fazer. Mas quando saís nas ruas de Lisboa sem saber quais são os teus direitos e quais são os teus deveres, posso chegar aqui no dia 1 de Janeiro, faço uma infracção e no dia 1 de Janeiro, pago. Não há «eu sou de Alemanha» ou «eu sou de África do Sul». Eu já sabia que ninguém deve ignorar a lei. Quando fazes uma falta, ninguém quer saber como é que fizeste. E para mim, isto é um bocadinho perigoso. Perigosas no sentido em que eu, em África, posso permitir-me de fazer algumas coisas, mas estas coisas não podem ser feitas aqui. E sem saber que não podem ser feitas, posso fazer, e depois tenho problemas. E vou dizer o quê? Que não sabia? A justiça não quer saber se tu sabias ou não. Então uma pessoa tem que saber as suas obrigações e

tem que conhecer as leis do país, para poder viver. Não é para ti, mas para poder também respeitar os portugueses, porque eles não te vão receber aqui para destruir a sociedade deles e para trazer o mau comportamento para a sociedade deles. Senão eles vão dizer: «mas por que é que vocês recebem estas pessoas aqui? Estão aqui e não estão a fazer nada que aperfeiçoe a sociedade, estão a fazer coisas que nós, portugueses, passamos a ser vítimas.» E uma pessoa que tu metes numa casa, e ele não tem família, ele tem que sobreviver. Se tu não lhe pagas o que ele tem direito, ele vai tentar sobreviver doutra maneira, e estas maneiras, quem vai ser vítima delas não é quem me trouxe aqui, são as pessoas que vivem ao lado, porque não vamos para o Ministério da Administração Interna para roubar uma carteira ou tentar fazer um negócio ilegal. É nas ruas que vamos fazer, e vi o exemplo dos estrangeiros que vivem aqui. Quando cheguei perguntava-me por que é que eles são assim. Mas percebi que, no fim de contas, eles estão como que numa selva, e eles têm que sobreviver, e é nesta sobrevivência que eles se metem em caminhos sujos. Depois eles pensam que não são responsáveis, e os responsáveis também pensam que fizeram o que deviam fazer. (Apêndice 3:25-26)

Para além do facto de não saberem as regras que têm que cumprir em Portugal (os seus deveres), o facto de os refugiados não terem os seus direitos respeitados pode também levar a comportamentos desviantes. George refere-se especificamente aos atrasos no pagamento dos subsídios da Segurança Social, e volta mais tarde a apontar a desresponsabilização das instituições. Para George, as instituições sabem quais são os direitos dos refugiados, mas como não os podem cumprir, omitem-nos.

(É) uma surpresa quando falo com uma pessoa responsável, uma pessoa licenciada numa ciência social, para poder tratar de um refugiado e quando fazes uma pergunta, ela não te consegue encaminhar. Ele vai dar uma resposta para tu poderes ir embora: «É assim, é assim, é assim, está bom? Então tem que esperar um mês, está bom?» Mesmo se não está bom, vais dizer que está bom e vais embora. É melhor as assistentes sociais dizerem: «Esta é a lei portuguesa, mas não podemos respeitá-la.» Ou dizer: «Nós estamos a tentar ajudar-vos, mas não dá.» E neste caso, vamos perguntar: «Não temos possibilidade de viver noutro país? É só aqui? Então dá-nos possibilidade de viver noutro país. Assim já não vamos estar aqui e o dinheiro que estão a dar-nos, podem usar para fazer outras coisas.» Mas eles sabem a lei e sabem que a lei não pode ser respeitada, mas não se pode dizer a quem tem este direito. Porque para este, é um crime que ele vai fazer, e ele não consegue fazer isto. Então estamos numa situação onde eles não conseguem cumprir as suas obrigações e nós não conseguimos ter os nossos direitos. (...) E eu não conheço quem é o responsável número um. O número um é o ministro, e nunca vou ver o ministro, porque o ministro vai-me dizer: «Amigo, eu já tenho o director desses assuntos.» Ele também vai dizer: «Tenho um responsável da segurança social para isto, que é de Sacavém.» Sacavém vai dizer que é a A⁶⁶. A A. vai dizer que é quem? F⁶⁷. F. vai dizer... Então, é uma confusão. Os

⁶⁶ Assistente social do serviço da Segurança Social em Sacavém.

refugiados não têm força, e vão chamar a polícia? Ok, vou chamar a polícia, dizer que estou na Segurança Social para ter o meu direito e não tenho. A polícia faz uma queixa, mas esta queixa, quando vai para o tribunal, vai acabar na mão do governo que devia fazer o que não fez. Eu já pensei em chamar a polícia, mas acabei por compreender que a polícia é um departamento do mesmo grupo. Então, onde é que vais? Não vais a nenhum lugar. E o incumprimento das tuas obrigações é um problema para ti, não é um problema para eles. (Apêndice 3:27-28)

A raiz do problema, para George, é o facto de os próprios refugiados não terem acesso às estruturas de poder altamente hierarquizadas nem participarem na definição das políticas que os afectam directamente.

A partir do momento em que não votamos, significa que as leis que nos são aplicadas já estão votadas, então significa que não podemos defender a nossa pessoa. É alguém que está a defender-nos. E esta pessoa, quando está a defender-nos tem que falar connosco, e saber qual é o nosso problema. Mas desde que estamos aqui, nunca vimos ninguém - à parte do ECRE que recentemente enviou a emenda que queriam fazer na lei dos refugiados -, ninguém falou da lei dos refugiados. Então podemos estar a dormir e um dia de manhã vão dizer-nos que já não temos este direito e temos esta obrigação. (Apêndice 3:27)

Vedada a participação política directa, os refugiados descobrem também vedada uma participação por via das instituições que advogam a defesa dos seus interesses ou das instituições públicas que têm atribuídas responsabilidades. George entende que a responsabilização das instituições públicas é algo que compete à Associação reivindicar, e que, por essa razão, a Associação pode não ser bem-vinda pelas instituições que têm responsabilidades.

A Associação é uma associação, em primeiro lugar, que não é bem-vinda em Portugal, porque nós sabemos que o governo, a Administração Interna tem esta responsabilidade. E esta responsabilidade dividiu-a entre as instituições de Portugal. Agora, cada vez que as pessoas se juntam numa organização diferente do governo que existe, significa que alguma coisa não está a correr bem. Se está tudo direito, como dizem os cabo-verdianos, se todas as pessoas estão nos seus direitos, ninguém vai criar um movimento. Mas cada vez que as pessoas se juntam, significa que alguma coisa não está bem. Esta coisa que não está bem, já está prevista pelo governo e há um responsável. Então significa que o responsável não fez o que devia fazer. Mas ele nunca vai reconhecer que ele não sabe ou não consegue fazer o que ele está a fazer. Então, quando ele vê que estas pessoas se juntam, para ele isto é um perigo. Isto vai dizer a todo o mundo que ele não está a fazer o que está a fazer há muito tempo. Portanto são realidades que vão acabar por sair.

⁶⁷ Outra assistente social dos serviços da Segurança Social em Sacavém.

Podem fazer um relatório sempre a dizer que está tudo bem, mas um dia, vão saber que este trabalho realmente não deu nada. (Apêndice 3:27)

No país de George, a actividade reivindicativa era reservada aos partidos políticos e as associações tinham uma vertente mais virada para a cooperação entre os seus membros. Mas para George, a Associação, como ele a idealiza, assemelha-se mais a partido político no sentido em que deve ter uma ligação mais directa ao governo, ao reivindicar algo que o Estado devia fazer e não faz.

Este espírito de associação não existe no meu país. Nós vamos directamente para um partido político. Associação, não. Existem associações, mas é do tipo associação dos jovens de Sacavém, só estamos nós e somos nós mesmos que damos dinheiro para organizar as coisas, não contamos com o governo. Na Associação não podemos contar com o governo, porque se o governo podia resolver o nosso problema, não nos íamos juntar. É isto que estou a ver. Agora, temos que fazer isto nós mesmos. (Apêndice 3:27)

Para George devem ser os próprios refugiados, que têm o mesmo percurso e problemas, a organizarem-se e agir, de maneira formal, e dirigindo propostas às instituições que intervêm nos processos de atribuição de documentação e de recursos.

Constatei que estávamos no CPR, saímos do CPR, voltamos a ver-nos e todos os dias há um novo problema. E acreditei que estávamos numa sociedade onde se a gente se organizasse, fazíamos uma proposta à Câmara ou ao Ministério, e podíamos ter apoio para poder desenvolver qualquer coisa. (Apêndice 3:23)

George relaciona a categorização dos refugiados— a «identidade pessoal na sociedade» - com a atribuição de direitos e deveres específicos aos que assim são categorizados.

Na Associação, o primeiro papel que eu julguei, como presidente, importante é acesso à informação, no sentido em que estamos numa sociedade, uma sociedade organizada, hierárquica, que em cima há alguma coisa até chegar a mim. A sociedade organiza tudo para a gente poder ter acesso às coisas que precisamos. Agora, essas coisas que precisas, na sociedade têm primeiro um nome: a identidade, a identidade pessoal na sociedade. Quem é refugiado? Porque se há uma lei sobre o refugiado, significa que ele não é igual ao português, e não é igual ao imigrante. Porque se fosse igual, não iam chamá-lo de refugiado. Então ele está a ser chamado assim por uma razão. E a lei está muito bem escrita, não é uma coisa que se escreve só assim, à toa. É uma coisa em que tudo tem definição. Todas as palavras na lei têm definição, e o que temos de perceber primeiro é quem é um refugiado. E depois, ao que é que o refugiado tem direito e o que é que ele tem de cumprir como obrigação. (Apêndice 3:29)

Para George, a identidade de refugiado tem uma dimensão material e objectiva, e serve de delimitadora da reivindicação política dos refugiados. Bastará ao *refugiado* ter acesso à lei, para saber exactamente onde se posiciona na sociedade, e sabendo onde se posiciona, o *refugiado* poderá agir no sentido da sua integração.

Mas quando não sabes nada, nem sabes quem tu és na sociedade, é difícil integrares-te. É uma integração que é só palavra. (Apêndice 3:29)

A triangulação que faz entre *identidade - lei (direitos e deveres) - integração* demonstra como, para George, a Associação tem um sentido mais político e reivindicativo que para Kpatwe. Para George, mais que promover a cooperação entre os refugiados, a Associação deve promover o conhecimento das próprias dinâmicas sociais e políticas da Europa. O desconhecimento que o refugiado tem dessas dinâmicas e do funcionamento das instituições dificulta a sua integração. George dá o exemplo da forma de funcionar da Segurança Social ou do mercado de trabalho, para argumentar que os refugiados têm que compreender também a forma como estes mecanismos podem melhorar as suas condições materiais de modo a poderem fazer opções que os beneficiem.

Por que é que o Europeu vive bem? Eles não vivem bem porque estas casas saíram do céu e caíram aqui. Não. Eles organizaram-se de uma maneira, e esta maneira é que faz com que eles vivam bem. E tu achas que eles vivem bem, mas às vezes perguntas-lhes e eles dizem que isto não está bom. Então é uma confusão. Porque nós pensamos que vocês vivem melhor que nós. Eles têm facilidade de acesso ao que precisam para a sua vida básica. E dão-lhes possibilidade para poderem criar a partir do nada. Em África são coisas muito difíceis. Para se ser um doutor, o pai tem que ser um professor. Para se ser um director, o teu pai tem que ser um ministro. Não se pode fazer um projecto assim, chegar para pedir 20, 40 milhões para fazer um projecto. Não, ninguém te vai dar. Então nós temos que perceber o que é bom na Europa, como é que funciona a competição e que tipo de competição. Na Europa, é uma competição muito pacífica. Estamos num concurso e é um concurso todos os dias. Quando há 50 postos de trabalho, convidam mil pessoas, e são os melhores que vão escolher. São todos licenciados mas, no meio, há pessoas que são melhores que outras neste trabalho, e são estas pessoas que a empresa vai escolher. Há pessoas que têm flexibilidade e há pessoas que se dão muito, pessoas que gostam disto, e eles é que vão ser seleccionados. E os refugiados não estão neste nível. Eles estão num nível em que são bebés. Eles sabem que vão receber no fim do mês, então por que é que vão trabalhar? Os refugiados conseguem receber mais que o ordenado mínimo quando estão nos seus direitos, então vamos pensar como pessoas neutras, que sabem que devem procurar dinheiro para

sobreviver. Alguém te diz que tens 600 euros aqui e 450 euros ali. Mas não te explicam nada. Só te explicam que os dois são possíveis. Então, com certeza que vou escolher os 600 euros, porque eu preciso de dinheiro. Vou trabalhar por quê? Por dinheiro. E se agora tenho mais dinheiro do que quando vou trabalhar, então quando a pessoa pensa de maneira lógica, simplesmente vai escolher o montante maior. Mas quando pensa realmente, vai escolher o trabalho, porque o trabalho dá mais respeito, dá mais credibilidade, e o trabalho pode ser para sempre, poder ser que daqui a 10, 20 anos, continues no mesmo trabalho. O pagamento da Segurança Social não vai continuar. Então, este ângulo tem que ser demonstrado ao refugiado no seu primeiro ano de integração. É difícil escolher quando não se sabe. (Apêndice 3:30)

Ao relatar a sua primeira ida ao SES-SCML, George reflecte sobre a diferença entre «apoio» e «direito». Para George, o facto de os refugiados receberem apoio da mesma instituição que apoia toxicodependentes, doentes e sem-abrigo, significa colocar os refugiados numa posição de receptor de «apoio da Misericórdia» ou invés de «apoio social», que entende ser um direito dos refugiados.

Depois de 3 meses no centro, disseram-me que tinha que procurar um quarto e que tinha que ir à Santa Casa para falar com A. S. E fui falar com ela, mas na Santa Casa fiquei muito confuso, porque as pessoas que encontrei em Santa Casa não eram pessoas normais. Eram toxicodependentes, eram pessoas com doenças, pessoas da rua, etc. E eu pensei que talvez nós também fôssemos pessoas que dormem na rua. Portanto, comecei a ver que isto já não é um direito como está escrito, um direito à vida e ao apoio social, mas é ter um apoio da Misericórdia. Isto, psicologicamente, faz uma pessoa sentir que está a passar a ser um mendigo, ou uma coisa assim. (Apêndice 3:11)

George reflecte também sobre a ausência de regras claras na atribuição de recursos, voltando a referir-se a «apoio» por oposição a algo a que se tem direito, já que o apoio não cabe num «contrato». Para George, o «apoio» é cedido não porque é um direito e há uma verba, mas porque existe naquele momento disponibilidade. A falta de clareza sobre de onde vem o dinheiro que é atribuído aos refugiados pelas instituições, e em que condições esse dinheiro é atribuído, coloca os refugiados numa situação de incerteza quanto ao futuro.

Porque há uma certeza que ninguém vai viver toda a sua vida e vai ser pago. Isto não existe, não pode ser. Porque se isto podia ser, ninguém ia trabalhar. Então, para mim, havia uma razão para estar a ser pago e queria saber quem é que me paga, e por que é que esta pessoa me paga. Porque ninguém tira dinheiro do seu bolso para dar a alguém. Queremos ajudar as pessoas, mas não é assim. Não podemos ajudar pessoas em contrato, não posso ter um contrato de apoio. Um contrato de apoio significa que há algum dinheiro que é previsto para isto. (Apêndice 3:23)

Se somos 500 refugiados e não temos trabalho, não temos nada, podemos receber um dinheiro só até um nível porque depois de 6 anos podemos pedir a nacionalidade, e quando tivermos a nacionalidade, vamos ser 500 portugueses sem emprego, sem profissão. É um problema que não desaparece, vai aparecer no futuro. E não vamos ter vida, porque habituamo-nos a ficar em casa, a estar no café e andar a não fazer nada. E depois quando se impõe que tenho que lutar para procurar um emprego, tenho que ter uma formação, tenho que ter um nível de escolaridade. É aí que começamos a ver que a sociedade é complicada. Não há um encaminhamento para motivar os refugiados a estudar, e para suportar os refugiados nos seus estudos e aprender uma profissão, uma qualificação, sem a qual é impossível contribuir. Não estamos a pensar numa licenciatura, ou uma coisa assim, mas têm que dizer aos refugiados que, aqui em Portugal, o emprego começa disto e acaba aqui. Neste intervalo, tens que pensar durante quatro ou cinco meses o que é que tu queres fazer dentro disto, mostrando que para teres isto, tens que estudar este ano, e tens que estudar muito e é muito complicado. Para ter isto, podes ter uma formação de dois anos e vais ter este trabalho, com salário mínimo. Pode ser assim, dar opções. (Apêndice 3:26-27)

A dependência da disponibilidade dos apoios que chegam a ficar meses em atraso, dificulta a construção autónoma de um projecto de vida. Sem informação sobre as opções e sem alguma estabilidade financeira nos primeiros meses em Portugal, os refugiados ficam na dependência do encaminhamento feito pelas instituições para soluções ad-hoc de formação profissional. George foi encaminhado para um curso de formação profissional, mas sem estar informado de que o curso iria ser pago, nem informado de que o curso iria ser ministrado em português, numa altura em que ainda não dominava a língua com a proficiência necessária à compreensão daquilo que era dito nas aulas.

Passei o tempo lá [no CAR] a fazer aulas de português e a treinar no campo do CPR. Era tudo o que podia fazer. Depois é que comecei a ir fazer aulas de português fora, e a fazer curso de informática. Comecei um curso de técnico administrativo, mas não percebia nada do português que eles falavam, por isso parei o curso. Era em Santa Apolónia, numa escola secundária e foi o CPR que me indicou este curso. Disseram-me que havia um curso de técnico administrativo e eu, a A. e R., um rapaz da Colômbia, fomos. Mas eles não disseram que iam pagar o curso. Só que um dia, a doutora D. disse-me: «Nós pagámos um curso para ti e tu não quiseste ir». Eu disse para ela: «Como é que se vai a um curso onde não se compreende a língua que eles estão a falar? Isto não é curso. Isto é só dizer que vou sentar na sala para olhar.» (Apêndice 3:10)

George relaciona de forma clara o monopólio do conhecimento da distribuição de recursos com a reprodução de desigualdades de poder e dominação simbólica.

Percebi também que o pobre fica sempre no controlo do rico, porque a única coisa que o pobre precisa é dinheiro e, para o rico, o dinheiro já não é nada, mas ele usa este dinheiro para poder ter com o pobre o que ele quer. É como alguém que sabe mais que quem não sabe. O que põe o rico em cima e o pobre em baixo não é o dinheiro. É o medo. O medo de perder a sua posição. É o hábito. Alguém está habituado a andar sem sapatos e eu desde que nasci tenho sapatos. Então imagina que quem não tem sapatos está a pedir-me para tirar os meus sapatos para lhos dar. Ele é ser humano e eu sou ser humano, mas ele habituou-se a andar sem sapato e eu não. Se eu tiro os sapatos é mau. Mas ele quer que eu tire os sapatos porque eu consigo, porque ele pensa que se ele consegue significa que eu também consigo. Mas não é assim. (Apêndice 3:32)

George demora-se a falar no assunto da desigualdade também ao nível das relações Europa-África. Em Portugal, George ligou-se a uma associação de jovens africanos de nível europeu (a JAE ⁶⁸), em que estas desigualdades são abordadas e discutidas em encontros frequentes, workshops e universidade de verão pela Europa. Quando fala deste assunto George assume-se como africano a viver na Europa, e não já como refugiado. George alterna o discurso entre a primeira e a terceira pessoa, quando se refere aos africanos: considerando-se parte da diáspora africana, George faz uso de uma forma cosmopolita de identidade africana na Europa, que deduzimos ser reproduzida no seio do JAE.

Um dia, foi ao teatro um rapaz de Almada que se chama L. e é presidente do JAE. Ele convidou-me a mim e a A. T. de Guiné Conacri para uma formação do Conselho da Europa. Não sei porquê, exactamente. Foi em Almada, em Dezembro de 2009, durante uma semana. Vi muitas pessoas de outros países. Íamos criar uma plataforma das organizações africanas na Europa, mas o meu nome no papel era que eu vinha do CPR. E eu pensei «vamos ver o que é que isto vai dar». Disse que nós queríamos criar uma associação. «Mas tu vens de uma organização», disseram. Eu disse que vinha de uma organização, mas que esta organização não é minha, porque eu não trabalho para esta organização. Disse que estava lá porque queria criar uma organização dos refugiados, diferente do Conselho Português. Uma organização de refugiados, refugiados que podem organizar-se e saber quem são eles e o que é que eles podem fazer em Portugal. Então a partir daí tive uma formação e, depois da formação, com os outros, fomos registar a associação. (Apêndice 3:20)

Foi então o conhecimento que travou no seio do JAE com outras associações que suscitou em George a necessidade de formalizar a associação, de modo a poder representá-la no JAE. Por outro lado, a sua ligação ao JAE confere a George capital social (Bourdieu 1986), e mobilizar as ligações estabelecidas no JAE para a Associação.

⁶⁸ Juventude Africana na Europa, denominação fictícia.

A elaboração de um guia de integração para refugiados que a Associação promoveu, por exemplo, foi um projecto que nasceu dos conhecimentos travados por George durante actividades promovidas pelo JAE. Os ilustradores que reuniram financiamento e levaram a cabo o projecto tinham já feito um projecto semelhante com o JAE, durante o qual conheceram George.

No entanto, na altura em que entrevistámos George, havia algum desencantamento, pois George acabou por verificar que mesmo a actuação do JAE é também condicionada.

Na cooperação entre o JAE e a União Europeia e as Nações Unidas não há igualdade. Nós, antes de fazer alguma coisa, temos que ver nas Nações Unidas o que é que há para fazer, porque pedimos financiamento à União Europeia. Então eles já fizeram o plano deles, o que eles querem que façamos. Se temos isto, eles têm dinheiro, se não temos isto, eles não têm. Então não temos independência económica. Se não temos independência económica é impossível organizar alguma coisa, e denunciar o que é bom e o que é mau. (...) Porque temos que pedir a eles, à União Africana e à União Europeia, e no meio o North South Centre que trata de tudo isto, mas cada um já tem a sua política. Eles metem no meio um dinheiro que vamos apanhar para juntar-nos. E vamos juntar-nos para falar de quê? Para falar do assunto que deu este dinheiro. Não é para falar de outra coisa. Então antes de nós nos juntarmos, eles já sabem o que é que vai sair como resultado da reunião. E isto para mim é como um teatro. Existe uma vigilância das nossas actividades, os formadores são europeus ou africanos, mas a pedagogia está baseada em puxar-nos para um sentido. Não há aquela liberdade em que tu dizes o que estás a pensar. Não. Estás a dizer uma coisa que encaixa no que existe. E isto, falando de África, é difícil para mim. (Apêndice 3:23)

George trabalha informal e esporadicamente. Já fez o 9º ano através do RVCC e deseja, no futuro, estudar Direito e especializar-se em Direitos Humanos.

3.3. Ali

Ali tinha quatro anos e vivia com os pais e uma irmã em Mogadíscio, quando a guerra civil começou na Somália. A família mudou-se de Mogadíscio para outra cidade mais pacífica, Galkaio, que seria também palco de confrontos ao fim de dois ou três anos. A família volta a mudar-se, dessa vez para junto de familiares que viviam numa região mais afastada das cidades. Durante o tempo que lá estive, Ali cuidou de camelos

e cabras. Ao fim de um ano, a família voltou a Galkayo, e lá permaneceu até Ali concluir o ensino secundário. Mas a cidade continuava pouco segura, e a escalada de violência fez a família começar a deslocar-se em direcção ao Quénia.

Again, the situation kept coming back because people in Somalia are armed, everyone has his gun and all people live by clan, and a clan cannot talk about another clan. Sometimes people have been killed everyday for no reason because the young have guns and everything is insecure. All the life is not safe, there is nothing guarded there, so, what I am sure is that one day, there was a big fight, and when the fight happened, the people all started to flee again. Then, me and my family went over to the border of Kenya, and we were on the road, we would stay 5 days, 4 days, get another car to go over there. Finally we came to the border between Kenya and Somalia, somewhere they call Hagadera. The border wasn't open at that time because the government, they said: "We are too scared to open the border because maybe people will come towards Kenya", and that is why they closed. Me, my mother and my sister, we lived there since that. There are many refugees there, Somali and other refugees who come from Sudan, Eritrea and many refugees, almost three hundred thousand, something like that. Life is very, very hard, because there are no jobs, there is no education, there is nothing, the only way of support is from UNHCR, which gives food and things like that and which take you into another country in order for you to have a better live. (Apêndice 2:1)

No campo de refugiados em Hagadera, Ali partilhou uma tenda com a mãe e a irmã. Trabalhou como professor primário com o PNUD, mas a falta de perspectivas levou-o a abandonar o campo, ao fim de mais ou menos um ano e a seguir sozinho em direcção a Nairobi.

It was jobless. You cannot get job, you cannot continue your education, because there is nothing to do there, actually. Then you have to go all the way to Kenya, to Nairobi or something like that, to find a job or to get contact with friends and family, maybe they can help you to find a job, or maybe you can study there. It was like that. (Apêndice 2:12)

I couldn't stay there, it was very hard for me. My friends were helping me, supporting me, giving me money. I think that time, it was 2004, or something like that. I decided to move from there. A guy was helping me. He was a friend of my father. That time I was 18 or something like that. So I went all the way to Nairobi and started working while I was there, in a place that belonged to my family. I stayed there one year. After one year, I decided to leave from there, because I found a friend in Nairobi from South Africa. They told us that life in South Africa is much better than there. So I decided to move and go to South Africa. (Apêndice 2:12)

Ao fim de um ano em Nairobi, Ali ouviu dizer que a vida na África do Sul era melhor e resolveu partir para lá. Essa viagem teve que ser feita escondendo-se das autoridades, devido ao facto de não ter passaporte, mas também por ser somali.

I lived in South Africa almost 4 years. You can imagine: it's South and East, and there is a lot of countries you need to pass, and you don't have a passport, as a Somalian refugee whose government is broke. I was trying to go by hiding from the immigration police. The most hard place to pass is when you are in Tanzania. The Tanzania authorities, they don't like very much the Somalian, because there was a bad relationship between Tanzania and our governments in the past, so they don't like us very much. If they catch a Somali who passes in their country, they arrest him, they take him into prison without going to any tribunal, and without sending him back to his country. Some of the people they use them to work in the farms, like in slavery time. I was very much scarred. Sometimes if they catch you, they will tell you to pay a lot of money, and we may not have money.

But finally I went through Tanzania. I was there in Dar-es-Salaam, the capital city, for one week. The human traffic man who was taking us, he knew people there and we were staying there in a house that we were not able to go out. After a week, we took another car. They took us into Zambia and we were in Zambia for almost fifteen days. From Zambia we had to go to Mozambique. We had to use only one car and to be carefull.

I remember one day we were in Mozambique and there was something wrong with the car. We weren't able to move and the police came to us and ask us for our documents. We didn't have documents. Only the driver talked to them, he said: «Hey, leave them alone». And they said: «No». And they took money from him. I don't know how much it was, but we went over there, we passed, and we entered South Africa. (Apêndice 2:12)

Apesar de viverem muitos somalis na África do Sul, e não faltar emprego, a violência e a insegurança levaram, mais uma vez, Ali a pensar partir.

There are a lot of Somali living in South Africa. When we went there, we started to look for jobs because life in South Africa is very hard if you don't work. Most Somali they work in small shops which are located in some black residence areas, where black people live. It's very risky, it doesn't have any guarantee to be safe, people are dying everyday. There are some estimation that says that in 2004 and 2009 there was almost some 400 Somalian dead. People are killing each other and life is very hard. There was one day that the guys, they came into one shop that I was working in, and they tried to rob us. They took everything. I think it was very hard to stay there also.

So, I decided to move somewhere else, it is normal. I talked to these friends of mine who contacted me. They told me that there were guys who took people to Europe. Then they contacted us, they told us to come, to fly with this guy. He took us, he passed us through the border between South Africa and Mozambique. (Apêndice 2:3)

As mudanças são normais para Ali. Os cenários de onde foi partindo, à excepção de Nairobi, são descritos como muito duros («very hard») devido à insegurança no caso da Somália e da África do Sul, e devido à falta de perspectivas de melhoria das condições de vida no caso do campo de refugiados. Partindo para a Europa, Ali esperava chegar a um país onde pudesse encontrar a sua gente («my people»), e que estes, à semelhança do que tinha acontecido em Nairobi e na África do Sul, o ajudassem a procurar emprego. Mas os planos seriam gorados pela segurança do aeroporto de Lisboa, onde esperava fazer escala, e onde o passaporte falso foi detectado. Confrontado com a possibilidade de ser reenviado para o local de onde tinha vindo, Moçambique, Ali assumiu-se como «somali» e «refugiado» e pediu «protecção».

When I arrived it was morning, 5am in the morning. My plan was to be transited in Portugal, and go somewhere else. Actually, I am not sure where I was going, my ticket was lost. But the human traffic man, he told me: «You are not going to stay in Portugal. You are passing to some other country». I didn't know where I was going, but he told me that there are some countries where my people is and that it is much easier to live and to work there. Then, what happened was that he told us: «When you enter there, don't try to be scared, just be normal and just flow the line. And when you go there, give your document to the people, then wait they check that, you pass, you can check your flight and then you can fly to where you want. And when you enter there you can hide the passport and then you can ask for asylum».

When we arrived here in the airport the things were not as they were planned. When we entered the queue, they asked us for the passport, and when they checked the passport and screened them, it was supposed to be blue in the machine. If it is red, it means that it is a copy, that it is not in the computer, this passport. They checked and it was a copy. They caught us and they said: «Can you please come this side». We went aside and they took us into one small room. We were sitting there, and other friends of mine also came after me. (...)

So then I went to the room. A lady came to us and she said: «You came via TAP Portugal from Maputo, your seat was that number and we are going to deport you back to Mozambique in the same airplane this afternoon, so you have to sign this paper». I was very shocked because I knew how life was in prison. In some countries in Africa, death is better than prison. I said: «I refuse to sign that because I am not from Mozambique, I'm from Somalia. If you take me back, maybe you can deport me back to Somalia, but I cannot go to Mozambique». They told me: «If you don't want to go, what else do you want? Write here what you are asking from the Portuguese authorities, the Portuguese people and the Portuguese government». And I said: «I must have protection because I'm Somali, I'm a refugee. In my country there is a lot of civil war and problems and I cannot go back. If I go back to Mozambique, they are going to arrest me, I am going to live in prison». And a life to live in prison is very hard. (Apêndice 2:3-4)

No dia seguinte à sua chegada, Ali foi transferido para uma «prisão dentro do aeroporto», onde havia camas para dormir. Lá passou sete dias sem saber o que lhe iria acontecer, período durante o qual foi entrevistado pelo SEF e pelo CPR.

Ali demora-se na descrição da entrevista com o inspetor do SEF no aeroporto. Recorda que as perguntas que lhe foram colocadas tinham a ver com as razões que o levaram a abandonar a Somália e a forma como entrou na Europa. Ali foi ainda questionado no sentido de provar que era realmente originário da Somália. Partindo da sua experiência, Ali critica o modo como a entrevista foi conduzida e explica como, a seu ver, as autoridades devem lidar com os refugiados.

The biggest problem was the dates. He used to ask me: “When? When did the fight heppened? When did you flee from Somalia? When did you enter Kenya? When did you enter South Africa?”. And what I don’t remember mostly is the dates, because when you are in a stressful situation, you don’t remember the dates. And one time he told me that he didn’t know me. “I am working for investigation, criminal unit, for six years. If you try to tell me a lie, I will deport you”. I said: “Deport me right now”. “You want to go back in Somalia?”. I said: “Yes”. The man at the airport, he was very rude. And noone was translating. I spoke in English with him. (...)

To make an interview with refugee cases, first, you have to be sympathetic. I don’t think they were very sympathetic for me at the airport, because the refugee person is in trouble: his country, his family... Psychologically, he needs someone he can talk to nicely in order to get all the information needed. But if you pressure him, or if you talk to him in a rude way, maybe he could mix everything. (...) But I guess, when you are from immigration authorities, like when you work for SEF and you need to have an interview with a refugee, you need two things: first thing is that the government, they need real things, they need proof that what this person is telling is true or not. You, as an inspector, you have to clear it, you have to ask every question that you possibly can to get full information. And second thing is that you have to let that person talk and give him a chance to explain things, because the government, they need to know this person, the right of this person to have protection. And according to experience and to your knowledge you have to compare things and you have to ask him the question more important for him to know.

And more important, you need to ask him what exactly happened to his life. I don’t need to explain that in Somalia there is a war going on. I don’t need to bring the story that this one guy in my neighbourhood died, that is not up to the government. There is much, much things you have to know as government.(...) And sometimes what happens is that people can mix things. It can be for two reasons: one reason it can be that the person, he didn’t have the knowledge of how the things were happening exactly; second reason is that he forgets many things; and then third thing is that this person is trying to maximizeand it can take him to tell some lie. (...)

You write. You don't have to care as an inspector. You have to write everything that this guy tells you. Who has the decision is the authorities. The decision to make the classification of things, to separate things – lie or true – is the authorities, it is not up to you, you just write what I say. And you only pass this to the government. The government, their part is to decide things. But you can add it personal things, maybe, like if you see that this person mixed things. You can classificate, you can make classification for him: "Did you want to say like this, or did you want to say like this?" And he can tell you the way that he wanted to say, because of his language barrier. Because he doesn't speak good English, and sometimes you need to ask him again.

And the person that is doing this job, he must love that job. He must know exactly what he is working for. And the person who works for this case, he must not be a racist. He must not be someone who is discriminating things. I know many people that work in this unit of refugees and I can see in their eyes that they don't like much of the refugee. I cannot say this and this, but I know. If you don't like this job, just find another job for you. But you have to honour your job. I know Portuguese go like: "In our country there is a lot of people that don't work, there is a lot of immigrants that come to work". But that is not up to you. (Apêndice 2:7-9)

Para Ali, o stress em que os refugiados se encontram pode afectar a memória das datas exactas dos acontecimentos. Ali considera que agindo de modo menos rude e mais simpático, os inspectores conseguirão obter informações mais claras e correctas da parte dos refugiados, pois o trabalho dos inspectores é recolher a informação para que depois o governo aprecie e decida. O facto de a sua entrevista ter sido feita sem tradutor, leva-o a questionar também as falhas de comunicação que podem ocorrer e influenciar aquilo que o inspector vai escrever no seu relatório. Por último, Ali fala do preconceito que sente da parte dos inspectores mas também da sociedade no geral para com os refugiados, e considera que esse preconceito não pode existir da parte das autoridades.

Ao fim de sete dias no aeroporto, Ali foi aceite como requerente de asilo e foi-lhe indicado que se dirigisse ao CAR.

Finally, it was finished and they let us go out, and gave us a visa. They said: «Take this. You have to pay 15 euro to get an entry visa». I didn't have the money, so I asked my friends to borrow. They gave me and I payed back to them. The visa was valid for 15 days. The woman, she left me, then came back and said: «Your request has been accepted and you are going to be taken into a camp, a refugee camp that is located in the city, in Lisbon.» SEF called a taxi and they said: «Take this taxi, go to Bobadela».(Apêndice 2:5)

Não só durante as entrevistas, mas também no dia-a-dia, Ali refere-se com frequência ao CAR utilizando a expressão «camp». Perguntámos várias vezes a Ali o porquê de chamar *camp* ao CAR, mas para Ali a pergunta parecia não fazer sentido,

talvez por as semelhanças em termos de serem ambas infraestruturas que albergam refugiados e, assim, *camp* estar intrinsecamente relacionado com um local onde estão os refugiados, mas nunca conseguimos obter uma resposta totalmente clara. Em vez de enumerar as semelhanças, Ali apenas conseguia enumerar as diferenças entre o campo de refugiados de Hagadera e o CAR.

The difference between CPR and a camp, for me, is the system that CPR works generally. When you see that the system that the charter works in CPR, that says that a person has the right to be there at the camp for three months. And that three months is the only place that you don't worry nothing, you don't worry that you get the money, you don't worry that you don't lose the food, you don't worry that you have to pay rent... So, it is a little bit calm to live there. And also, there at the camp, the housing is very nice. The only thing is that four or six people are sleeping in one room. That is something a little bit extreme. But for me, when it comes to the camp of Hagadera, the camp in Africa, the first problem is the housing.

(...)You have to build your own tent. UNHCR gives you a tent, gives you all the things that you need to sleep with. So you have to build your own tent. But if you live with family, they will give you a big tent, or maybe they will start to build houses that are made of wood and stuff like that. I hear that the situation of the camp is very, very hard now, because more refugees are coming. My mother, she said that in 2008, there was a big war in Mogadishu and almost all Mogadishu – one and half million – they flee, and almost five hundred thousand of them went to the camps: Hagadera, Ifo, Dadaab. And the life of camps is hard. For me it wasn't bad, because that time there wasn't a lot of refugees, and the situation was a little bit better, and we used to get our thing to sleep, or things to eat, or medical things. (Apêndice 2:10)

A diferença é assim estabelecida por Ali em termos do tipo de alojamento e também das condições físicas. No CAR existe um prazo para a permanência, mas durante esse tempo, os refugiados não têm preocupações. Em Hagadera, por outro lado, os refugiados constroem a própria habitação, e Ali tem a percepção de que a vida no campo se está a tornar mais difícil devido à sobrelotação. Do campo de refugiados em Hagadera, Ali elogia o trabalho levado a cabo pelas organizações locais e religiosas – com as quais colaborou enquanto esteve no campo - que trabalhavam de perto com as pessoas, mas é crítico da actuação das outras organizações devido à distância que mantinham com os locais e devido à má qualidade da comida que distribuíam.

All the organizations from United Nations, they come there, like WHO - World Health Organization, WFP - World Food Program, they go there, UNESCO, they go there, UNICEF, they go there, UNDP, they also go there. UNDP is United Nations Development Program, they go

there. And other associations used to go there. Sometimes you can see Red Cross from Arab League. And WHO, they give some medicines, WFP, they have to give food and stuff like that. Mostly, people who work for international organizations are from Africa: Somalia, Kenya, Eritrea, and Ethiopia. A small number of them are from Europe, like the headquarters' manager of the projects, like the doctors, you may see small numbers of people from Europe or America. (...) But most organizations, they don't have close relation with the society, with the refugees. They have their own programs and when they come, they supply to that program and it's finished. And there is only one thing that has to happen, is that every month they count the people. You have to go in a special office. If you don't go there, you cannot receive your pills, your food or your things that you have to live with. They will think that maybe you went out. (Apêndice 2:11-12)

Mostly the food items have the name of the organization and almost all have the name of the United Nations and you can see the flag of America written there. All the food comes from America, because that is the way it works. The United Nations, they ask money from the members of the organization. They ask money from Portugal, from Sweden, from Europe countries. And then the money goes to where? It goes to New York. And United States, they give food to take to Africa. There is no money going to Africa. And then, sometimes, the United States of America, they give some meals that were there a long time. Some people, they get sick because of the quality of food. It is very, very low. It's, like, food that is supposed to be for their dogs, they can give to south, because the only way to survive is to take everything you get. And then you can get some ugali⁶⁹ and when the children eat it, it makes their stomach ache and they have to go to the toilet all the time, because the quality of food is very bad. Very, very bad. And that is why some people in extremist groups in Somalia, they don't accept the food from the United Nations. And the second thing is that people, they don't have moral. They say that people have to stand up, they have to make their own things for their own. They shouldn't have to wait for some people to help. And the thing is that when there is the time of rain, they bring food, so that people do not make farms and too do not make agriculture programs, that's what they do. That is why they believe the people die. People, they have to sit, they wait. But there is no alternative. If you don't want, you don't want. If you want it, take it. There is nothing that can force you. But, as we know, according to my knowledge, personally, I have read many, many news that say that the United Nations spends almost five hundred million dollars every year to help Somalia, and they give all these associations that money. And people are crying that the amount of that money received in Somalia is not even ten percent. And that is something very bad. But generally, at least people have some help. Like, when you flee from your country and you come in the camp that you don't have anybody, and you left everything behind. Everyone who gives you something, you have to appreciate it, because you really desperately need to have something. You need to have something to eat, you need to have somewhere to sleep. So, sometimes you get the United Nations to do those things. (Apêndice 2:13-14)

⁶⁹ Papa obtida através da mistura de farinha de milho com água.

Ali acaba por inserir a sua crítica à actuação das organizações internacionais, à semelhança de George, numa crítica às relações norte-sul, relacionando a subjugação dos somalis com os mecanismos perversos da ajuda humanitária prolongam a dependência dos locais dessa mesma ajuda.

Apesar de a qualidade de vida em Portugal ser melhor em termos do alojamento no CAR, Ali considera que na Europa o maior problema que enfrenta é o do condicionamento do movimento. Em Hagadera, era costume os jovens deixarem o campo e dirigirem-se para os países da Liga Árabe (Apêndice 2:12-13). O próprio Ali saiu do campo e dirigiu-se a Nairobi sem encontrar dificuldades. Mas na Europa não encontra essa liberdade de movimentos, devido ao apertado controlo imposto pela União Europeia, que não permite que os refugiados trabalhem noutro país que não aquele que concedeu asilo, mesmo que não exista emprego ou oportunidades de formação no primeiro país.

The things in Europe are even worst. The system here in Europe, how the things work, is very bad, because according to the Dublin Law, every refugee has right to stay in the first member of the EU that he enters the first time. He has the right to stay there. If you are going to die or to live, you have the right to stay there. And in the camp of Hagadera, if you have some problem, you can change and you can go to the camp of Dadaab or maybe you can go to Kenya, or you can go back to Somalia. But here, if you go east or west, you come back here, and you have to stay here. (Apêndice 2:14)

Ali relata aquele que parece ser o percurso normal dos requerente de asilo em Portugal. Saída do aeroporto directa para o CAR, rastreamento de doenças infecto-contagiosas e início das aulas de Português no CAR.

We were 6 people who arrived at the airport. We went to the centre and we only stayed there 3 months. When we arrived, they were waiting for us. It was around 6pm. The security guard talked to us, he said: «You are going to sleep in number that» - I don't remember the number – and we went over to that room. They prepared rooms for us, beds, food, everything, and we were very much comfortable. The next person I talked to was the lady who said: «I am the social worker, and I help the refugees sending them to the hospital, sending them to schools, sending them to check their health, and things like that». They sent us to check our health. They gave us a ticket and we had to take the bus. We went to the hospital, a big hospital that is located in Lisboa, I don't know what was the name. They took our urine, they took our blood, everything and then they gave us the

result that we were healthy. We started the Portuguese class and my teacher, who was teaching me Portuguese, was very nice. I started to learn Portuguese slowly. (Apêndice 2:9)

À medida que o entusiasmo da chegada acalmava, o isolamento e a exclusão social relacionados com o facto de não conhecer ninguém no país e pela incompreensão da língua, levaram Ali a procurar uma nova saída. Sem familiares em Portugal e sem ter encontrado uma rede de apoio de co-nacionais, Ali, à semelhança dos outros somalis que chegaram consigo no mesmo avião a Lisboa, começou a pensar sair do país, mesmo assistindo às tentativas falhadas de outros.

Everything was good, and they give us a temporary permit, temporary residency. We were feeling much happier. We were saying: «Maybe life could change». But what happened was that everyone started to say: «I am going. I don't know anybody here. Life is very hard». If you go to doctor, if you go to pharmacy, you don't know what you are going to buy because you don't know the language. And everybody was saying: «We want to go out, we want to go out. I want to go where my family is». Some went to Sweden, some went to Holland, some went to Norway, and then finally they all came back here. (Apêndice 2:9)

Those who came together with me from Somalia, they left the centre before I did. I asked them where they were going and they said: "Here in Portugal is no good place, we have to go to another Europe country to find another life." And then they went, everybody went out, and I did not have enough pocket money, just enough to stay there. I was receiving 40 euros per week from the Centre, and then I received that card⁷⁰ for four months and they told me that they would transfer me to Santa Casa. I didn't like it to stay there. I didn't know anything about how my life was going to be and I was worrying too much about how things will look like if I would go to Santa Casa. If I would go out of the centre, I wouldn't know how to find a house. I was thinking: "I think I will have a big problem". So my uncle called me from Norway, so went there. I went to another country, because I thought that maybe if I could go to another country I would find my people, because here I have none. (Apêndice 2:18)

Quando foi transferido para o SES-SCML, Ali viu-se na iminência de ter que sair do CAR e procurar um quarto, mas sem ter a tal rede de suporte que o ajudasse nessa nova etapa, decidiu viajar até à Noruega, onde tinha um tio. Já na Noruega, quando se dirigiu com o tio aos serviços de imigração para pedir reagrupamento familiar, foi verificado, através das suas impressões digitais, que tinha pedido asilo em Portugal. Ali foi enviado para um centro de detenção no norte do país até ser deportado

⁷⁰ Autorização de residência temporária.

de volta para Portugal. Chegado mais uma vez ao aeroporto de Lisboa, encontrou um funcionário do SEF à sua espera que o voltou a encaminhar para o CAR.

Na apreciação que faz do tempo que passou no CAR, Ali deixa já antever as motivações que o levaram a formar a Associação. Ali aponta, à semelhança de George, a falta de informação sobre os direitos e deveres, um problema que encontrou em Portugal, a que se acrescentou a dificuldade de comunicação com os funcionários do CAR e com os outros residentes. À semelhança do que já tinha dito a respeito dos inspectores do SEF, Ali aponta formas de actuar que, a seu ver, seriam mais correctas, por parte dos funcionários do CAR.

(G)enerally for me I don't mind to stay here in Portugal the rest of my life, if I'm getting full of my rights, everything that I have to access in my life. But in the camp [CAR], I believe it is very hard for someone to live there when it comes to understand things, how it works. The most important thing of life is communication, and there is little communication between the refugees and the people that work there. And the reason is that the people need to have like a book that is written with everything that you have to do when you come to the camp: what are our obligations and what are our rights. It must be written in your own language to have a good communication with the people who are there. And if you don't have that, you must have some people who will explain to you how things work in the camp. And at the same time, some people who will tell you what you have the right to here in Portugal, or what you don't have the right to. And you must have people who are well trained or at least speak in different languages, and who can explain people how things work. In the camp, you cannot even sometimes ask for your needs to the people, because the people there, mostly they speak one language. Some of them, they speak two languages, but most of them, they speak only one language. (Apêndice 2:14-15)

Após a deportação da Noruega, Ali regressou ao CAR, mas ao contrário do que tinha acontecido da primeira vez, não foi colocado num quarto com co-nacionais, mas com pessoas de outras cinco nacionalidades diferentes da sua, com hábitos muito diferentes dos seus e com quem tinha dificuldade em comunicar. Quando se dirigiu aos administradores do centro, insistindo em mudar de quarto devido à situação que o «magoava», Ali foi confrontado com aquilo que descreve como uma atitude arbitrária dos funcionários, que não procuram encontrar uma solução para o seu problema e apenas colocam a alternativa de Ali abandonar o centro.

And there are many different people there. People from Africa, from Asia, from Arab League, from Latin America... Different people, different cultures, different religions. In Hagadera we

were only Somalian in the majority, although there was some Sudanese, some Eritreans, but the majority was Somalian. It was better for me to communicate. But that kind of people, they have to live in one room in the centre, while I was having my own room in Hagadera. I was having my own tent with the family. And in the camp [CAR], when I entered there, I was sleeping with six people: two from Georgia, another from Sri Lanka, another from Eritrea and me. Guess what can happen there? Six different people from different countries meet in one room. Some of them have to stand at midnight to worship or to pray, some of them have to listen to music loudly, some of them cough all night because they are sick, some of them have to speak on the phone... Some nights you are not able to sleep.

But you cannot complain there, in the centre. You cannot say: "This is hurtful, it hurts me". You cannot say it. They can say: "Leave! If you don't want, you cannot go somewhere else. If you don't want it, you can go outside. There is no one forcing you, you can leave". But if you say: "I will change the room", they can say to you: "No, you cannot change. You have to listen. If you don't listen, we will call the police." That is what he told me, P.⁷¹: "Me, I am talking to you". I asked if I could live with Somalians, who live in the next room. He said: "You are going to sleep where you want to, or are you going to sleep where we want you to sleep?" I said: "I don't want to sleep here, I'm not felling well. I am a human being, I'm not an animal." And he said to me: "If you don't sleep here, you go outside or I will call the police." And he called D.⁷², and D., she came to me and she told me: "Why are you people always complicated? Why are you giving us a problem? We are the administration people, we are the ones who own here, not you. You have to sleep where we want you to sleep. If you don't want it, here is not your house." She was talking like that. And I said: "I'm not going to sleep here." I was asking why I couldn't sleep with the other five Somalians, and they said: "No. The reason is that we want you to integrate with the people". What kind of integration am I doing? People are speaking on the phone. Is that integration? How can you integrate with Georgian man? What is the integration between him and me? I have to integrate with Portuguese society, not another man who does not know anything of me. The man from Georgia, he used to drink twenty-four hours and talk loudly. Sometimes, you cannot even tell the people: "Close the door", or "don't talk, we have to sleep", because there is no communication language. Most people from Eastern Europe, they don't speak any other language. They speak only Russian and their own language. You cannot understand them and they cannot understand you. You have to sleep like that. The first time it was a little easy, but it got worse, because first time, when we came, they put us in one room, four Somalians: me, M., M., and another guy who went to the UK. They put us in one room. It was better. (Apêndice 2:15-16)

Ao regressar da Noruega, foi clarificado a Ali que este já não tinha o direito de permanecer no CAR e que não deveria questionar as ordens dadas pelos administradores.

⁷¹ Vigilante no centro de acolhimento do CPR.

⁷² Assistente social no centro de acolhimento do CPR.

After that, I moved to Norway to reunite with my uncle who is living there, and when I come back, it was when I got the problems. D., she told me: “Normally you shouldn’t have the right to come back here in the centre, but if we accept you to do so, don’t step on us, just do what we tell you.”

In Hagadera how could you complain? You had your own space. And you can ask some more help, you can ask people to give you the tents or to give you something for your house. Maybe they can help you. But normally, you have a free space to live. You can sleep with whom you want in Hagadera. It’s not like you have to be in bed at eleven o’clock. When it comes to CPR, there is a lot of conflict. In Hagadera, you cannot see people calling the police for other people. And even the police cannot enter there, because this is special territory to take care of some people who are running from the regime, running from the police. And it’s forbidden for the police to enter there. Because this is the only place we have to be, to live free. But the camp in CPR, if you break one cup, they may call the police. There is a big difference.(Apêndice 2:16)

Ali enuncia assim mais uma diferença entre o CAR e o campo de refugiados em Hagadera e que reside numa maior liberdade e privacidade no espaço doméstico e da área do campo como área de protecção, ao contrário do ambiente coactivo do CAR.

De volta a Portugal, depois da temporada na Noruega, Ali começou a encarar a hipótese de ficar em Portugal, encontrar trabalho e estudar. Obteve o seu título de residência definitivo, saiu do CAR, inscreveu-se no centro de emprego. Começou a frequentar aulas de português na escola secundária de São João da Talha e fez um curso de técnico de vendas na Escola Profissional de Alverca. Mas Ali considera que os refugiados não se conseguem integrar, porque quando saem do CAR ficam sem saber o que fazer. O mais importante para Ali é perceber qual é a instituição responsável pela integração dos refugiados.

As a refugee, we don’t get full integration, when it comes to get into the society, because the only thing we get is some support from CPR, and CPR they give us a chance to learn the language. But after that, as a refugee person, we don’t know our rights, we don’t know what we are going to do when we go out of the centre. When we asked CPR who is the responsible for our programmes or our rehabilitation, our integration programme, they told us: “We are only temporary. You only have to live here for 3 months. After that your process has been taken to Segurança Social, and you are going to get support from Segurança Social, and that is the end”. When we go to SEF and ask the same thing, they say: “We only give you documents”. The worst things we have now is that we cannot take our life ahead, we cannot enter more into the society and we cannot find more opportunities.(Apêndice 2:17)

Ali coloca assim os refugiados numa posição mais passiva, quando comparada com a idealização que Kpatwe e George fazem do papel mais activo e autónomo que os refugiados devem ter na concretização da sua integração. Ali passa grande parte do seu tempo livre a acompanhar refugiados recém-chegados nas idas à Segurança Social, ao médico ou ao centro de emprego, o que faz por sua própria iniciativa, acompanhando sobretudo falantes de árabe. Vai desempenhando assim o papel que as instituições não cumprem, de orientação à chegada. Para Ali, a Associação deve no futuro desempenhar esse papel mediador com os recém-chegados, mas também congregador de forças dos refugiados à volta da função de melhorar o futuro de todos.

But the problem we are facing is about lack of information, is about confidence between the refugee and those companies who work for the refugee, the institutional workers. Whenever we go to a place to ask for more rights, they tell us that things will be improved. And then the things will be the same or worst. And that means that the refugee does not have more trust to wait and hope something from the institutional organizations or the *Ministério da Administração Interna*. So the only things we need is, us refugees, to involve and to work for the refugee and to build our life, when it becomes about studying, when it becomes about work, when it becomes about to promote right for refugee. This is, I believe, the job that is waiting us. It is not only that we have to sit home and wait for Segurança Social to pay, or from CPR to take us into school, or from Santa Casa to give us jobs, it is not about that. What I believe now is about the refugee, they have to work for themselves and they have to improve their lives.

(...)I believe that one day, the refugee can believe that they can work and they can do something for their future, to save those who are coming in the future time to Portugal. Inside the community of refugees, they are different, because they are different geographically, they are different ideologically, and they are different because of who they are. Because when we are talking about refugees who come from arab countries, it's hard to integrate into the society. When we are talking about the families and the children, those who are very ill, those who are very weak when it becomes to protect their rights, those people, they need special care and they need someone who work with them. They need someone who go with them everywhere they are going, a translator, someone, an assistant worker. So, in general we are missing all of that. (Apêndice 2:25-26)

Ali enfatiza as dificuldades que os refugiados enfrentam no país de acolhimento na procura de trabalho, educação e reconhecimento de habilitações. Considera que a Associação deverá servir para unir os refugiados na procura conjunta de um futuro melhor. Ali invoca com frequência o caso excepcional do refugiados que, ao contrário dos imigrantes, não vêm para Portugal para procurar trabalho, mas para escapar dos seus países inseguros.

What we have here is that life is so hard when it comes to finding a job, finding education, finding habitation, and knowing more about your rights. We are still trying to work and to communicate inside the refugees, and to ask what is better for us, what can we do. And we try to have some associations like the association we have now here, the Association. We are waiting that maybe we can have a better future for ourselves and the rest of the refugees.

The problem is that in the Portuguese society, the refugees, they are not well known because the Portuguese, they only know something they call 'the immigrant'. There is a lot of immigration in this country, and there is big difference between immigrants and the refugee, because, as a refugee, my case is exceptional. I don't come here to find more rights, I don't come here to find a better life or a better job. I have Portugal as my second country, and I don't have to go somewhere else to find rights and a job. The reason I came here was that my country is not safe. This is my country where I believe I have to live. When it comes to immigrants, it is different. They are someone who only come to find a job or better live. That is what we have here. (Apêndice 2:23)

Ali concorda com Kpatwe, no sentido de considerar que a Associação composta «por refugiados e para os refugiados», deve fazer aquilo que as outras instituições não fazem, assumindo uma posição um pouco mais crítica relativamente à actuação das instituições no que diz respeito à garantia dos direitos dos refugiados em Portugal, após a protecção ter sido dada.

Our association, it has been created because of, as I see it, there are many difficulties that we are facing generally, the refugee community, because there is no full process of integration of the refugee here in Portugal. A person has to go out after 3 months in the camp, he has to find a house. He doesn't know the language, he cannot find a job, he doesn't have a good profession, he doesn't speak very well Portuguese... For all those reasons, we thought that it was important to have an association for the refugee and from the refugee. In that association, it is important to fulfill what is left of the integration process.(...)

And then, when I am talking about those people who work for the refugee, whether it is Segurança Social, or it is Santa Casa, or it is GAR, or it is CPR, or it is generally the *Ministério da Administração Interna*, I believe there is a gap we need to fulfill. I believe that those people who are working for the interest of refugee, most of them, they don't qualify well for what they are doing, and some of them, they don't even care about the situation of the refugee. The only thing we have up to now is that when a person receives his document, he has only the right to a small amount of Social Security and there is no more rights left. The international protection of refugees' law says that a person should have to guarantee social life, education life, health, family reunification, also to integrate into the society and to go to labour market, to get ability to work. So, generally, all that system, it disappears, and we can only find that if you want to live here, you receive a small amount from Social Security and some of the people, it takes almost

three years for them to get reunited with their family. And some of them, they aren't lucky even to do so. (Apêndice 2:24-25)

Em Portugal, Ali já trabalhou a vender artesanato em feiras, a fazer uma substituição num restaurante durante dois meses e a distribuir publicidade, sempre sem contracto.

Generally, I didn't work with contracts. It was hard for me to get contracts because I went to many places and they told me that my profession is not recognized here, and I don't speak very well Portuguese, so I couldn't have contract. (Apêndice 2:22)

Um ano e meio depois de ter sido deportado, partiu de novo para a Noruega, conseguindo permanecer invisível às autoridades durante cinco meses. Trabalhou numa loja de transferência de dinheiro para a Somália que pertencia a um amigo do seu tio, também somali. A única razão que levou Ali a regressar a Portugal foi a renovação da autorização de residência. De novo em Portugal, e mais uma vez conformando-se com a perspectiva de ter que ficar, Ali tentou entrar num curso profissional, mas a cópia que Ali apresentou do seu certificado de habilitações foi recusada, e Ali foi aconselhado a ingressar num currículo alternativo (o RVCC) de modo a obter um certificado português.

Quando o entrevistámos pela última vez, Ali estava a concluir o RVCC e mostrava-se novamente com esperança em encontrar novas oportunidades de estudo e emprego em Portugal. Mas acabou por regressar à Noruega, até que, eventualmente, nova renovação do título de residência o traga de volta.

3.5. Análise das histórias de vida

A análise das histórias de vida de Kpatwe, George e Ali, líderes da Associação, permitiu-nos captar as várias nuances do discurso da Associação na sua relação com o contexto de acolhimento e com o sistema do asilo.

O percurso dos nossos protagonistas é marcado pela fuga a contextos de guerra civil, mas não se esgotam na guerra, as razões da saída, quer dos respectivos países de origem, quer dos países por onde passaram até chegar a Portugal. Kpatwe e George justificam a saída da Costa do Marfim e do Mali, respectivamente, com o prosseguimento dos estudos universitários. Ali, que obteve protecção do conflito que decorria na Somália num campo de refugiados no Quênia, saiu do campo para escapar à

escassez e à falta de perspectivas de futuro, e em busca de trabalho. Temos assim três casos em que as consecutivas fugas sobrepõem razões que ora se enquadram nas ditas migrações forçadas, ora nas ditas migrações económicas, assumindo contornos mais complexos que aqueles com que são conceptualizadas pelas políticas migratórias e pelo sistema do asilo. Como vimos no capítulo 2.1. a sistemática separação entre migrações forçadas e económicas é herdeira de uma genealogia relacionada com o pós-guerra na Europa e reflecte, na contemporaneidade, relações de dominação ao nível global.

George e Ali abordam directamente estas relações de dominação, quando descrevem e criticam, respectivamente, a intervenção militar na Costa do Marfim, e a intervenção humanitária no campo de refugiados no Quénia. Este paradoxal paralelismo entre a intervenção militar externa – também chamada de humanitária - e a intervenção humanitária nos campos de refugiados que podemos retirar da justaposição das críticas de George e Ali é apontado por Didier Fassin como sendo uma das manifestações do governo humanitário, marcado pela desigualdade e a arbitrariedade.

É também de forma crítica que George e Ali falam das estruturas de dominação no contexto de acolhimento. Já Kpatwe tem um discurso menos crítico. Das estruturas de asilo com as quais teve contacto nos vários contextos por onde passou – Serra Leoa, Guiné Conacri, Costa do Marfim e Marrocos – guarda o modelo de participação dos refugiados nas estruturas das organizações que geriam a ajuda alimentar e as escolas, modelo esse que norteou a sua primeira tentativa de constituição de uma associação sob o domínio do CPR. De facto, a forma como Kpatwe recorda o seu percurso biográfico tem sempre presente a identificação enquanto refugiado e a relação com as estruturas de asilo, quer durante a infância, frequentando escolas para refugiados, quer mais tarde, em Marrocos, onde a afirmação do seu estatuto oficial de refugiado sob o mandato do ACNUR e relação privilegiada com as ONG determinou a sua mudança para Portugal. Em Portugal, após a recepção feita por responsáveis políticos e a mediatização do grupo em que estava inserido como «o primeiro grupo de reinstalados a chegar a Portugal», Kpatwe enfrentou, também com os doze reinstalados, as arbitrariedades das instituições públicas. A sua inclusão no grupo dos doze pioneiros e o facto de terem ultrapassado em conjunto as provações passadas no deserto e em Portugal, acabam por ter muita importância no discurso de Kpatwe sobre a Associação, sobretudo quando se trata do papel que esta pode ter na união dos refugiados. Como refugiado a viver longe do CAR,

Kpatwe recorre ao seu caso para exemplificar como um contacto directo com as instituições, sem a mediação do CPR, pode ser benéfico para a concretização dos objectivos de vida de cada um, sublinhando ainda a importância da aquisição do domínio da língua e de um conhecimento da cultura do país, para a integração.

George parece partir de uma identidade cosmopolita, realçando o contacto que foi tendo ao longo da vida com pessoas de diferentes origens, e a sua identificação como africano na diáspora, para, partindo da crítica às relações entre Europa e África, e às limitações do acesso às estruturas de poder dos *refugiados* em Portugal, afirmar a concretização de direitos dos refugiados como condição fundamental para cumprimento de deveres. Para George o conhecimento dos direitos e deveres é fundamental para uma integração mais política que a preconizada por Kpatwe. Para George o conhecimento daquilo que é permitido e daquilo que não é permitido toma o lugar que o conhecimento da língua e cultura assume no discurso de Kpatwe.

Relativamente ao contacto com as instituições, George refere o papel que a Associação pode ter na apresentação de propostas para financiamento e no relacionamento com os poderes políticos. A idealização que faz do modo de actuação da Associação parece estar mais de acordo com o modo de actuação das ONG, provavelmente fruto da experiência de George no JAE e do contacto com organizações da União Europeia como o Centro Norte-Sul. A formalização da Associação permitiria o estabelecimento de relações formais com outras organizações, que seriam feitas entre pares, ao mesmo nível, e não uma relação de dominação/subordinação como aquela entre o CPR e a Associação que foi alvitada nas primeiras reuniões a que assistimos, e da qual George foi o principal opositor (Capítulo II).

Ali é dos três líderes da Associação aquele que mais parece conformar a relação entre os refugiados e as instituições ao paradigma assistencialista. Ali reivindica sobretudo o cumprimento por parte das instituições das suas responsabilidades face aos refugiados, para com os quais deve haver um tratamento que tenha em conta os contextos traumáticos de onde estes partiram, assim como as necessidades de orientação no país de acolhimento, devido ao desconhecimento da língua e ao isolamento das suas comunidades. Ali descreve os contextos pelos quais passou em termos das adversidades que encontrou. Chegado a Portugal por ter sido interceptado na viagem para um outro país europeu onde teria uma comunidade de co-nacionais que o ajudasse, as dificuldades de integração colocadas pela língua e pela integração laboral parecem

determinar o discurso de Ali sobre a Associação, assim como as suas acções, pois Ali dedica grande parte do seu tempo a acompanhar outros refugiados recém-chegados nos seus contactos com as instituições e na procura de alojamento.

Os discursos dos três protagonistas acabam por convergir quando falam da *Associação* enquanto organização de refugiados para refugiados, reclamando um papel mais activo dos refugiados na integração na sociedade de acolhimento (Kpatwe), na reivindicação de direitos (George) ou na assistência aos recém-chegados (Ali).

CONCLUSÕES

Propusemo-nos, na presente dissertação, estudar parte de uma população que em Portugal é categorizada como *refugiada*, no seu projecto de constituir uma associação, questionando de que forma se estabelece uma subjectividade de *refugiado* em contacto com as estruturas institucionais no contexto de acolhimento e de que modo essa construção poderia configurar uma forma de auto-representação e reivindicação em relação a essas estruturas.

A formulação de uma subjectividade (Ortner 2005) de *refugiado* no seio da *Associação* surge da localização dos indivíduos num contexto específico de relações de poder e dominação simbólica (Bourdieu 1989a) e do diálogo dos indivíduos com estruturas normativas e institucionais a diferentes níveis de governo, que existem no seio de um sistema de asilo (Giddens 1994; 2000). Existe uma partilha de significados por fazedores de políticas, trabalhadores das instituições governamentais e não-governamentais e pelos próprios *refugiados*, que envolve construções, também elas situadas, de noções como *direitos humanos*, e os próprios conceitos de *asilo* e *refugiado*, que importava situar e analisar criticamente enquanto estruturantes da acção. Considerámos, por isso, necessária uma interpretação do asilo enquanto grelha de entendimento do mundo (Fassin 2012; Malkki 1995), e conjunto de práticas institucionais (Griffiths, Sigona e Zetter 2005; Zetter 1991).

Traçando uma genealogia conceptual do asilo contemporâneo, entrevemos as construções sociais que condicionam o percurso dos indivíduos categorizados como refugiados no contexto de acolhimento. O sistema do asilo pressupõe uma diferenciação clara entre categorias estáticas de migrante económico e refugiados que não corresponde à complexidade da multiplicidade de motivos que levam à migração (Hein 1993, Castles 2003). Indivíduos com diferentes percursos e características são, no contexto de acolhimento reunidos sob uma categoria homogénea: o *refugiado*, objecto passivo de políticas assistencialistas levadas a cabo por instituições governamentais, intergovernamentais e não-governamentais que identificam como principal problema a protecção das perseguições sofridas no país de origem. Reduzido à mera existência humana dentro do sistema de asilo. O *refugiado* tem historicamente permanecido do lado de fora de uma existência enquanto cidadão de um Estado. (Malkki 1996, Agamben 1995).

Os conflitos e a instabilidade política que tendem a prolongar-se no tempo são reflexo do aprofundar das desigualdades económicas e políticas globais (Castles2003; 2005). Neste contexto, a categoria de *refugiado* vai afastando-se do seu carácter temporário inicial para se tornar uma categoria permanente (Adelman 1988). No caso em estudo, pudemos verificar que a limitação da participação social e política através do acesso ao emprego, à habitação e à educação, mas sobretudo o modo como estas limitações são percepcionadas pelos indivíduos que são categorizados como refugiados, estabelece os limites da participação dos refugiados na sociedade de acolhimento (Koopman e Statham 2000). Por outro lado, o modo como se dá a união dos indivíduos à volta da categoria de *refugiado* reflecte os limites da incorporação (Soysal 1994) dos indivíduos categorizados como tal na sociedade.

Em Portugal existe um número relativamente pequeno de indivíduos a cair na categoria de *refugiado* por comparação aos restantes países da União Europeia (ACNUR 2011). Os *refugiados* são provenientes de países muito pouco representados em termos de stock de estrangeiros residentes no território nacional (SEF). Sem uma rede de conhecimentos prévia à chegada, e chegando muitas das vezes de forma pouco planeada, os indivíduos acabam por se instalar num alojamento, gerido por uma ONG que configurará, a partir daí, o seu principal interlocutor institucional, oferecendo, para além do alojamento, serviços de apoio social e jurídico direccionados exclusivamente para *refugiados*.

O não reconhecimento de competências académicas e profissionais, as dificuldades em prosseguir estudos académicos e formação profissional são encarados pelos indivíduos como causas do desemprego e da consequente dependência das prestações da Segurança Social, cujos constantes e prolongados atrasos nos pagamentos condicionam, por sua vez, a prossecução de um projecto de vida independente e, coloca os indivíduos mais uma vez dependentes do apoio social da ONG. Verificámos a existência de um enclave no tecido periurbano onde o alojamento colectivo está localizado, e à volta do qual os *refugiados* organizam a sua vida. Dependentes do apoio da ONG, os indivíduos têm também os contactos com outras instituições da sociedade de acolhimento mediados pela ONG.

Provenientes de origens com pouca representatividade em Portugal e isolados de relações sociais mais amplas que as estabelecidas à volta das estruturas institucionais de acolhimento de refugiados , seria de esperar a conformidade dos indivíduos ao papel de

vítima passiva que a moral humanitária lhes reserva (Fassin 2012). O projecto de criação de uma associação de refugiados surge, por isso, como resposta atípica a essa identidade subalternizada e estigmatizada (Goffman 1963). Através do estabelecimento de uma associação de refugiados, os indivíduos estigmatizados partem do próprio rótulo, e de uma experiência e percurso institucional comum no país de acolhimento como ponto de partida, para a reformulação uma identidade de *refugiado* no país de acolhimento.

Fazendo corresponder a categoria de refugiado a uma série de atributos que dão relevância à capacidade dos que são assim categorizados de agir na realização dos seus objectivos pessoais e colectivos, e na reivindicação dos seus direitos e deveres enquanto cidadãos de pleno direito, os líderes da *Associação* procedem a uma reconfiguração da categoria, indo contra o estigma a que o refugiado se encontra historicamente votado. O *refugiado*, como idealizado no seio da *Associação*, emerge das dificuldades de integração percebidas no país de acolhimento para assumir, um papel mais activo na melhoria das suas próprias condições de vida ao tentar solucionar esses problemas através de um contacto mais directo com as instituições, da reivindicação de direitos e deveres e da responsabilização das próprias instituições.

A *Associação* torna-se espaço de apropriação de um rótulo institucional para a formação de uma subjectividade política (Malkki 1996:378) no país de acolhimento, sendo, concomitantemente, local de formulação discursiva de novas formas de participação. O *refugiado-objecto* emerge das estruturas invisibilizadoras e repressivas, e afirma-se como *refugiado-cidadão* auto-determinado, membro activo da sociedade mais alargada.

Bibliografia

- Adelman, Howard. 1988. From refugees to forced migration: the UNHCR and human security. *International Migration Review*, vol. 35, no. 1, 7-32.
- Agamben, Giorgio. 1995. We Refugees. *Symposium*, 49(2), 114-119.
- Agamben, Giorgio. 1997. *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua*. Oeiras: Presença.
- Agier, Michel. 2002. Between war and city: towards an urban anthropology of refugee camps. *Ethnography* 3 (3), 317-341.
- Albertinelli, Anthony. 2011. *Asylum applicants and first instance decisions on asylum applications in 2010*. Luxemburg: Eurostat. Disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-QA-11-005/EN/KS-QA-11-005-EN.PDF (acedido a 18.04.2011)
- Arendt, Hannah. 1994 [1943] .We refugees. In Marc Robinson (ed.) *Altogether elsewhere*(pp. 110-119). Boston, London: Faber and Faber.
- Arendt, Hannah. 1950. The decline of the nation-state and the end of the rights of man. In *The origins of totalitarianism*(pp. 267-302).San Diego, New York, London: Harcourt.
- Barth, Fredrik.1998[1969].Introduction. In Barth, Fredrik (ed) *Ethnic groups and boundaries: the social organizations of cultural difference*(pp. 9-37).Long Grove: Waveland Press.
- Bourdieu, Pierre. 1989a. Sobre o poder simbólico. In *O poder simbólico*(7-16). Lisboa: Difel.
- Bourdieu, Pierre. 1989b. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In *O poder simbólico* (pp. 107-132).Lisboa: Difel.
- Bourdieu, Pierre. 1997 (1986).The forms of capital. In A. H. Halsey e Hugh Lauder (Ed.) *Education: culture, economy society* (46-58). New York: Oxford University Press.
- Boswell, Christina. 2003. The external dimension of EU immigration and asylum policy. *International Affairs*, 79(3).619-638.
- Brettell, Caroline. 2003. "Migration stories: agency and the individual in the study of migration" in *Anthropology and migration: essays on transnationalism, ethnicity and identity*. Walnut Creek: Altamira Press. 23-45.
- Brubaker, Rogers. 2004. *Ethnicity without groups*. Cambridge: Harvard University Press.
- Castles, Stephen. 2002. Estudar as transformações sociais. *Sociologia, problemas e práticas*, 40. 123-148.
- Castles, Stephen. 2003. Towards a sociology of forced migration and social transformation. *Sociology* 37, no. 1.13-34.
- Castles, Stephen. 2005. Nation and empire: hierarchies of citizenship in the new global order. *International Politics* 42.203-224.

Clifford, James. 1986. Introduction: partial truths. In James Clifford e George Marcus (orgs.) *Writing culture: the poetics and politics of ethnography* (1-26). Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.

Conselho Português para os Refugiados. 2011. *Diário da construção do Centro de Acolhimento para Crianças Refugiadas*. Disponível em: http://www.refugiados.net/_novosite/diario_em_construcao-f.html [Acedido pela última vez em 12/06/2012]

European Council on Refugees and Exiles. 2012. *In a nutshell*. Disponível em <http://www.ecre.org/about/this-is-ecre/in-a-nutshell.html> [Acedido pela última vez em 12/06/2012]

Fassin, Didier. 2001. The biopolitics of otherness: undocumented foreigners and racial discrimination in French public debate. In *Anthropology Today*, vol. 17, no. 1.3-7.

Fassin, Didier. 2012 (2010). *Humanitarian reason: a moral history of the present*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.

Fonseca, Maria Lucinda, Maria José Caldeira, e Alina Esteves. 2002. New forms of migration into the European South: Challenges for citizenship and governance - the Portuguese case. *International Journal of Population Geography*, no. 8.135-152.

Foucault, Michel. 2010 (1994). Governamentalidade. In José Neves e Bruno Peixe Dias (ed.) *Como se faz um povo*. Lisboa: Tinta da China.

Giddens, Anthony. 1994 (1991). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta.

Giddens, Anthony. 2000 (1979). *Dualidade da estrutura: agência e estrutura*. Oeiras: Celta.

Goffman, Erving. 1990 (1963). *Stigma: notes on the management of spoiled identity*. Harmondsworth: Penguin Books.

Griffiths, David, Nando Sigona, Roger Zetter. 2005. *Refugee community-based organizations and dispersal: networks, resources and social capital*. Bristol: The Polity Press.

Hatton, Timothy J. 2009. "The rise and fall of asylum: what happened and why?" *The Economic Journal*, 119.F183-F213.

Hein, Jeremy. 1993. Refugees, immigrants, and the state. *Annual Review of Sociology*, no. 19.43-59.

Korać, Maja. 2003. Integration and how we facilitate it: a comparative study of settlement experiences of refugees in Italy and the Netherlands. *Sociology*, 37 (1).51-68.

Korać, Maja. 2003b. The lack of integration policy and experiences of integration: a case study of refugees in Rome. *Journal of Refugee Studies*, 16 (4).398-421.

Koopmans, Ruud e Paul Statham. 2000. Migration and ethnic relations as a field of political contention: an opportunity structure approach. In Ruud Koopmans e Paul Statham (eds) *Challenging immigration and ethnic relations politics: comparative European perspectives*. Oxford: Oxford University Press. 13-56

Malkki, Liisa H. 1995. Refugees and exile: from 'refugee studies' to the national order of

things. *Annual Review of Anthropology* 24.495-523.

Malkki, Liisa H. 1995b. *Purity and exile: violence, memory, and national cosmology among Hutu refugees in Tanzania*. Chicago: The University of Chicago Press.

Malkki, Liisa H. 1996. Speechless emissaries: refugees, humanitarianism, and dehistoricization. *Cultural Anthropology* 11, no. 3. 377-404.

Marques, M. Margarida. 2008. *Migrações e participação social: as associações e a construção da cidadania em contexto de diversidade – o caso de Oeiras*. Lisboa: Fim de Século.

Marques, M. Margarida. 2010. Introdução. In M. Margarida Marques (coord) *Estado-nação e migrações internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.

Moraes, Teresa Tito. 2001. Refugiados em Portugal. *Janus 2001*. Disponível em http://janusonline.pt/2001/2001_3_3_13.html#2 [Acedido pela última vez em 14/05/2012]

Ong, Aihwa. 1999. Introduction. In *Flexible citizenship: the cultural logics of transnationality* (1-26). Duke University Press.

Ortner, Sherry B. 2005. Subjectivity and cultural critique. *Anthropological theory*, Vol 5 (1).31-52.

Penninx, Rinus. 1986. International migration in Western Europe since 1973: developments, mechanisms and controls. *International Migration Review*, vol. 20 (4). 951-972.

Salgueiro, Teresa Barata. 2001. A segregação social e os espaços de vida. In *Lisboa, periferia e centralidades*. Oeiras: Celta.

Santinho, Cristina. 2009. Refugiados e requerentes de asilo: abordagens antropológicas no campo da saúde física e mental. In Chiara Pussetti (org) *Migrantes e saúde mental: a construção da competência cultural*(177-196).Lisboa: ACIDI.

Sardinha, João. 2007. *Providing voices? Civic participation opportunities for immigrants in Portugal*. University of Oldenburg, Politis Working Paper Series, 7. Disponível em http://www.uni-oldenburg.de/politis-europe/download/WP7_POLITIS_Sardinha_2007.pdf (acedido a 15 de Janeiro de 2011)

Scott, James C. 1990. *Domination and the arts of resistance*. New Haven and London: Yale University Press.

Soysal, Yasemin Nuhoğlu. 1994. *Limits of citizenship: migrants and postnational membership in Europe*. Chicago and London: The University of Chicago Press.

UNHCR. 2011b. Why offer a Refugee Resettlement Program? In *UNHCR Resettlement Handbook*. Disponível em: <http://www.unhcr.org/3d985b304.html> [acedido a 3/03/2012]

UNHCR.(2011c). *UNHCR Resettlement Handbook, Country Chapter - Portugal*.Disponível em: <http://www.unhcr.org/refworld/docid/4ecb9c000.html> [acedido a 3/03/2012]

Velho, Gilberto. 1978. Observando o familiar. In Edson de Oliveira Nunes (org.) *A aventura sociológica: objectividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*(36-46).Rio de Janeiro: Zahar.

Van Dijk, Teun A. 2003. Critical discourse analysis. In Deborah Schiffrin, Deborah Tannen, Heidi E. Hamilton (eds.) *The handbook of discourse analysis* (352-371). Oxford: Blackwell.

Vasileva, Katya. 2011. *6,5% of the EU population are foreigners and 9,4% are born abroad* (Eurostat data in focus. Population and social conditions 34/11).Luxemburg: Eurostat. Disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-SF-11-034/EN/KS-SF-11-034-EN.PDF [acedido a 17/11/2011].

Wenden, Catherine Withol de. 2004. Admission policies in Europe. In J. Eduard e Douglas S. Massey *International migration: prospects and policies in a global market*(286-294). Oxford: University Press.

Zetter, Roger. 1991. Labelling refugees: forming and transforming a bureaucratic identity. *Journal of Refugee Studies* 4, no. 1.39-62.

Relatórios

Conselho Português para os Refugiados. 2007. Relatório de actividades 2006. (Lisboa): CPR.

Conselho Português para os Refugiados. 2008. Relatório de actividades 2007. (Lisboa): CPR.

Conselho Português para os Refugiados. 2009. Relatório de actividades 2008. (Lisboa): CPR.

Conselho Português para os Refugiados. 2010. Relatório de actividades 2009. (Lisboa): CPR.

Conselho Português para os Refugiados. 2011. Relatório de actividades 2010. (Lisboa): CPR.

Comissão Europeia. 2010. Report from the Commission to the European Parliament and the Council on the application of Directive 2005/85/EC of 1 December 2005 on minimum standards on procedures in member states for granting and withdrawing refugee status. Disponível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:0465:FIN:EN:PDF> (Acedido pela última vez em 12/05/2012]

UNHCR. 2011. UNHCR Statistical Yearbook 2010. (Geneva): UNHCR.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (2008). Relatório anual do Serviço de Emergência Social 2007. (Lisboa): SES-SCML.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (2009). Relatório anual do Serviço de Emergência Social 2008. (Lisboa): SES-SCML.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (2010). Relatório anual do Serviço de Emergência Social 2009. (Lisboa): SES-SCML.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2007). Relatório de actividades 2006: imigração, fronteiras e asilo. (Lisboa): Departamento de Planeamento e Formação - Núcleo de Planeamento do SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2008). Relatório de actividades 2007: imigração, fronteiras e asilo. (Lisboa): Departamento de Planeamento e Formação - Núcleo de Planeamento do SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2009). Relatório imigração, fronteiras e asilo 2008. (Lisboa): Departamento de Planeamento e Formação - Núcleo de Planeamento do SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2010). Relatório imigração, fronteiras e asilo 2009. (Lisboa): Departamento de Planeamento e Formação - Núcleo de Planeamento do SEF.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2011). Relatório imigração, fronteiras e asilo 2010. (Lisboa): Departamento de Planeamento e Formação - Núcleo de Planeamento do SEF.

Teses e dissertações

Matos, Tito Navarro da Cunha Campos e. 2011. *A inserção dos refugiados reinstalados no mercado de trabalho: uma etapa num processo de integração?: contributos para uma análise das dinâmicas de integração dos reinstalados em Portugal e na União Europeia*. (Dissertação de mestrado). Lisboa: Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território.

Santinho, Maria Cristina. 2011. *Refugiados e requerentes de asilo em Portugal: contornos políticos no campo da saúde*. (Tese de doutoramento). Lisboa: ISCTE-IUL.

Silvestre, Filipa Catarina Leitão Francaria. 2011. *Um olhar sobre a imprensa: representação sobre os requerentes de asilo e refugiados em Portugal*. (Tese de mestrado). Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Sousa, Lúcio. 1999. *Percursos de inserção de refugiados em Portugal: sós ou acompanhados? Um estudo sobre as dificuldades de inserção de refugiados em Portugal*. (Dissertação de mestrado). Lisboa: Universidade Aberta.

Sousa, Maria José de Araújo e. 2003. *Refugiados-imigrantes: a condição dos deslocados africanos de antiga colonização britânica em Portugal*. (Dissertação de mestrado). Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Fontes audiovisuais:

Grande reportagem: entrada de emergência. Realização de Miriam Alves. Lisboa: SIC, 2007. (DVD)

LISTA DE GRÁFICOS, TABELAS E FIGURAS

Gráfico 1 – Evolução do stock de refugiados em Portugal (2006-2010).....	18
Tabela 1 – Pedidos de asilo, estatutos concedidos e reinstalações/relocações (2006-2010).....	19
Tabela 2 – Principais países de origem dos requerentes de asilo e dos refugiados reinstalados/relocados(2006-2010)	20
Tabela 3 – Género e idade dos requerentes de asilo (2007-2010)	22
Tabela 4 – Composição da família dos requerentes de asilo (2007-2010)	22
Tabela 5 – Habilitações académicas dos requerentes de asilo (2007-2010) ...	24
Tabela 6 – Concelho de residência dos requerentes de asilo (2006-2010)	25
Localização do Centro de Acolhimento para Refugiados (CAR).....	31

Apêndice 1

História de vida de Kpatwe

Nasci no dia 17 de Agosto de 1980, em Bong Mines, Libéria como segundo filho dos meus pais, C. K. e F. K. Tive uma boa educação parental no meu crescimento. O meu pai trabalhava para uma companhia chamada Bong Mines Company, que explorava produtos minerais em Libéria.

Como uma família de classe média, o meu irmão mais velho e eu tínhamos tudo o que uma criança necessita, mas o período em que os nossos pais se divorciaram, quando eu tinha 3 anos, foi o tempo mais doloroso da minha vida. Fiquei a viver com o meu pai, mas com dois filhos para cuidar e um trabalho a fazer, o meu pai casou-se para ter uma mulher em casa para ajudá-lo. A nova mulher de nosso pai era muito simpática e gostava muito de nós. Ela foi a nossa mãe. Comecei a frequentar a creche de uma vizinha, em 1983, chamada Old Lady's Parlor. Uma mulher idosa do nosso bairro deu a sua sala para cuidar das crianças quando os pais iam trabalhar. Foi lá que comecei a ler as primeiras letras e contar os números.

Quando eu tinha 5 anos, comecei a ir à escola primária. Mas no primeiro ano de escola reprovei. Eu não permanecia nas aulas e estava sempre a fugir para casa porque a escola era perto. Por tudo isto tive que repetir a turma no segundo ano de escola. Fiquei dois anos na Zaweata School (BongMines, Libéria) e depois de passar pela segunda classe, no fim do ano escolar de 1986, o meu pai ficou muito contente e no ano seguinte, mudei-me de escola. Em 1987, comecei a frequentar a *Bong Town School* (Bong Education Center), onde tinha boas matérias de ensino e tinha alunos internacionais. Eu tinha muitos amigos e também estudava bem. Os professores eram qualificados e explicavam bem as matérias. Gostava de ouvir as músicas clássicas no gira-discos do meu pai quando vinha da escola. Depois de comer ao almoço, descansava sempre por alguns minutos e depois ia andar na bicicleta com os meus amigos. Às vezes íamos até ao campo de golfe à procura das bolas de golfe perdidas, mas não era sem punição, à tarde, quando o pai chegava a casa e tinha conhecimento que tínhamos ido ao campo de golfe. Era perigoso as crianças ficarem lá quando as pessoas estão a jogar. Nos outros dias, ficávamos a jogar futebol no campo pequeno, de relva, em frente da nossa casa, até às 18h00. À tarde, chegava o senhor C., o nosso professor em casa que nos ajudava com as nossas lições e também ajudava a fazer os nossos trabalhos de casa para a escola. Íamos à igreja em família, ao Domingo e cantava no coral das crianças, no último Domingo de cada mês. Também tínhamos estudo da Bíblia, às quartas-feiras de todas as semanas.

Fuga da Libéria

Em 1990, a guerra civil começou no meu país, a Libéria, e fomos obrigados a fugir com a minha família. Primeiro para a capital Monrovia, levámos dois dias de viagem no carro do meu tio. Mas depois de alguns dias em Monrovia, começámos o caminho para a Serra Leoa, um país vizinho da Libéria. Eramos 10 na nossa família, 8 crianças e os nossos pais. Eu tenho três irmãs e quatro irmãos de mães diferentes, mas todos nós vivíamos com o nosso pai. Vivemos em Serra Leoa, numa cidade chamada Bo, por um período de um ano e poucos meses de 1990 a 1991. A

ajuda em alimentação e medicamentos vinha da cidade Kenema, onde ficava a sede da Cruz Vermelha que era de onde vinha essa ajuda. Vivemos primeiro numa pensão e depois numa casa. Durante este período, eu estava a estudar em Serra Leoa até à chegada da guerra civil de Serra Leoa e começámos a caminhar para Guiné Conacri. Fizemos o caminho para Guiné Conacri em alguns meses, às vezes a caminhar a pé e às vezes de carro (às vezes era uma boleia ou pagávamos algum dinheiro para nos levarem em frente). No fim, conseguimos alugar um camião com outros familiares para nos levar à Guiné Conacri.

Chegámos à Guiné Conacri no final do ano de 1991 e vivemos num campo de refugiados em Nzerekuelé, um campo de refugiados da Cruz Vermelha construído num campo de futebol. Esse campo já existia há algum tempo devido aos confrontos entre cristãos e muçulmanos. Lá na Guiné Conacri, o nosso pai ligou aos seus irmãos que estavam nos Estados Unidos da América para nos enviarem dinheiro a fim de nos transportarmos para a Costa do Marfim, onde tínhamos outros familiares. Quando chegou o dinheiro, depois de algumas semanas, começámos o caminho mais uma vez, mas desta vez de carro até à Costa do Marfim. Chegámos a Danané (uma cidade em Costa de Marfim que faz fronteira com a Libéria e Guiné Conacri) no início do ano de 1992 e foi-nos indicado o campo de refugiados e, à nossa família, foi dada uma tenda para ficar. Ficámos dois dias em Danané, para descansar e começámos o caminho para Toulepleu (Costa de Marfim), onde tínhamos outros familiares do meu pai. Foi o fim da longa fuga e era o início de uma nova vida.

A família do nosso pai ofereceu-nos uma terra para construir a nossa casa. Construímos uma casa lá e começou a vida, tudo de novo. Fui viver com o meu tio, que é o meu padrinho e não tinha filhos, numa cidade chamada Klão durante um ano e depois voltei em Toulepleu e fui ter com a nossa família. Fui inscrito numa das escolas dos refugiados, em Toulepleu para continuar a estudar. Eu estava na 5ª classe, nesta altura. Lá, em Toulepleu, eu fazia parte de todas as actividades que estavam disponíveis para os refugiados. Eu era membro dos Jovens da Caritas, jogava na equipa de basquetebol e, na escola, fazia parte do Lexicon Club. O Lexicon Club era um clube de pesquisa das palavras novas e as suas definições, uma iniciativa dos alunos para nos ajudar nas nossas aprendizagens. Na escola dos refugiados, em Toulepleu, as turmas eram duplas, por exemplo o 1º e 2º, o 3º e 4º, porque o edifício era pequeno e não tinha muito professores. Acabei a escola primária em Toulepleu em 1993 (6ª classe é o último ano da escola primária no nosso sistema de educação para ir para o secundário) e comecei a frequentar o Christ the King Lutheran High School, uma escola fundada pela Igreja Luterana. Havia três escolas para os refugiados em Toulepleu: duas escolas primárias e uma escola secundária, e eu frequentei as três. Primeiro, o Toulepleu Village School, segundo, o Toulepleu City School e depois o Christ the King Lutheran High School, onde terminei o secundário, em 1997. Quando eu fui ter com o meu tio J., em Klão, andava na escola que havia lá também, mas tive que deixar de a frequentar para voltar a Toulepleu. No final do secundário, não me tinham escolhido para ter a bolsa de estudo para ir para a universidade naquele ano porque tinham muitos refugiados

alunos na lista e eu tinha que esperar para o próximo ano. Envolvi-me num programa linguístico para ensinar as pessoas analfabetas a ler e a escrever no seu dialecto que era o Krahn Literacy Program. Às vezes, fazia voluntariado na Cruz Vermelha durante a distribuição dos alimentos aos refugiados. Por outro lado, fazia trabalho para as pessoas a fim de ganhar algum dinheiro. Ajudava a família com os trabalhos da casa também, por exemplo, a trabalhar na horta ou na sementeira do milho.

Ouvi falar de melhores oportunidades de estudos para os refugiados nos outros países e decidi viajar porque estava à espera e ainda não tinha tido sorte para obter a bolsa. Também a Costa de Marfim não havia mais estabilidade. Havia rebelião em algumas regiões do país.

Marrocos, e a detenção e envio para o deserto

Em 2000, saí da Costa de Marfim com dois amigos para Guiné Conacri, de Guiné Conacri para Mali, de Mali para Mauritânia e de Mauritânia para Marrocos, mas, durante os percursos, trabalhava para ter dinheiro, a fim de ter um sítio para dormir e alimentação. Eu tinha também apoios de algumas organizações não-governamentais que ajudavam os refugiados. Quando cheguei a Marrocos, fui procurar o Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados. Marcaram uma entrevista na mesma semana para saber o meu caso. Consegui, no fim da entrevista, ter um estatuto de refugiado reconhecido em Marrocos sob protecção do ACNUR, em 2004. Vivia em Casablanca e tinha apoio duma Igreja Protestante. Em Marrocos também não consegui estudar nos dois anos em que lá estive. O ACNUR e a Igreja Protestante não tinham projectos de estudo para os refugiados naquele momento. Eles estavam a procurar financiamento para integrar os refugiados no sistema de educação de Marrocos ou para formação profissional.

No dia 2 de Outubro de 2005, fui preso pelos polícias marroquinos junto com muitos outros refugiados e imigrantes que viviam em Marrocos. Mostrámos os nossos estatutos de refugiado e eles disseram que íamos à esquadra para verificar os nossos estatutos. Quando chegámos à esquadra, eles não conseguiram contactar o ACNUR naquele dia porque era domingo e, na mesma noite, disseram que nós não podíamos ficar mais em Marrocos. Tínhamos que voltar para os nossos países. Éramos refugiados e não podíamos voltar para nossas terras, mas os polícias não aceitaram isto e colocaram-nos todos com os outros refugiados nos autocarros e seguimos o caminho para o deserto do Sahara, onde eles nos iam deixar. Fizemos o caminho à noite, todos nos autocarros e o dia seguinte também até à noite do dia 3 de Outubro (a madrugada do dia 4 de Outubro) e eles deixaram-nos no deserto. Sem saber para onde ir e com mais de três mil pessoas, começámos a procurar caminhos para sair do deserto. Caminhámos uma semana no deserto a tentar regressar para Casablanca ou para chegar a uma localidade onde pudéssemos ter acesso ao telefone para ligar para o ACNUR explicando a nossa situação. O meu telemóvel estava desligado e não consegui ligar ou receber chamadas.

Quando nos encontrámos no deserto, e sabendo que éramos refugiados em Marrocos, decidimos contactar algumas ONG para ver como poderíamos sair daquela situação, porque as coisas estavam muito más para nós, no deserto. Havia muitas pessoas, toda a gente estava a tentar encontrar o caminho de volta a Casablanca ou outra cidade onde pudéssemos, pelo menos, sair do deserto. Tínhamos os nossos telemóveis, mas não podíamos fazer chamadas nessa altura porque tínhamos ficado sem bateria após a primeira chamada que fizemos no deserto. Tentámos encontrar um local onde pudéssemos alcançar um telefone para telefonar para o ACNUR ou outra ONG com que estávamos em contacto. Depois de uma semana de deambulação pelo deserto, outras ONG diferentes do ACNUR em Casablanca, em Rabat, em Espanha e a S. que também trabalhava para outra ONG, conseguiram obter muita atenção mediática sobre o governo marroquino que estava a mandar subsaarianos para o deserto.

No fim desta semana, fui preso outra vez porque estavam a procurar as pessoas no deserto porque a comunidade internacional já tinha conhecimento do que se estava a passar e todos estavam a falar mal de Marrocos e do mau tratamento dos Africanos subsaarianos. O governo marroquino decidiu reunir toda a gente que andava a deambular no deserto, e para isso enviou jipes e helicópteros para o deserto a procurar as pessoas que andavam a deambular. Reuniram toda a gente, mas não distinguiam quem estava legal e quem não estava legal, quem era refugiado e quem não era refugiado. Levaram toda a gente para uma cidade que ficava mais distante e de onde não conseguiríamos comunicar com ninguém, no deserto profundo, porque das montanhas para onde nos tinham levado antes, nós conseguíamos voltar ao país mais facilmente.

Havia muitos autocarros nessa noite. Viajámos durante quase duas noites depois da recaptura, mas passado algum tempo, os motoristas decidiram que não iriam mais longe porque sabiam o perigo que havia à frente e não queriam levar os filhos de ninguém para um local daqueles. Também porque nos estavam a levar para a fronteira entre a Mauritânia e Marrocos onde há minas terrestres e todas aquelas coisas que as fronteiras têm. É por isso que o deserto é um local muito perigoso. Então os condutores, sabendo a situação que se aproximava, disseram que não iam a lado nenhum. A polícia e a *gendarmérie* tentaram fazê-los continuar. Acho que nesse ponto, foi essa a nossa salvação, porque estávamos a ir para um local que ia ser muito perigoso para nós. Havia cerca de dez autocarros com 75 a 100 pessoas em cada autocarro.

Não podíamos sair do autocarro para ir à casa de banho ou a qualquer outro lugar. Tínhamos que ficar dentro do autocarro, viver dentro do autocarro, talvez ir a uma esquadra de polícia onde tínhamos pão e sardinhas à nossa espera e eles vinham dentro do autocarro trazer o pão e as sardinhas e ficávamos um pouco lá parados. Estávamos presos com aquelas algemas de plástico. Alguns de nós tentaram soltar-se mas as outras pessoas tinham medo e mantiveram-se assim.

Quando nos capturaram, levaram-nos para o deserto, para uma cidade chamada Buafra. Os Médicos sem Fronteiras foram lá para tratar as pessoas que estavam feridas por caminharem

no deserto, porque tinham feridas nos pés. Então os Médicos sem Fronteiras vieram e, assim que se foram embora, voltaram a por toda a gente nos autocarros e foi aí que a viagem de que estou a falar começou. Quando os Médicos sem Fronteiras voltaram e não nos viram, decidiram ir no nosso encalço. Os Médicos sem Fronteiras, a Cruz Vermelha, havia muitas ONG europeias e semelhantes.

Então, depois de os condutores dos autocarros fazerem greve, não podiam continuar a andar, porque não eram autocarros do governo, eram autocarros privados que tinham sido contratados para levar as pessoas. Então o que fizeram foi levar-nos para o campo Guelmim. Acho que já o vimos nas notícias, houve um avião que se despenhou em Guelmim, vi nas notícias há um ou dois meses atrás. É uma cidade, mas tem um campo militar na montanha. O campo militar chama-se Tagin, mas perto há uma cidade que se chama Guelmim. É Guelmim ou Tagin, ou algo assim. Levaram-nos para lá para poderem ver para onde nos podiam levar a seguir. Então seguimos para o campo para esperar lá pelas ordens seguintes. Os autocarros partiram por volta das 16 horas porque ao longo de todo o caminho, a única comida que tínhamos era pão e sardinhas, não tínhamos água, e se encontrássemos um pouco de água e a provássemos, ela era salgada, então a única saída era tentar chegar a uma cidade para obter água. No campo eles tinham água, pão e sardinhas à nossa espera. Então ficamos lá enquanto eles esperavam por ordens, porque, por outro lado, a comunidade internacional estava a tentar apelar em nome não só dos refugiados, mas também em termos humanitários, que havia muitas pessoas, 3 a 5 mil pessoas, talvez mais, não sei... No meu diário escrevi 3 mil pessoas ou algo assim. Mas havia muita gente à espera de mais gente. Então a comunidade internacional estava a ver como melhor podia negociar com o governo marroquino para que as pessoas fossem deportadas apropriadamente, porque aquela não era a forma apropriada de deportar as pessoas. Se uma pessoa vai ser deportada, a pessoa tem que ser enviada directamente para o país, não pode ser enviada para o deserto para encontrar o seu caminho. E esta área era muita grande, estás no Anjos e consegues ver, por exemplo, Belém. Mas não é como ver Belém e Belém fica a 5 ou 10 minutos de distância. É quase duas semanas de caminho, porque é muito plano, consegues ver à distância. É por isso que as pessoas se perdiam. À noite, vês luz de outros locais e dizes: «Ah, ali está uma cidade». Mas essa cidade não é perto, passas muitos dias na estrada para chegares a outra cidade. E em algumas áreas há vales e montanhas, para cima e para baixo. É muito duro. Muitas pessoas saíam da estrada, outras ficavam na estrada. Mesmo as pessoas que tinham lutado até ali, podia ver-se muitos túmulos na área, ao andar pelo deserto. Talvez algumas pessoas que lutaram antes, morreram e foram apenas cobertas com pedras. Podia-se ver outras coisas que eu nunca tinha visto na minha vida, e eu estive em duas guerras. E não havia água. Se encontrássemos água, esta era muito salgada.

Então, estas são algumas das coisas pelas quais passamos até chegar ao campo militar. Chegámos ao campo militar por volta das 6 ou 7 horas da noite e o deserto durante o dia é muito quente, mas à noite é muito frio. Chegámos ao campo nos autocarros que nos estavam a

transportar para a outra fronteira. Então, como os motoristas se recusaram, conduziram-nos para o campo, porque era o único local seguro. Era muita gente. Então eles trouxeram-nos para o campo e deveríamos ficar lá até que eles recebessem ordens das autoridades para ver o que deviam fazer connosco. Mas outras embaixadas, a comunidade internacional, ONG, tinham-se interessado e já estavam a negociar com os marroquinos. Então o que eles fizeram foi, à noite, os militares construíram quatro grandes tendas militares. Devíamos lá ficar, porque estava a anoitecer. Havia soldados à volta, e fogueiras. Algumas pessoas conseguiram lugar nas tendas, outras ficaram na rua, à volta das fogueiras até à manhã seguinte. Na manhã seguinte, foi o início do campo no deserto para as pessoas. De manhã vimos carrinhas a trazer mais tendas, geradores, e várias outras coisas. Começaram a construir um campo mesmo abaixo das montanhas, com tendas em todo o lado. E depois havia outras zonas onde montaram as latrinas. E depois construíram mais duas tendas para os banhos ou algo assim. Trouxeram um tanque de água, candeeiros. Os militares tinham o seu quartel no cimo dos montes. Mesmo abaixo dos montes, construíram este campo.

A comunicação é muito importante. Quando lá chegámos, havia um homem da Guiné Conacri a utilizar pilhas AA, aquelas pilhas redondas. Se puseses duas pilhas juntas, podes carregar a bateria do teu telemóvel. Aprendi isso no deserto. A bateria do telemóvel tem positivo e negativo, então podes ligar dois fios desde a cabeça da bateria até às pilhas e é muito rápido. Trinta segundos, e a bateria do telemóvel está carregada. Foi a primeira vez que vi isto. Então podíamos utilizar este método para poder fazer chamadas. Víamo-lo sempre a esconder o telemóvel. Então tentámos falar com ele, ele deixou-nos usar as pilhas para carregar o nosso telemóvel e depois começamos a telefonar para o ACNUR. Na altura já tínhamos o estatuto, mas nunca tivemos o nosso documento connosco no deserto, porque no dia em que nos prenderam em Casablanca e Rabat, eles tiraram-nos o estatuto de refugiado porque havia muita gente na fronteira entre Espanha e Marrocos, e algumas pessoas davam fotocópias do seu documento de estatuto de refugiado a outras, então não levaram em conta os verdadeiros refugiados. Eles disseram-nos que iam telefonar para o ACNUR, mas nunca telefonaram. Apenas nos puseram no autocarro e tentaram levar-nos para o deserto, então não tivemos hipótese de telefonar ao ACNUR. Houve outros refugiados que não foram presos, então eles fizeram com que o ACNUR soubesse o que nos tinha acontecido. E o ACNUR conhecia quase toda a gente, mas estavam só à espera para saber qual era a nossa localização e as condições em que nos encontrávamos. Então telefonámos ao ACNUR e eles disseram: «Sim, nós sabemos sobre as vossas condições, nós sabemos qual é a situação e estamos a ver qual é a melhor forma de negociar com o governo. Mas é muito difícil porque eles estão a dizer que já não querem mais refugiados no território, por isso vai ser difícil. Mas mantenham-se em contacto connosco e digam como é que as coisas estão a correr, e nós vamos fazer o nosso melhor. Se tiverem tempo para nos telefonar...». Então telefonávamos-lhes para lhes dar conhecimento. E havia um rapaz chamado M., ele era muito bom a ajudar-nos, porque tinha muitos contactos com ONG.

Ele era estudante em Marrocos, vindo de África Ocidental, da Guiné. Então entramos em contacto com ele, por vezes ele carregava-me o telemóvel para que pudéssemos manter o contacto com ele e deixa-lo a par da situação. Ele estava em Casablanca. Ele era como que um mediador entre nós e as ONG. Telefonávamos para o ACNUR ou para ele, ou apenas dávamos um toque e ele ligava de volta. Dávamos-lhe o ponto de situação e ele comunicava com o ACNUR. Mas as negociações estavam muito difíceis porque o governo marroquino queria toda a gente de volta aos seus países.

Então depois de construírem o campo, cada um tinha a sua tenda de acordo com o país. Da Libéria, não eramos muitos, eramos cerca de 8 pessoas, por isso tínhamos só uma tenda. Mas outros países, que eram muitos, tinham por vezes 3 tendas. Os refugiados conheciam-se uns aos outros, como o D., A., S.... Liberianos, costa-marfinenses, e os refugiados congolenses, todos nos conhecíamos uns aos outros da cidade. Então costumávamo-nos encontrar, colocar o telefone em alta voz, telefonávamos para Geneva e toda a gente ouvia o que Geneva tinha para dizer. Porque tínhamos os contactos de Geneva do ACNUR que o M. nos tinha dado. Telefonávamos para o ACNUR em Rabat e toda a gente se juntava, fazíamos a chamada juntos e toda a gente podia ouvir. Era o meu telefone que usávamos nessa altura. O que os marroquinos decidiram foi contactar as embaixadas em Marrocos para irem lá identificar a sua gente, para que os pudessem levar de volta para os seus países. Mas não havia apenas africanos. Havia paquistaneses, pessoas do médio oriente, indianos... Havia muita gente. Os primeiros a deixar o campo, passados alguns dias, foram os malianos. O governo maliano enviou um avião e levaram os malianos do deserto nos autocarros para Casablanca para apanhar o voo para o Mali.. E os senegaleses também enviaram um avião e as pessoas regressaram. Outras embaixadas vieram: a embaixada liberiana, a embaixada costa-marfinense. Mas em Marrocos, nós nunca tivemos muito contacto com as nossas embaixadas. Mesmo as pessoas que trabalhavam nas embaixadas, era todas refugiadas. Nunca tivemos um governo estável. As pessoas estavam a trabalhar na embaixada antes da crise, e assim ficaram durante o governo interino, não estavam realmente funcionais, não estavam a trabalhar formalmente, por isso os liberianos em Marrocos nunca tiveram muito contacto com a embaixada. Tal como os costa-marfinenses com a embaixada costa-marfinense.

As pessoas das embaixadas chegaram nessa noite para identificar as suas pessoas. As nossas embaixadas vieram juntamente com a polícia. Outros países como Mali, Senegal, Camarões e outros países, encontraram as suas pessoas normalmente, recolheram os nomes e o número de pessoas. Mas a Libéria, Congo, Costa do Marfim, nós não demos os nossos nomes às embaixadas porque estávamos registados com o ACNUR, e era o ACNUR que queríamos ver. Então depois de as embaixadas se irem embora, em alguns dias, os repórteres vieram de todo o mundo: CNN, BBC, Associated Press, Moroccan News. Vieram falar com toda a gente no campo. Eu falei com uma senhora da Associated Press porque ela era dos Estados Unidos e estava à procura do grupo liberiano. Falei com ela, contei-lhe sobre a situação, mas depois

comecei a escrever no meu diário, então não falei muito, apenas lhe dei os papéis e ela escreveu a partir do meu diário. Depois de os jornalistas partirem, a pouco e pouco, alguns países começaram a deixar o campo. Vinham com autocarros, colocavam-nas dentro dos autocarros e levavam-nas para o aeroporto para as enviar de volta aos seus países, porque as embaixadas os tinham identificado.

Para além disso, havia os Médicos sem Fronteiras e outros grupos de ajuda que estavam a uma distância do campo e que não sabiam como fazer para entrar no campo. Mesmo as autoridades de Rabat ou Casablanca não conseguiam entrar no campo, porque os militares tinham o controlo daquela área. Então podia ver-se a Cruz Vermelha, os Médicos sem Fronteiras, os carros estacionados na autoestrada, mas eles não tinham permissão para entrar no campo. Queriam entrar e tratar as pessoas que estavam doentes. Os militares tinham o seu próprio hospital móvel. Não era um hospital de facto, tinha apenas umas mesas e umas coisas e alguém como médico. E algumas pessoas estavam muito doentes no campo. Havia uma menina que estava connosco depois de partirmos para Casablanca, que morreu porque tinha uma constipação e contraiu tuberculose. Não havia tratamento adequado para ela enquanto estávamos lá. Algumas semanas depois de regressarmos a Casablanca, ela faleceu.

A captura dos 25 refugiados do deserto

Passamos dois meses em toda esta situação desde o dia em que fomos presos em Casablanca até ao dia em que deixamos o campo. Fomos presos em 2 Outubro de 2005 em Rabat e Casablanca, passamos uma semana no deserto depois de termos sido presos, a polícia veio e levou-nos e depois apanhamos os autocarros para outra cidade de fronteira, mas levaram-nos para Guelmim, para o campo, e passamos o resto do tempo no campo, quase um mês e duas semanas. As embaixadas vieram identificar as suas pessoas, e elas iam partindo. Aqueles que estavam registados no ACNUR ficaram. Então na noite do dia 1 de Dezembro, restavam apenas 25 pessoas. Havia duas pessoas da Libéria, 13 do Congo e 10 da Costa do Marfim que o ACNUR identificou que estavam registados. Então o coronel do quartel veio e disse-nos: «Vocês estão de partida.» Então começamos a embalar as nossas coisas. Trouxeram dois jeeps militares. Dormimos na estrada. Tivemos uma longa noite de viagem, atravessando cidades de fronteira até que nos encontramos no escritório do ACNUR em Rabat no dia 2 de Dezembro de manhã. Encontramo-nos com os assistentes sociais do ACNUR. Eles já conheciam toda a gente: «Vocês estavam no deserto, estão de volta, bem-vindos de volta.» Tiramos fotografias e todos obtivemos um novo estatuto. Foi o último estatuto que tive, porque o primeiro, a polícia levou e não devolveu. Então eles tiraram as nossas fotografias, fizeram os novos estatutos e disseram para voltarmos para casa com 200 dirham, 20 euros.

Fomos à Igreja Presbiteriana, onde havia um banco de roupa, para recolhermos algumas roupas porque nós só tínhamos uma. Depois voltámos para casa e alguns dias depois fomos à Igreja Presbiteriana para obter a nossa mesada normalmente. O ACNUR apenas cuidava do

estatuto legal, por isso tinham outros parceiros que ajudavam. Então na altura o ACNUR e a Igreja Presbiteriana estavam a ver como é que nós poderíamos arranjar trabalho e formação profissional, e era por isso que estávamos a passar antes de tudo isto acontecer. As Nações Unidas e a Igreja tinham um programa, estavam a ver como é que podiam integrar os refugiados. Os que queriam estudar, iam estudar, os que tinham competências, tentavam arranjar trabalho para eles. Em Marrocos podes trabalhar se encontrares emprego.

Então passada uma semana de termos regressado do deserto, tínhamos o nosso novo estatuto, por isso podíamos circular normalmente. Eu vivia com mais três pessoas da Libéria. Tínhamos um apartamento que a Igreja nos dava dinheiro para pagar. Toda a gente tinha cerca de 120 euros todos os meses, por isso fazíamos uma contribuição e assim pagávamos pelo apartamento.

Duas semanas depois, recebi uma chamada da parte do ACNUR, em Rabat, para ir lá com duas fotografias tipo passe. Fui lá no dia seguinte com as fotografias e a assistente social disse que a autoridade marroquina ainda não concordava que os refugiados ficassem em Marrocos, mas o ACNUR já tinha uma nova terra de asilo para nós. Eles iam-nos reinstalar na Europa, em Espanha e Portugal. Então tentei entrar em contacto com outras pessoas que tinham estado no deserto e que eu conhecia, porque não estavam a conseguir contactar toda a gente por telefone. O grupo de 25 pessoas foi dividido em dois. Um para Espanha e o outro para Portugal. Eles indicaram-nos as moradas das embaixadas dos dois países para irmos lá tratar dos documentos necessários para a viagem. Fui à embaixada de Portugal, em Rabat, com outros refugiados que vinham para Portugal. Quando lá chegámos, fomos recebidos por uma senhora que trabalhava na embaixada. Ela estava à espera com uma lista e começou a chamar as pessoas. Ela chamou-me e fui para o seu escritório para falar com ela. Depois de dar as minhas duas fotografias, ela começou a tratar dos meus dados que ela já tinha e, no fim, entregou-me um passaporte português para estrangeiros. Para viajar de Marrocos para aqui, precisamos de visto e passaporte, não podíamos viajar com um estatuto do ACNUR. O passaporte era válido apenas por um ano, apenas para a viagem e por um ano. Depois disso, o SEF retirou-o. Mas algumas pessoas ainda o têm. O S. também tem um. Mas quando eu fui renovar o meu, o inspector P. disse-me: «Já não vais precisar disto, por isso não vai ser renovado.» Por isso deixei-o lá com ele, porque já tinha o passaporte azul, o documento de viagem do refugiado.

Reinstalação e viagem para Portugal

Na tarde do dia 8 de Janeiro de 2006, encontrei-me na estação de comboio em Rabat com os outros refugiados que viviam em Casablanca. Eles chegaram antes de mim a Rabat e estavam à minha espera para irmos juntos à sede do ACNUR, em Rabat. Chegámos lá e estavam todos os 25 refugiados. A assistente social do ACNUR estava a falar sobre a viagem e depois de falar connosco, chegou o autocarro para nos levar à fronteira de Marrocos e Espanha. M, um marroquino que estava com o ACNUR, ia acompanhar-nos. Disseram-nos: «Vocês vão para

Portugal, vocês vão para Espanha. É para aí que vão para continuarem o vosso processo de asilo». Então, por volta das 10 horas da noite entrámos nos autocarros e começamos a ir na direcção da fronteira entre Marrocos e Espanha: Tanger. Chegámos a Tanger às 5 da manhã e tivemos que dormir lá porque a fronteira estava fechada, e esperámos que ela abrisse. M. levou os nossos passaportes e o nosso processo legal para entrar na Europa. Já tínhamos um visto no passaporte, foi o nosso primeiro visto. Apanhámos o primeiro barco para Algeciras. Estávamos muito felizes no barco. Era um barco parecido com aquele que vai do Barreiro para Lisboa, mas era muito grande, levava carros e tudo. Toda a gente estava muito feliz porque aquilo ia ser uma coisa muito grande para nós. Estávamos a sair de Marrocos e a entrar na Europa. Era uma entrada de triunfo. Os refugiados que foram deixados no deserto de Sahara foram resgatados e foram reinstalados na Europa.

Quando chegámos a Espanha estavam à nossa espera, o SEF e alguns jornalistas portugueses. Os jornalistas começaram logo a filmar, a tirar fotografias e a fazer entrevistas. Depois separaram os 13 refugiados que iam ficar em Espanha dos 12 refugiados que vinham para Portugal e fomos apanhar os autocarros que o SEF trouxe para nos levar para Portugal. Um inspector do SEF informou-nos sobre a viagem. Ia demorar 8 horas com uma paragem no caminho para descanso e para almoçar quando entrássemos em território português. Começámos a viagem por volta das 9 horas da manhã. No autocarro, os jornalistas estavam sempre a entrevistar os refugiados e a filmar a viagem. Falei a um jornalista sobre o que eu escrevi quando estávamos no Sahara.

Tirei fotografias com as pessoas enquanto estávamos na estrada. Não tivemos descanso porque toda a gente queria notícias de toda a gente. Entramos em Portugal por volta do meio-dia. Parámos no posto de fronteira, ou onde costumava ser o posto de fronteira que agora não está totalmente operacional, mas ainda lá está. Então parámos lá e trouxeram-nos comida: frango e arroz. Já estava tudo à nossa espera quando lá chegámos. Demos mais entrevistas. O inspector P. era o responsável, mas havia cerca de 5 pessoas do SEF, do Gabinete de Asilo e Refugiados. Três mulheres, o inspector P. e mais algumas pessoas, não me lembro de toda a gente, mas lembro-me que o inspector P. estava a tratar das coisas dessa vez. O autocarro era muito grande e havia muito espaço. Estavam lá 10 ou 12 pessoas de Portugal. Estavam sempre a falar com toda a gente. Almoçámos e depois do almoço começámos a viagem.

Chegámos a Lisboa por volta das 19 horas, no mesmo dia, 9 de Janeiro de 2006. Passámos a ponte Vasco da Gama, uma ponte muito comprida, eu nunca tinha visto uma ponte assim. E depois fomos para o centro de acolhimento para os refugiados, na Bobadela. Encontrámos lá muitas pessoas que estavam à espera da nossa chegada. Entre eles ia o senhor António Costa que era o ministro da Administração Interna nessa altura, a presidente e funcionários do concelho Português para os Refugiados, representantes de algumas organizações humanitárias portuguesas e muitos jornalistas. Havia muitas câmaras e muitas luzes, era uma grande notícia e estava em directo na televisão nessa noite:s refugiados que

foram deixados no deserto de Sahara foram resgatados e reinstalados em Espanha e Portugal. Passou em directo na televisão naquela noite. O senhor ministro deu algumas palavras de boas-vindas e começou a falar connosco. A presidente do CPR fez a introdução do CPR e começámos todos a jantar. Esta foi a minha primeira noite em Portugal. Era o centro antigo na Bobadela. Fica perto do centro novo.

Primeiros tempos no centro de acolhimento

No dia seguinte tivemos que ir ao SEF para começar o processo de asilo. O CPR tinha um pequeno carro azul que levou 4 pessoas num dia, mais quatro pessoas no dia seguinte... Eles já tinham o processo, mas tinham que ouvir de nós, tinham que perguntar outras coisas para preencherem os formulários e tudo mais. Depois queriam apagar o nosso processo de asilo e dar-nos estatuto humanitário. Disseram: «Já não estão numa zona de guerra, já não vão ser importunados por ninguém, por isso, se quiserem, podem ter estatuto humanitário.» Mas nós recusámos o estatuto humanitário. É por isso que sabemos sobre a nossa documentação. O nosso documento começa em Março, mas devia ter começado mais cedo. Depois da primeira entrevista deram-nos o estatuto provisório, um papel. Depois de o provisório expirar, queriam dar-nos estatuto humanitário, mas nós recusámos. Dissemos: «Nós não queremos estatuto humanitário, queremos continuar com o nosso estatuto de refugiado». Por isso é que demorámos mais tempo. Começamos a falar do estatuto em Janeiro e passou-se muito tempo. Mas tivemos o CPR a dizer ao SEF que queríamos continuar com o nosso estatuto. Então em Março obtivemos a nossa autorização de residência, o nosso estatuto e o passaporte verde, passaporte para estrangeiros.

Começámos a estudar a língua portuguesa e informática no centro de formação do Centro de Acolhimento para os Refugiados. Tínhamos também visitas para conhecer Lisboa. As primeiras visitas foram ao Castelo de São Jorge, a alguns museus em Belém e ao museu de Azulejo. Mas, por mais de 2 meses, estiveram sempre presentes no centro de acolhimento jornalistas a falar com os refugiados reinstalados, sobre as nossas histórias.

Conhecemos outras pessoas no centro, que chegavam e partiam, só tinham dois meses para passar pelo processo de asilo. Mas nós íamos ficar seis meses para nos integrarmos, porque o nosso caso era especial. Não sei quão especial, mas disseram-nos que o nosso caso era especial. Então tivemos que ficar seis meses, de Janeiro até Junho. Disseram-nos para irmos à Segurança Social em Moscavide. Fomos à Segurança Social em Moscavide e a Segurança Social disse-nos para procurar casa. Mas pouco depois chamaram-nos e disseram-nos para procurarmos um quarto. Na primeira vez, disseram-nos para procurarmos casa, cada um de nós que procurasse uma casa para ficar. Assim as pessoas podiam juntar-se, porque era muito complicado e ninguém nos estava a ajudar a procurar um quarto. As pessoas encontravam uma casa, contactavam-se umas às outras, talvez assim pudessem alugar a casa. É por isso que o S. e eu vivemos juntos agora, porque, primeiro somos da Libéria, estamos juntos há muito tempo.

Quando eu encontrei a casa no Barreiro, não podia ficar sozinho numa casa grande com dois quartos, sozinho, e não conseguia pagar a renda. O A. e o D. também começaram juntos. Então se duas pessoas conseguissem encontrar uma casa com dois quartos, podiam juntar o dinheiro de ambas e alugar a casa.

A primeira casa que encontrei foi em Arruda dos Vinhos, porque vi no Correio da Manhã «Arruda dos Vinhos – Casa para alugar», algo assim. Mas eu não conhecia Arruda dos Vinhos. Então fiz a marcação com a senhora, ela disse-me para apanhar este transporte, este transporte e este transporte, mas é para lá da Bobadela. Quando cheguei a Alverca tive que apanhar outro autocarro de Alverca para Arruda, cerca de 45 minutos ou assim. Eu tinha que ir ao centro para as aulas de Português, e iria ser muito difícil para mim. Então falei com a D., a assistente social e disseram-me a mim e ao S. para voltarmos para o centro até que encontrássemos outra casa. Mas normalmente devíamos ter deixado o centro em Junho. Então em Agosto voltámos para o centro, mas não ficámos durante muito tempo porque E. do Congo encontrou uma casa no Barreiro. Ele apanhava o autocarro todos os dias para Lisboa e viu «alugar» numa casa e disse-nos: «Vi uma casa para alugar, talvez vocês possam telefonar à pessoa». Ele deu-nos o número e nós telefonámos ao senhorio e agora vivemos no Barreiro.

Vida depois da saída do centro de acolhimento

Quando encontrei a casa no Barreiro, era muito difícil ir à Bobadela. Então um dia, estava a passear e vi que na Câmara Municipal, eles têm um sítio lá de apoio ao imigrante. O Barreiro tem apoio ao imigrante, como o ACIDI, mas é da Câmara Municipal do Barreiro. Então eu fui lá, apresentei-me: «Sou refugiado, estou a mudar-me para a comunidade». O rapaz que lá estava, P., foi muito simpático, na altura. Foi a primeira vez que ele viu um refugiado, então eu costumava ir lá para conversar sobre a Libéria. Ele sabia coisas sobre África. Então um dia, ele disse-me que a Escola Secundária de Casquilhos tinha aulas de língua. Eu não sabia falar português muito bem nessa altura. Decidimos que seria melhor para mim começar a aprender Português, e ele disse-me: «Vou telefonar à Escola Secundária de Casquilhos e depois tu vais lá registar-te». Então ele telefonou à escola, eu fui lá registar-me, paguei 6 euros com duas fotografias tipo passaporte para fazer o cartão escolar de identificação. Então continuei a estudar português. Foi no início de 2007. Ao mesmo tempo que aprendia português, sempre que havia uma formação ou algo assim, eu contactava a Bobadela. Em 2007 comecei os meus primeiros cursos de informática na CAIS. Foi o CPR que me mandou lá. Como vivíamos fora, disseram-nos para ir à CAIS, e fizemos o primeiro módulo e depois o segundo, em 2007.

Em 2007, também participei no documentário sobre os refugiados reinstalados em Portugal, que saiu na grande reportagem da SIC, em Setembro de 2007. Entre as coisas que falámos nessa reportagem, falei sobre as dificuldades dos refugiados para integrar na sociedade portuguesa. A falta de educação ou formação adequada para conseguir ter um trabalho no mercado de emprego, direitos de assistência na saúde para refugiados que vivam fora do centro

de acolhimento, a irregularidade de subsídios de refugiados da parte da Segurança Social, etc., e as soluções para esses desafios, que é criar projectos de formação para os refugiados e informar os refugiados sobre os direitos que eles têm no seu local de residência para ter acesso às instituições locais porque, muitos deles, não sabem onde ir ou como podem ter acesso à saúde ou inscrever-se numa escola ou formação quando saem do centro de acolhimento, onde tudo é feito pela assistente social.

Em 2008 eu e o S. começámos a trabalhar a mudar material hospitalar. Eram trabalhos de alguns dias ou talvez uma semana, dependendo da quantidade de material e do tamanho do hospital. O material vinha de França, nós esperávamos de manhã pela chegada dos camiões, descarregávamos o material, montávamos e levávamos para hospitais e casas de idosos em Lisboa e na margem sul. Tínhamos um contracto, mas não era um contracto normal. Se o trabalho era por um dia, a companhia Auto-Gestão tinha um contracto da Room-Hill. Room-Hill era a companhia que trazia as coisas e a Auto-Gestão era a companhia que contractava pessoas para fazer o trabalho. Então podíamos ter uma semana de trabalho ou um dia, era um contracto temporário, não era um contracto permanente. Mas aproveitei esse tempo sobretudo para ver o que é que poderia fazer, porque não podia apenas ficar sentado, sem fazer nada. Frequentei todas as actividades do CPR para os refugiados, frequentei tudo, tentei colocar questões sobre a nossa situação aqui e o que é que o CPR estava a fazer, o que é que o governo estava a fazer. Foi a primeira vez que entrei em contacto com alguém do ECRE.

Particpei no VIII Congresso Internacional do Conselho Português para os Refugiados, subordinado ao tema “Refugiados: cidadãos do mundo” nos dias 26 e 27 de Novembro de 2008, na fundação Calouste Gulbenkian em Lisboa. Inscrevi-me na Cruz Vermelha Portuguesa para prestar alguns serviços de voluntariado no meu país de acolhimento e, como não estava a trabalhar, isso podia ocupar o meu tempo livre. Tive muitas ajudas solidárias na minha vida e quero sempre dar o mesmo às outras pessoas. Particpei na “Leitura Furiosa”, em 2009 com outros refugiados e a F. M. B.. A F. B. apresentou-me ao seu editor, que agora está a ajudar-me a tornar as minhas experiências no deserto do Sahara num livro. De 16 de Fevereiro a 20 de Março de 2009, tirei Curso de Empregado de mesa de Restaurante e Banquetes, nível 1 no Luso Tempo, em Lisboa.

Em Junho de 2009, fiz o curso de Community Researcher (pesquisador de comunidade), no âmbito do projecto «Prevenção da Violência Sexual e de Género, em refugiados, requerentes de asilo, menores, desacompanhados e emigrantes indocumentados no seio da EU», com a duração de 22 horas. Em Novembro comecei a entrevistar em francês e inglês os refugiados que viviam dentro e fora do centro de refugiados, sobre a violência. As entrevistas terminaram em Janeiro de 2010. O resultado do inquérito saiu no final do 2010, juntando todos os inquéritos feitos nos países Europeus que participaram no projecto.

Em 2009, conheci a minha mulher e estamos a viver em união de facto. Temos uma filha que se chama J. Ela nasceu no dia 23 de Agosto de 2010. Ela gosta muito de rir. A ama, no

infantário diz que ela é muito simpática. Quando nasceu a minha filha, fiz um casamento tradicional com a minha mulher porque a sua tradição proíbe uma mulher de ter um filho sem casamento. Quando a minha mulher ficou grávida, em 2010, comecei a trabalhar na construção civil. No início, não tinha nenhum conhecimento nesta área, mas pouco a pouco, aprendi a colocar ladrilhos, a ser pedreiro e a fazer pintura e muitos tipos de obra na remodelação de edifícios. O meu salário não chega para as minhas despesas mensais. Mas como a minha mulher também trabalha e eu tenho um subsídio para refugiado que cobre a renda da casa, alimentação e transporte, posso cobrir todas as minhas despesas e ficar com algum dinheiro para poupar.

Em Setembro de 2010, fiz um curso de Módulo de Criação e Gestão de Empresas e Empresários, em Lisboa. Isto faz parte de algumas das iniciativas do Conselho Português para os refugiados para a empregabilidade dos refugiados vivendo em Portugal, no projecto «Começar de Novo».

Como projectos futuros, pretendo continuar a trabalhar na construção civil e procurar mais formas de formação profissional para uma melhor integração no meu país de acolhimento.

A Associação

Em Maio de 2009, o CPR foi chamado para falar no Parlamento sobre a integração dos refugiados. O CPR chamou os refugiados para participar e eu participei nesta sessão. A sessão era sobre a integração dos refugiados desde a primeira reinstalação, em 2006. Eu falei com uma jornalista da rádio sobre as dificuldades dos refugiados se integraram na sociedade por causa da língua, educação adequada e falta de formação profissional e depois tive uma intervenção na sessão sobre a integração. Mas de 2006 até 2009, sempre que há uma conferência onde são convidados refugiados e CPR, é sempre uma confusão: que o CPR não está a fazer isto, e CPR vai defender o seu trabalho, só coisas assim.

Depois desta conferência, eu pensei nalgumas actividades que os refugiados tinham lá no nosso país, porque surgiu a ideia de que nós não podemos depender do Estado Português ou do CPR. Também temos que dar alguma ajuda, ou apoio humano para facilitar a nossa integração. Esta mão que podemos dar é organizar actividades desportivas para esquecer. Porque os refugiados vão para o Centro de Acolhimento, depois de algum tempo vão ficar fora, numa casa, têm só aulas de português ou alguns deles têm formação profissional. Há muitos que não fazem nada. Estão todos zangados porque a Segurança Social não deu subsídio por um mês, dois meses, e vão pensar que tudo isto é o CPR, porque nesta altura ninguém sabe como são divididas as tarefas. Nós só conhecemos o CPR, o CPR faz tudo para as pessoas que estão no centro de acolhimento. A dificuldade é quando a pessoa sai do centro de acolhimento. Mas mesmo assim, as pessoas ainda pensam que é o CPR que devia dar o subsídio, que o CPR é que devia de fazer isto ou aquilo. Tenho que ter alguma actividade para ocupar o meu tempo. Se eu não tenho actividades para ocupar o meu tempo, eu vou pensar que as pessoas deviam fazer para mim, e se as pessoas não estão a fazer, eu vou reclamar, dizer que esta pessoa não está a fazer.

Mas não conhecia quem é responsável pela nossa integração, porque o CPR tem só plano de integração para os refugiados, que é o tempo de passar no centro de acolhimento, aprender a língua, informatica etc, mas fora do centro não há CPR. Alguns de nós que chegaram em 2006, como eu, já muitas vezes tivemos reunião com CPR ou falei com as pessoas, fiz alguma pesquisa, e sei como as coisas vão ser. O CPR vai acolher as pessoas, dar acomodação por três meses, depois as pessoas vão à Segurança Social para o subsídio, ou se estiverem doentes, têm os mesmos direitos que todos os cidadãos, acolhimento no centro da saúde ou consulta médica. O Barreiro era muito longe do CPR, por isso fui fazer todas as coisas: fui à Junta de Freguesia e fiz o comprovativo de morada, depois fui ao centro de saúde, tenho o papel das consultas médicas, essas coisas assim. Eu vou ao hospital sem dizer ao CPR que preciso de ir ao hospital.

Mas a ideia principal para esta associação vem de quando era refugiado na Costa do Marfim. Havia os jovens de Caritas, o Caritas Youth, que todos os 20 de Junho, que era dia dos refugiados, todos os refugiados que estavam em diferentes cidades, juntavam-se numa cidade e tinham uma semana de actividades desportivas e música. Quem ganhasse, ganhava uma taça. Mas, antes de 20 de Junho, tínhamos algumas actividades na nossa cidade também, tínhamos reuniões na associação para planear o evento seguinte. Depois da conferência lá no Parlamento, eu pensei nisto, que seria melhor criarmos uma associação. Falei com algumas pessoas que estavam lá nesse dia, depois fui para casa e escrevi a proposta para o CPR. Escrevi a proposta ao CPR para dizer que queríamos criar um grupo, uma associação para ocupação dos tempos livres, porque quando estamos em casa sem fazer nada, sempre pensando que todas as faltas são do CPR e que se estivermos a fazer alguma coisa, não vamos pensar muito nisto. E esta associação podia ser também um meio de *fundraising* para o CPR no trabalho que eles estão a fazer para os refugiados. Escrevi a proposta, mas o CPR demorou muito tempo para responder. Disseram que me chamavam lá, mas depois veio o período em que todas as pessoas têm férias e essas coisas assim, e fiquei à espera. Encontrei George e mostrei-lhe a proposta que eu escrevi. No início, o George estava a dizer que o E., o congolês já tinha falado com a doutora T.⁷³, mas que a doutora T. não queria aceitar isto. É verdade que nós todos sabemos até agora que o CPR não concordou com isto. Às vezes, eu penso que é por isso que está a demorar para dar a resposta. Nessa altura o George estava no Barreiro. Depois mudou-se para São João da Talha, e começou a juntar as pessoas, a dizer que temos que reclamar os nossos direitos, temos que fundar uma associação para reclamar os nossos direitos. Fui convidado e fui à reunião pela primeira vez e tivemos uma discussão neste dia. «Mas, George, tu estás a fazer isto, já está tudo quase organizado, e tu não me dizes nada. Tu sabes que fui eu que comecei a falar nisto.» Depois concordamos com a criação da associação. Tentámos fazer uns estatutos, que agora são os estatutos da *Associação*.

George estava a pensar mais em reclamar os nossos direitos, mas, para mim, podemos reclamar e podemos ter os nossos direitos. Mas, o que podemos contribuir também? O que nos

⁷³ Presidente do CPR.

vai tornar visíveis? Não podemos chegar um dia cedo ao Ministério ou ao CPR e dizer: «Nós queremos os nossos direitos.» Mas numa pequena organização, sim. Temos que nos organizar, começar a fazer algumas actividades desportivas, estas coisas assim, alguma actividade voluntária. O refugiado em Portugal vai ser voluntário hoje na Cruz Vermelha, ou num centro de saúde, ou no bairro, na Junta de Freguesia. Como grupo de refugiados, há pessoas que vão ver que os refugiados são organizados e isso vai abrir muitos caminhos para os refugiados. Vai abrir a coisas que nós não sabíamos. Esta era a minha ideia: organizar, e depois tornar visível. O George quer que vamos reclamar os nossos direitos, mas tu estás em Portugal, Portugal é um país bem organizado. Ninguém está a esconder os teus direitos, porque Portugal é um país constitucional. Não é África, que tu tens estes direitos e ninguém te vai dar os teus direitos. Os nossos direitos estão na legislação, mas não é o CPR que vai dar estes direitos. Há forma de reclamar os nossos direitos, se estivermos organizados e mostrar, como estamos a fazer agora. Às vezes, temos conhecimento de que há esta família de refugiados que não tem subsídio há tantos meses, este refugiado que está doente, que não vai à escola... Mas são individuais, são casos separados. Mas se estamos juntos, uma pessoa que está no grupo e que não tem apoio, vai ser visível. Cada vez que juntamos as pessoas vão ver que... «Por que é que o Kpatwe não vem hoje?», «O Kpatwe teve que ir falar com o dono de casa, senão o dono de casa vai por o Kpatwe fora.» Vai haver sempre pessoas a acompanhar a nossa história. Vai haver sempre pessoas a acompanhar as nossas actividades e há outras coisas que vão sobressair, actividades que estamos a fazer. Isto foi a minha ideia principal, para ocupar o nosso tempo livre. Também não é só para fazer as nossas actividades visíveis, mas porque há muitos refugiados que não estão a trabalhar, não estão a estudar, não estão a fazer nada. Eu fico sempre em casa, depois eu vou ao Oriente, ou eu vou ao Rossio, passear na Baixa-Chiado, mas no final, eu venho para casa. Se eu faço isto um mês, dois meses, três meses, sem nenhuma actividade, eu não vou continuar a fazer isso. Vou ficar um bocado traumatizado.

Existem vários sítios para fazer voluntariado, mas as pessoas não conhecem. Uma vez fui à Cruz Vermelha, pedir para ser voluntário. Mas na altura eu não falava bem português. Fui uma vez para fazer recolha de comida, e disse que quando aprendesse português, iria continuar. Eu procuro uma coisa para fazer, mas não são todas as pessoas que conhecem como fazer isto. Mas se eu estou contigo e tu sabes alguma ideia, perguntas: «Kpatwe, o que tu fazes no fim-de-semana?» Eu digo “Vou ficar em casa a ver televisão.» E tu dizes: «Não. Há esta organização que precisa de voluntários para fazer isto”. Agora, se eu tenho problema e tu tens solução, tu tens problema e eu tenho solução, ou outra pessoa tem solução, ou um conselho sobre o que fazer se eu precisar de ir ao hospital ou se quiser aprender a língua portuguesa. Mas se tu não tens nenhum contacto com as pessoas, há muito tempo não vês as pessoas, como é que isto vai ser possível?

Eu tenho muitos amigos que são refugiados, mas há muitos refugiados que, depois do CPR, não têm nenhum amigo. Ficam em casa sozinhos, não tem nenhuma pessoa para conversar

com eles. Mas se a associação tiver uma sede, assim, onde têm jogos, essas coisas assim para divertir a pessoa, todos os refugiados que não têm nada para fazer vão lá à nossa sede, ao nosso centro jogar uns com os outros, vão conversar, vão saber o que se está a passar na vida uns dos outros. E todas as pessoas se vão ajudar umas às outras de uma maneira muito simples, sem pagar nada, ou sem pagar atendimento de assistente social. Isto é o que o que eu acho.

Começámos, então, a ter reuniões num café, em São João da Talha, onde moram muitos refugiados, a fim de construir os nossos estatutos. Como começámos a ter mais refugiados interessados na associação, era preciso um espaço grande para as reuniões, por isso falámos com a Junta de Freguesia de São João da Talha. A Junta deu-nos a sala e em cada domingo tínhamos reuniões sobre a criação da associação de refugiados. O nosso objectivo, era a integração dos refugiados na sociedade. Para promover a integração dos refugiados em Portugal, pretendemos partilhar experiências uns com os outros, sobre os nossos percursos pessoais de integração no nosso país de acolhimento e dar a conhecer à sociedade as diferentes instituições e a sua existência em Portugal, riar uma forma de interculturalidade. Para nós, o abrigo não é tudo o que o país de acolhimento pode dar-nos. Mas o que podíamos contribuir também no nosso país de acolhimento? O que pretendemos ao nível de integração é a viabilidade dos refugiados nas suas vidas, aqui, em Portugal. Temos alguns projectos com o Conselho Português para os Refugiados e outras organizações nacionais e internacionais no âmbito da boa integração dos refugiados na sociedade portuguesa, por exemplo, saber como ter acesso à saúde, como procurar trabalho, procurar um curso ou formação para fazer, etc. Em breve, deveremos conhecer a sociedade em que vivem os refugiados e ser membros activos na sociedade, dentro e fora do centro de acolhimento.

Até agora, a associação correu bem e correu mal. Correu bem, porque já temos a associação, já temos algumas iniciativas, e agora nesta altura estamos um bocadinho visíveis como associação dos refugiados. Porque antes de nos organizarmos, tínhamos muitas ideias controversas. E os refugiados que queríamos juntar sabiam disso. É isto que faz com que a associação agora tenha poucos membros, poucas pessoas que são consideradas como parte da *Associação*. A controvérsia vinha de todas as pessoas que pensavam que eram a cabeça da associação. Eu sou uma pessoa que já viu muitas coisas. Eu sei que o que se está a passar no nosso país é o porquê de estarmos aqui. Se eu estou envolvido numa organização ou uma sociedade aqui, eu não quero que a mesma coisa que estão a passar lá no nosso país vá ser replicada aqui: as pessoas que estão acima de outras. Não. Aqui somos refugiados, se nos juntamos é para nos ajudarmos uns aos outros, não para dizer que eu estou numa posição mais alta do que todas as outras pessoas aqui, que sou intocável. Temos que nos baixar e conseguir o caminho que queremos tomar. Este é o nosso problema na associação. Esta discussão que tínhamos no início faz com que agora a associação esteja dividida. Foi a primeira razão porque perdemos todo o grupo somaliano. Só o Ali é que está mais envolvido. Todos os somalianos que estavam lá no café disseram que se eu, Kpatwe e o George, enquanto amigos, não nos

entendemos, como nos vamos entender com eles? Foi uma coisa que já começou com muita discussão. Eu já falei com muitas pessoas desde o início, e eu continuo a dizer que eu gosto de ver que os refugiados estão organizados numa associação a fazer algumas coisas, e não preciso de ser cabeça do presidente. Eu não sou presidente, eu não quero ser presidente. Eu quero mais dar apoio do que mandar nas pessoas. As pessoas pensam sempre que a Associação é só da Costa do Marfim e da Libéria, que eles não têm nada a fazer lá, por isso não estão envolvidos. Mas o sucesso da associação devia ser a participação de todos os refugiados em Portugal nas nossas discussões, nas nossas actividades, nas nossas reuniões, em tudo. Como é que podemos chegar aos refugiados, como é que podemos fazer coisas na vida dos refugiados se nós não temos contacto com os refugiados? As pessoas vão dizer hoje que sim, vão à reunião, mas não. No final sou eu, Ali, George, D.⁷⁴, Diana, C.⁷⁵, essas pessoas assim. A.⁷⁶ agora está envolvida um bocadinho. O sucesso dos refugiados depende da participação de todos. O sucesso da associação depende da participação de todos os refugiados. E sem os refugiados, a associação não pode avançar. Porque vai ser só um grupo a formar a associação, assim. Já ouvi muitas pessoas dizer que «a associação de Kpatwe e George». Como vai ser a associação de Kpatwe e George, se é a *Associação*? Porque a própria *Associação* que está constituída agora não faz esforço para chegar a pessoas que faltam, que são refugiados que ainda não ouviram falar da associação, ou que têm conhecimento da associação, mas por causa do que está a passar na associação, não querem fazer parte. Temos que estender a mão a todas estas pessoas, e dizer a elas as boas coisas que estamos a fazer ou as boas intenções que temos para os refugiados. Temos que fazer mais divulgação da nossa associação, principalmente aos refugiados e à sociedade em geral.

A sociedade é constituída de organizações locais, e o povo, mesmo, como a freguesia de São João da Talha. O presidente de Junta de Freguesia teve muito gosto em ver que as pessoas que moram no seu concelho estão a organizar-se como refugiados, que as pessoas que moram na sua freguesia estão organizadas como associação, é por isso que sempre nos dá apoio.

A *Associação* já tem quase dois anos, agora. A única coisa grande que fizemos é esse guia⁷⁷. Já participámos em algumas conferências, alguns convites que as pessoas nos enviam, mas falta muito a fazer, porque o nosso objectivo é promover a integração dos refugiados em Portugal. Promover a integração quer dizer mudar o nível de integração dos refugiados em Portugal. Promover a integração não é um nome, um etiqueta, um *slogan* que se vai pôr numa coisa para dizer que muda. É uma coisa, é um objectivo. E falta ainda alcançar esse objectivo de promover a integração. Mais do que já alcançámos agora que é este guia que vai ser publicado

⁷⁴ Reinstalado originário da Costa do Marfim, que também fez parte do grupo de 12 reinstalados de Marrocos.

⁷⁵ Idem

⁷⁶ Refugiada originária da Somália.

⁷⁷ Guia ilustrado de apoio à integração dos refugiados em Portugal, que a *Associação* promoveu juntamente com organizações europeias financiadoras.

em poucos dias, porque o M.⁷⁸ diz que está a caminho. Vai chegar a todos os refugiados, para ver o que podemos mudar na vida dos refugiados. Não é com dinheiro, mas vamos juntar forças, ideias, tudo para mudar a nossa própria vida. Muitas pessoas dizem para mim: «Ah, tu estás a trabalhar na associação.» Eu não estou a trabalhar na associação. Se eu estou na associação e se há algum trabalho, estou a fazer esse trabalho para mim próprio, porque eu sou o próprio refugiado que é a associação dos refugiados. Temos que juntar todos os refugiados, ver o que podemos fazer, ver que conselhos é que podemos dar a quem não sabe o que fazer para a pessoa ficar mais viável no seu dia-a-dia. A associação devia ser o centro de informação. Se tu não sabes fazer isto, e tu moras aqui, tu vais aqui, vais aqui, todas as coisas estão à tua disposição. Tu queres fazer isto? Vai ao centro de emprego, vai procurar trabalho. Porque há muitas pessoas que vão ao CPR procurar trabalho e o CPR não tem trabalho. O CPR vai inscrever-te no centro, mas tu vais ao centro de emprego do concelho onde tu moras. Tu tens mais probabilidade de ter trabalho no centro de emprego onde tu moras, do que no CPR. Tu moras no Barreiro, e vais à Bobadela para ir procurar trabalho. Isso não vai dar. Dá coragem às pessoas tentar fazer algumas coisas sozinhas, por elas próprias. Porque tu tens todas as coisas ao teu dispor lá no lugar onde tu moras, como todo o português.

Não é para dependemos sempre do governos, porque um dia, como estamos a ver, a Segurança Social não vai continuar a pagar. Tu tens que estudar, tens que trabalhar, tens que construir uma vida. Porque o refugiado não é uma pessoa triste, como se diz. O refugiado é uma pessoa que também tem uma vida, e tem que fazer esta vida. As pessoas podem dar apoio, mas as pessoas não o vão fazer até ao fim. Tu tens que dar um esforço próprio, também, para conseguires ter a tua vida.

Relação com os outros reinstalados e outras relações pessoais em Portugal

Nós já nos conhecíamos uns aos outros, os reinstalados. Não conhecíamos muito bem o grupo da Costa do Marfim, apenas nos víamos no escritório do ACNUR, mas não nos conhecíamos. Mas E., S. e eu conhecíamos-nos porque vivíamos quase na mesma casa em Casalanca. Conhecíamos-nos muito bem.

A nossa relação começou principalmente no deserto. Por exemplo, costumávamos ir com E. à tenda do Congo para conversar porque não tínhamos nada para fazer, e porque ele tinha lá um rádio também, ouvíamos as notícias. E depois, às vezes, o ACNUR telefonava e para que todos pudéssemos ouvir, começamos a juntar-nos. E começamos a juntar-nos para nos defendermos. Foi quando conheci o A., o D., todas estas pessoas. Foi assim que os conheci muito bem. Todos falávamos francês e tínhamos vivido naquele país antes. No centro estávamos todos juntos, eu estava num quarto com E., M. e S. Desde o primeiro dia ficámos num quarto juntos.

⁷⁸ Ilustrador do guia.

Recusámos o estatuto humanitário em conjunto, todos juntos, porque foi uma proposta. O SEF não estava a impor, estava dizer-nos: «É melhor para vocês se tiverem isto». Então fomos lá falar em grupos, pequenos grupos. Então este grupo ia hoje, o SEF propunha, eles voltavam e diziam às outras pessoas: «Isto foi o que o SEF nos propôs». Então juntámo-nos e dissemos: «Oiçam, nós não queremos isto, nós queremos isto». Foi assim que decidimos ficar com o nosso estatuto. Porque nós já queríamos estar em contacto com o ACNUR, mas nessa altura não sabíamos que o ACNUR não tinha muito poder de decisão sobre o nosso estatuto aqui em Portugal.

Os meus amigos são principalmente as pessoas com quem viajei de Marrocos até aqui. Doze pessoas que estavam na reinstalação comigo, que é A., Frank, cinco pessoas de Costa do Marfim, cinco do Congo Democrático, S. que é considerado como meu irmão aqui em Portugal e vive comigo no Barreiro. São doze pessoas principalmente que tomei como amigos. Mas encontrámos algumas pessoas lá no centro de acolhimento também e fazemos amigos agora. Guardamos o contacto, às vezes ligamos e às vezes vemo-nos. No início conhecia as pessoas lá do centro de acolhimento. Depois fiz alguns amigos no bairro onde eu moro agora no Barreiro, e na escola onde eu ia aprender português. Conheci algumas pessoas estrangeiras, como portuguesas também, que não são do grupo de doze pessoas. Algumas pessoas do grupo de doze pessoas que há muito tempo não estamos em contacto, acho que não estão em Portugal agora.

Apêndice 2

História de vida de Ali

I was born in Somália, in Mogadíscio, it was 1986, 20 of April. My father and mother were living with me, and I have a sister. Four years after I was born, the government was broke and the civil war started in my country. What happend was that everybody had to flee and go somewhere that was maybe safer and people could have a safer live. We flee from Mogadishiu and went to a city called Galkayo which is located at the centre of the country, and it was preferable, it was much safer. Then, after 2 years - I'm not sure, 2 or 3 years -, again there was another war in that city and we had to flee again to go somewhere that is bush, somewhere where nomadic people live. We were there for 1 year, staying with family, relatives that we have there. I was looking after camels, and other animals like goats. It was better for me because I gained experience there. But life was very hard also, and then after I decided to go over there, I moved back into Galkayo. The situation was easier than that other time, and then what happend was that back in Galayo I started my studies and went back to school. I was studying there since I went to highschool and everything was going great.

Again, the situation kept coming back because people in Somalia are armed, everyone has his gun and all people live by clan, and a clan cannot talk about another clan. Sometimes people have been killed everyday for no reason because the young have guns and everything is unsecure. All the life is not safe, there is nothing guarded there, so, what I am sure is that one day, there was a big fight, and when the fight happened, the people all started to flee again. Then, me and my family went over to he border of Kenya, and we were on the road, we would stay 5 days, 4 days, get another car to go over there.

Refugee camp

Finally we came to the border between Kenya and Somalia, somewhere they call Hagardera. The border wasn't oppen at that time because the government, they said: "We are too scared to open the border because maybe people will come towards Kenya", and that is why they closed. Me, my mother and my sister, we lived there since that. There are many refugees there, Somali and other refugees who come from Sudan, Eritrea and many refugees, almost three hundred thousand, something like that. Life is very, very hard, because there are no jobs, there is no education, there is nothing, the only way of support is from UNHCR, which gives food and things like that and which take you into another country in order for you to have a better live.

I couldn't to stay there, it was very hard for me. My friends were helping me, supporting me, giving me money. I think that time, it was 2004, or something like that. I decide to move from there. A guy was helping me. He was a friend of my father. That time I was 18 or something like that. So I went all the way to Nairobi and started working while I was there, in a place that belonged to my family. I stayed there one year. After one year, I decided to leave

from there, because I found a friend in Nairobi from South Africa. They told us that life in South Africa is much better than there. So I decided to move and go to South Africa.

Journey to South Africa and life in South Africa

I lived in South Africa almost 4 years. You can imagine: it's South and East, and there is a lot of countries you need to pass, and you don't have a passport, as a Somalian refugee whose government is broke. I was trying to go by hiding from the immigration police. The most hard place to pass is when you are in Tanzania. The Tanzania authorities, they don't like very much the Somalian, because there was a bad relationship between Tanzania and our governments in the past, so they don't like us very much. If they catch a Somali who passes in their country, they arrest him, they take him into prison without going to any tribunal, and without sending him back to his country. Some of the people they use them to work in the farms, like in slavery time. I was very much scared. Sometimes if they catch you, they will tell you to pay a lot of money, and we may not have money.

But finally I went through Tanzania. I was there in Dar-es-Salaam, the capital city, for one week. The human traffic man who was taking us, he knew people there and we were staying there in a house that we were not able to go out. After a week, we took another car. They took us into Zambia and we were in Zambia for almost fifteen days. From Zambia we had to go to Mozambique. We had to use only one car and to be careful.

I remember one day we were in Mozambique and there was something wrong with the car. We weren't able to move and the police came to us and ask us for our documents. We didn't have documents. Only the driver talked to them, he said: «Hey, leave them alone». And they said: «No». And they took money from him. I don't know how much it was, but we went over there, we passed, and we entered South Africa.

There are a lot of Somali living in South Africa. When we went there, we started to look for jobs because life in South Africa is very hard if you don't work. Most Somali they work in small shops which are located in some black residence areas, where black people live. It's very risky, it doesn't have any guarantee to be safe, people are dying everyday. There are some estimation that says that in 2004 and 2009 there was almosts some 400 Somalian dead. People are killing each other and life is very hard. There was one day that the guys, they came into one shop that I was working in, and they tried to rob us. They took everything. I think it was very hard to stay there also.

Viagem para Portugal e detenção no aeroporto

So, I decided to move somewhere else, it is normal. I talked to these friends of mine who contacted me. They told me that there were guys who took people to Europe. Then they contacted us, they told us to come, to fly with this guy. He took us, he passed us through the

borer between South Africa and Mozambique. We came over there in Mozambique, we stay there one week in the hotel and then they took us to the TAP Portugal, and we came here in Portugal.

The human traffic people who come to Somalia, they can be Mozambican. Some people have connections with the immigrant people who work there. Because in Africa there is a lot of corruption going around, and you need to pay all some money, and you need to tell the people that: «I want to send them to Europe». Then you give them money, you carry a passport and you go. And finally you come here. But the problem is how you can pass the border, how you can pass the immigration of Portugal. They caught us there.

When I arrived it was morning, 5am in the morning. My plan was to be transited in Portugal, and go somewhere else. Actually, I am not sure where I was going, my ticket was lost. But the human traffic man, he told me: «You are not going to stay in Portugal. You are passing to some other country». I didn't know where I was going, but he told me that there are some countries where my people is and that it is much easier to live and to work there. Then, what happened was that he told us: «When you enter there, don't try to be scared, just be normal and just flow the line. And when you go there, give your document to the people, then wait they check that, you pass, you can check your flight and then you can fly to where you want. And when you enter there you can hide the passport and then you can ask for asylum».

When we arrived here in the airport the things were not as they were planned. When we entered the queue, they asked us for the passport, and when they checked the passport and screened them, it was supposed to be blue in the machine. If it is red, it means that it is a copy, that it is not in the computer, this passport. They checked and it was a copy. They caught us and they said: «Can you please come this side». We went aside and they took us into one small room. We were sitting there, and other friends of mine also came after me.

I remember there was one guy who passed the immigration, and he was waiting in the airport for the flight. When he was almost entering the plane, the man, he caught him. He was going to the UK because his family was there.

So then I went to the room. A lady came to us and she said: «You came via TAP Portugal from Maputo, your sit was that number and we are going to deport you back to Mozambique in the same airplane this afternoon, so you have to sign this paper». I was very shocked because I knew how life was in prison. In some countries in Africa, death is better than prison. I said: «I refuse to sign that because I am not from Mozambique, I'm from Somalia. If you take me back, maybe you can deport me back to Somalia, but I cannot go to Mozambique». They told me: «If you don't want to go, what else do you want? Write here what you are asking from the Portuguese authorities, the Portuguese people and the Portuguese government». And I said: «I must have protection because I'm Somali, I'm a refugee. In my country there is a lot of civil war and problems and I cannot go back. If I go back to Mozambique, they are going to arrest me, I am going to live in prison». And a life to live in prison is very hard. The next day, they came

to us and took us into another part, and said: «Let us take you somewhere where you are going to sleep». They took us into a prison that is located inside the airport. Then we put all the bags and everything away, we entered there. They gave us a bed and stuff to sleep.

We were in the airport for 7 days. I was worried if they were going to take us back or if they were going to let us stay. Life wasn't much bad: we used to sleep and wake up, and wait for some news to come. Some people, they told us: «Hey, maybe they are going to deport you back». And I was very worried. But finally, they let us come out. Before we went out, they had an interview with us. A guy came from SEF and he said: «My name is P., inspector P., and I have an interview with you». They took our fingerprints over there, and he was having an interview with me for almost two hours. He was asking me everything about my life. We also met the lawyer from CPR. That was the third or fourth day, I don't remember. Finally, it was finished and they let us go out, and gave us a Visa. They said: «Take this. You have to pay 15 euro to get an entry Visa». I didn't have the money, so I asked my friends to borrow. They gave me and I paid back to them. The visa was valid for 15 days. The woman, she left me, then came back and said: «Your request has been accepted and you are going to be taken into a camp, a refugee camp that is located in the city, in Lisbon.» SEF called a taxi and they said: «Take this taxi, go to Bobadela».

The interview with SEF⁷⁹

At the interview with SEF they asked: “What was the biggest reason that made you come from your country?”. And the explanation was that the biggest reason was because of the lack of security and because I was scared for myself. And then what they asked me was: “Why were you scared for your life?”. And I answered something like: “Because we were under risk, we were scared of the clans that were fighting over there, they have to fight for everybody that was there, and they would force you to fight”. What happened was that they would tell us to go and fight, and when you refused, they were going to kill you. They would take all of your stuff. What happened sometimes was that someone killed another person, and that someone was in your clan, and the other clan, they are coming to kill everyone that is in that clan. They don't look for who killed their people, they only look for that clan, and they kill everyone there. And the fight begins there.

One thing that I remember was when I was young, like four or five, to see the bullets going out in the night and it looked like fire. And I didn't know this fire was a killer. I was thinking that fire was normal. One bullet went in between my legs, bullets that came from AK-47, like red lights. And what I saw was that the bullets passed between my legs but I didn't think this was serious, I didn't know people could die from this. But then I saw a friend in front

⁷⁹ No final da primeira entrevista para constituir a sua história de vida, Ali perguntou como era possível que aquilo fosse uma entrevista, por não ter havido muitas perguntas. Apontou que não era assim que o SEF fazia entrevistas e começou a descrever o modo de entrevistar do SEF, a partir da sua primeira entrevista no aeroporto.

of me who took a bullet and he was dead in front of me. It was like: "Hey, this is very serious". The guy, he died and everyone was very collapsed. And the car that run passed us belonged to my neighbourhood, the guy was my neighbour. He helped us to go out, and we were sacking people back, and they were very injured and in a very bad situation. That was what they asked us about security.

And the second important thing that SEF asked me was: "How did you entre in Europe?" That is a very important question for the immigration. And my answer was: "I was helped. The human traffic man, he took money from me". That I worked when I was in South Africa, and payed him my money, for him to bring me over here. He told me: "Just do what I tell you", and "just go there, go there, go there, and you get where you want".

And the third thing that they asked was: "What happened to you when you came here, talk about your family and what happened". I was explaining them that my family, they live in the camp, they are doing very well, and they told me: "Do you have any declaration that you are from Somalia?". I showed them by birth certification. I have it. He was asking me also: "When did you come?", "what is your type of clan?", "where were you exactly born?", "what was the city name, and the street where you were born?", "what do you know about Somalia?"... to make sure that you are from Somalia. And he asked me: "Where is located the central park of Somalia?", and I said: "It is located in Mogadiscio", everybody knows that. And he asked me: "Which is the colour of the Somali flag?". And I said "It is blue, inside there are five stars, and those five stars mean that Somalia can unite one day". And they ask: "Which kind of money do you use insie the city?". I said: "Shillig Somali". And he said: "Who is the last president of Somalia?". I said: "Mohamed Siad Barre". And he said: "Tell me how many regions you know in Somalia?". I said "I know most of the regions". They said: "Tell me what are the ones you know". And he was cheking the Internet. I said: "I know Bay, Bakool, Nugaal, Sool, Sanaag". And I was telling them quickly, and they would say: "Slowly, slowly", because they need to read. And they said: "You missed that one called Benaadir?". I said: "Benaadir, I already said it!" And they said "I am going to take this interview and read for you, you listen". And they read for me and said: "We are going to pass this to the *ministery internal* and he is going to answer. And you will get the answer if the Portuguese authority accept or not". And I said: "Ok".

The biggest problem was the dates. He used to ask me: "When? When was did the fight heppened? When did you flee from Somalia? When did you entre Kenya? When did you entre South Africa?". An what I don't remember mostly is the dates, because when you are in a stressful situation, you don't remember the dates. And one time he told me that he didn't know me. "I am working for investigation, criminal unit, for six years. If you try to tell me a lie, I will deport you". I said: "Deport me right now". "You want to go back in Somalia?". I said: "Yes". The man at the airport, he was very rude. And noone was translating. I spoke in english with

him. And he told me the next person I meet would be a lawyer. He told me that he was from CPR. But he asked me only two or three questions. He said: "Are you from Somalia?". I said: "Yes". He said: "What is your name?". I said "My name is...". He said: "Do you have any problem? A health problem?". "No, I don't, I'm feeling well". They said: "We are going to talk to the portuguese authorities to accept you as a refugee, and soon we are going to transfer you into the refugee centre". They also asked if I was married or not.

To make an interview with refugee cases, first, you have to be sympathetic. I don't think they were very sympathetic for me at the airport, because the refugee person is in trouble: his country, his family... Psychologically, he needs someone he can talk to nicely in order to get all the information needed. But if you pressure him, or if you talk to him in a rude way, maybe he could mix everything. When you have an interview, there is different ways. Like, when you are a lawyer, who is fighting for the right of refugees, you need to ask something else. When you come from authorities, from government, to have an interview with him, you need something else. But I gess, when you are from immigration authorities, like when you work for SEF and you need to have an interview with a refugee, you need two things: first thing is that the government, they need real things, they need proof that what this person is telling, is true or not. You, as a inspector, you have to clear it, you have to ask every question that you possibly can to get full information. And second thing is that you have to let that person talk and give him a chance to explain things, because the government, they need to know this person, the right of this person to have protection. And acoording to experience and to your knowledge you have to compare things and you have to ask him the question more important for him to know.

And more important, you need to ask him what exactly happened to his life. I don't need to explain that in Somalia there is a war going on. I don't need to bring the story that this one guy in my neighbourhood died, that is not up to the government. There is much, much things you have to know as government. But when you are a lawyer, you also need to know the same things, but what you need is that, according to your knowledge, if you know this person is Somali, you have to try to explain to the government the real situation that is going on in Somalia. And according to international law, what does he had to fight, this person. And sometimes what happens is that people can mix things. It can be for two reasons: one reason it can be that the person, he didn't have the knowledge of how the things were happening exactly; second reason is that he forgets many things; and then third thing is that this person is trying to maximize and it can take him to tell some lie. And you can see people who come from a country but they say they come from another country. Many times, when you go to Sweden or Norway, you can see people from other countries like Ethiopia, Burundi, Rwanda, they say: "We are from Somalia". And the government, they ask: "You don't speak Somali", and they say: "I don't speak Somali, but I am from Somalia". "How?". And they say: "I was young when the war happened in Somalia, my family took me, and I was living in Rwanda or Burundi and from all that happened, that is why I don't speak Somali".

You write. You don't have to care as an inspector. You have to write everything that this guy tells you. Who has the decision is the authorities. The decision to make the classification of things, to separate things – lie or true – is the authorities, it is not up to you, you just write what I say. And you only pass this to the government. The government, their part is to decide things. But you can add it personal things, maybe, like if you see that this person mixed things. You can classificate, you can make classification for him: "Did you want to say like this, or did you want to say like this?" And he can tell you the way that he wanted to say, because of his language barrier. Because he doesn't speak good English, and sometimes you need to ask him again.

And the person that is doing this job, he must love that job. He must know exactly what he is working for. And the person who works for this case, he must not be a racist. He must not be someone who is discriminating things. I know many people that work in this unit of refugees and I can see in their eyes that they don't like much of the refugee. I cannot say this and this, but I know. If you don't like this job, just find another job for you. But you have to honour your job. I know Portuguese go like: "In our country there is a lot of people that don't work, there is a lot of immigrants that come to work". But that is not up to you.

Centro de Acolhimento

We were 6 people who arrived at the airport. We went to the centre and we only stayed there 3 months. When we arrived, they were waiting for us. It was around 6pm. The security guard talked to us, he said: «You are going to sleep in number that» - I don't remember the number – and we went over to that room. They prepared rooms for us, beds, food, everything, and we were very much comfortable. The next person I talked to was the lady who said: «I am the social worker, and I help the refugees sending them to the hospital, sending them to schools, sending them to check their health, and things like that». They sent us to check our health. They gave us a ticket and we had to take the bus. We went to the hospital, a big hospital that is located in Lisboa, I don't know what was the name. They took our urine, they took our blood, everything and then they gave us the result that we were healthy. We started the Portuguese classe and my teacher, who was teaching me Portuguese, was very nice. I started to learn portuguese slowly.

Everything was good, and they give us a temporary permit, temporary residency. We were feeling much happier. We were saying: «Maybe life could change». But what happened was that everyone started to say: «I am going. I don't know anybody here. Life is very hard». If you go to doctor, if you go to pharmacy, you don't know what you are going to buy because you don't know the language. And everybody was saying: «We want to go out, we want to go out. I want to go where my family is». Some went to Sweden, some went to Holland, some went to Norway, and then finally they all came back here.

The refugee camp in Hagadera na the Centro de Acolhimento in Bobadela

The difference between CPR and a camp, for me, is the system that CPR works generally. When you see that the system that the charter works in CPR, that says that a person has the right to be there at the camp⁸⁰ for three months. And that three months is the only place that you don't worry nothing, you don't worry that you get the money, you don't worry that you don't lose the food, you don't worry that you have to pay rent... So, it is a little bit calm to live there. And also, there at the camp, the housing is very nice. The only thing is that four or six people are sleeping in one room. That is something a little bit extreme. But for me, when it comes to the camp of Hagadera, the camp in Africa, the first problem is the housing. Second is the health. You don't have the doctor who is coming and talking to you, and you cannot go and make an appointment for the doctor. In the camp, there is many people and there is only some volunteer doctors, who come every six months. They are volunteers, they don't have to stay there all the time, and they have to go all the camps.

You have to build your own tent. UNHCR gives you a tent, gives you all the things that you need to sleep with. So you have to build your own tent. But if you live with family, they will give you a big tent, or maybe they will start to build houses that are made of wood and stuff like that. I hear that the situation of the camp is very, very hard now, because more refugees are coming. My mother, she said that in 2008, there was a big war in Mogadiscio and almost all Mogadiscio – one and half million – they flee, and almost five hundred thousand of them went to the camps: Hagadera, Ifo, Dadaab. And the life of camps is hard. And for security reasons, the World Food Program, UNHCR, UNESCO, all that associations, they cannot go there because of the radical parties that took over parts of Somalia. They say: “We are going to kill anyone from UNHCR, from United Nations. We don't allow them to intervene”. And sometimes is difficult to receive some food there, because Hagadera is located in the border between Somalia and Kenya.

Sometimes UNHCR, they use some Somalian people to serve the things instead they come themselves. Because the people like al-Shabaab, those who are Islamic radicals, they have all the south parts of Somalia, except Mogadiscio. They have all the way, many cities there, and they also rule some camps. So they say: “We believe that United Nations don't help people, so we don't need United Nations. People have to do things themselves, they have to work”. And it's very hard to find something to work. A family that has six, seven children, that don't receive nothing, and there is nothing too over there, it is very hard.

For me it wasn't bad, because that time there wasn't a lot of refugees, and the situation was a little bit better, and we used to get our thing to sleep, or things to eat, or medical things. All the organizations from United Nations, they come there, like WHO - World Health

⁸⁰ Era recorrente, em conversas, e também nas entrevistas, Ali chamar o centro de acolhimento da Bobadela de *camp*. Foi a partir do facto de ser constantemente necessário clarificar se ele se estava a referir ao campo de refugiados em Hagadera ou ao centro de acolhimento da Bobadela, que lhe pedi objectivamente para nomear as diferenças e semelhanças entre ambos.

Organization, WFP - World Food Program, they go there, UNESCO, they go there, UNICEF, they go there, UNDP, they also go there. UNDP is United Nations Development Program, they go there. And other associations used to go there. Sometimes you can see Red Cross from Arab League. And WHO, they give some medicines, WFP, they have to give food and stuff like that. Mostly, people who work for international organizations are from Africa: Somalia, Kenya, Eritrea, and Ethiopia. A small number of them are from Europe, like the headquarters' manager of the projects, like the doctors, you may see small numbers of people from Europe or America.

If you work for UNICEF, you have to have relationship with the families that have children. UNICEF, they have to take care of children, when there is a children protection need. If you work for WHO, you have to help the people to get medical treatment. The relation is very good. People, they see the situation these people live. Most of them, they have different jobs to do, but sometimes you may not get enough food, there is shortage of food or shortage of medicine. And in that moment, you may get some local organizations that work voluntarily and help the people. I was a member of some local organizations that were there, that worked to help the refugees. The most things we do in those organizations are to create a peaceful environment and to let the children have schools to go. I was the teacher of primary school there, for social studies, and then our job was to make the things to work more likely to organize. And we used to get some help from UNDP, because they have a lot of programs for training the youth and to develop for peaceful way. And things work like that.

There are some religious organizations like World Christian or something like that, a Christian association that comes to people, visit their houses, talks to them about the religion. But most organizations, they don't have close relation with the society, with the refugees. They have their own programs and when they come, they supply to that program and it's finished. And there is only one thing that has to happen, is that every month they count the people. You have to go in a special office. If you don't go there, you cannot receive your pills, your food or your things that you have to live with. They will think that maybe you went out.

For me, I was facing difficulties, because those were the only things that were there. It was jobless. You cannot get job, you cannot continue your education, because there is nothing to do there, actually. Then you have to go all the way to Kenya, to Nairobi or something like that, to find a job or to get contact with friends and family, maybe they can help you to find a job, or maybe you can study there. It was like that.

And those are some of the things I remember from the camp. One day I will visit my camp and I will see how things are changed. But most people I know, they went out the camp. Most of them, they went to the United States, they went to Australia, Canada, and some are still there. Because people, they have to go, they have processes. The United Nations, they ask people for resettlement for other countries that are more peaceful, to get better life in countries like America and some countries of Europe, Australia and Canada. The country that takes the

biggest number of refugees from camps is U.S.A, America. They take a lot of refugees. Second countries, like Canada, mostly Europe, they don't take refugees from Hagadera, according to my knowledge, according to the time I was there. And Australia, they also take some refugees. They start the process for resettlement by giving orientation, and the person has to pass the health-check. They have an interview with you, ask how many people are you, where do you come from, which tribe are you, where is your family, what problems are you fleeing from... The same interview that SEF makes to people. And then, when they check everything, they can tell you that you pass the exam and you are going to do the medical exam. And then, after the medical exam, you have to have some program orientation: people will teach how the life is in America, how to act when you are there. Then, when you pass all of that, they will tell you: "Now you are waiting for your flight". That process takes a little long. Some processes can take ten years, five years, it depends.

And people, the only hope they have is that they wait to get back home, because there is nothing like home. All people, mostly aged people, they would like to go back home. Some of them, you see that they are going back while the situation is still the same. They can tell you that it is better to die home and that is the idea they believe, most people in Somalia. But the young people, they prefer to go somewhere else because they still have a chance and they think that maybe they can come back one day. So, that is why you can see many people running from there, from the camps, and going to the Arab League. They pass the golf between Aden and Somalia and die there. Many other people die in the Mediterranean or between Libya and Somalia. The situation today in Libya is very hard, and you can see that many refugees are also fleeing from Libya to Tunisia. Some of them, they die in the border between Sudan and Libya. Some women have been raped or kidnapped there, in the border. And then the soldiers in the border, they will ask you for money. If you don't have money, they will arrest you, and they will rape you also, if you are a woman. So the most difficulties they meet are from there.

People there in Hagadera, they get small amount of money. There are shops in the camp, small businesses that belong to Kenyan citizens, but may also belong to refugees. They sell bread, milk, sugar, things that are important for daily life. And then, you can get some shops that sell clothes for the refugees, because you cannot get clothes from organizations. You also need to buy cups, the normal things to cook, things to sleep, like duvets... Things like that, they cannot get from organizations. Mostly, the food that organizations distribute is enough. There is one store, one big store from WFP, the World Food Program, that, if you need to, you can go there. They will tell you to wait there and then they give every family basic elements for three or four months. When that finishes, then go and ask them to give you more. They give you money to buy meat and they give you rice, spaghetti, oil, sugar...

Mostly the food items have the name of the organization and almost all have the name of the United Nations and you can see the flag of America written there. All the food comes from America, because that is the way it works. The United Nations, they ask money from the

members of the organization. They ask money from Portugal, from Sweden, from Europe countries. And then the money goes to where? It goes to New York. And United States, they give food to take to Africa. There is no money going to Africa. And then, sometimes, the United States of America, they give some meals that were there a long time. Some people, they get sick because of the quality of food. It is very, very low. It's, like, food that is suppose to be for their dogs, they can give to south, because the only way to survive is to take everything you get. And then you can get some ugali⁸¹ and when the children eat it, it makes their stomach ache and they have to go to the toilet all the time, because the quality of food is very bad. Very, very bad. And that is why some people in extremist groups in Somalia, they don't accept the food from the United Nations. And the second thing is that people, they don't have moral. They say that people have to stand up, they have to make their own things for their own. They shouldn't have to wait for some people to help. And the thing is that when there is the time of rain, they bring food, so that people do not make farms and to do not make agriculture programs, that's what they do. That is why they believe the people die. People, they have to sit, they wait. But there is no alternative. If you don't want, you don't want. If you want it, take it. There is nothing that can force you. But, as we know, according to my knowledge, personally, I have read many, many news that say that the United Nations spends almost five hundred million dollars every year to help Somalia, and they give all this associations that money. And people are crying that the amount of that money received in Somalia is not even ten percent. And that is something very bad. But generally, at least people have some help. Like, when you flee from your country and you come in the camp that you don't have anybody, and you left everything behind. Everyone who gives you something, you have to appreciate it, because you really desperately need to have something. You need to have something to eat, you need to have somewhere to sleep. So, sometimes you get the United Nations to do those things.

The things in Europe are even worst. The system here in Europe, how the things work, is very bad, because according to the Dublin Law, every refugee has right to stay in the first member of the EU that he enters the first time. He has the right to stay there. If you are going to die or to live, you have the right to stay there. And in the camp of Hagadera, if you have some problem, you can change and you can go to the camp of Dadaab or maybe you can go to Kenya, or you can go back to Somalia. But here, if you go east or west, you come back here, and you have to stay here. That is one thing.

And the second thing is that generally for me I don't mind to stay here in Portugal the rest of my life, if I'm getting full of my rights, everything that I have to access in my life. But in the camp⁸², I believe it is very hard for someone to live there when it comes to understand things,

⁸¹ Papa obtida através da mistura de farinha de milho com água.

⁸² Centro de acolhimento da Bobadela.

how it works. The most important thing of live is communication, and there is little communication between the refugees and the people that work there. And the reason is that the people need to have like a book that is written with everything that you have to do when you come to the camp: what are our obligations and what are our rights. It must be written in you own language to have a good communication with the people who are there. And if you don't have that, you must have some people who will explain to you how things work in the camp. And at the same time, some people who will tell you what you have the right to here in Portugal, or what you don't have the right to. And you must have people who are well trained or at least speak in different languages, and who can explain people how things work. In the camp, you cannot even sometimes ask for your needs to the people, because the people there, mostly they speak one language. Some of them, they speak two languages, but most of them, they speak only one language.

And there are many different people there. People from Africa, from Asia, from Arab League, from Latin America... Different people, different cultures, different religions. In Hagadera we were only Somalian in the majority, although there was some Sudanese, some Eritreans, but the majority was Somalian. It was better for me to communicate. But that kind of people, they have to live in one room in the centre, while I was having my own room in Hagadera,. I was having my own tent with the family. And in the camp⁸³, when I entered there, I was sleeping with six people: two from Georgia, another from Sri Lanka, another from Eritrea and me. Guess what can happen there? Six different people from different countries meet in one room. Some of them have to stand at midnight to worship or to pray, some of them have to listen to music loudly, some of them cough all night because they are sick, some of them have to speak on the phone... Some nights you are not able to sleep.

But you cannot complain there, in the centre. You cannot say: "This is hurtful, it hurts me". You cannot say it. They can say: "Leave! If you don't want, you cannot go somewhere else. If you don't want it, you can go outside. There is no one forcing you, you can leave". But if you say: "I will change the room", they can say to you: "No, you cannot change. You have to listen. If you don't listen, we will call the police." That is what he told me, P.⁸⁴: "Me, I am talking to you". I asked if I could live with Somalians, who live in the next room. He said: "You are going to sleep where you want to, or are you going to sleep where we want you to sleep?" I said: "I don't want to sleep here, I'm not felling well. I am a human being, I'm not an animal." And he said to me: "If you don't sleep here, you go outside or I will call the police." And he called D.⁸⁵, and D., she came to me and she told me: "Why are you people always complicated? Why are you giving us a problem? We are the administration people, we are the ones who own

⁸³ Centro de acolhimento do CPR.

⁸⁴ Vigilante no centro de acolhimento do CPR.

⁸⁵ Assistente social no centro de acolhimento do CPR.

here, not you. You have to sleep where we want you to sleep. If you don't want it, here is not your house." She was talking like that. And I said: "I'm not going to sleep here." I was asking why I couldn't sleep with the other five Somalian, and they said: "No. The reason is that we want you to integrate with the people". What kind of integration am I doing? People are speaking on the phone. Is that integration? How can you integrate with Georgian man? What is the integration between him and me? I have to integrate with Portuguese society, not another man who does not know anything of me. The men from Georgia, he used to drink twenty-four hours and talk loudly. Sometimes, you cannot even tell the people: "Close the door", or "don't talk, we have to sleep", because there is no communication language. Most people from Eastern Europe, they don't speak any other language. They speak only Russian and their own language. You cannot understand them and they cannot understand you. You have to sleep like that. The first time it was a little easy, but it got worse, because first time, when we came, they put us in one room, four Somalian: me, M., M., and another guy who went to the UK. They put us in one room. It was better.

After that, I moved to Norway to reunite with my uncle who is living there, and when I come back, it was when I got the problems. D., she told me: "Normally you shouldn't have the right to come back here in the centre, but if we accept you to do so, don't step on us, just do what we tell you."

In Hagadera how could you complain? You had your own space. And you can ask some more help, you can ask people to give you the tents or to give you something for your house. Maybe they can help you. But normally, you have a free space to live. You can sleep with whom you want in Hagadera. It's not like you have to be in bed at eleven o'clock. When it comes to CPR, there is a lot of conflict. In Hagadera, you cannot see people calling the police for other people. And even the police cannot enter there, because this is special territory to take care of some people who are running from the regime, running from the police. And it's forbidden for the police to enter there. Because this is the only place we have to be, to live free. But the camp in CPR, if you break one cup, they may call the police. There is a big difference.

Saída do centro de acolhimento da Bobadela

At the end of staying around 3 months, we had to go out of the centre, we had to find a house. There was no one who could translate for us, we had to translate for our own, and we started to look for a house. Our process had been taken to Santa Casa, and Santa Casa told us: «We are going to help you with 500 euro. That is all we can give you. You only need to find a house that has a 200 euro rent and the rest is for you to live with». We found a room. I was living there by my own and. And then, what happened was that, after that, I received my document, my process went to Segurança Social, and Segurança Social also started helping me,

giving me some support. This lasted almost 2 years. I still get some support from Segurança Social.

One day I will start to work, maybe, and I expect things will change for better. When they don't give us anything, we have to ask for help from friends, for them to try to send some things, or we try to save something, or we have to try to find a job. That's the way we live. As a refugee, we don't get full integration, when it comes to get into the society, because the only thing we get is some support from CPR, and CPR they give us a chance to learn the language. But after that, as a refugee person, we don't know our rights, we don't know what we are going to do when we go out of the centre. When we asked CPR who is the responsible for our programmes or our rehabilitation, our integration programme, they told us: "We are only temporary. You only have to live here for 3 months. After that your process has been taken to Segurança Social, and you are going to get support from Segurança Social, and that is the end". When we go to SEF and ask the same thing, they say: "We only give you documents". The worst things we have now is that we cannot take our live ahead, we cannot entre more into the society and we cannot find more opportunities.

If I talk about myself, I say that many doors are closed for me, because I don't have the skills to find a job. My skills have not been recognize by portuguese government and by authority, because my documents are not with me here. All my life cannot be dependent of support by someone that I am not sure I am going to get money from. The thing that most worries me is if I am going to get money this month from the government or not.

Norway

Those who came together with me from Somalia, they left the centre before I did. I asked them where they were going and they said: "Here in Portugal is no good place, we have to go to another Europe country to find another life." And then they went, everybody went out, and I did not have enough pocket money, just enough to stay there. I was receiving 40 euros per week from the Centre, and then I received that card⁸⁶ for four months and they told me that they would tranfer me to Santa Casa. I didn't like it to stay there. I didn't know anything about how my life was going to be and I was worrying too much about about how things will look like if I would go to Santa Casa. If I would go out of the centre, I wouldn't know how to find a house. I was thinking: "I think I will have a big problem". So my uncle called me from Norway, so went there. I went to another country, because I though that maybe if I could go to another country I would find my people, because here I have noone. I went out of the centre, it was December 2007. I went through metro and then went out the metro, and catched a train. The train left me in the border between Portugal and Spain and then I took another train there, and then I went to the border between France and Spain, and there the police caught me. They asked me for

⁸⁶ Autorização de residência temporária.

documents. I was thinking that this card⁸⁷ was a document, but then they said: “With this one, you cannot go out, you have to stay back in Portugal”. And they said: “We will take you back to Spain”. The document was temporary and it was only valid in Portugal. They brought me back there, and then, the Spain authorities told me: “Do you have a document?”. I showed them and they said: “No, this doesn’t work, it is not valid. Do you know anything in Spain?” I said: “No”. They told me: “Because you entered Spain illegally, you have to go to jail”. They sent me into jail, and I was there four hours. It was normal, I was sitting in a chair. The lady, she came to me and she said: “I am from Human Rights Watch. You can go. If you want to ask asylum in Spain, you are free, if you want to go back to Portugal, you are free, but don’t go to France. If you go França, they will bring you back here again. Take this paper if you want to ask for asylum in Spain”. I said: “I don’t want to ask for asylum in Spain, I don’t know anyone in Spain”.

So I made a friend who was from Algeria, I met him in jail . He said: “They brought me back from the border of France and Spain seven times.” He said that the the eighth time they would catch him, they would send him back to Algeria. I said “Oh, I’m sorry. Me, I have to go back to Portugal.” He said “No, you don’t go back to Portugal. Do you want to go to France? I will help you.” I said: “How could you help me? My document is not valid and I don’t have enough pocket money.” He said: “Don’t worry, you will sleep with me tonight.” We slept in a small town, they call Irún, France-Spain border, and then, in the morning, he bought a ticket for me, he said: “Go out from the metro, and then when you go out from the metro, entre a big train station”, and he payed money, he payed part of the ticket to go to Paris. When I was in the train, there was always checking. And I was always like: “Maybe they are going to catch me. Oh my God, they are going to send me to prision again, I should better be back in Portugal”. And then, I wento to Paris, I went to Paris Gar du Nord, it was late. I had to take from there another train to Amsterdam because I have no family there. I had to stay all night outside of the train station. I was so cold, it was december. I asked someone “Where can I sleep?”. They said: “There is no place to sleep, you can go to a church if you want”. I said: “How much is the hotel?”. They said: “You have to pay 150 euro”. “I don’t have that much money”. It was the worst night I remember. It was very cold, it was very bad. And then, I went to Amsterdam in the morning.

After I arrive in Amsterdam, I was staying with family, my uncle’s daughter. My uncle was the brother of my father. I stayed there one week. My cousin, she left from Somalia 15 years ago, when she was young. She has seven children with her husband and she just takes care of them. Her husband has a good job. That time he wasn’t working, because he was having a problem in his back, but the government payed him full salary. She said: “Where do you want to go?”. I said: “My uncle is in Norway, the uncle from my mother. I want to go there”. So, she

⁸⁷ Autorização de residência temporária dada aos requerentes de asilo, enquanto estes aguardam pela resposta definitiva ao seu pedido de asilo.

paid the ticket for me, and I went to Norway by bus. It was a weekend and I didn't meet any problem. I changed the bus in Hamburg.

Finally I arrived there in Norway, after 2 days in my way. My uncle was there, and we went together to immigration. I wanted to ask for family reunification, and they said: "We cannot make process with you, because you are not relative. It is not possible". They took my finger prints and they said: "You are from Portugal. We will talk to Portuguese authorities. If they take responsibility, we will take you back. We will transfer you into a camp located in the north of the country". They asked me why did I leave from Portugal, they said: "Portugal is a good country. It has good weather, the life is cheap. Why did you leave from there?". I said: "I don't have any problem with the Portuguese authorities and the Portuguese climate, but I have no one to live with, and I want to live with my uncle."

They took me somewhere near the border between Russia and Norway, where it is cold. It was a very, very, very bad place for me. I was not able to go outside. It is a small town called Tromsø, there is only three thousand population. There is too much military arms, they practice there how to fight, in the ice places. I was sharing a house with friends. In that house there are four rooms and a kitchen. And then, every week we receive money, we will take this money and buy food and everything we need. Some of the refugees were from Somalia. The system there in Norway is when you ask asylum, they will transfer you into a camp, and you will stay temporarily 15 days in that camp, and they will divide the people into all the country. And it is a matter of luck. Maybe you can get a place too far, you might have to take 2 flights in that country to go there. So my lucky was to go to the north of the country. They gave me a small card to stay only in the country and to show the police.

My uncle said: "Sorry, it is so hard, but I will try to work out what they say". He said he went to a lawyer and during the process, they send him a message, saying that they contacted Portuguese authorities and that they said: "We are fully responsible for this asylum seeker and you have to bring him back as soon as possible." It was a letter from SEF. They told me they would deport me, and then two police came for me, we went to the airport and I took a flight from Oslo to Portugal. I stayed in the camp for four months. But anyway, I had to come back here, had to start all from beginning. There was a guy waiting at the airport from SEF, Serviço de Estrangeiros. He told me: "Why did you go there, with no documents? You have been deported." I said: "I don't know". And then he said: "Wait there". I went inside the airport, and I was sitting in a place two hours waiting for an English translator. Finally they got a translator, they gave me a letter and they said: "Go to CPR". I had to go back to the centre. I caught a taxi, went to CPR, I slept and in the morning and, social assistant, D., she talked to me, she said: "You don't have right to live here, but we give you a chance until you find a house, and your process will be transferred to Santa Casa. You have to try and find a house as soon as possible."

Back to Portugal

I kept on receiving 40 euros from CPR for one month. And after that, Santa Casa start to send me money, and then they told me to find a house. I wanted to find a house in Bobadela. It took me two or three weeks to find a house. My friends, M. and M., they helped me. I found a house in São João da Talha, the first house I lived in Rua dos Combatentes. I was living there, I started Portuguese class, and then I started thinking that I should have to stay here and study here, and work here because I have enough experience for life in other European countries. After three months I received my document, 2 years of residence from SEF, and then I was living there for one year, in my first house. I was living with M., a friend of mine. I was transferred from Santa Casa to Segurança Social. I gave my adress, all my things and they started to pay me per month. The first two months Santa Casa was paying and then, Segurança Social starte when I received the card for two years.

After that, everything was normal. I was trying to find a job, I went to register myself in Centro de Emprego. They sent me to many places to ask for a job. I went to an interview in a place that asked for *empregado de limpeza* in Lisboa. They told me they would call me, and I am still waiting their call. I started school in Alverca, I took the course *tecnico de vendas, área de comércio*. It was a three months course. And then I started escola secundária São João da Talha to attend the course of language, and then I start also to take part with the association we have here, Association.

So I started to manage to work selling in *feiras*, and then I also went to work in *restauração*, in a restaurant in Baixa-Chiado for two months. It was a friend of mine from Sri Lanka, he worked there, and the owner he is also from Sri Lanka. He told me to work there for two months while my friend was away. They are very good cooks. They know very well how to cook, all the people from Sri Lanka. It was after that job that I started to work with *distribuição de publicidade*. I didn't get more jobs, it was only that. Generally, I didn't work with contracts. It was hard for me to get contracts because I went to many places and they told me that my profession is not recognized here, and I don't speak very well Portuguese, so I couldn't have contract.

In June 2010, I went to Norway again. But this time I went normally, by plane. I stayed there for five months with my uncle, and other friends. I was working with a friend of mine who has a money exchange place, like Western Union. But in Somalia there is no Western Union, so they take money from all the Europe, and they take it to Dubai, and then they send it to brunches in Somalia. A friend from Somalia, he lives in Norway, he has family there, he works, and he is in a good condition. He told me to stay and work with him. I would like to stay with him, but unfortunately the date in my document was nearly expiring. So I had to come to Portugal to renew it. When I came back to renew the document, it was the end of 2010.

Before I wento to Norway, I informed Segurança Social that I was going out of the country. They said: "*Não temos nada a ver*". I said: "I am going Norway to visit my family".

She said: “If you go to Norway, in Norway they are responsible for you. That is what they have informed us”. So they sent me money two months and I stopped receiving the next three months. Every december we have to go and renew our process in Segurança Social, to give our adress, to give our expenses, what is new, what has changed, everything. I did that when I came back in the end of 2010. But took seven months to renew my document in SEF. I only received it in September, last month, although I started to apply January 2011. The problem was that I cannot take cheque from Segurança Social without id. So the only solution I had was to sent it to my bank account and to take it out from my bank account, by cash withdrawal.

Later, I thought it was better for me to stay here and to study more. I applied for *curso profissional* at *escola de Alverca*, and they told me I had to bring my certification. I couldn't get the original of my certification, I was only able to get the copy and they told me that copy was not enough, and they said: “You have to go through this process, *novas oportunidades*, this is the only way”. So I applied to course RVCC, *novas oportunidades* because I cannot go to Alverca, I cannot do curso profissional, without *9º ano* or *12º ano*. Now I am doing RVCC at *Escola Secundária de Camarate*, Bairro de Angola. It is very far away. I go by bus and I spend almost one hour in the way.

So now I am here for doing this process of RVCC. I am hoping that I will find more opportunities to study. I also want to go to university if it is possible this year or the beginning of next year, to do the national exam. I want to try to find a job, also, I am on my way now. I went to *centro e emprego* last Tuesday to ask for a job. They told that they will call me. I have to keep doing this course, RVCC. They said: “If we find something new, we will call you, we will inform you”.

The things I am more focus in here is to study, but we can never know what will happen tomorrow. The situation can change here in Portugal. Maybe I can also change my mind. But the thing I am more interested is to study something because the time is running for me. I have to get a profession, I have to start something. I shouldn't have to sit and say: “I am refugee, I receive money from Segurança Social”. I want to be an autonomous person. For that reason, I have to start to know something about the system of education in Portugal, to search more about what I can study, what is the nearest way I can study, all about that. But I am very worried about the situation in Portugal, when concerning the crisis, social crisis, economic crisis, and it is also a political crisis. This is a global thing, but I am very worried about what will becomes of the issue of refugee. I thing that things won't be like they are now. We always get information from *assistente social* and Segurança Social telling us: “We don't have money, you know that portuguese people, they don't have money, they don't work. This will be very hard, so you, guys, you have to ‘*poupar dinheiro*’, you have to keep your money, don't have a lot of expenses”. The lady, she was telling us: “Even we don't know the next three months, if you are going to receive or not”. So we have to worry a lot about our life, about everything. And then, someone like me, still I have to help my family, I have to send money to my mother. I cannot

send them money regularly, but sometimes. Luckily my mother works in a small place, she can manage her salary.

What we have here is that life is so hard when it comes to finding a job, finding education, finding habilitation, and knowing more about your rights. We are still trying to work and to communicate inside the refugees, and to ask what is better for us, what can we do. And we try to have some associations like the association we have now here, the Association. We are waiting that maybe we can have a better future for ourselves and the rest of the refugees.

The problem is that in the portuguese society, the refugees, they are not well known because the portuguese, they only know something they call 'the immigrant'. There is a lot of immigration in this country, and there is big difference between immigrants and the refugee, because, as a refugee, my case is exceptional. I don't come here to find more rights, I don't come here to find a better life or a better job. I have Portugal as my second country, and I don't have to go somewhere else to find rights and a job. The reason I came here was that my country is not safe. This is my country where I believe I have to live. When it comes to immigrants, it is different. They are someone who only come to find a job or better life. That is what we have here.

But we hope that if we fight and if we struggle, one day, maybe, things will be much better. When it comes to portuguese society, I like it very much, because I believe that I haven't met anything like discrimination because of my religion or my colour or anything like that. The people are happy and the people are very friendly, and like to know more about your life, and they also like to help you. They also like to ask you: "How do you live as a refugee? How is life with you here in Portugal?". My teacher of language, she was telling me: "If you need me, you can ask me anything, you can come to my house". She gave me her number and she said: "I can support you".

And I have many friends also. I am very, very glad to be part of this society, and I am hoping that other refugees feel the same way I do. I'm expecting one day to reunite with my family. I'm waiting that one day my country will be safe and have security. One day I will go back to my country.

The Association

Our association, it has been created because of, as I see it, there are many difficulties that we are facing generally, the refugee community, because there is no full process of integration of the refugee here in Portugal. A person has to go out after 3 months in the camp, he has to find a house. He doesn't know the language, he cannot find a job, he doesn't have a good profession, he doesn't speak very well Portuguese... For all those reasons, we thought that it was important to have an association for the refugee and from the refugee. In that association, it is important to fulfill what is left of the integration process. We were trying to get help from CPR and it wasn't

easy. We were also trying to have recognition for the association, and it took us also time to make the constitution of the association, to build the infrastructure of the association and to make *acta*. It is also taking us a long time to get a space where we can work. It wasn't easy to understand each other between the members of the association, because we are different cultures, different countries, and we have different beliefs. But, at the same time, we must not forget that we have the common position and a common name which is 'refugee'.

The most difficult thing was the financial, because there was no financial support. We didn't have the training for what we are going to do, and it was hard to create something in the place where there was no one who would help us. Still we are suffering but we also learnt many things. We try to bring the refugees together, we try to make debates between refugees, we try to participate in activities, like the project *Loud Voices for Refugees*, we tried also to host the conference to talk about the rights of refugees. The latest activity was the course of ELENA in Lisboa. We expect that we should do more things to involve, to integrate the refugee in the society. This is our biggest goal.

And then, when I am talking about those people who work for the refugee, whether it is Segurança Social, or it is Santa Casa, or it is GAR, or it is CPR, or it is generally the *Ministério da Administração Interna*, I believe there is a gap we need to fulfill. I believe that those people who are working for the interest of refugee, most of them, they don't qualify well for what they are doing, and some of them, they don't even care about the situation of the refugee. The only thing we have up to now is that when a person receives his document, he has only the right to a small amount of social security and there is no more rights left. The international protection of refugees' law says that a person should have to guarantee social life, education life, health, family reunification, also to integrate into the society and to go to labour market, to get ability to work. So, generally, all that system, it disappears, and we can only find that if you want to live here, you receive a small amount from Social Security and some of the people, it takes almost three years for them to get reunite with their family. And some of them, they aren't lucky even to do so.

So I believe that the constitution of Portugal is very rich constitution and it is an open constitution, and the Portuguese society is a very open society and very liberal. And we don't have anything about social discrimination or anything about who we are. But the problem we are facing is about lack of information, is about confidence between the refugee and those companies who work for the refugee, the institutional workers. Whenever we go to a place to ask for more rights, they tell us that things will be improved. And then the things will be the same or worst. And that means that the refugee does not have more trust to wait and hope something from the institutional organizations or the *Ministério da Administração Interna*. So the only things we need is, us refugees, to involve and to work for the refugee and to build our life, when it becomes about studying, when it becomes about work, when it becomes about to

promote right for refugee. This is, I believe, the job that is waiting us. It is not only that we have to sit home and wait for Segurança Social to pay, or from CPR to take us into school, or from Santa Casa to give us jobs, it is not about that. What I believe now is about the refugee, they have to work for themselves and they have to improve their lives.

It is not easy because you cannot say that you will put the same idea in 50 person from 50 different countries. It will take its time, but we have to be patient and we have to give time, and we have to work carefully and hard. And I believe that in the final day, if we find an organized association, who can be representative for all the community of refugees here in Portugal, I believe that one day, the refugee can believe that they can work and they can do something for their future, to save those who are coming in the future time to Portugal. Inside the community of refugees, they are different, because they are different geographically, they are different ideologically, and they are different because of who they are. Because when we are talking about refugees who come from arab countries, it's hard to integrate into the society. When we are talking about the families and the children, those who are very ill, those who are very weak when it becomes to protect their rights, those people, they need special care and they need someone who work with them. They need someone who go with them everywhere they are going, a translator, someone, an assistant worker. So, in general we are missing all of that. We also need to get lawyers, those who protect the refugee's rights. We don't have a lawyer for each person here, but we will wait that one day we will see that things will be much better.

Relationships in Portugal

Since I came here in Portugal, my life has changed in some aspects. I miss my family, my people, my country. And the other side is that I have a peaceful country and many things that I didn't have in my country: I have health, I have a house, I study the language, and the life is going on and on. But being a refugee who arrived in this country, life isn't much easy for me when it comes to finding opportunities, when it comes to restart my education, when it comes to finding a job. To someone who doesn't know one word of the Portuguese language, who doesn't have any relative or family to help, everything is a little bit complicated. But thanks God these things may become much better and easier. Now I start to learn the language, start to enter the society slowly and one day, things can change.

When it becomes about the relationships here in Portugal, when I am talking about the Portuguese community, the relationship is small. I don't know why. I believe that, generally the refugee people are not well integrated into the society. There is no connection between us and the society. Because we are not in the labour market, we are not in the education system, we are nowhere in the system. So, if you see a man who only goes to the café and go back to his house, he doesn't have relationship with nobody else, only those who live together with him.

Another thing is that the Portuguese society, they don't know well about the refugee. If there is a number of people who are interested about studying the refugee, there should be more people who care about the refugee. There should be more people who research about the refugee in Portugal and find the rights of the refugee. But we don't have that much. We have a big centre here and then if you want to know something about refugee, you have to go to CPR, not to us, the refugees. Because the CPR, is the only organization that is recognized here, a big organization. So, about the portuguese communities, we don't have that much relationship with them. In RVCC, it is only a two hour class. They are portuguese people. I go there, I talk to them, they are my friends, they are my colleagues in the class, but when I go out of class every Friday afternoon, it is life.

Talking about inside the refugee community, I don't have that much connection when it becomes my society, Somali society. But I have some friends from Somali society that I talk to, I have coffee with them when I have time, I like to share ideas with them, because I always like to work or to go with someone that our ideas can be comparative, our ideas can be understandable. But I don't understand very well the Somali. It is not an obligation to say: "He is a Somali, you must understand him". There are some people who speak Somali language but then, I understand you⁸⁸ more than them. I don't understand nothing from them, but you don't speak Somali and I understand you. I am talking about all the guys, not only the old guys. You can find a young person who has old mentalities. So, for that reason I cannot communicate with them. They think that I am someone who wants to integrate with portuguese society, they see me like someone who is doing something that it is not cultural to do.

When it comes to other societies, I have well knowledge about arab societies, because I speak arabic. I spend most of my time helping them, because they are more patient, they are more softer, because most of them, they are families, they have children. Most of them are from Iraq. I also have connection with Eritrean community, I have some friends, they live in Santa Iria. And I have Ivory Coast community friends, like George, and Kpatwe is my best friend also, I like him. When it becomes the islamic community, in the mosque, I have some Indian muslim. They are originally from Moçambique, but they live here.

⁸⁸ De forma a facilitar a compreensão do texto, deixou-se ficar a 2 pessoa do singular, em que, na entrevista, Ali se dirige à investigadora.

Apêndice 3

História de vida de George

Nasci na Costa do Marfim, na cidade de Bouaké, no ano 1982. Bouaké é a segunda capital da Costa do Marfim, mas na altura em que eu nasci o país era muito bom, era um país onde se vivia feliz, comia-se e dormia-se bem. As crianças não deviam preocupar-se com trabalho. Havia pessoas que vivam pior que nós. Havia pessoas que vivam muito mal. Vivi com os meus pais, sempre. Morávamos num bairro que se chama Sokoura, até que o meu pai comprou uma casa num outro bairro que se chama Dar-es-Salam, e com uns dez anos, eu mudei-me para Dar-es-Salam. Era uma vida mais calma e mais privada, porque onde eu nasci era um bairro social onde havia muito barulho e havia. Dos 10 até aos 21 anos vivi nesta casa.

Tenho quatro irmãos e uma irmã. Mas cresci com duas primas em casa, que eram uns dez anos mais velhas que eu. Vivi sempre com elas. No primeiro dia em que abri os olhos, elas estavam lá, então são como minhas mães. Elas vivem connosco porque a mãe delas foi um dia visitar a minha mãe e no regresso, teve um acidente. Elas sobreviveram ao acidente, então a minha mãe levou-as para ficar com ela.

Comecei a ir à escola com 8 anos, porque com 7 anos o meu pai quis mandar-me estudar o Corão num outro país – na Gâmbia, penso eu - com um professor. Depois foi uma confrontação com a minha mãe. A minha mãe disse que não, que eu tinha que estudar numa escola ocidental onde todos os outros estudavam e não estudar na escola do Corão. O meu pai é um homem do Corão. Era mestre e professor de árabe numa escola voluntariamente, não era o trabalho dele. O trabalho dele, era ser mestre vidente [Marabout]. Acabei por não ir estudar o Corão, e inscreveram-me numa escola que se chama Paris-Bouaké. Fiz a primaria até que mudámos para o outro bairro e fui para outra escola, a escola primaria Dar-Es-Salam I. Depois, o 6º ano fiz num liceu que se chama Belleville, um liceu público. No 9º ano fui para uma escola técnica para fazer contabilidade e marketing, e lá passei o 12º ano. As escolas eram costamarinense, com professores costamarfinenses, apesar de se falar francês.

Depois do 12º ano, fui estudar economia para a universidade em Abidjan. Tinha 21 anos e fui viver para o campus. Havia muitos estudantes de outros países: Guiné-Bissau, Gâmbia, Mali, Burkina Faso... Lá podíamos ter uma vista mais aberta do que nas nossas cidades respectivas, onde temos só pessoas da Costa do Marfim e não temos pessoas de outros países. É muito difícil ver um estudante que vem de fora. Na universidade, o mais interessante para mim era que podia ver as pessoas de vários países, e os professores, a maioria, eram europeus: franceses ou alemães. Os professores de línguas eram alemães ou espanhóis. Na universidade, eu era presidente da associação de estudantes. Estava lá para organizar e para defender os direitos dos estudantes, para organizar diferentes festividades e seminários. Normalmente a licenciatura é 3 anos. Mas ao fim de 2 anos fomos de férias e nunca voltamos à universidade. Desde aquelas férias que eu não voltei.

A guerra

Em 2002, fui de férias para casa, e um dia à noite ouvimos muito barulho. Pensávamos que eram os bandidos e a policia. Mas compreendemos que este barulho era mais sério. Não era como pistolas. E ficamos em casa até de manhã. Quando abrimos a porta, vimos pessoas estranhas com carros, vestidos de militares, mas não a roupa de um militar costa-marfinense. Então perguntámos quem eram eles e disseram que eram do MPCI, o Movimento Patriótico da Costa do Marfim. Eles vinham para tirar o presidente Laurent Gbagbo do poder, porque as eleições tinham sido manipuladas para que Alassane Ouatara não fosse candidato. Falámos com eles e eles disseram que as pessoas que se quisessem juntar a eles, seriam bem-vindas. Nós dissemos que se eles queriam tirar Gbagbo Laurent do poder, não havia problema, e houve muitos que se juntaram a eles, mas o meu pai levou-me com os meus dois irmãos, a minha irmã, a minha sobrinha e uma prima para o Mali. O meu pai tinha medo que se eu ficasse, entrasse na rebelião. E ficamos no Mali até que a mulher do meu irmão mais velho ficou grávida e como eles não tinham nada, o meu pai deu-me dinheiro para voltar à Costa do Marfim, para poder tratar deles. E assim foi. E eu voltei à Costa do Marfim e mais tarde regressaram os outros. Em dois meses tudo tinha mudado. A estrada tinha barreiras, a cada 100 ou 200 metros havia uma barreira e tinha que se apresentar os documentos. Toda a gente estava armada. Os carros tinham coisas escritas, e havia carros que não tinham portas. Vi que os vizinhos não estavam, e estavam outras pessoas a morar na casa deles e a conduzir os carros deles. Estava tudo fechado. Não havia nada. Não havia banco, não havia escola, não havia nada. E então começou esta vida de stand-by. Começou a guerra, e durou até agora. É agora que vai começar a funcionar. Depois de quantos anos? Depois de 10 anos. Não se podia ficar e esperar que isto acabasse. Dez anos é muito.

Estavam lá os soldados da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental), das Nações Unidas e da Licorne. Usavam todos capacetes azuis. Vinham para intervenção, para cessação, para acalmar a guerra. Os rebeldes estavam de um lado, governo estava do outro, e estes soldados estavam no meio. Eles estavam nas duas partes, mas nós não podíamos ir ao lado do governo e o governo não podia vir ao nosso lado.

E a vida começou de novo. Começaram negociações em Paris, em Nova Iorque, em Londres, em Joanesburgo, Rabat, Trípoli... Fizeram todo o tipo de negociações para acabar a guerra, mas a população está lá ainda, à espera.

Os rebeldes estavam com o povo. São militares da Costa do Marfim que fugiram quando o primeiro golpe de estado aconteceu. Aqueles que os maltrataram, fugiram. Há um provérbio em Djoulá que diz que o se faz a um homem na ida, ele na volta faz duas vezes igual. Os rebeldes vieram regular estes assuntos. E nós, como vivemos em Costa do Marfim, vimos as eleições, o que se passou, o presidente Laurent Gabgbo, que queria ser obrigatoriamente presidente. E ele não sabia que o dia ia chegar. Moral de vie: não é assim que se faz. Mas é muito tarde.

Mas o mais estranho é que o soldado, esse soldado de intervenção, eu encontrava-os nas discotecas, em festas. Dormiam em hotéis e estavam com menina. Estavam a viver, não estavam em missão. Estavam a viver e a nossa vida estava parada. Mas eles estavam lá e por cada dia tinham um salário. E não estão a fazer nada. Nada! E as pessoas tinham a vida parada, não tinham dinheiro. A comida delas, tudo o que tinham, vinha das Nações Unidas, para lhes dar. Então eles tinham comida, tinham electricidade com um motor, construíram casas desmontáveis, e tudo. Os soldados comiam e dormiam, não faziam mais nada. Mas eram pagos pelas Nações Unidas, então não perdiam nada. Estavam de férias, e nós não trabalhávamos, não tínhamos dinheiro.

Antigamente, antes da guerra, era só preciso sair de sua casa para ter um euro. Se conseguisses andar, e sair de casa, podias ter um euro, sem trabalhar. Porque, a CEDEAO são 15 ou 17 países, e estes países têm uma moeda. E 40% da massa desta moeda estava em Costa do Marfim. Então a Costa do Marfim era uns país onde havia dinheiro em grande quantidade. E quando existe dinheiro em grande quantidade num país, não é difícil ter dinheiro. Para alguém que não tem trabalho, basta vender alguma coisa, fazer um pequeno trabalho, para ter o que precisa. O dinheiro circulava de mão em mão. Mas, depois da guerra, para ter um euro, era preciso trabalhar mais ou menos uma semana. Mesmo esse trabalho de uma semana, era difícil arranjar-lo. Um maço de tabaco de um euro passou a 10 euros num dia. Um litro de óleo para cozinhar, de um euro passou a 20 euros. Era uma confusão. As coisas estavam a subir e as pessoas não estavam a trabalhar. O banco onde o dinheiro estava, estava fechado. As pessoas tinham que apanhar um voo para Abidjan, fazer um cheque, levantar o dinheiro, e apanhar um voo de volta. Os bancos de Bouaké foram fechados. Os chefes da guerra quebraram as portas de todos os bancos e levaram todo o dinheiro dos pequenos bancos e do BCAO (Banque Centrale des Etats de l'Afrique de l'Ouest) também.

Então em 2004 houve um fórum de reconciliação nacional, e voltámos todos do Mali. Mas depois, Laurent Gbagbo mandou aviões para bombardearem Bouaké. Eu estava lá naquela altura quando chegaram os aviões. As pessoas perguntaram o que é que se passava, mas Laurent Gbagbo disse que os aviões não eram dele. Mas a verdade é que quando ele voltou para a Costa do Marfim, ele comprou três aviões russos 'Sukhoi 25'. E ele mandou esses sukhoi para a cidade Bouaké porque era a cidade onde os rebeldes estavam, para bombardear os sítios dos rebeldes. E foi neste bombardeamento que ele bombardeou uma escola francesa, onde os militares franceses dormiam, e matou 9 soldados franceses e um general ou um coronel. Claro que a França foi bombardear os aviões de Gbagbo. Mas este avião chegou no dia antes, e nós perguntamos se eles iam deixar este avião matar as pessoas. Eles responderam que não tinham nenhuma ordem para limpar este avião, que a ordem tinha que vir do chefe deles. Mas no segundo dia, quando morreram 9 franceses, eles viram que deviam fazer alguma coisa, senão estavam mal. Então bombardearam o aeroporto de Yamoussoukro, onde Gbagbo tinha 9

aeronaves e destruíram todas as 9. Os Jovens Patriotas (Jeunes Patriotes) de Abidjan não gostaram disto, e levantaram-se para ir reclamar na base francesa que está em Abidjan. Blé Goudé Charles era o chefe dos Jovens Patriotas. Blé Goudé está com Gbagbo. Então eles levantaram-se para ir perguntar aos franceses por que é que fizeram aquilo, e nesta pergunta aos franceses, os franceses mataram muitos deles. E a partir daí, lançou a guerra outra vez. Mas daquela vez já não era o governo e os rebeldes, mas os franceses também entraram nos problemas. E Gbagbo disse que a França queria entregar a Costa do Marfim aos rebeldes.

Mas entretanto, quando voltamos do Mali, tivemos um problema em Bouaké. O problema é que os militares identificavam pessoas que faziam parte da política costa-marfinense. E estas pessoas, muitas delas eram amigas do meu pai, porque iam vê-lo para fazer trabalhos para poderem ganhar as eleições. E depois havia muitos presentes, porque quando eles são deputados ou são presidentes da câmara, favorecem a pessoas que os ajudou. Então, a população considerava o meu pai como um deles. Pensavam que se eles eram amigos, então ele sabia o que é que eles estavam a fazer. E quando os rebeldes chegaram, estavam à procura destas pessoas, dos deputados. Foram à prefeitura da polícia para apanhar o *parfait*.

Eles vieram à nossa casa para ir buscar o meu pai. Nós perguntamos-lhes o que é que se passava, e eles disseram o meu pai sabia de algumas pessoas, que ele ia só responder onde é que estão essas pessoas, e acabou. E eles foram com o meu pai. Depois, procurámos o meu pai durante dois dias e quando os encontramos, eles disseram que ele estava num campo, que tínhamos que ir lá. Quando fomos lá, abriram uma porta, como numa morgue e disseram que ali estava o meu pai, que tinha sido morto. Mas não vimos a cara do meu pai. Naquela altura acreditei que era ele, mas depois pensei muito, e como é que vou acreditar numa coisa que não vi?

E nós, a única coisa que podemos fazer foi sair da cidade, e ir para Abidjan. Veio um amigo do meu pai de Abidjan, para nos levar de carro. Entramos no carro e fomos. Quando chegamos lá, ele deixou-nos numa casa dele. Então nós ficámos nesta casa e os vizinhos, em 3 dias de estadia, já sabiam que nós éramos de Bouaké. E todas as pessoas que são de Bouaké são consideradas como rebeldes. Então chamam os militares, o esquadrão da morte, como são chamados os militares que estão a trabalhar para Gbagbo. São eles que batem à porta e acabou.

A fuga

Estávamos naquela casa, os meus 3 irmãos, a minha irmã, a minha mãe e eu. E um dia, eu saí, e quando voltei a casa, de longe, vi as portas por onde entrava o carro abertas. A outra porta também estava aberta, e quando eu entrei na casa, vi alguns vidros partidos. Um vizinho disse-me que tinham passado lá e levado o meu irmão, e a minha mãe estava escondida em algum lado por ali. Então eu não entrei em casa. Não podia ficar naquela casa. Ir para uma outra casa era a mesma coisa, porque quando tu és novo num bairro, todas as pessoas sabem que tu és

novo. É só olhar para mim, e vão saber que não sou Bêtê nem Baulê, sou Djoulá. E ser um Djoulá naquela altura em Abidjan era perigoso. E ter um nome como o meu também.

Muitas pessoas pensavam que eu era Bêtê ou Baulê por causa dos três sinais de gato. Tenho estes sinais porque quando tinha 6 anos perdi-me. Um dia ‘fomos buscar perigo’, era um jogo que fazíamos. Fomos para um jardim privado buscar laranjas e mangas. O dono deste jardim tinha um cão, e correu atrás de nós. Eu fui ter a umas aldeias e não sabia como voltar para casa. À noite, uma senhora viu-me e perguntou-me o que é que eu estava ali a fazer. Eu não percebia a língua que ela falava. Ela levou-me para casa dela e eu fiquei lá mais ou menos 5 meses. E foi ela que me fez estes sinais com uma coisa que se mete no fogo. É uma coisa que a tribo deles faz. A estrada não estava longe da aldeia e as pessoas iam lá para vender aos autocarros que passam. A polícia passou lá para dizer que havia um rapaz perdido, e quando eu apareci, eles falaram comigo e souberam que eu não era dali, porque não percebia o que eles diziam. Levaram-me para a polícia de Bouaké e os meus pais foram buscar-me.

Mas voltando àquele dia, foi de lá que eu comecei o meu caminho. Saí da Costa do Marfim a 21 de Dezembro de 2005. Desde este dia não vi mais a minha família. Só passado um ano, encontrei um irmão. E desde aí só nos encontramos online. Depois de um ano e meio encontrei um outro irmão, e depois a minha mãe com a minha irmã. Eles não estão juntos, e não sei quando é que vamos voltar a estar juntos, mas está tudo bem. O meu irmão mais velho é engenheiro informático, ficou na rebelião na Costa do Marfim, para trabalhar com os rebeldes. Os mais pequenos, há um que está em Marrocos e agora quer voltar para a Costa do Marfim. Acabou o mestrado em Inglês e em Economia. O outro tem o 12º ano há dois anos, mas ainda não começou a universidade, porque quando ele e o meu pai se encontraram, o meu pai não estava a sentir-se bem, então ele ficou com o meu pai para cuidar dele. Há mais um que não gosta muito de estudar, gosta de jogar futebol, e quando falo com ele, acho que já não há lugar na cabeça dele para meter alguma coisa. Eu expliquei-lhes que estou aqui. Foi uma grande aventura, que eles nem imaginavam.

A aventura começou de Abidjan para o Gana, escondido num taxibus. Havia muitas pessoas que queriam fugir, mas o táxi era combinado em segredo. Ninguém sabia a que hora e onde, só as pessoas que iam viajar e o motorista. Custou 15 mil francos CFA, que é 25 ou 30 euros. O táxi vai com as pessoas, e quando chega à fronteira, as pessoas saem, passam na floresta, e depois voltam a entrar no táxi. Do Gana, tive que apanhar um outro transporte para o Benim. Em cada país passava dois, três dias. Eu não sabia bem para onde queria ir, mas ia para norte da Costa do Marfim, porque tenho um tio em Kai, que fica no norte do Mali. O meu pai não tem irmãos nem irmãs na Costa do Marfim. Todas as pessoas eram amigas, mas eu não estava à procura de amigos, estava à procura mesmo da família do meu pai. Fui do Gana para o

Benin, do Benin para o Togo, do Togo para o Benim, e do Benim para Burkina Faso. De Burkina Faso cheguei ao Mali, onde passei um ano e tal.

Não fiquei com o meu tio, porque consegui encontrar um espaço onde compreendiam o que eu digo e percebi que era um bocadinho parecido com a minha educação. Foi como se tivesse encontrado o meu tio. Eram Costa-marfinenses que fugiram de Costa do Marfim também para lá, e que estavam a trabalhar num centro de reparação de computadores e telemóveis. Então fiquei lá um ano a trabalhar com eles. Depois encontrei o meu irmão mais novo, e ele disse-me que queria voltar para a Costa do Marfim. Eu disse que era melhor ele ficar ali e ele disse-me que conhecia o irmão do meu pai, que eles tinham estado uma vez juntos em Bamako, e levou-me lá. O meu irmão ficou lá a viver com o nosso tio, e eu disse-lhe que, depois de um ano e tal no Mali, ia para Marrocos. Eu queria estudar, mas não queria estudar no Mali, porque os estudos do Mali para mim não são nada, não se podem comparar aos estudos da Costa do Marfim. Tinha que ir para um país onde houvesse estudos melhores, então por isto é que apanhei o caminho do norte. Eu tinha um amigo lá, da mesma sala de aula que eu. Ele estava a estudar numa escola francesa, e ele é que me disse, que se eu fosse para lá, havia bolsas para as pessoas que vinham da guerra. Eu fui e fiquei lá também.

Estava tudo bem, mas viver com os árabes é muito complicado. Eu disse ao meu amigo que há muitas pessoas que vão para a Europa por Marrocos e perguntei-lhe como é que eles vão. Ele disse-me que eles vão num barco, ou uma coisa assim. Eu perguntei-lhe se não seria melhor que Marrocos, e ele disse que tinha que acabar os cursos dele, antes de poder viajar porque o pai dele não iria aceitar. Mas eu decidi continuar, e foi assim que arranjei, com um rapaz, um barco para poder passar para Espanha. Tinha passado um ano e meio ou dois anos desde que tinha saído da Costa do Marfim.

Como trabalhei no Mali, tinha algum dinheiro para poder pagar. Eles deram-me a hora e disseram onde é que devia estar dentro do barco, com camisola de trabalhador, como se trabalhasse naquele barco. Era um barco de transporte de mercadorias frágeis. Eu ia lá dentro, mas escondido num espaço onde não entrava ninguém, que era o quarto de um deles. Eu não podia sair de lá, de Marrocos até Espanha, mas a viagem foi muito rápida, eu nem percebi. Quando me disseram que já estávamos em Espanha, eu perguntei: «Como é que a Europa é tão perto de África e as pessoas não podem passar a pé?». Então, em Espanha, quando saímos, eles disseram que ali era Espanha e que tínhamos que ir embora. Antes de chegarmos à costa, veio um barco pequeno onde nós entramos. Havia mais 3 rapazes do Senegal e 2 outros que não sei de onde eram. Este barco chegou connosco a uma aldeia, onde ficámos com um senhor, trabalhando para ele a dar de comer a muitas cabras. Foi por causa dos 3 rapazes do Senegal que eu vim aqui para Lisboa, porque quando saímos em Espanha, eles perguntaram tudo: de onde eu era e para onde ia... Eu respondi que não sabia. Eles perguntaram onde estava a minha família e eu disse que não tinha família na Europa, mas queria ir para França porque falo francês. Eles disseram-me que se eu fosse para França, iria ter muitos problemas. Em Espanha também,

porque há muita polícia. Eles iam para Portugal porque a família deles estava em Portugal, então viemos juntos. Houve alguém que os foi buscar, já com bilhetes de autocarro para eles, e a mesma pessoa foi comprar o meu bilhete também. Ele disse-me que eu não podia comprar, porque eu não tinha documento, então eu dei-lhe o dinheiro.

Chegada a Portugal e pedido de asilo

Cheguei aqui a Lisboa, não me lembro exactamente onde é que saímos. Não consigo saber hoje se era Oriente ou se era Sete Rios, mas sei que era uma estação destas. Os rapazes do Senegal disseram para eu ir para o Porto com eles, para a família deles. Eu disse-lhes que o meu pai disse que para todo o lado que vou, devo ficar na capital, porque é na capital que há o bom e na capital que há o mau também. Não se vai ficar noutra sítio, senão pode-se desaparecer facilmente, e na capital tem-se sempre a sorte de encontrar alguém, então eu fiquei em Lisboa. Entrei no metro e perguntei a uma pessoa: «Onde é que ficam os africanos?». Eu tinha visto algumas pessoas africanas, mas não paradas. Disseram-me que era no Rossio que os africanos paravam. Explicaram-me como é que eu ia para lá de metro e quando saí da estação do Rossio, vi-os. Disse-lhes que procurava trabalho e disseram-me para ir para o Campo Grande, que no Campo Grande iam pessoas para buscar trabalhadores. No primeiro dia, dormi no Campo Grande, lá fora, na saída para apanhar os autocarros. Fiquei lá, dormi lá, e não apareceu ninguém para buscar trabalhadores. No dia a seguir, um rapaz de Angola pediu-me lume, perguntou-me de onde é que eu era e perguntou-me o que é que eu estava a fazer ali. Então convidou-me para dormir na casa dele. No início eu estava com medo, não o conhecia, ele era angolano, e as notícias que nós temos de Angola é só guerra, não é nada de bom. Expliquei-lhe que a Costa do Marfim está em guerra, e por isto é que eu estava aqui. Ele perguntou-me por que é que eu não ia pedir asilo político e foi aí que eu consegui compreender, com a explicação dele, que tinha o direito de pedir asilo. Ele sabia disto, porque ele pediu asilo em Portugal e é refugiado há 16 anos. Eu perguntei-lhe onde é que se pedia asilo e ele disse que tinha que ir à polícia. Eu disse-lhe que na minha situação actual não podia encontrar-me com a polícia, mas ele disse que tinha mesmo que ser. «Tu vais, tu dizes que és da Costa do Marfim e queres pedir asilo. Explicas o teu problema e eles vão-te apoiar. Normal.». E foi daí que no dia seguinte fui directamente ao para o SEF e falei com a inspectora C.. Disse: «Eu chamo-me George, quero pedir asilo». Eles perguntaram-me de onde é que eu vinha e eu expliquei de onde vim. Perguntaram se era verdade, e eu disse: «Estou a explicar o meu problemas e estão a perguntar-me se é verdade? Não vou fazer todo este caminho para vir aqui mentir. O que é que vou ganhar nesta mentira?». Porque eu não sabia que quando se pede asilo, te dão documentos. Não sabia o que é que era. De toda a maneira, ouvia dizer refugiados. Eu pensava que são pessoas que, quando há uma guerra, elas fogem e dão casa, comida, e elas ficam lá até a guerra acabar. Mas não sabia que era um direito internacional. Para mim era um apoio que as pessoas davam a

peessoas que estão em guerra. Como nós também, em Costa do Marfim, demos às pessoas de Libéria, da Serra Leoa.

Passagem pelo Centro de acolhimento

Depois eles perguntaram-me se eu tenho uma casa, e eu disse que não, que tinha dormido no dia anterior na casa de alguém, mas esta não era a minha casa. Disseram-me que havia um centro onde eu ia ficar enquanto investigavam o meu caso. Foi a inspectora C. que me explicou isto. Ela fez-me uma fotografia, tirou as minhas impressões digitais e fui para o CPR. Deram-me um bilhete de autocarro e apanhei o autocarro até lá.

Três dias ou quatro dias mais tarde, ligaram-me para fazer a entrevista com tradutor da Costa do Marfim que é da mesma etnia que eu. Mas ele não tinha grande conhecimento da Costa do Marfim actual. Até esta altura não encontrei ninguém da Costa do Marfim. Depois de um ou dois meses é que encontrei A., A., A. D., S.... Senão, eu não conhecia ninguém aqui. Eles chegaram em 2006.

Vivi quatro meses no CPR. Entrei em Agosto e saí em Janeiro. Quando entrei no centro, era o único da Costa do Marfim. No meu quarto estavam pessoas da Colômbia, do Kosovo e de um país da África de leste, penso que do Rwanda. Passei um tempo em que não percebia o que é que estava acontecer porque via muitas pessoas de diferentes países, com diferentes problemas, diferentes estilos, diferentes línguas. Era bom para mim estar num espaço assim, era uma experiência, mas a ocasião não era a melhor. E para mim, que já vivi numa universidade, era muito normal viver com diferentes pessoas, mas há muitas pessoas que não aceitavam isto, era difícil para eles. Mas no internato na universidade, não era assim. Não era «vai dormir!» ou «levanta-te!», «cozinha!»... Não funcionava assim. Estava com pessoas muito estranhas, que não falavam a mesma língua. A maneira como o centro está organizado, eles estão a fazer um trabalho que é muito difícil, porque é difícil meter juntas pessoas que vêm de diferentes países, que tem diferentes experiências, pessoas que são mais nervosas ou pacíficas, pessoas que são higiénicas e pessoas que não são. Então havia ali uma grande confusão. Mas, com tudo isto, acima de tudo, tens que saber que estás ali por um tempo com todas estas pessoas que não têm obrigatoriamente os mesmos problemas, mas vocês são chamados do mesmo nome neste país: refugiados. Só refugiados. Então neste país, vocês são parecidos. Duas coisas que se chamam da mesma maneira, significa que elas têm uma coisa em comum. Podes ser do Irão ou de África, mas és refugiado, és vítima de qualquer coisa, e estas coisas são as mesmas: ou é política, ou é religião, ou é cultura, ou uma coisa assim.

Passei o tempo lá a fazer aulas de português e a treinar no campo do CPR. Era tudo o que podia fazer. Depois é que comecei a ir fazer aulas de português fora, e a fazer curso de informática. Comecei um curso de técnico administrativo, mas não percebia nada do português que eles falavam, por isso parei o curso. Era em Santa Apolónia, numa escola secundária e foi o CPR que me indicou este curso. Disseram-me que havia um curso de técnico administrativo e

eu, a A. e R., um rapaz da Colômbia, fomos. Mas eles não disseram que iam pagar o curso. Só que um dia, a doutora D. disse-me: «Nós pagámos um curso para ti e tu não quiseste ir». Eu disse para ela: «Como é que se vai a um curso onde não se compreende a língua que eles estão a falar? Isto não é curso. Isto é só dizer que vou sentar na sala para olhar.» Mas havia disciplinas como organização dos documentos, e vi que a contabilidade que eu fiz era muito diferente da contabilidade portuguesa ou europeia, porque os números das contas mudavam. Eles têm uma outra maneira de fazer as referências das contas, em contabilidade. E eu estudei na contabilidade SISCOA, Sistema Contabilístico de África do Oeste, então era muito diferente. Eu pensava que contabilidade é contabilidade, mas depois dei-me conta de que o sistema que eu aprendi era para África do Oeste, não era para o mundo.

Depois de 3 meses no centro, disseram-me que tinha que procurar um quarto e que tinha que ir à Santa Casa para falar com A. S. E fui falar com ela, mas na Santa Casa fiquei muito confuso, porque as pessoas que encontrei em Santa Casa não eram pessoas normais. Eram toxicodependentes, eram pessoas com doenças, pessoas da rua, etc. E eu pensei que talvez nós também fôssemos pessoas que dormem na rua. Portanto, comecei a ver que isto já não é um direito como está escrito, um direito à vida e ao apoio social, mas é ter um apoio da Misericórdia. Isto, psicologicamente, faz uma pessoa sentir que está a passar a ser um mendigo, ou uma coisa assim. Deram-me uma residência de 4 meses que devia renovar cada mês. E cada mês que renovava, devia ir falar com A. S. para dizer à Santa Casa para pagar o dinheiro. A Santa casa pagava o dinheiro só no dia 8. Então do fim do mês até dia 8 não podia ir para a escola porque não tinha pago o passe, não tinha pago a casa, e etc. Então cada mês passava oito dias sem ir para a escola. Quando saí do centro disseram-me para ir procurar um quarto. Como é que ia procurar um quarto? Não conhecia ninguém. Disseram para eu perguntar e encontrar um quarto e iriam pagar 200 euros para o meu quarto.

Depois de sair do centro

Depois de sair do centro, morei em Bobadela num quarto. Sempre vivi em quartos. Comecei a fazer aulas de português e de informática na associação CAIS no Cais do Sodré. Foi a doutora S. do GIP (Gabinete de Inserção Profissional do CPR) que me indicou a CAIS, porque no centro, eles dão o básico de português. Depois há 2º nível, 3º nível, mas quando saímos do centro estamos numa sociedade estranha que não conhecemos, e devemos integrar a sociedade, mas não há indicações. Na realidade, as aulas de português são eficazes, porque a professora é super, mas a procura de emprego não.

Em Agosto de 2008 ligaram para me dar o título de residência definitivo. Mas vi que este definitivo tinha sido assinado pelo ministro há 3 ou 4 meses. Deram-me o título e disseram para ir à Segurança Social para falar com a doutora M.M. ou T. P. Fui falar com ela e começou a apoiar-me, mas este apoio não vinha durante 3 meses, depois vinha, depois não vinha 3 meses...

Então, as coisas que se está a fazer durante este tempo não se conseguem cumprir. Porquê? Porque não me posso deslocar sem passe para ir lá. Vou à Segurança Social e dizem para aguardar. Tu vais ter um programa, vais prever uma coisa, mas depois não podes, porque estás a depender da Segurança Social. Estás concentrado neste programa, mas depois sem dinheiro não podes fazer. Tens que esperar, e neste esperar cada mês, um mês, dois meses, não queres fazer isto. Tens que fazer outra coisa. É a partir daí que a integração começa a falhar.

Emprego

Comecei a trabalhar num café, num bar, ou a ir fazer uma obra de 5, 6 dias. Alguém me dizia que havia um trabalho para fazer, de uma semana e pagavam assim, e eu ia fazer. Tive um amigo cubano que tinha um bar no Bairro Alto, que gostou de mim e me convidou para trabalhar lá. Isto durante o verão, dá, mas quando não é o verão, ele não consegue dinheiro para pagar, porque ele pagava ao dia, 25 euros por dia.

Depois consegui um trabalho no aeroporto de Lisboa. O trabalho no aeroporto era um trabalho complicado. Era muito fácil se as pessoas trabalhassem, porque eramos 6 pessoas para atender as pessoas que alugaram carros no país deles, e quando saem no aeroporto, a primeira coisa que fazem é ir buscar o seu carro para ir descansar. Mas eramos 6 a receber 100, 150, 200 ou 250 pessoas por dias, e estas pessoas, quando saem do vôo, estão numa fila com 100 pessoas. Quando eles confirmam o contrato destas pessoas, mandam estas pessoas para nós, para entregar o carro à pessoa, mas às vezes não há carro para dar a esta pessoa que já pagou. Como é que tu vais lidar com este tipo de coisa? E somos 6 para fazer este trabalho com este mundo. Mas os outros, como eu sou novo, iam para dentro do aeroporto para ir beber café, para fumar... E os clientes eram gente que vinha de países do primeiro mundo, quando pagam por alguma coisa, não se pode dar outro. Então perguntavam pelo carro deles, e nós dizíamos que estávamos a preparar o carro, a fazer as últimas limpezas, a meter óleo ou gasolina ou a trocar um pneu que não estava muito bom para a segurança deles. Tinha que se inventar sempre uma coisa para fazer cliente pensar que era para segurança dele que o carro estava atrasado. Eles não queriam saber de nada, porque para eles, não se pode levar o dinheiro de alguém e não dar as coisas, e no tempo. Eles perguntavam como é que era possível viver aqui. Mas mesmo com tudo isto, alguém ía ao site reservar um Volkswagen Golf 5 e depois davam-lhe um Ibiza comercial. Eles não queriam e devolviam. Um reservou um carro de 300 euros e 300 euros tem que ser um Mercedes. Havia sempre um problema assim: ou o carro era velho, ou com fumo de cigarro. Mas eu estava sozinho a trabalhar, e depois vinham a queixar-se que eu não estava a trabalhar. Mas eles passam todo o tempo a fumar e eu é que trabalhava. E fiz isto durante 4 meses. Eu tinha contrato, mas o meu contrato não era eu para fazer tudo isto. E depois, um dia, o homem que trabalhava no escritório escreveu uma falsa matrícula. A matrícula que ele escreveu não era a minha, mas eu estava quando disseram que um carro tinha desaparecido. Um segundo carro desapareceu, e um terceiro carro desapareceu. Então, tudo isto está na polícia, que há 3 carros

que desapareceram. E quem vai ter problema são os donos, as pessoas que fizeram o contrato. Então as pessoas vinham fazer as suas férias e iam embora para França ou para a Alemanha, mas um dia recebem uma mensagem que o carro que alugaram não foi devolvido, porque no escritório mudaram o número da matrícula. O carro é 09-DB-01, mas eles escrevem 09-DB-02, portanto, a pessoa devolvia o carro, mas a matrícula não existia. O carro que existia já tinha entrado, mas aquele que está no computador não existe. Para eles era um esquema para mostrar que eu não sabia trabalhar. Quando és novo num sitio assim, tentas aprender, mas às vezes compreendes que não estão a te ensinar, estão a fazer tudo para tu ires embora. Eu fiquei doente durante um mês e liguei para dizer que não me sentia bem e não podia trabalhar. Disseram para não ir, mas para levar declaração do médico quando voltasse. Quando voltei, trouxe a declaração do medico, de 36 dias. Eles disseram que aquela declaração não dava. Tinha que ir ao hospital para me darem a entrada e a saída da estadia no hospital. Eu disse para ele que não tinha estado no hospital, que não tinha dito que estava no hospital. Eu estava doente e o medico deu-me descanso, eu não tinha sido internado. Mas ele disse que o chefe é que tinha dito que era assim. Fui ao Campo Grande falar com o chefe e disseram que me tinham madado duas cartas e como eu não tinha respondido, acabou. Eu disse que não havia problema, mas deviam pagar-me aquele mês. Disseram que eu não ia receber nada naquele mês, e no final, eles nunca fizeram um desconto para a Segurança Social. Portanto cortaram-me este dinheiro da minha conta, mas na Segurança Social não me pagaram nada. Disseram que o contracto acabou, eu fui entregar a farda e o crachá deles, e assinei o papel, levei-o e fui embora. Mas agora a Segurança Social diz-me que eles nunca pagaram nada. E estou muito surpreendido por isto, é uma coisa que não vou deixar passar. Por enquanto não tenho tempo para tratar deste assunto, mas mesmo que seja daqui a 10 anos, vou tratar disto, vão-me pagar. E é uma empresa, eles têm muito dinheiro. Eles não podem dizer que não tenho contracto com eles. Eles têm isto no sistema. A A. ligou-me para dizer-me que eu estava a trabalhar, que ela já tinha falado com a minha empresa. A doutora A. disse-me: «George, vou cortar o seu dinheiro porque eu falei com a sua empresa, e a empresa disse-me qual é o seu salário.» Então, no dia em que houver problema, é a A. que vou apanhar primeiro. Não sei como é que ela conseguiu falar com a minha empresa, não sei. Então, vou dizer: «Avelina, agora eu quero mandar esta empresa para o tribunal, porque eles levaram-me 60 ou 70 euros por mês do meu salário durante 5 meses e não pagaram à Segurança Social. E isto foi há mais de quantos anos? E hoje eu quero recuperar isto.» A ver se a justiça vai chegar nalgum lado, porque já acompanhei A. na justiça e eu vi o que se passa lá. O procurador pediu para fazer um acordo, disse que era melhor aceitar 1000 euros. Isto são coisas que não deve ser. Uma injustiça como isto: alguém trabalha para para uma pessoa e essa pessoa manda esta pessoa embora como quiser. E depois o procurador tenta arranjar a situação. O procurador não está lá para arranjar a situação. O procurador está lá para que as coisas sejam como devem ser.

Quando trabalhava no aeroporto, estava a morar em Lisboa, na Alameda, para estar perto do aeroporto. Quando voltei à Segurana Social para falar com A., ela disse-me que ia continuar a pagar-me, para ir procurar outro trabalho e fazer o RVCC. Naquela altura, fiz o 9º ano. Devia fazer o 12º, mas vi que não estava na condição de poder estudar, porque naquela altura tive como que uma depressão, depois do trabalho.

Depois do trabalho era uma confusão, foi um momento muito difícil para mim.

Planos para o futuro

Queria fazer Direitos Humanos na universidade, mas não houve ninguém que me encorajasse para fazer isto. Disseram-me que é muito difícil. Alguém que consegue abrir a barriga de alguém para tirar o coração dele e meter outro coração, isto é difícil. Mas Direito não é difícil. E tenho um básico, direito económico do oeste africano. E o inglês económico. Tudo o que fiz foi mais ou menos económico. O espanhol que aprendi era mais do sistema bancário, do sistema contabilista, como fazer um contracto espanhol, como fazer uma publicidade, como fazer uma proposta de parceria com uma empresa, estas coisas. Não era palavras de vida de todos os dias.

Quero deixar a Economia e Marketing e ir para Direito porque a Economia e Marketing, sinceramente, há muitos enganar. É um trabalho que consistem em enganar as pessoas. Então estudar é isto? É aprender a enganar as pessoas? Porque eu não tenho esta formação em casa. O meu pai disse que tenho que dizer sempre a verdade, tenho que fazer todas as coisas certas. E depois na escola, eu vi que estudar é aprender a enganar as pessoas, e ter um salário por mês. Eu pensei que aquilo não era normal e o meu pai disse que não era normal, mas era o que toda a gente estava a fazer, então eu tinha que fazer também. Então tive como que um problema de consolidação, de educação. O meu próprio pai diz-me para fazer isto. Agora o que é que eu vou fazer? Vou deixar isto completamente, mas quando deixo, é completamente, na totalidade, porque eu não apanho uma parte e deixo uma parte, eu deixo tudo, e vou basear nisto. Mas quando vou basear-me nisto, mesmo com o meu pai, vou fazer igual, como me ensinaram a fazer. Quando vou estar em negociação com o meu pai, vou sempre ver o meu perfil. Quando vou estar a vender alguma coisa ao meu pai, vou sempre querer tirar todo o dinheiro dele do bolso dele, porque é isto que é o Marketing. Então o meu pai disse que tenho que fazer a diferença entre os estudos e a educação. Mas que são os estudos se não são a educação? Porque para mim, educação são os estudos. O meu pai disse-me que os estudos é o que se aprende para ter dinheiro para sobreviver na sociedade de hoje. Eu perguntei-lhe que então se o estudo de alguém é igual a fazer mal a outra pessoa, o que é que se faz? Um soldado quando vai matar, ele sabe que ele vai matar, o trabalho dele é isto. Mas é o trabalho dele, e ele recebe o dinheiro por ir matar alguém num outro país. Então o que é que ele tem que fazer? Mas dizem que quando se mata alguém, vai-se para o inferno. Tenho tios que são militares e os meus tios já mataram muitas pessoas, fizeram guerra daqui, guerra dali... Então já não dá para perceber. E hoje tenho

uma percepção pessoal, sei como posso limitar a conversa com o meu pai, sei como posso limitar a conversa com um desconhecido, como devo limitar a conversa com uma pessoa que conheço, ou com uma pessoa que não conheço. E vi que a falta, afinal, não é de ninguém. Cada um percebe o que sabe. Quando não sabe, não pode perceber.

Democracia e desenvolvimento em África

Mas queria fazer uma coisa, que conseguisse apoiar as outras pessoas. Eu sou africano e nós entramos numa coisa que não sabemos, que nunca vamos saber. Não entramos, trouxeram-nos para um sistema que é incompatível com a nossa pessoa, com a nossa mentalidade, e este sistema deve ser implantado no nosso espaço de vida. Esse sistema é a democracia. É a pior das coisas que querem meter em África, porque não faz parte do nosso hábito. A nossa cultura, a nossa origem não é democracia, é fazer aquilo que os pais dizem e acabou. Os mais velhos dizem, e tu fazes. Calas-te! Não há que mudar o meu pensamento ou mudar o que se passa. Não há! Esta é a origem destas pessoas. E uma pessoa nunca foge à sua origem, nunca! Pode ir morar na Casa Branca, pode ir morar no Castelo de Inglaterra, mas vai saber que aquilo não é seu, não dá. Então é igual para África. Eles ainda não perceberam o que é a democracia. E depois de quantos anos?

Ainda nem sabem o que é que é a política. Eles falam de política, mas não sabem o que é uma política. Porque ninguém faz uma política que é má para si, mas o africano faz política que é má para ele. Os dirigentes africanos são políticos, mas eles fazem uma política que é má para a casa deles. É por isto que eles não perceberam o que é política, então negociam contra eles mesmos com os europeus. Mas eles esquecem algo: é que quando tu vendes a tua casa a alguém, quando tu fazes mal ao teu povo para uma outra pessoa, esta pessoa nunca vai ter respeito por ti. Nunca. Esta pessoa vai rir contigo, vai fazer tudo, mas nunca te vai respeitar. E tu nunca serás amigo desta pessoa, porque esta pessoa vai olhar-te como um perigo. Se tu consegues fazer isto ao teu povo, então tu consegues matá-lo a ele. Para mim alguém que vende o seu povo, é capaz de me matar a mim. Significa que não tem nenhuma consciência. É assim que eu vejo os africanos.

E falando de desenvolvimento de África, também, queremos desenvolver-nos, mas não precisamos de desenvolvimento como aqui. Não precisamos de um desenvolvimento que, no final, vamos sentar para pensar: «como é que vamos fazer agora?» Isto é perigoso. «Ah, não se pode consumir muita água, não se pode consumir muita luz.» Isto é muito complicado para África, e vai ser uma confusão. Imagino que se estivermos neste nível é uma grande confusão. Ao nível dos grandes prédios, da electricidade, elevadores, estas coisas... Em Abidjan há prédios, mas os outros estão no chão, não é preciso subir até ao 10º andar para dormir. E há espaços desenvolvidos. Abidjan é uma cidade 5 estrelas, mas queremos que seja só Abidjan, que todo o país não se transforme, que fique mais natural, mais original. Mas África quer ser como a

Europa sem saber como é que a Europa chegou a ser assim. Porque eles não sabem, eles pensam que a Europa saiu de debaixo da terra, como uma árvore. Eles nem estão no caminho de ser assim, mas querem ser assim. É isto que não dá. Podemos ter a saúde, podemos ter de comer, dormir e estudar. Estas são as três coisas que nos interessam: saúde, educação, combater a fome e casa para dormir. Acabou. Não grandes coisas, mas o normal. E grandes coisas para quê? Para destruir depois? Porque em África é assim, o espaço não está feito para isso. Este espaço pertence a um povo, e este povo tem uma cultura, tem uma tradição, tem comportamentos que são deles, originais. Agora quando vem uma doutrina importada, uma doutrina que entra neste povo, e querem pintar este povo completamente com isto, é uma pintura que não dura. É uma pintura momentânea, depois vai sair. Pode-se mudar de pele, pode-se mudar de olhos, pode-se fazer uma cirurgia estética, mas não se pode mudar o cérebro de alguém. É lá que está o problema, não se pode mudar o genético que eles têm. Então eles vão aceitar até à universidade, vão estudar. Quando acabam a universidade, vão sentar e vão repensar, consolidar o que aprenderam, e vão concluir que não, outra vez. Depois de quantos anos? Depois de 20 anos de estudo. Os presidentes africanos que foram julgados, mesmo Laurent Gbagbo que foi julgado para ir para a prisão, o presidente de Rwanda, os outros, não eram analfabetos. São pessoas com instrução, não vêm da rua. Mas como é que acabaram assim? Como se pode estudar, envelhecer na experiência de fazer a paz, de desenvolver, e acabar por ser um assassino? Significa que nós todos vamos acabar assim? É uma pergunta. Nós que queremos estudar, é muito bom estudar, mas se é estudar para meter um fato com uma gravata e depois ir matar as pessoas e ser apanhado e julgado... Laurent Gbagbo não matou nenhum holandês, mas é na Holanda que ele vai ser julgado. Quando chega este momento, o mundo é um, mas quando chega os momentos de apoiar ou ajudar as pessoas que estão lá naquele espaço, o mundo não é um, a decisão é outra.

Então eu acho que a democracia tem que ser feita em África, mas deve meter na primeira posição a nossa cultura e em segundo plano a democracia. Porque o espaço é nosso. Em África, a democracia está nos escritórios, não sai à rua. Mesmo os deputados, deixam a democracia no escritório. Na rua não há democracia. É preciso mil, dois mil anos para haver democracia lá, para um menino de 16 anos poder dizer a verdade à frente do seu pai, olhando nos olhos dele. Isto não vai acontecer agora. Em 150 anos não conseguimos perceber o que é política, o que é desenvolvimento, o que é repúblicas democráticas, o que é que é o respeito pelos direitos humanos, o que significa que nunca vamos perceber. E o mundo está a basear-se nisto, e não apoiam as pessoas que estão a orrer de fome. Estão a falar de desenvolver, desenvolver. É para construir 20 anos e fazer 20 anos de guerra, construir 20 anos e fazer 20 anos de guerra. Quem vive nisto? Isto não é progredir, isto é como no ginásio em cima daquela coisa em que a gente corre. Uma pessoa está a correr 20 km, mas não se está a mover. Então é melhor haver uma estratégia, convencer os povos perguntando o que é que as pessoas pensam, que tipo de regime pensam que pode organizar a sociedade delas. A isto vão dizer “na nossa tradição o chefe desta

aldeia é o chefe desta aldeia, é este o chefes dos chefes”, porque era uma sociedade organizada, antigamente, antes da invasão europeia. Tínhamos rei, tínhamos generais, as classes sociais estavam divididas em soldados, em quem faz as armas... Então era uma sociedade organizada, realmente. Mas na verdade, esta organização não era aquela que os europeus queriam. Agora temos que organizar-nos da maneira que a Europa está, mas não somos europeus, é isto que todo o mundo esquece. Todo o mundo pensa que somos todos humanos. Tudo bem, mas eu não vou buscar a minha cultura africana para vir meter-la aqui. Não posso, não pode ser, porque vocês nasceram aqui, cresceram aqui. Vocês têm um sistema de vida, vocês não estão habituados a isso. Mesmo se vocês queiram, mesmo que vocês se impressionam, não é vosso, não posso. Eu penso igual para África. Não se pode, não se deve obrigar alguém a comportar-se de uma maneira que não é dele. Vejamos em que é que os africanos foram bons no mundo, geralmente falando. Nenhuma delas é a ciência, nenhuma delas é a política. Ou são jogos, ou é musica ou entretenimento. Não é uma coisa muito complicada. Mas se querem trazer os africanos num sistema assim, vai ser difícil.

Africanidade

Quem é africano e sempre africano são pessoas da África do Sul, Moçambique, Zâmbia, dos Zulu. São mais puros que nós. Nós já não somos puros. Somos uma mistura dos franceses, a mentalidade mudou, mas nós sabemos que mudámos. Porque o africanismo não está no corpo, o africanismo está no comportamento, está na textura física e mental da pessoa. E nós já não somos africanos, e sabemos. Há pessoas que sabem isto, mas não aceitam, porque para mim um europeu não é um branco. Um europeu é um comportamento. Então quando tens este comportamento, tu és europeu. No Mali, as pessoas vão trabalhar com seu *boubou*, falam bambara no escritório e tudo. A presença da cultura africana está no Mali, mas na Costa do marfim já não está. Fala-se só em casa, não se pode entrar num escritório e falar uma noutra língua. Tem que se falar francês, e desde que a língua está a dominar a vida das pessoas, significa que o moral também está no mesmo nível. Legalmente não somos franceses, mas culturalmente, psicologicamente somos. É por isto que digo que a colonização esteve e sempre estará lá. É uma coisa que não se pode dizer “estou independente”... Não podemos voltar e dizer: «Vamos tirar o francês do nosso programa, vamos estudar as línguas africanas, vamos estudar a ciência africana, as ciências naturais que acreditamos, o espírito dos avós...» Não. Até nós, já não acreditamos em muitas coisas que antigamente dizíamos que sim. Agora já dizemos que é uma brincadeira, que o mundo está a evoluir. Então significa que a nossa mentalidade já foi. E quando ficamos aqui 5, 6 anos, vamos ver que aqui não é a nossa casa. Mas a nossa casa está ocupada também pela Europa.

RefugiActo⁸⁹

Em 2008 ou 2009, fui convidado pela professora de português do CPR para o grupo de teatro, para fazer um papel em espanhol, que um senhor cubano escreveu. Fui fazer este papel, e daí entrei no grupo. Com a experiência no grupo de teatro consegui perceber um bocadinho as pessoas que vivem no CPR, o seu comportamento e aquilo em que elas acreditam, o que elas não acreditam, o que é normal para elas, o que não é normal para elas. São indivíduos como eu e têm uma maneira de ver a vida. Não vou dizer que esta não é a maneira correcta, mas também tenho a minha maneira de ver a vida.

Era o único africano no grupo. Eles não esperavam as capacidades que tive para poder fazer aquilo. Acho que eles nunca tinham visto um africano fazer um teatro. Os que faziam parte eram da Albânia, Rússia, Portugal, Irão, Afeganistão, Colômbia, Bielorrússia, Birmânia, Índia, etc. Não havia nenhum africano, não sei porquê, exactamente. Acho que eles não gostam daquilo, ou pode ser que eles tenham um complexo, porque há menos pessoas emancipadas. Emancipadas no sentido em que não é todas as pessoas que conseguem concentrar-se quando há 200, 300 pessoas que estão a olhar para ela. Falar com uma pessoa é uma coisa, mas falar com mil pessoas é complicado. A atenção destas pessoas é uma energia que eles largam quando estão a ouvir-te. Cada pessoa tem uma energia em cima de ti, cada pessoa está a olhar para ti em tem uma energia, e há mil pessoas que estão a ouvir-te, e isto é um bocadinho complicado para os africanos que não estão habituados a lidar com o público, quer dizer, é fácil perder o controlo, ou perder a atenção ou uma coisa assim.

JAE

Um dia, foi ao teatro um rapaz de Almada que se chama L. e é presidente do JAE. Ele convidou-me a mim e a A. T. de Guiné Conacri para uma formação do Conselho da Europa. Não sei porquê, exactamente. Foi em Almada, em Dezembro de 2009, durante uma semana. Vi muitas pessoas de outros países. Íamos criar uma plataforma das organizações africanas na Europa, mas o meu nome no papel era que eu vinha do CPR. E eu pensei «vamos ver o que é que isto vai dar». Disse que nós queríamos criar uma associação. «Mas tu vens de uma organização», disseram. Eu disse que vinha de uma organização, mas que esta organização não é minha, porque eu não trabalho para esta organização. Disse que estava lá porque queria criar uma organização dos refugiados, diferente do Conselho Português. Uma organização de refugiados, refugiados que podem organizar-se e saber quem são eles e o que é que eles podem fazer em Portugal. Então a partir daí tive uma formação e, depois da formação, com os outros, fomos registar a associação.

Por que é que eu gostei do JAE? Ou por que é que agora, também, não estou a gostar? Primeiro, é o espaço onde todas as pessoas de origem africana que vivem na Europa se podem

⁸⁹ Grupo de teatro do CPR.

expressar e participar de maneira activa para a cidadania global. JAE é um espaço em que toda a diáspora africana ou descendente de africanos pode expressar-se e participar na cidadania global. E queremos ser o ponto entre África e a Europa, ponto da nova cooperação entre as juventudes. O JAE tem duas cadeiras no PYU, Pan-African Youth Union, que é como o Fórum Europeu⁹⁰. Tem duas cadeiras lá e vai ter duas cadeiras no Fórum Europeu. África considera a diáspora africana como a 6ª região de África. No ano passado éramos 8 ou 9 milhões de africanos a viver legalmente na Europa. Temos também os europeus africanos, que nasceram na Europa mas que são descendentes de africanos. E temos diferentes pontos de vista, e quando chegamos no ponto de vista político, percebemos que há um caminho que já está feito, e temos que passar por isto. Por exemplo, eu nasci em África, cresci em África, e depois vim para a Europa. Há outros que nasceram de pai e mãe africanos, que têm um pouco de cultura africana, mas que viveram sempre aqui. E há outros que vêm de África, mesmo, que vivem lá. Então somos 3 pessoas: um nasceu aqui, é um europeu de cultura e de mentalidade, mas é africano de genética; eu, africano de cultura e de mentalidade africana que vive agora na Europa; e há um outro que é africano e que sempre viveu lá, mas ele sabe o que se passa no mundo. E a diferença é que aqueles que sempre viveram lá, têm o mesmo olhar sobre África, têm o olhar de «sou pobre, tenho fome, não estou educado, preciso de água potável», etc. Mas estamos vivos, estamos a falar com eles. Significa que estamos a viver também. E no plano político, vi que há um caminho que a União Europeia, ou Nações Unidas fez para África. O seu plano, que é os objectivos do milénio, é o que eles têm que atingir no milénio. E tudo o que eles querem atingir, existe em África, mas sempre existiu, desde que as Nações Unidas nasceu, até hoje. E nunca nada acabou, todas estas coisas continuam a existir, e eu sei que daqui a 30 anos vai continuar. Em 2000 eles viram que daqui a 15 anos iam fazer isto. Estes 15 anos vão ser completados em 2015, mas eles escreveram num relatório que África não vai poder, Ásia também não, uma região de Ásia não vai conseguir atingir os objectivos do milénio, porque meteram a educação das pessoas para 50% da população do mundo ser educada, ter uma escola, ter uma educação, a emancipação das mulheres, e etc. Mas na realidade, em África, não somos nós que estamos a gerir África. É a Europa que está a gerir África, porque no meu país falamos francês. Não posso estar a falar francês se não sou francês. Sou obrigado a falar francês. Começamos a andar numa coisa, e quando olhamos para trás, não podemos voltar, e quando olhamos para a frente, nunca lá vamos chegar. Estamos no meio do caminho. E temos como nossos únicos professores os europeus. E é difícil ter um discurso político com o teu professor em ciência política, porque ele não vai ensinar-me a ciência política, e eu vou vir com esta política para fazer o que é bom para mim. Porque um dia vamos encontrar face-to-face, com o meu professor. Ele é francês e eu sou costa-marfinense, eu quero o interesse do meu país e ele quer interesse da França. E como é que vai acabar isto? Não dá. Então, quando falamos da globalização, a globalização é económica,

⁹⁰ Fórum Europeu da Juventude.

em sentido único. A globalização ainda não é humana. Quando falamos da globalização, falamos de dinheiro, e quem perde somos nós. E quando chegas aqui, vês como os europeus vivem, e tentas saber o que é que o europeu tem, e na realidade, basicamente, ele não tem nada. Mas é ele que vive melhor que todos. Então, essa é uma outra pergunta. Para ser desenvolvido, não é preciso ter alguma coisa. É preciso saber como lidar com quem tem para ter tudo. E na nossa educação em África, somos muito sociais. Podemos ter um cigarro no maço de tabaco, mas vamos dividir, e amanhã logo vemos se temos ou não. Não guardamos o maço de tabaco para fumar um por dia, e dizer que se o outro não tem, não é problema meu. Não sabemos fazer isto. E também, quando conhecemos alguém, dizemos tudo. Não temos segredos para ninguém. Em África não buscamos o controlo de alguém, a chantagem não existe. Aqui são coisas que se encontram muitas vezes, é assim que funciona, temos que viver assim. Mas o que faz mal, é que quando o Europeu vai para África, ele não vive como um africano. Eu estava lá, eu vi como os europeus vivem no meu país. E quando eu venho para aqui, não é assim que eu vivo aqui. Eles vivem melhor.

Pessoalmente, eu penso que o dialogo entre Europa e África está a ser difícil. Agora, quem vai fazer o novo diálogo somos nós, africanos. E África é a nossa casa. Pessoalmente, não posso brincar com África. Não se pode vender África a alguém. Não posso. Se faço isto, esta pessoa nunca me vai respeitar. Se vendes a sua casa a alguém, essa pessoa nunca te vai respeitar, nunca te vai dar confiança, também, porque alguém que vende a sua família é capaz de vender a tua. E para mim, quando falamos disto, não podemos meter isto naquela política que sempre existiu. E quando falamos de mudança, uma mudança é uma mudança. Se eu quero mudar uma cadeira, é a textura que tenho que mudar, não é a pintura.

A experiencia no JAE está a ser boa, mas por outro lado, não há aquela liberdade de expressão para poder dizer a quem temos que falar, o que é a realidade e o que é que compreendemos, e para poder dizer a estas pessoas que somos educados, fomos para a escola. Estas pessoas são, por exemplo, o presidente do North-South Centre, que é responsável da cooperação entre África e Europa, o Conselho da Europa nos seus programas para os descendentes de africanos, as Nações Unidas que estão nos nossos países há mil anos. Para saberem que somos cidadãos do mundo, temos direito a um visto e temos direito a viver aqui. Tudo isto é necessário para a Europa aplicar a democracia. Nós aprendemos a democracia com a Europa, e enquanto a Europa não vai praticar a democracia, não vamos poder praticar, porque os assassinos africanos, aqueles que fizeram genocídio, aqueles que estão presos, aqueles que roubaram o dinheiro são africanos mas estudaram e acabaram por ser assim. Então significa que há muitas coisas que se passam no caminho desta política. Há um momento em que te vão convencer que é assim que sempre funcionou, então tens que fazer assim. Na cooperação entre o JAE e a União Europeia e as Nações Unidas não há igualdade. Nós, antes de fazer alguma coisa, temos que ver nas Nações Unidas o que é que há para fazer, porque pedimos financiamento à União Europeia. Então eles já fizeram o plano deles, o que eles querem que façamos. Se temos

isto, eles têm dinheiro, se não temos isto, eles não têm. Então não temos independência económica. Se não temos independência económica é impossível organizar alguma coisa, e denunciar o que é bom e o que é mau. Se tivéssemos dinheiro, podíamos convocar todos os chefes de estado do mundo e dizer que queremos falar com eles, somos nós que pagamos e eles vêm só ouvir e a partir daí fazem a política deles sobre o que nós dizemos. Antes da cimeira dos presidentes, a cimeira da juventude, e o resultado da cimeira da juventude é que eles levam para a cimeira dos presidentes e colocam na agenda deles. Mas para nós organizarmos a nossa cimeira, temos que ir pedir financiamento a eles, e quando pedimos financiamento a eles, é para fazer uma coisa específica. Porque temos que pedir a eles, à União Africana e à União Europeia, e no meio o North South Centre que trata de tudo isto, mas cada um já tem a sua política. Eles metem no meio um dinheiro que vamos apanhar para juntar-nos. E vamos juntar-nos para falar de quê? Para falar do assunto que deu este dinheiro. Não é para falar de outra coisa. Então antes de nós nos juntarmos, eles já sabem o que é que vai sair como resultado da reunião. E isto para mim é como um teatro. Existe uma vigilância das nossas actividades, os formadores são europeus ou africanos, mas a pedagogia está baseada em puxar-nos para um sentido. Não há aquela liberdade em que tu dizes o que estás a pensar. Não. Estás a dizer uma coisa que encaixa no que existe. E isto, falando de África, é difícil para mim.

A Associação

Constatei que estávamos no CPR, saímos do CPR, voltamos a ver-nos e todos os dias há um novo problema. E acreditei que estávamos numa sociedade onde se a gente se organizasse, fazíamos uma proposta à Câmara ou ao Ministério, e podíamos ter apoio para poder desenvolver qualquer coisa. Porque há uma certeza que ninguém vai viver toda a sua vida e vai ser pago. Isto não existe, não pode ser. Porque se isto podia ser, ninguém ia trabalhar. Então, para mim, havia uma razão para estar a ser pago e queria saber quem é que me paga, e por que é que esta pessoa me paga. Porque ninguém tira dinheiro do seu bolso para dar a alguém. Queremos ajudar as pessoas, mas não é assim. Não podemos ajudar pessoas em contracto, não posso ter um contracto de apoio. Um contrato de apoio significa que há algum dinheiro que é previsto para isto. E por que é que este dinheiro é previsto para isto? Para poder perceber o que é que é refugiado. Porque quando cheguei aqui, não pensei em ser refugiado. E hoje tenho uma melhor percepção sobre o assunto porque o mundo nasceu há muito tempo, mas cada tempo tem a sua maneira de fazer as coisas. Nós somos de países vítimas do tempo, e estar aqui é como uma pessoa que foi estudar. Há coisas que consolidei, que é verdade, que existe e funciona. E há outras coisas que consolidei que não existem, não funcionam. Vi que, finalmente, a falta não é das pessoas que estão em África, que estão a fazer as guerras, porque quando se mete uma pessoa na prisão, é uma coisa, esta pessoa fisicamente não pode sair. Mas quando se educa uma pessoa até passar a idade menor, uma pessoa de 16, de 14 a 20 anos, este momento é que

consegue saber onde é que ela está, em que tipo de mundo é que ela está. E África é África. Europa é Europa. Quando chegamos aqui, ninguém nos diz que temos que mudar. Mas a realidade é que te estão a pedir para mudares. Não te estão a pedir directamente para mudar, dizem: «Nós não vivemos assim, é assim que nós vivemos.” Com aquilo, tu pensas que com a tua educação anterior nunca vais poder integrar-te. Para se poder integrar tem que se aceitar o que temos aqui, como educação, como compreensão e como comportamento. E quando já se passou os 18 anos numa educação, para poder mudar isto, é como transformar-se num computador para meter um novo programa. Há coisas que tu já viste e acreditaste, e aos 20 anos, para deixares tudo isto é difícil, porque experimentaste e funcionou. Então é difícil. E há coisas daqui que tu aprendeste e quando chegas aqui, não existe, como os direitos humanos, a globalização, a liberdade de circulação dos seres humanos, o respeito da igualdade, estas coisas. Vê-se que na realidade está escrito para todos, mas é uma impossibilidade. E o racismo é uma coisa que nunca dei atenção, porque o racismo faz mal a alguém que dá atenção. Quando alguém é racista comigo, é um direito desta pessoa de gostar ou não gostar. Como eu também gosto de uma pessoa e não gosto de outra. Mas o respeito desta pessoa é obrigatório, e o amor não se pode impor no coração de alguém ou na cabeça de alguém. Mas o respeito tem de ser, temos de impô-lo. E aqui, vimos que o respeito para os africanos não existe na realidade. As pessoas que têm respeito pelos africanos, são as pessoas que foram muito perto dos africanos, fizeram perguntas e tentam saber quem são, por que é que são assim. Mas há pessoas que nasceram em Portugal, que cresceram em Portugal, que têm a sua educação, então quando me encontro com elas, eles não me percebem. Isso é como esta pessoa está a viver, e esta pessoa é inocente, porque esta pessoa não me conhece. Esta pessoa não sabe que existe uma outra educação numa outra parte do mundo. Ela pensa que todo o mundo é igual por dentro. Mas não somos.

Quando chegam aqui, as pessoas não sabem como as coisas funcionam. Por exemplo, quando veem que eu quero pedir asilo, fazem todas as perguntas. Quem pergunta é o inspector. Então eu penso que quando o inspector está a falar comigo, eu só devo responder ao que ele pergunta, e não posso dar outros detalhes. Mas com o tempo, quando eu converso contigo, por exemplo, eu vou dizer-te uma coisa que não está no meu processo. Esta coisa não é uma coisa nova, mas não está no meu processo porque o inspector não fez a pergunta. Era uma entrevista, não era uma exposição. Não estava a explicar, a falar de uma situação. Era uma entrevista onde ele pergunta e eu respondo. E eu pensei que a aceitação de uma pessoa para dar um título de refugiado ou de razões humanitárias significa que o governo já viu o caso desta pessoa e acredita que pode tomar conta desta pessoa, é por isto que te aceitam. E quando acabam de aceitar, pedem-te para assinar, e tu assinas. E quando assinas, a primeira coisa que tens que saber é o que é que tu estás a assinar, quais são as responsabilidades do que estás a assinar. O contracto entre ti e o governo, que é o que Portugal te vai dar e o que é tu vais dar a Portugal. Agora, nós assinamos e vamos procurar quarto sem saber do que é que se trata. E vão dizer:

«Vai para a escola.» Tens que saber se és obrigado a ir para a escola ou não. Sim, és obrigado, mas perguntas por que é que és obrigado a aprender uma coisa. Não queres falar português, mas tens que falar português para te poderes integrar. Aqui é onde a integração entra no assunto, depois da protecção. Porque basicamente não explica na definição dos refugiados que vais ficar num país e vais integrar o país. Explica que tu tens uma protecção e quando a guerra acabar no teu país e tu poderes voltar, voltas. Agora, a definição não diz que tens que integrar. O sistema de integração vem das organizações que estão a trabalhar e dizem que não sabes quando é que vai acabara guerra. Não vais ficar aqui a receber dinheiro, só a viver assim. Então é melhor fazeres alguma coisa para poder fazer parte da sociedade. Para fazer parte da sociedade, tenho que saber o caminho da sociedade, o que a sociedade quer, e o que é que é bom para fazer. Mas quando saís nas ruas de Lisboa sem saber quais são os teus direitos e quais são os teus deveres, posso chegar aqui no dia 1 de Janeiro, faço uma infracção e no dia 1 de Janeiro, pago. Não há “eu sou de Alemanha” ou “eu sou de África do Sul”. Eu já sabia que ninguém deve ignorar a lei. Quando fazes uma falta, ninguém quer saber como é que fizeste. E para mim, isto é um bocadinho perigoso. Perigosas no sentido em que eu, em África, posso permitir-me de fazer algumas coisas, mas estas coisas não podem ser feitas aqui. E sem saber que não podem ser feitas, posso fazer, e depois tenho problemas. E vou dizer o quê? Que não sabia? A justiça não quer saber se tu sabias ou não. Então uma pessoa tem que saber as suas obrigações e tem que conhecer as leis do país, para poder viver. Não é para ti, mas para poder também respeitar os portugueses, porque eles não te vão receber aqui para destruir a sociedade deles e para trazer o mau comportamento para a sociedade deles. Senão eles vão dizer: «mas por que é que vocês recebem estas pessoas aqui? Estão aqui e não estão a fazer nada que aperfeiçoe a sociedade, estão a fazer coisas que nós, portugueses, passamos a ser vítimas.» E uma pessoa que tu metes numa casa, e ele não tem família, ele tem que sobreviver. Se tu não lhe pagas o que ele tem direito, ele vai tentar sobreviver doutra maneira, e estas maneiras, quem vai ser vítima delas não é quem me trouxe aqui, são as pessoas que vivem ao lado, porque não vamos para o Ministério da Administração Interna para roubar uma carteira ou tentar fazer um negócio ilegal. É nas ruas que vamos fazer, e vi o exemplo dos estrangeiros que vivem aqui. Quando cheguei perguntava-me por que é que eles são assim. Mas percebi que no fim de contas, eles estão como que numa selva, e eles têm que sobreviver, e é nesta sobrevivência que eles se metem em caminhos sujos. Depois eles pensam que não são responsáveis, e os responsáveis também pensam que fizeram o que deviam fazer. Se somos 500 refugiados e não temos trabalho, não temos nada, podemos receber um dinheiro só até um nível porque depois de 6 anos podemos pedir a nacionalidade, e quando tivermos a nacionalidade, vamos ser 500 portugueses sem emprego, sem profissão. É um problema que não desaparece, vai aparecer no futuro. E não vamos ter vida, porque habitamo-nos a ficar em casa, a estar no café e andar a não fazer nada. E depois quando se impõe que tenho que lutar para procurar um emprego, tenho que ter uma formação, tenho que

ter um nível de escolaridade. É aí que começamos a ver que a sociedade é complicada. Não há um encaminhamento para motivar os refugiados a estudar, e para suportar os refugiados nos seus estudos e aprender uma profissão, uma qualificação, sem a qual é impossível contribuir. Não estamos a pensar numa licenciatura, ou uma coisa assim, mas têm que dizer aos refugiados que aqui em Portugal, o emprego começa disto e acaba aqui. Neste intervalo, tens que pensar durante quatro ou cinco meses o que é que tu queres fazer dentro disto, mostrando que para teres isto, tens que estudar este ano, e tens que estudar muito e é muito complicado. Para ter isto, podes ter uma formação de dois anos e vais ter este trabalho, com salário mínimo. Pode ser assim, dar opções.

A partir do momento em que não votamos, significa que as leis que nos são aplicadas já estão votadas, então significa que não podemos defender a nossa pessoa. É alguém que está a defender-nos. E esta pessoa, quando está a defender-nos tem que falar connosco, e saber qual é o nosso problema. Mas desde que estamos aqui, nunca vimos ninguém - à parte do ECRE que recentemente enviou a emenda que queriam fazer na lei dos refugiados -, ninguém falou da lei dos refugiados. Então podemos estar a dormir e um dia de manhã vão dizer-nos que já não temos este direito e temos esta obrigação.

A Associação é uma associação, em primeiro lugar, que não é bem-vinda em Portugal, porque nós sabemos que o governo, a Administração Interna tem esta responsabilidade. E esta responsabilidade, dividiu-a entre as instituições de Portugal. Agora, cada vez que as pessoas se juntam numa organização diferente do governo que existe, significa que alguma coisa não está a correr bem. Se está tudo direito, como dizem os cabo-verdianos, se todas as pessoas estão nos seus direitos, ninguém vai criar um movimento. Mas cada vez que as pessoas se juntam, significa que alguma coisa não está bem. Esta coisa que não está bem, já está prevista pelo governo e há um responsável. Então significa que o responsável não fez o que devia fazer. Mas ele nunca vai reconhecer que ele não sabe ou não consegue fazer o que ele está a fazer. Então, quando ele vê que estas pessoas se juntam, para ele isto é um perigo. Isto vai dizer a todo o mundo que ele não está a fazer o que está a fazer há muito tempo. Portanto são realidades que vão acabar por sair. Podem fazer um relatório sempre a dizer que está tudo bem, mas um dia, vão saber que este trabalho realmente não deu nada.

Este espírito de associação não existe no meu país. Nós vamos directamente para um partido político. Associação, não. Existem associações, mas é do tipo associação dos jovens de Sacavém, só estamos nós e somos nós mesmos que damos dinheiro para organizar as coisas, não contamos com o governo. Na Associação não podemos contar com o governo, porque se o governo podia resolver o nosso problema, não nos íamos juntar. É isto que estou a ver. Agora, temos que fazer isto nós mesmos. Mas é uma surpresa quando falo com uma pessoa responsável, uma pessoa licenciada numa ciência social, para poder tratar de um refugiado e quando fazes uma pergunta, ela não te consegue encaminhar. Ele vai dar uma resposta para tu poderes ir embora: «É assim, é assim, é assim, está bom? Então tem que esperar um mês, está

bom?» Mesmo se não está bom, vais dizer que está bom e vais embora. É melhor as assistentes sociais dizerem: «Esta é a lei portuguesa, mas não podemos respeitá-la.» Ou dizer: «Nós estamos a tentar ajudar-vos, mas não dá.» E neste caso, vamos perguntar: «Não temos possibilidade de viver noutro país? É só aqui? Então dá-nos possibilidade de viver noutro país. Assim já não vamos estar aqui e o dinheiro que estão a dar-nos, podem usar para fazer outras coisas.» Mas eles sabem a lei e sabem que a lei não pode ser respeitada, mas não se pode dizer a quem tem este direito. Porque para este, é um crime que ele vai fazer, e ele não consegue fazer isto. Então estamos numa situação onde eles não conseguem cumprir as suas obrigações e nós não conseguimos ter os nossos direitos. O responsável das assistentes sociais, vai dizer às assistentes sociais: «Neste mês temos só 500 mil euros para os refugiados, então arranja lá como podes dividir isto.» Agora a responsabilidade é dela, e quando eu vou estar frente a frente com ela, ela não vai dizer-me isto, porque ela está aqui para distribuir estes 500 mil euros entre as pessoas que devem receber, e acabou. Ela não vai tirar dinheiro do bolso dela. Às vezes digo-me: «Ela enganou-se no trabalho, porque este é um trabalho muito difícil.» E eu não conheço quem é o responsável número um. O número um é o ministro, e nunca vou ver o ministro, porque o ministro vai-me dizer: «Amigo, eu já tenho o director desses assuntos.» Ele também vai dizer: «Tenho um responsável da segurança social para isto, que é de Sacavém.» Sacavém vai dizer que é a A⁹¹. A A. vai dizer que é quem? F⁹². F. vai dizer... Então, é uma confusão. Os refugiados não têm força, e vão chamar a polícia? Ok, vou chamar a polícia, dizer que estou na Segurança Social para ter o meu direito e não tenho. A polícia faz uma queixa, mas esta queixa, quando vai para o tribunal, vai acabar na mão do governo que devia fazer o que não fez. Eu já pensei em chamar a polícia, mas acabei por compreender que a polícia é um departamento do mesmo grupo. Então, onde é que vais? Não vais a nenhum lugar. E o incumprimento das tuas obrigações é um problema para ti, não é um problema para eles. Porque crise ou não, não se pode apanhar o autocarro sem passe. Quem controla não quer saber da crise. Mas todo o mundo sabe o que é a crise, falamos disto todos os dias. Mas se um controlo te apanha no autocarro, tu dizes que a falta não é tua, é por causa da crise, ele responde que só está ali para fazer o seu trabalho e acabou. Então, o não cumprimento dos direitos puxa a não cumprir as obrigações, e quando não se cumpre as obrigações, a sanção é tua. É uma injustiça na sociedade, de facto.

Na Associação, o primeiro papel que eu julguei, como presidente, importante é acesso à informação, no sentido em que estamos numa sociedade, uma sociedade organizada, hierárquica, que em cima há alguma coisa até chegar a mim. A sociedade organiza tudo para a gente poder ter acesso às coisas que precisamos. Agora, essas coisas que precisas, na sociedade têm primeiro um nome: a identidade, a identidade pessoal na sociedade. Quem é refugiado? Porque se há uma lei sobre o refugiado, significa que ele não é igual ao português, e não é igual

⁹¹ Assistente social do serviço da Segurança Social em Sacavém.

⁹² Outra assistente social dos serviços da Segurança Social em Sacavém.

ao imigrante. Porque se fosse igual, não iam chamá-lo de refugiado. Então ele está a ser chamado assim por uma razão. E a lei está muito bem escrita, não é uma coisa que se escreve só assim, à toa. É uma coisa em que tudo tem definição. Todas as palavras na lei têm definição, e o que temos de perceber primeiro é quem é um refugiado. E depois, ao que é que o refugiado tem direito e o que é que ele tem de cumprir como obrigação. E quando percebemos isto, podemos saber onde temos que ir para integrar. Depende da capacidade de cada um naquela altura. Eu estou em Portugal, chamam-me refugiado, tenho possibilidade de andar até ali então tenho a possibilidade de passar aqui; tenho possibilidade de fazer isto, não tenho possibilidade de fazer isto. Então o que é que eu vou fazer? «Tenho 20 anos, acho que posso fazer isto, depois vou fazer isto.» Mas quando não sabes nada, nem sabes quem tu és na sociedade, é difícil integrarestes-te. É uma integração que é só palavra. Então decidimos fazer este guia⁹³ para os refugiados saberem quais são as instituições e como ter informação. Mas este guia não vem salvar a situação. É um guia só para identificar no primeiro tempo as instituições responsáveis da sua estadia aqui. E quando está identificada, acho que nesta instituição pode haver alguém que te vai explicar e desenvolver o assunto, senão é impossível. Há pessoas que vêm de países onde não há Segurança Social, não existe número de contribuinte, não existe nada. Há pessoas mesmo que não têm documentos, que estão aqui e que vêm de um país onde não tens documentos quando nasceste. Isto significa que uma pessoa que nasceu nos anos 40 não sabe nada do que é o arquivamento de um documento. Então queremos dar acesso à informação, porque quando temos informação, temos tudo. E o conhecimento passa por informações concretas. Não é informações que eu vou perguntar a alguém, porque se eu continuo a perguntar às pessoas, significa que não faço parte da sociedade. Os turistas é que perguntam onde é que fica a estação. Uma pessoa que vive num país, não pode estar a perguntar às pessoas. E só pode pedir explicação, quando já sabe como se chama algo. Por exemplo, o que é o número de contribuinte? O número de contribuinte é o número de identificação fiscal. O que é o número de identificação fiscal? É o número que te vai seguir em todas as coisas económicas que vais fazer, todas as compras, vendas e rendimento e tudo. Então este número permite-te isto e permite-te isto. Mas por que é que tenho que estar inscrito na Segurança Social? Porque não podes trabalhar toda a vida. Há um momento em que não vais ter força para trabalhar e vão apoiar-te e etc. Por que é que tenho que trabalhar? Tens que trabalhar para teres um contracto. Quando tens um contracto tens seguro de saúde, podes ter um crédito no banco, podes comprar uma casa e etc., para mostrar o lado bom do que existe neste país. Por que é que o Europeu vive bem? Eles não vivem bem porque estas casas saíram do céu e caíram aqui. Não. Eles organizaram-se de uma maneira, e esta maneira é que faz com que eles vivam bem. E tu achas que eles vivem bem, mas às vezes perguntas-lhes e eles dizem que isto não está bom. Então é uma confusão. Porque nós pensamos que vocês vivem melhor que nós. Eles têm facilidade de acesso ao que precisam

⁹³ Guia de apoio à integração de refugiados que a Associação promoveu.

para a sua vida básica. E dão-lhes possibilidade para poderem criar a partir do nada. Em África são coisas muito difíceis. Para se ser um doutor, o pai tem que ser um professor. Para se ser um director, o teu pai tem que ser um ministro. Não se pode fazer um projecto assim, chegar para pedir 20, 40 milhões para fazer um projecto. Não, ninguém te vai dar. Então nós temos que perceber o que é bom na Europa, como é que funciona a competição e que tipo de competição. Na Europa, é uma competição muito pacífica. Estamos num concurso e é um concurso todos os dias. Quando há 50 postos de trabalho, convidam mil pessoas, e são os melhores que vão escolher. São todos licenciados mas, no meio, há pessoas que são melhores que outras neste trabalho, e são estas pessoas que a empresa vai escolher. Há pessoas que têm flexibilidade e há pessoas que se dão muito, pessoas que gostam disto, e eles é que vão ser seleccionados. E os refugiados não estão neste nível. Eles estão num nível em que são bebés. Eles sabem que vão receber no fim do mês, então por que é que vão trabalhar? Os refugiados conseguem receber mais que o ordenado mínimo quando estão nos seus direitos, então vamos pensar como pessoas neutras, que sabem que devem procurar dinheiro para sobreviver. Alguém te diz que tens 600 euros aqui e 450 euros ali. Mas não te explicam nada. Só te explicam que os dois são possíveis. Então, com certeza que vou escolher os 600 euros, porque eu preciso de dinheiro. Vou trabalhar por quê? Por dinheiro. E se agora tenho mais dinheiro do que quando vou trabalhar, então quando a pessoa pensa de maneira lógica, simplesmente vai escolher o montante maior. Mas quando pensa realmente, vai escolher o trabalho, porque o trabalho dá mais respeito, dá mais credibilidade, e o trabalho pode ser para sempre, poder ser que daqui a 10, 20 anos, continues no mesmo trabalho. O pagamento da Segurança Social não vai continuar. Então, este ângulo tem que ser demonstrado ao refugiado no seu primeiro ano de integração. É difícil escolher quando não se sabe.

Relações pessoais em Portugal

O meu problema é que eu meto em primeiro lugar o respeito pelo ser humano, qualquer que seja. Porque sei que o mundo está dividido em classes sociais, e conheço pessoas muito ricas, pessoas que vivem bem, pessoas bem educadas, e percebi que ninguém sabe da realidade de ninguém. Eu, desde jovem, vivi com diferentes pessoas, desde os malucos da rua até um deputado. Converso com cada um, assim como estamos a conversar. E o meu pai sempre me disse para estar mais com as pessoas de alta classe. Mas sempre pensei que não é assim, não se pode ser assim, porque não é a única sociedade que existe. Estas pessoas existem e estão mal hoje, mas estas pessoas não nasceram assim, foram obrigados a fazer coisas más para poder sobreviver, para poderem crescer. Temos que respeitar o que eles sabem, e eu percebi que as pessoas têm diferentes escolas. Por exemplo, a minha namorada tem uma escola, uma escola única que é a escola ocidental, que tem aquele comportamento, aquela educação, tudo tem que ser de uma maneira. E quando ela fala comigo, ela fica confusa. Eu digo-lhe para ela não ficar

confusa. Eu nasci num lugar e cresci num lugar que ela não conhece. Eu sei onde é que ela nasceu e cresceu, mas ela não sabe onde é que eu nasci, onde é que eu cresci. Eu nunca vou ser ela e ela nunca vai ser eu. E na classe dos ricos, dos bem-educados, eles dizem que tu tens que fazer o que é bom para ti. Na classe média, dizem: «Estamos sempre a trabalhar. Trabalhamos muito, ganhamos pouco dinheiro» e «tens que ter amigos que sabem mais que tu e que têm mais que tu.» Aqueles que estão em baixo dizem que aqueles que estão em cima estão a levar o que é deles, estão frustrados. E a viver com cada um deles, num dia encontrar com uma pessoa de cada classe, faz com que tu acabes por ter uma moralidade mais globalista, para dizer que: «Ok, *first class*, tu tens razão. Tens a tua casa, tens o teu carro, a tua vida habitual é isto, estás habituado a isto. Tirar-te isto, vai fazer-te mal. O pobre não tem. Ele quer ter o que tu tens. Mas tu não vais dar a ele e tu vais ficar no lugar dele. Vocês não querem trocar de lugar, mas vocês podem dividir.» Percebi também que o pobre fica sempre no controlo do rico, porque a única coisa que o pobre precisa é dinheiro e, para o rico, o dinheiro já não é nada, mas ele usa este dinheiro para poder ter com o pobre o que ele quer. É como alguém que sabe mais que quem não sabe. O que põe o rico em cima e o pobre em baixo não é o dinheiro. É o medo. O medo de perder a sua posição. É o hábito. Alguém está habituado a andar sem sapatos e eu desde que nasci tenho sapatos. Então imagina que quem não tem sapatos está a pedir-me para tirar os meus sapatos para lhes dar. Ele é ser humano e eu sou ser humano, mas ele habituou-se a andar sem sapato e eu não. Se eu tiro os sapatos é mau. Mas ele quer que eu tire os sapatos porque eu consigo, porque ele pensa que se ele consegue significa que eu também consigo. Mas não é assim.

Eu tenho mais amigos europeus, porque amigos africanos, já tive muitos. Então quando entrei em Europa, para mim o mais importante era conhecer aquelas pessoas que não conhecia anteriormente. Porque o africanismo, ninguém vai me explicar o que é. Porque sempre, desde menino, gostei de saber o que é que está no Mali, em Burkina Faso, e consegui falar a língua de outros países sem ir lá. Isto significa que já é difícil que alguém, mesmo um velho de 100 anos, dizer-me que não sou africano. Porque o meu pai disse-me que antes de conhecer qualquer coisa, tens que te conhecer a ti mesmo. E eu já estudei a minha pessoa, o meu nome, os meus avós, de onde é que vêm. Já sei. O Europeu não conhecia, e comecei a conhecer os europeus aqui. Primeiro os franceses, os ingleses, já conheço um bocadinho qual é a mentalidade. Mas vivendo com eles, começo a perceber como é que eles raciocinam. Em relação aos amigos temos diferentes tipos de amigos. Há amigos que estão à procura do seu interesse, querem saber, querem ter. Mas os amigos que querem partilhar de maneira leal e sincera, é difícil de encontrar. Muito difícil. Posso dizer que tenho amigos leais e sinceros, mas às vezes as antigas experiências fazem com que já não possa dar 100% a alguém.

Anexo 1

**Proposta de criação de uma
associação entregue por Kpatwe ao
CPR em Junho de 2009**

Proposta da criação de uma Associação dos Refugiados em Portugal

Ao: Conselho Português para os Refugiados (C. P.R)

De: Kpatwe

A ideia de formar uma associação dos refugiados tem por finalidade trazer aos refugiados em ocupação de nosso tempo livre criando uma ligação social com as actividades recreativas que serão essenciais na ajuda do nosso processo de integração aqui em Portugal.

Os refugiados ou os membros da associação participarão nas actividades seguintes:

- Interacção entre si (uns com os outros).
- Aquisição de conhecimento melhor do Conselho Português para os refugiados.
- Aquisição de Conhecimento da cultura Portuguesa.
- Prática de língua Portuguesa entre refugiados.
- Eventos desportivos e jogos dos divertimentos
- E outras actividades que o C.P.R pode incluir em que os refugiados podem participar.

Interacção entre si - uns com os outros:

Os refugiados que vêm para Portugal chegam em grupos do mesmo país ou de países múltiplos ao mesmo tempo. Passam poucos meses juntos no centro e depois que saem para viver fora do centro, passam o tempo somente com os povos de seus países ou os povos com que viajaram, pessoas que conheceram quando estavam no centro e em alguns casos não tiverem ou fizeram nenhum amigo de todo e passam o seu tempo sozinhos. Por causa disto, criar esta associação com interacção uns com os outros, permitirá aos refugiados de conhecerem-se uns aos outros em fazer amigos novos dentro e fora do centro (C.A.R).

Aquisição de conhecimento melhor do Conselho Português para os refugiados:

Na minha compreensão, os refugiados em Portugal têm um conhecimento limitado de que o C.P.R representa. Quando foi fundado, para que motivos ele foi fundado, e como a organização como O.N.G ajuda ou trabalha na reinstalação e integração dos refugiados. Esta limitação de saber o que é o C.P.R, conduziu a muitas experiências controversas durante o tempo que vai desde o primeiro grupo até ao presente. Sempre que há algumas dificuldades, nós dizemos que é por causa de o C.P.R que não faz o seu trabalho ou que não sabe fazer o seu trabalho. Mas da experiência pessoal durante os anos, C.P.R vai às vezes além de suas capacidades (para encontrar as necessidades dos refugiados) ajudando os refugiados mesmo quando têm dificuldades nas suas vidas fora do centro. Por isto conhecendo os refugiados o que o C.P.R representa permitirá a existência duma harmonia virtual entre o C.P.R e os refugiados de que cuide.

Aquisição de Conhecimento da cultura Portuguesa:

Aprender sobre Portugal, a história, o povo, a população e a cultura do país pode ser uma ferramenta viável no processo de integração dos refugiados. Alguns destes aspectos nós aprendemos nas aulas de português do centro e em algumas outras instituições que atendem os refugiados. Entretanto, aprender mais sobre Portugal e a sua cultura permitira os refugiados de compreender melhor o país ou o ambiente que vivem como um lugar de refúgio.

Praticar para falar a língua portuguesa entre refugiados:

Promover aulas de português para que os refugiados aprendam a língua mas após a 1h e 30 minutos ou mais de classe da língua, os refugiados falam geralmente a língua que compreendem melhor ou que é comum (entre se) em casa ou no centro. Consequentemente, praticando para falar oralmente a língua de nosso país de refúgio (Portugal) e na forma de questionários desafiantes, ou no formulário da competência uns com os outros para provar o que nós sabemos ou já aprendemos na língua Portuguesa pode ser útil para falar e em saber a língua.

Eventos desportivos e jogos do divertimento:

Formar uma equipe dos refugiados que possa treinar para realizar eventos desportivos, convidar outras equipes a jogar quando o C.P.R organizar festas ou programas e poder igualmente competir nos eventos desportivos locais na Bobadela ou Lisboa. Também alguns jogos do divertimento para passar o tempo com membros da associação como o Scribbler, o xadrez etc. Serão interessantes.

Igualmente a associação poderá discutir os desafios comuns que enfrentam os refugiados e tentar a encontrar soluções juntamente com a ajuda de C.P.R para impedir que tais desafios não aconteçam no futuro e igualmente dará o acesso fácil da integração aos refugiados que vêm a Portugal no futuro. Eu pensei de não fazer este ponto uns dos pontos básicos, mesmo assim é importante, para evitá-lo de não sombra os motivos principais da criação da associação dos refugiados.

Conclusão:

A ideia inteira de formar esta associação não é de mim mas quando eu ouvi alguns refugiados na Assembleia da República nos 27 Maio passado falando que será necessário que os refugiados têm uma associação, eu pensei mais tarde e decidi tomar posição de fazer a proposta de projecto para apresentá-la a C.P.R e quando é concordou, eu posso ir informar os refugiados e outro dentro e fora do centro para informa-lhes a resposta de C.P.R e então nós podemos ir adiante em formar a Associação que poderia ser chamada "Associação dos Refugiados em Portugal". A sociedade da Associação será limitada não somente aos refugiados mas a outros imigrantes na conta de C.P.R. Igualmente a associação não será afluente por nenhuma grupo de pessoas,

cultura ou religião para evitar entender mal e disputar. Consequentemente, eu estou a pedir o C.P.R para avaliar este esboço propor e para adicionar todas as outras actividades recreativas que considere significativos para os refugiados e subtrairão as actividades do esboço que não considerarem ajustadas. Para fornecer-nos um lugar/espço e as materiais que nós precisaremos para formar a nossa associação.

Com isto, eu gostarei de apresentar esta proposta da criação duma Associação dos Refugiados em Portugal ao C.P.R.

Anexo 2

**Fins da *Associação*, conforme os
seus Estatutos**

Fins da Associação, conforme a versão final e definitiva dos Estatutos

A associação tem como fim promover a integração dos refugiados em Portugal, através do desenvolvimento de acções e projectos de intervenção nas áreas socio-culturais relacionadas com a consciencialização cívica e autodeterminação de refugiados e requerentes de asilo, através de um diálogo permanente entre refugiados e requerentes de asilo e entre estes e a sociedade portuguesa na forma das suas diversas instituições;

Dar a conhecer aos seus associados os direitos e deveres dos refugiados e requerentes de asilo consagrados na lei portuguesa, a todos os níveis;

Promover junto da sociedade portuguesa a visibilidade e os conhecimentos já anteriormente desenvolvidos pelos refugiados nos seus países de origem, de modo a capacitar e facilitar a empregabilidade e/ou formação na sociedade de acolhimento;

Promover o desenvolvimento de iniciativas socio-culturais;

Estabelecer contactos com as diversas entidades empregadoras com vista a uma maior e mais adequada empregabilidade dos refugiados;

Estabelecer parcerias com universidades e outros locais de ensino, com vista à formação e capacitação dos refugiados e requerentes de asilo;

Estabelecer parcerias com outras associações, com vista à troca de experiencias, desenvolvimento de actividades conjuntas e intercâmbios nas diversas áreas consideradas necessárias por cada associação;

Estabelecer laços sociais e culturais entre os refugiados e requerentes de asilo, e entre estes e a sociedade portuguesa;

Organizar conferências, colóquios e ciclos de seminários nacionais e internacionais, com o objectivo de discutir problemáticas relativas à condição de refugiado;

Promover a participação dos associados em conferencias, colóquios, ciclos de seminários, workshop, acções de formação nacionais e internacionais, com o objectivo de desenvolver competências úteis para a actividade da associação;

Desenvolver projectos e acções de informação e sensibilização da opinião pública e pessoal técnico, em torno da valorização do refugiado como factor de desenvolvimento da sociedade portuguesa;

Assegurar a capacitação dos refugiados através do incentivo à continuação e/ou reconhecimento dos seus estudos na sociedade portuguesa;

Desenvolver projectos com vista a suprir pontualmente as necessidades financeiras, logísticas ou outras, daqueles refugiados ou requerentes de asilo que ficam sem nenhum apoio momentâneo por parte da sociedade portuguesa;

Promover iniciativas de reflexão e formação para a interculturalidade, não só entre os diversos locais de proveniência dos refugiados como para com a sociedade portuguesa;

Apoiar a criação de mecanismos de diálogo e facilitação da acessibilidade dos seus associados às entidades públicas e privadas oficialmente responsáveis pela instalação e reconhecimento de estatuto da população refugiada e/ou sob protecção subsidiária.

Anexo 3

Lista dos principais desafios que os refugiados enfrentam em Portugal (levado pela *Associação* a um encontro do ECRE em Junho de 2011)

Bullet point of challenges facing refugees in Portugal

- **Housing**

- Refugees are having difficulties in finding or maintaining their homes or rooms once they leave the accommodation Centre due to lack of payment of subsidies and finding a guarantor (person with a tax payment history who takes responsibility) which is needed to rent a place.
- The Portuguese State or NGOs cannot be guarantors for refugees.

- **Healthcare**

- Despite healthcare is provided for free to all asylum seekers and medications partially covered for refugees living in CPR accommodation Centre or still by Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, the reality is worst for refugees living outside the accommodation Centre. They have to pay a fee for consultations and pay for medication.
- There are cases of lack doctor-patient confidentiality because the health services will provide information and medical exams' results to third persons;
- Late scheduling of the compulsory appointment for medical screening with the Institute of Hygiene and Tropical Medicine, may lead to late diagnosis of contagious diseases. This is particularly problematic with asylum seekers and refugees who share accommodation with other people.
- In medical consultations (physical or mental health, hospitals and health centers do not provide any translation or cultural mediation. This brings enormous problems regarding women and unaccompanied children, or in case of mental trauma. There is no cultural competence in healthcare in Portugal.

- **Finances**

- Social security is not paying for refugees subsidies regularly, which is one of the major problems that refugees in Portugal are facing and in most cases, leads to refugees owing large amounts of money to their landlords that they are not able to pay and risk eviction or are evicted.
- There are many refugees that go without proper nutrition for days. When this happens, the refugees will go to the CPR and CPR will send them to social security where the social assistant there will tell them to wait and the waiting take months and months. There are refugees who had been waiting for months without receiving their subsidies, some for years because the social system in the area they live do not recognize their refugee status and some have had their subsidies cut.

- Social security subsidies are increasingly being transferred with delay of months to every refugee who is dependent on these subsidies. This leads people to depend on friends' loans or go through deprivation of food and other basic essentials or even eviction by their landlords and become homeless.
- It is very difficult to make appointments with social services.

- **Education**

- Right to basic and high school education is not being guaranteed. This is one of the main obstacles to the proper integration of refugees. Refugees are not people that are only in need of security, they are people that need to have their future built while living in their host country. The solution is to evaluate the educational background of refugees upon arrival and enable equivalence of diplomas at the same time of the language course through a special program for equivalence of refugee's diplomas and certificates in order to integrate them into the academic system as soon as possible. Continuing their education will enable them to have a profession that will benefit them in the future. These refugees are people with skills that need to be evaluated and putted into practice.
- Refugees that want to continue their studies are unable to do so due to lack of documentation to prove their level of education acquired in the country of origin. On arrival, it is not being given to them the information that there is no need for documentation in order for minors to attend school.
- Limited or no scholarship for refugee that had already gone through these processes.

- **Employment:**

- Unemployment is the biggest issue that refugees face.
- Language proficiency is a pre-requisite for the attendance of courses of professional education. There are cases of refugees who spend years having only language courses until they are finally able to attend any course that may give him/her a degree of education or professional competence. And still after all these; there isn't any job for them to do.
- The observation space on the back of the refugees' residence permit is left blank making it difficult for employers to employ refugees. The residence permit of other immigrants state that they can exercise professional activities but nothing is written on the permit given to refugees. As a result, employers are afraid to employ refugees even if they have skills.

- **Information / Communication**

- Translation/interpretation is not available in public services;

- Information in refugees' own languages about asylum procedures and refugees' rights and duties in Portugal are not systematized and given on arrival;
- Privileged access to private information of asylum seekers by NGOs during the asylum procedure is often extended to health and social security on issues of the refugee. CPR and other NGOs should work to promote integration, not to represent refugees to that extend.
- National organizations do not address real problems faced by refugees at the national level. Refugees feel that no advocating and lobbying is being done on their behalf. NGOs often raise awareness about problems faced in the countries of origin of refugees – recently the crisis of North Africa or environmental refugees. Instead, they should also be advocating and lobbying for refugees that are already under European protection and who are facing difficulties of material deprivation, mass unemployment, xenophobia, and general integration difficulties.
- There isn't any direct communication between the refugees and the organizations when it comes to finding out challenges that refugees are facing and finding solutions to solve them because of the closed internal channels of communication by which they operates.

Some proposals for the solution to these challenges:

- 1) With these challenges that refugees are facing on a daily basis during their process of integration, it is needed that national governments, NGOs, refugees' community groups and all parties involved in the resettlement and integration of refugees in Europe to collaborate in evaluating the success of the integration of refugees in the society in order to be able to set up measures or viable alternatives when integration is not being achieved.
- 2) Some practical ways of collaboration between refugee associations, NGOs and municipalities are:
 - Housing: designing a collaborative program of occupation of vacant houses owned by the government, making a housing system for refugees and asylum seekers so that they can apply for vacant houses with low rent until they are self-sufficient and are able to find and pay for their own house. The housing practice will cut spending from the Social Security.

- Education: special programs of vocational trainings for refugees. Setting up an educational system for refugees which will prepare them to be able to meet up with the requirements of the schooling system of the host country. Fleeing persecution or traveling through many transit countries may cause the refugees to arrive in Europe without bringing their school certificates with them to prove their level of education.
- Also there can be collaboration between NGOs, refugees' associations and employment agencies in order to facilitate refugee's employment after they have been trained. There can be programs to create small businesses and other projects that refugees can take on as occupation.

Awareness:

- It's very important that refugees have knowledge about their host country. Knowing some brief facts about the country, its history, people, population, culture and even economy can be a viable tool in the integration of refugees in their country of refuge.
- There has to be information about the NGO or institution that will receive them and have responsibilities in their integration.
- Make public institutions like Social Security; National Health System and National Education System aware about the presence of refugees in their society and therefore learn how to meet the needs of these refugees.
- Contact companies and job institution to enhance the employments of refugees.
- Refugees' community groups truly advocate on behalf of refugees since it is less dependent than other NGOs on local policies for refugees.

Conclusion:

Many times when talking about immigration/immigrant in Europe, there is often a small group of people that are forgotten or are included in the larger group of people that travels or migrates to find better means of living in developed countries. These people like other immigrants had to leave their countries of origin but not willingly. They had to leave because of persecution from civil crises that mankind encounters today. Policies that results in conflicts; famine, religious persecution, ethnical extinctions and etc. Even most recently, the world had begun seeing climate refugees.

These people, in their various groups, because of different reasons had to leave their country of origin to seek refuge in other countries.

Safety and integration from the perspective of these refugees does not only mean been kept from persecution. It also means securing them an academic and professional future on which they can base to build a better life and to be contributing members of their host countries.